

O Impacte do Programa Polis

A (re) criação do Espaço Público urbano

Joana Filipa Correia de Sousa

Tese elaborada para a conclusão do Mestrado em Arquitectura, com especialização em Urbanismo

Presidente do Júri

Orientadora Científica

Vogal

Professor Doutor Francisco Manuel Camarinhas Serdoura

Professora Doutora Maria da Graça Moreira

Professor Doutor José Luís Mourato Crespo

Lisboa 2017

Dedico esta dissertação à minha mãe e família, pelo apoio incondicional
e força que me deram

Agradecimentos

Muito especialmente, agradeço à minha orientadora Prof. Doutora Maria da Graça Moreira, pela disponibilidade, apoio, paciência, compreensão e pelos seus ensinamentos...um Muito Obrigada.

Quero agradecer também às minhas colegas Patrícia Silva, Gabriella Felix e Sofia Dias Martins pelo apoio e companheirismo ao longo destes seis anos da minha vida, um muito obrigada e boa sorte para as teses das três.

Por último, quero agradecer a toda a gente que me deu apoio ao longo desta jornada, que me ajudou e auxiliou neste percurso de altos e baixos, e ainda gostaria de agradecer a todos os meus amigos que se preocuparam comigo e que sempre me encorajaram.

Resumo

As preocupações com as cidades e o ambiente urbano tiveram uma maior visibilidade a partir da segunda metade da década de 80 do século XX, quando o crescimento das áreas urbanas era feito de acordo com novos modelos de desenvolvimento e mudança no contexto de um plano, no qual se pretendia promover territórios mais coesos, atrativos, competitivos e com maior valor económico e cultural.

A adopção e implementação de programas, como o Programa Polis, revelam a importância da reutilização de infra-estruturas e equipamentos existentes que se encontrem em mau estado e da recuperação de espaços urbanos com o propósito de melhorar as suas condições de uso. Este programa propõe intervenções urbanísticas a grande escala, procurando integrar os principais aspectos naturais da freguesia de Agualva-Cacém, potenciando-os em zonas atrativas, tomando em conta não só o território mas também o interesse pelo bem comum. Estas intervenções têm sido uma oportunidade para a valorização urbanística e ambiental, bem como para a implantação de novos equipamentos como creches, espaços de âmbito cultural, espaços públicos, criando sempre uma nova “oportunidade” e “identidade” às cidades.

Estas abordagens serão discutidas no caso de estudo “Cacém”, onde se pretende relacionar a implementação do Programa Polis, no espaço e no tempo, tendo em conta a evolução populacional, o estado de conservação do edificado e principalmente o que este programa veio proporcionar à freguesia. A implementação do Programa Polis na freguesia de Agualva-Cacém veio dar um novo rumo, o que permitiu a resolução de algumas carências da zona de intervenção, desde a criação de novos espaços públicos até à preocupação da valorização ambiental.

Palavras-Chave

Espaço Público | Programa Polis | Qualidade de Vida | Requalificação

Abstract

Concerns towards the cities and the urban environment became highly visible by the second half the 20th century 80's decade, when the growth of the urban territories followed new development models and urban context changes, which intended to promote more cohesive, attractive and competitive territories, with an increasing economic and cultural value.

The adoption and implementation of programs, such as Polis, reveals the importance of the existent edification infrastructures and equipment reutilization in a poor condition and urban spaces recovery, in order to improve their status. This program proposes large scale urban interventions, aiming the integration of the main natural aspects, enhancing them as attractive areas, not only taking into account the territory, but also the common good. These interventions have been an opportunity for urban and environmental valorization, as well as for the implementation of new equipment, such as nurseries, cultural venues and public spaces, striving to give a new "opportunity" and "identity" to the cities.

These subjects will be developed over the case study - Cacém, where it is intended to discuss the Polis Program implementation, in time and location, having in mind its historical context, population evolution, the conservation point of the buildings, and predominantly what this program brought to the district. The implementation of the Polis Program in the district of Agualva-Cacém came to conceive a new direction, which allowed the resolution of some needs of the zone of intervention, from the creation of new public spaces to the concern of environmental valuation.

Key-words

Public Space | Programa Polis | Quality of life | Requalification

Índice Geral

Agradecimentos	V
Resumo	VII
Abstract	IX
Índice Geral	XI
Índices de Figuras	XIII
Índices de Quadros	XV
Lista de Termos, Abreviaturas e Acrónimos	XVII
Capítulo 1 Introdução	13
1. Tema e Justificação	13
2. Objectivos Questões do Trabalho	15
3. Metodologia	16
4. Estrutura	17
Capítulo 2 Espaço Público	19
1. Definição de Espaço Público	19
2. Tipologias do Espaço Público	22
3. Espaço Público e o Espaço Colectivo	35
4. Caso da Cidade de Berlim	38
5. Síntese	41
Capítulo 3 Contextualização das Políticas Urbanas em Portugal	43
1. Contexto de Mudança	43
2. Evolução do Sistema de Planeamento em Portugal	49
3. Síntese	52
Capítulo 4 Instrumentos de Planeamento - Concelho de Sintra	53
1. Tipos de Planos	53
1.1. Plano em Vigor	53
1.2. Planos de Âmbito Municipal	55
1.2.1. PDM Sintra	55
1.2.1.1. Objectivos do PDM Sintra	57
1.2.1.2. Perímetro Urbano	58
1.2.1.3. Níveis de Execução dos Objectivos Estratégicos	60
1.2.1.4. Transformação do Solo em Agualva-Cacém	63
1.2.2. AUGI's	64
1.2.3. Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional	67
1.2.4. Plano Municipal de Ambiente de Sintra	69
1.2.4.1. Diagnóstico Ambiental	70

1.2.4.2. Monitorização Ambiental de Agualva-Cacém	73
1.2.5. Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015	75
1.2.5.1. Análise SWOT	75
1.2.5.2. Estratégias Adoptadas em Agualva-Cacém	80
2. Síntese	89
Capítulo 5 Caracterização do Programa Polis	91
1. Introdução	91
2. Situação Portuguesa	93
3. Objectivos e Princípios	94
4. Organização do Programa	96
4.1. Instrumentos para a Execução do Programa	100
4.2. Instrumentos de Intervenção Urbanística	100
4.3. Instrumentos Empresariais	101
4.4. Instrumento de protocolarização com os Municípios	102
4.5. Estrutura e Procedimentos de Gestão	103
4.6. Instrumento Jurídico	104
5. Financiamento e Modalidades de participação	106
6. Critérios de Acesso e Selecção	113
7. Tipologias	117
8. Análise Preliminar dos Projectos	118
9. Síntese	121
Capítulo 6 Caso de Estudo Agualva-Cacém	123
1. Contexto Histórico	123
2. Análise da População de Agualva-Cacém	129
3. Análise da Construção e Estado de Conservação dos Edifícios	135
3.1. Antes de 2001	135
3.2. De 2001 a 2011	139
4. Justificação para a Integração do Programa Polis do Cacém	142
5. Apresentação do Programa Polis do Cacém	145
5.1. Implementação do Programa Polis	148
6. Análise do Programa Polis do Cacém	154
7. Síntese	165
Capítulo 7 Conclusões	169
Bibliografia	172
ANEXOS	185

Índices de Figuras

Figura 1 Plano Urbano Expo 98'	38
Figura 2 Espaço Público Expo 98'	40
Figura 3 Espaço Público do Bairro governamental	45
Figura 4 Espaço Público do Memorial Muro de Berlim	46
Figura 5 Praça Lustgarten	46
Figura 6 Plano de Pormenor da Área Central do Cacém	60
Figura 7 Cronograma do PDM de Sintra	62
Figura 8 Classes do PDM de Sintra	63
Figura 9 Espaços Urbanos e Urbanizáveis	65
Figura 10 Área das AUGI por freguesias	70
Figura 11 Delimitação das AUGI no Concelho de Sintra	70
Figura 12 Área de Reserva Ecológica Nacional	73
Figura 13 Área de Reserva Agrícola Nacional	74
Figura 14 Fluxograma do Programa Polis	109
Figura 15 Agualva-Cacém no séc. XVIII	129
Figura 16 Ocupação em Agualva e Cacém e área envolvente, em 1930	131
Figura 17 Ocupação em Agualva e Cacém e área envolvente, em 1940	131
Figura 18 Antiga Estação de Agualva-Cacém, 2005	132
Figura 19 Nova Estação de Agualva-Cacém	132
Figura 20 Morfologia de Agualva-Cacém	133
Figura 21 Ocupação em Agualva e Cacém e área envolvente, em 1962	134
Figura 22 Evolução da População de 1940 até 2011	135
Figura 23 Estrutura da População Agualva-Cacém, em percentagem 2001	136
Figura 24 Evolução da Estrutura Populacional por Grupos Etários	137
Figura 25 Evolução Percentual da Estrutura Populacional por Grupos Etários	137
Figura 26 Grupos Etários da Cidade de Agualva-Cacém, percentagem 2011	137
Figura 27 N° de Edifícios nas freguesias de Agualva e Cacém	141
Figura 28 N° de edifícios, segundo a época de construção	141
Figura 29 Construção de edifícios, segundo o n° de pisos	142
Figura 30 Construção de edifícios, por décadas, consoante o n° de pisos, percentagem	142

Figura 31 Construção de edifícios, por décadas, consoante o nº de pisos nas freguesias de Agualva e Cacém	143
Figura 32 Estado de Conservação dos edifícios, anteriores ao ano de 2000 em Agualva-Cacém	143
Figura 33 Estado de Conservação, por década de construção, em percentagem em Agualva-Cacém	144
Figura 34 Estado de Conservação, percentagem nas freguesias de Agualva e Cacém	144
Figura 35 Parque habitacional de 2001 a 2011, segundo o número de pisos em Agualva-Cacém	145
Figura 36 Estado de Conservação, no período de 2000 a 2001 em Agualva-Cacém	145
Figura 37 Parque habitacional de 2001 a 2011, segundo o nº de pisos em Agualva	146
Figura 38 Parque habitacional de 2001 a 2011, segundo o nº de pisos no Cacém	146
Figura 39 Relógio “Countdown”	149
Figura 40 Agualva-Cacém anterior ao Programa Polis	151
Figura 41 Objectivos Estratégicos do Plano	156
Figura 42 Requalificação do Espaço Público	157
Figura 43 Parque Linear Urbano de Agualva-Cacém	158
Figura 44 Nova Estação Agualva-Cacém	159
Figura 45 Túnel de Agualva-Cacém	159
Figura 46 Edificado Demolido	160
Figura 47 Estrutura Viária até 2000	161
Figura 48 Estrutura Viária depois de 2001	162
Figura 49 Espaços Verdes Existentes até 2000	164
Figura 50 Espaços Verdes Existentes após 2011	165
Figura 51 Áreas Requalificadas pelo Programa Polis	166
Figura 52 Períodos de Construção	167
Figura 53 Programa Polis	168
Figura 54 Edificado Não Construído	169

Índices de Quadros

Quadro 1 Espaço Público, Espaço Coletivo e Esfera Pública segundo Cerasi, Ricard e Remesar	42
Quadro 2 Sistema de Planeamento Vs Economia Política do Desenvolvimento Territorial	55
Quadro 3 Infra-Estruturação das AUGI	72
Quadro 4 Índice de Qualidade de Ar no Cacém	79
Quadro 5 Estratégias Adoptadas pelo PMA	94
Quadro 6 Síntese das principais características das componentes e linhas de intervenção do Programa Cidades	103
Quadro 7 Indicativo das necessidades de investimento do Programa Polis	113
Quadro 8 Indicativos das fontes de financiamento do Programa Polis	114
Quadro 9 Valores indicativos dos níveis de comparticipação para as componentes do Programa Polis	115
Quadro 10 Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) na medida 2.1 da IO Ambiente para investimento no âmbito do Programa Polis	116
Quadro 11 Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) no eixo prioritário 2 das intervenções operacionais regionais para o investimento no âmbito do Programa Polis	116
Quadro 12 Indicativo das disponibilidades financeiras (FSE) no eixo prioritário 2 das intervenções operacionais regionais	116
Quadro 13 Indicativo das fontes de financiamento das componentes e linhas de intervenção do Programa Polis com base no QCA III	118
Quadro 14 Análise dos Projectos face ao reforço do Sistema Urbano Nacional	124
Quadro 15 Análise dos projectos face à tipologia de intervenções	125
Quadro 16 Evolução da população, no séc. XX	135
Quadro 17 Evolução dos índices de Dependência Total, Dependência de Jovens e Dependência de Idosos	138
Quadro 18 Índices Dependência Total, Dependência de Jovens e Dependência de Idosos	139
Quadro 19 Estado de Conservação dos edifícios, por ano de construção nas freguesias de Agualva e Cacém	147
Quadro 20 Cronologia do Território e Legislação	153

Lista de Termos, Abreviaturas e Acrónimos

A5	Autoestrada 5 – Autoestrada da Costa do Estoril
AA	Avaliação Ambiental
AML	Área Metropolitana de Lisboa
AMTRES	Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para Tratamento de Resíduos Sólidos
ARU	Áreas de Reabilitação Urbana
AUGI	Área Urbana de Génese Ilegal
DGOT	Direcção Geral do Ordenamento do Território
EMAS	Empresa Municipal de Água e Saneamento
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
GCPC	Gabinete Coordenador do Programa Cidades
IC 16	Itinerário Complementar 16
IC 18	Itinerário Complementar 18
IC 19	Itinerário Complementar 19
IC 30	Itinerário Complementar 30
IGAPHE	Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INTERREG	Programa de Iniciativa Comunitária da CE
ISO	International Organization for Standardization
LBPOTU	Lei de Base da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
MDT	Modelo de Desenvolvimento do Território
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicação
PDM	Plano Director Municipal
PER	Processo Especial de Realojamento
PMA	Plano Municipal do Ambiente
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNDES	Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira

POPNSC	Plano de Ordenamento do Parque Natural de Sintra-Cascais
PP	Plano de Pormenor
PROT	Programa Regional de Ordenamento do Território
PU	Plano de Urbanização
QCA III	Quadro Comunitário de Apoio III
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REFER	Rede Ferroviária Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RSU	Resíduos Sólidos Urbanos
SEC	Sistema de Espaço Colectivo
UE	União Europeia
UNCED	United Nations Conference on Environment and Development
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UOPG	Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Capítulo 1 | Introdução

Esta dissertação propõe-se estudar como foi desenvolvido o Programa Polis, levando em consideração todo o seu processo, a nível de mudanças até à sua aprovação e implementação na área de intervenção, e entender que impacte o programa proporcionou às áreas urbanas, focando-se na freguesia de Agualva-Cacém. O objectivo desta dissertação é compreender qual foi o efeito que o Programa Polis veio proporcionar a esta freguesia, salientando a criação e recriação de novos espaços públicos urbanos.

O impacte do Programa Polis pode-se expressar através de diversos factores, visto que pretende colmatar as necessidades presentes em cada área de intervenção, desde a construção de espaços públicos, à criação de equipamentos culturais e educacionais, criando novas áreas centrais que proporcionam um novo rumo às cidades portuguesas.

1. Tema e Justificação

Nos últimos anos tem sido debatida a questão da valorização ambiental e da qualidade de vida das cidades, levando à requalificação e reconversão dos espaços públicos. Estes problemas relativos à requalificação urbana não se limitam à gestão sustentável das cidades, mas a uma dimensão estratégica, pretendendo que as cidades sejam reinventadas e que se reoriente o seu papel numa nova organização do território. O papel da qualidade do ambiente, em Portugal, é um factor decisivo já que várias cidades pretendem obter desígnios estratégicos e factores de competitividade neste âmbito.

O que gerou esta necessidade foi o rápido e desordenado crescimento urbano, durante o século XX, que teve consequências a nível da ocupação dos espaços nas cidades levando ao aparecimento de áreas desqualificadas que não proporcionam à população residente a qualidade de vida desejável. Hoje em dia, as cidades enfrentam grandes desafios no caminho para a sustentabilidade, como problemas relacionado com a falta de identidade, destruição do património cultural e dos valores naturais, tráfego, degradação das zonas centrais entre outros aspectos.

Criar-se uma programa desta natureza implica dar resposta a questões futuras relativas ao crescimento e ambição das cidades. A requalificação e o planeamento são vistos como uma ferramenta que auxilia a resolução dos problemas urbanos, assim destaca-se a utilização do “desenho”, análises à área de intervenção, como forma de solucionar as problemáticas de tecidos sociais complexos.

O tema da presente dissertação, o impacte do Programa Polis - a (re)criação do espaço público urbano, destaca a importância deste programa, por ter sido assumido como uma “grande intervenção”. Este Programa procurou resolver as lacunas e erros urbanísticos do passado, no que se refere à integração de espaços “deixados” dentro da urbe, embora também pretenda valorizar e requalificar espaços que por diversas razões se encontravam degradados ou que eram vistos como um problema por resolver. Para ilustrar esta análise, referente ao Programa Polis, escolheu-se um caso do conjunto de intervenções elaborados pelo programa, sendo esse o Programa Polis do Cacém.

2. Objectivos | Questões do Trabalho

Com o presente estudo, “O Impacte do Programa Polis - A (re)Criação do Espaço Público Urbano”, pretende-se compreender qual o papel do Programa Polis na freguesia de Agualva-Cacém e de que modo este veio transformar e melhorar o espaço urbano da freguesia, tendo em conta todo o planeamento e intervenção promovido pelo programa.

Ainda neste trabalho pretende-se responder a algumas questões relativas à (re)criação dos espaços público, como:

- Que impacte os espaços públicos podem ter na qualidade de vida da população?
- De que forma os espaços públicos são pensados e criados para as necessidades da população?
- Serão todos os espaços públicos usados pela população?
- Qual a importância da implantação de programas ou projectos de espaços públicos em prol da comunidade?

Partindo destas questões, o trabalho desenvolve-se com alguns objectivos, sendo esses:

- Compreender os diferentes conceitos sobre os espaços públicos
- Entender a ligação entre espaços públicos, qualidade de vida e o factor social
- Averiguar a evolução histórica do Cacém e da sua envolvente com a intenção de entender o processo de evolução dos espaços públicos
- Compreender as questões sociais da população que se relacionam com a utilização dos espaços públicos

Analisar-se-á o Programa Polis, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15 de Maio, com o intuito de valorizar o seu elemento identificador e qual o seu impacte, tanto na vertente social como na qualidade de vida da população. Para uma melhor compreensão da importância do Programa Polis, será necessário analisar que tipos de programas urbanísticos existem para a requalificação dos espaços.

Este trabalho debruça-se sobre as questões que envolvem os espaços públicos, com o intuito de valorizar a criação de programas que proporcionem melhores espaços públicos, visto ser uma das problemáticas existentes nas cidades portuguesas. Contudo pretende-se que estes programas melhorem as zonas descaracterizadas e degradadas proporcionando uma melhor qualidade de vida.

3. Metodologia

A metodologia usada para a elaboração deste trabalho tem várias fases, como a pesquisa bibliográfica na biblioteca municipal de Sintra e na biblioteca municipal de Agualva-Cacém, online, onde foram recolhidos vários documentos como livros, revistas, legislação, jornais e cartografia. Numa primeira abordagem, é necessária a leitura e análise de textos e trabalhos que abordam temas que dizem respeito aos espaços públicos, contextualização das políticas urbanas em Portugal, sistema de planeamento municipal de Sintra e o Programa Polis de forma a poder encontrar bases sólidas sobre estas mesmas temáticas.

Procedeu-se à recolha de informação estatística no INE, Censos 2011 e no projecto lei nº 193/ VII para a elaboração da análise, referente à evolução da população e do edificado na freguesia de Agualva-Cacém. Consultou-se o arquivo municipal de Sintra com a finalidade de obter informações, no que diz respeito ao caso de estudo, o Cacém, e ao sistema de planeamento municipal de Sintra.

Para um melhor desenvolvimento problemático do tema dos espaços públicos frequentou-se em Berlim o curso “Arquitetura e Paisagem Urbana em Transformação”, onde ocorreram visitas de estudo ao parque Gleisdreieck, ao plano urbanístico de Potsdamer Platz, ao plano urbanístico para o rio Spree, ao cemitério Dorotheenstädtische, ao bairro Hufeisensiedlung, ao bairro Rummelsburger Bucht, ao parque Treptow, ao aeroporto de Tempelhof e ao bairro de Neuköln acompanhadas de palestras.

É utilizado o estudo do caso do Cacém para verificar as questões levantadas, e que impacte trouxeram os novos espaços públicos à qualidade de vida, será que estes espaços foram criados e pensados de forma a suprir as necessidades da população? será que todos estes espaços públicos são utilizados pela população? e por fim entender qual a importância de implementar programas ou projectos em prol da comunidade?

4. Estrutura

Esta dissertação terá como base sete capítulos, onde o primeiro capítulo será a introdução onde se pretende explicar, justificar a escolha do tema, assim como identificar quais os objectivos deste trabalho, segundo as questões principais e ainda clarificar os métodos que serão adoptados no trabalho.

No segundo capítulo destinado ao espaço público, onde se pretende definir o conceito de espaço público, as suas tipologias, o espaço colectivo e o espaço público.

O terceiro capítulo referente à contextualização das políticas urbanas em Portugal, em que se pretende esclarecer como sucedeu o contexto de mudança das políticas ao longo dos tempos e também a evolução do sistema de planeamento em Portugal.

Relativamente ao quarto capítulo estudou-se o sistema de planeamento municipal, neste caso o do concelho de Sintra, em que se referem alguns planos como o Plano Director Municipal (PDM), o Plano Municipal do Ambiente (PMA), o Plano de Desenvolvimento Estratégico (PDE), Área Urbana de Génese Ilegal (AUGI) e a Reserva Ecológica Nacional (REN) e a Reserva Agrícola Nacional (RAN) sempre tendo em conta o caso de estudo, a freguesia de Agualva-Cacém.

No quinto capítulo destinado à análise do Programa Polis em que se tenciona compreender as suas estratégias, desde os seus objectivos e princípios até aos critérios de escolha e os tipos de financiamento.

O sexto capítulo destina-se ao caso de estudo, efectuado-se várias análises, como o contexto histórico, a evolução da população, a evolução da construção e estado de conservação do edificado, a justificação para a criação do programa e, por fim a apresentação e aplicação do Programa Polis do Cacém.

No último capítulo serão apresentadas as conclusões, onde serão expostas todas as conclusões retiradas sobre a implementação do Programa Polis do Cacém, e perceber qual o impacte da sua implementação.

Por fim, apresentam-se os anexos que serviram de base à pesquisa do caso de espaço público da cidade de Berlim e ainda a legislação de suporte ao caso de estudo Agualva-Cacém.

Capítulo 2 | Espaço Público

Este capítulo apresenta o conceito de espaço público, com o propósito de explicar como estes espaços se desenvolvem e se relacionam com a população; as tipologias do espaço público, em que se pretende caracterizar cada tipologia assim como a sua funcionalidade e ainda como se relacionam; o espaço público e o espaço colectivo, em que se pretende entender como estes dois conceitos se relacionam e para finalizar apresenta-se o caso da cidade de Berlim como exemplo do desenho urbano alemão contrastando com o desenvolvimento urbano português.

1. Definição de Espaço Público

O desenvolvimento das cidades tem promovido diversos desafios perante a evolução da sociedade e das culturas. O desenvolvimento das cidades questiona o desenvolvimento do espaço público, visto ser um tema bastante complexo a diversos níveis, tais como: social, cultural, económico, ambiental e político.

A sua própria complexidade é reflectida em alguns valores, como o estilo de vida, a cultura das populações, entre outros. Segundo Castro (2002), o espaço público é, por natureza, espaço de afluência e confluência, tendo uma enorme influência na dinâmica social do espaço em que se insere, constituindo-se com instrumentos políticos para enquadrar e reforçar os laços sociais.

Pode-se considerar o espaço público, dentro do território urbano, de uso comum e posse colectiva que pertence ao poder público. Contudo este espaço é um ponto fundamental na cidade, devido à sua capacidade de relacionar todos os elementos, através do seu carácter organizador perante os elementos construídos. Visto que este espaço tem a capacidade de conciliar todos os elementos ao seu redor, pode-se considerar como um “esqueleto” que serve de suporte à vida urbana (Martin, 1972).

A qualidade do espaço público é outro aspecto que é importante referenciar, isto é, como é que se pode avaliar a qualidade de um espaço público?

Segundo Brandão (2002), a qualidade do espaço público estabelece-se através de vários princípios, tais como: o desenho do espaço público, o controlo da qualidade do processo, a formulação de objectivos e directrizes, o conhecimento profundo da áreas de intervenção entre outros.

“ O bom desenho do Espaço Público, além de assegurar em muitos casos um adequado contributo para a valorização do património arquitectónico e urbanístico, para a reconversão das zonas ribeirinhas, para a recuperação do comércio tradicional, ou para a recuperação de áreas urbanas degradadas, torna-se cada vez mais uma parte própria da cultura urbana, da cidadania” (Brandão, 2002:17)

Um bom desenho do espaço público tem de exprimir o seu objectivo coerente e flexível, sustentável, eficiente que corresponda às expectativas e necessidades da população, assim sendo, fornece espaços aptos a serem apropriados e usufruídos pelas comunidades. Para que o espaço público obtenha um grau de excelência, é indispensável o controlo de qualidade no seu processo, desde a fase de concepção, execução e à manutenção do espaço.

Todavia, a excelência do espaço público, acaba por estar influenciado por vários factores: como a definição de uma estratégia de desenvolvimento, que se expressa pelo plano de ordenamento do território ou por outros instrumentos relacionados com este. Mas também é necessário uma caracterização sobre a cultura e identidade dos lugares. A identidade e a qualidade do ambiente local, inclui a relação com a envolvente, ou seja, o contacto que tem com o ambiente e com o edificado. Porém, é importante que exista uma certa flexibilidade estrutural, que possibilite uma adaptação dos novos espaços às oportunidades e necessidades de mudanças.

“ O desenho do espaço público é fundamental na criação de locais sustentáveis e na formação de condições que promovem o progresso social, a utilização prudente dos recursos naturais e a vida económica local.” (Brandão, 2002: 22)

O conceito de espaço público incorpora uma grande variedade de funções, salientando-se a coesão social, porém é importante destacar a sua noção de centralidade, que pretende promover a satisfação das necessidades da população. Para além disto, é necessário entender a identidade do próprio espaço, relacionando-a com a paisagem e como se apropria do espaço, originando padrões de vida específicos que se reflectem na configuração da paisagem. Quando no próprio local não existe um elemento caracterizador, o desafio de criar uma identidade torna-se mais difícil.

O espaço público é, por natureza, espaço de confluência e afluência, que deve ser utilizado por todos os indivíduos, independente do seu nível social, sexo, etnia e idade. Analisando brevemente a função social, nos espaços verdes urbanos, verifica-se uma constante procura de espaços específicos para a socialização (Sá, 2013). Segundo Manso (2001), uma das principais funções dos espaços exteriores é o seu carácter social, ou seja, espaços direccionados

especificamente, para a população, com o intuito de equilibrar com o edificado e a vegetação, proporcionando o conforto, bem-estar e qualidade de vida às populações.

Borja (2003) defende que o espaço público tem a capacidade de gerar um espaço funcional polivalente, com a capacidade de articular todos os elementos presentes na cidade, isto é, o espaço público tem um forte carácter organizador face aos elementos construídos e as diversas formas de mobilidade e de permanência das pessoas. Assim, Borja (2003) ainda defende que o espaço público pode ser culturalmente qualificado, com o propósito de promover a continuidade e legibilidade dos elementos urbanos e também ambientes protectores, cuja força significativa transcenda as suas funções aparentes.

2. Tipologias do Espaço Público

Ao longo da história os espaços públicos têm vindo a promover as relações sociais, sendo lugares de encontro, onde o homem acaba por expressar-se e definir-se enquanto ser humano. Segundo Ribeiro Alves (2003), é possível distinguir duas tipologias de espaço público: as tradicionais e as não tradicionais. As tradicionais enquadram os jardins e parques, as praças e os mercados, bem como as ruas e os passeios e as não tradicionais surgem quando os espaços públicos convencionais são inacessíveis ou desagradáveis, em a própria população acaba por escolher outros locais para interagirem, conversarem ou apenas para passar o tempo. Os espaços não tradicionais têm uma carácter informal onde a interacção pode ser intencional ou não. Nestes parâmetros de espaços públicos não tradicionais enquadram-se as entradas de habitações, esplanadas, estações de autocarro entre outros.

Ainda no conceito de espaço público é importante mencionar as suas tipologias urbanas, ou seja, demonstrar as suas formas e as suas transformações na cidade.

Segundo Coelho et al (2015), a cidade é um foco de admiração devido às suas qualidades, por ser um objecto colectivo e um suporte físico das nossas vidas. Esta admiração provem da sua beleza e da sua capacidade de adequação ao tempo, ou seja, pela sua resistência à passagem das diversas gerações onde são depositadas as suas marcas. O mais natural é que a cidade no futuro não seja apenas o presente reinterpretado, subtraindo alguns elementos e acrescentado outros, mas que seja claramente modificada.

Desde a segunda metade do século XIX, houve uma urgência em encontrar respostas para o grande crescimento das cidades, assim como a sua transformação num organismo cada vez mais complexo em termos de organização e gestão.

O conceito de tecido urbano exprime a realidade da cidade construída, onde se inclui o espaço e o edificado, o público e o privado, isto é, as ruas, os edifícios, as infraestruturas, as parcelas, ou seja, toda a cidade. O tecido concentra num processo evolutivo, que se traduz num resultado particular a cada momento e que explora a riqueza das nossas cidades. A variedade de tecidos urbanos diferentes, na mesma cidade, traduzem a sua evolução e justificam o seu carácter único. A dificuldade na compreensão da natureza dos tecidos urbanos, principalmente na sua forma de produção originou o urbanismo como disciplina no final do século XIX, que consistia no controlo total da organização e forma da cidade a partir dos planos e dos projectos. O tecido urbano sobrepõe, condensa e sedimenta acontecimentos ao longo dos tempos e lógicas distintas, e não resulta essencialmente da sucessão de um intenção, acção ou projecto, muito embora os possa incluir.

Para um melhor entendimento do tecido urbano, este resulta da configuração dos seus diversos componentes, que contribuem para a homogeneidade formal do tecido e a compreensão da sua identidade. A identidade do tecido urbano consiste na articulação entre elementos, de tal modo que a sua contribuição para a composição de um tecido urbano lhe dê características distintas. Esta identidade não depende da determinação de cada elemento, mas da sua relação, podendo dois tecidos com identidades diferentes e que partilham elementos semelhantes.

Uma das particularidade do tecido urbano deriva da natureza dos espaços que o compõem, constituído por uma grande variedade de unidades autónomas e com interesses próprios (parcelas), e um espaço colectivo em que as estruturas (espaço público). Esta diversidade presente no tecido urbano dificulta o seu controlo. Outro processo de decomposição que nos permite uma leitura do tecido urbano é a sua decomposição elementar. Quando mencionamos um quarteirão, uma praça e uma rua, estamos a desintegrar elementos indecomponíveis, tanto as ruas como as praças são constituídas pelos vazios existentes entre quarteirões, isto é, estes espaços edificados só podem existir pela definição dos vazios públicos.

Na componente pública da cidade foram eleitos dois elementos essenciais, sendo esses a rua, um elemento que integra o espaço público; e a praça, um elemento urbano de excepção e representação. Na componente privada da cidade elegeu-se o quarteirão, como uma unidade de agregação do espaço privado; o edifício comum, como definidor do tecido edificado, eminentemente particular e o edifício singular, que expressa o colectivo e contém uma maior representação. Sendo assim é possível concluir que no tecido urbano existem espaços livres e construídos, públicos e privados (Coelho et al, 2015).

É necessário questionar a cidade construída, desde a forma do sítio e a sua influência na modelação do traçado urbano, estes factores permitem identificar e averiguar o valor do contexto no âmbito dos fenómenos que surgem na produção da forma urbana. Através de diversos fenómenos averigua-se quais é que podem influenciar no traçado urbano, um dos grandes fenómenos é a acção do relevo, como um reformador das malhas e o seu papel quando é gerador de forma dos lugares (Fernandes et al, 2015).

Com a percepção desta característica existe uma variedade de formas de ocupação que conseguimos identificá-los em cada um destes objectos urbanos individualmente. Esta diversidade de traçados é notória devido à utilização da topografia, expressa na capacidade de ajustamento às condicionantes dos sítios e na integração desta características morfológicas no desenho da cidade.

Porém, averiguam-se diversos tipos de deformações presentes na malha urbana, este fenómeno acontece por diversas razões distintas, por vezes são determinadas através da curvatura de eixos nucleares, direcções diferentes de elementos pré-existent. Outro tipo de deformação é por

ruptura do traçado, entende-se como uma particularidade, que consiste na presença de obstáculos e da sua integração na configuração do tecido urbano. Muitas destas interrupções têm origem em acidentes geográficos que produzem efeitos urbanos singulares que criam exceções no sistema de composição. Estes elementos revelam-se através de configurações que caracterizam a identidade dos traçados e dos lugares onde estão integrados (Fernandes et al, 2015).

Uma das particularidades desta deformação por ruptura é quando a produção dos traçados se baseia em malha de matriz regular, onde acabam por atingir deformações extremas em presença de situações geográficas muito particulares, caracterizadas por oscilações bruscas da topografia (Fernandes et al, 2015).

Por vezes o relevo adquire um estatuto de protagonista, na definição do traçado quando os elementos urbanos, sobretudo a estrutura morfológica do conjunto, reproduz através da simplificação a morfologia dos lugares (acidentes topográficos e dos elementos marcantes da paisagem) (Fernandes et al, 2015).

“...as cidades são entidades únicas; não há duas iguais no mundo, (...). As cidades constituem entidades únicas porque raras vezes estão implantadas em sítios rigorosamente iguais” (Ribeiro, 1994: 315-337)

Através do ponto de vista de Ribeiro (1994), apercebemo-nos de como é fundamental o sítio e a sua topografia para a morfologia urbana, em que a sua leitura permite revelar fenómenos adjacentes à valorização do contexto na construção dos lugares urbanos. A unidade de cada cidade assegura-se pela articulação existentes entre diversas partes homogéneas, estas normalmente estão ligadas através do sistema de espaços públicos que conjugam largos, praças e ruas estabelecendo relações contínuas entre os mais variados traçados.

A observação ao sítio como suporte de implantação de cidades, permite a definição de um ponto de situação sobre a produção do traçado urbano, demonstrado a valorização do relevo e a sua confirmação como algo permanente e eterno na forma urbana. Para criar uma harmonia entre o espaço e a produção do traçado urbano, considera-se o sítio, principalmente o relevo, como um gerador do traçado, tendo uma grande coerência, o que torna indissociável a forma do território.

Relativamente ao elemento urbano, a Praça, esta faz parte da estrutura, composição e a da identidade da cidade. A grande diversidade de praças faz com o somatório das suas características urbanas, distintas formas e designações resultem da relação existente entre o homem e o lugar. Esta relação expressa-se através das vivências como na formação de tecidos e do edificado, que proporciona diferentes espaços e condições de uso. Estes espaços gerados são fortemente

caracterizados por vários factores, como valores sociais e arquitectónicos nos quais a praça, é destacada como um elemento fundamental para a organização da cidade, reforçando o sentido da identidade compreendida ao longo do tempo, na singularidade do sítio e da sua história. (Silva et al, 2015)

A praça é entendida como um dos mais importantes elementos morfológicos do espaço público, diferente dos outros espaços, devido às vivências geradas, à sua importância no espaço urbano. A sua criação resulta de variadas acções intencionais, como do investimento preciso de várias culturas no tempo, que modifica o desenho, o uso e até o seu carácter identitário do espaço. Esta intenção considera a posição do relevo que a praça ocupa na organização da cidade, na co-participação entre o desenho do espaço e dos edifícios, integrado no contexto físico e cultural.

Na cidade Oriental a praça é pensada como uma centralidade cultural, vista como um fórum de encontros e manifestações sociais, do indivíduo e da comunidade, consequentemente, de funções e arquitecturas significativas. A importância da sua identidade na estruturação do espaço urbano é evidente nos conceitos que tiveram impacto na transformação dos tecidos urbanos em Portugal, no século XX, vinculados numa representação dos valores histórico-culturais do país (Silva, 2015: 84).

Esta procura no espaço de uma representação identitária pretende elevar a importância monumental e histórica das praças, constituindo-as como propulsoras de lógicas especiais e da organização da própria cidade. A certa altura, foram recriados “cenários históricos” que através de uma composição ideal do espaço, investiram as praças como palcos privilegiados de exibição simbólica de uma cultura. Este foi um período caracterizado por uma renovação do tecido construído, o que originou uma grande diversidade de peças que tiveram origem na subtracção de partes dos conjuntos edificados com um potencial histórico, para investir em espaços de contemplação do edificado monumental (Silva et al, 2015).

No século XX, os padrões de uso de praças sofreram algumas modificações, o sentido público recorda a sua origem como um lugar de encontro, comércio, circulação e sobretudo de representação. Com a evolução das praças, o espaço público foi considerado como um elemento urbano agregado ao todo. O que diferencia cada tipo de intervenção é a auscultação da história do lugar ou o gesto decidido que modifica a cidade antiga, onde o espaço público conta como o papel fundamental no dinamizar das vivências locais (Silva et al, 2015).

Quando se trata de um processo de transformação do espaço admite-se a recriação da identidade do lugar. Estes aspectos fazem parte de um carácter contínuo da cidade, apesar de ser modificada ao longo do tempo, recriando e reorganizando as novas vivências que acabam por proporcionar a praça enquanto centro cívico, monumental e histórico (Silva et al, 2015).

Em Portugal nos anos oitenta e noventa do século XX, notou-se o aumento do interesse de preservar os conjuntos urbanos, sendo que o espaço público assume um papel fundamental no processo de reabilitação dos centros históricos. Desse modo em muitas cidades, o interesse no espaço público, especificamente nas praças, era reconhecido pela revitalização do espaço físico e social, bem como a preservação da história da envolvente. No entanto, é o princípio de alguns conceitos no modo de pensar o espaço público, como por exemplo a adaptação de espaços viários e o passeio pedonal. Assim sendo, a recuperação da praça foi visto como um processo de revitalização física e social do espaço, valorizando o seu uso, o enquadramento do edificado, a população e a sua história.

Hoje em dia, o conceito de praça é visto como um elemento urbano relevante na vivência social e cultural da cidade, justificando todo o comércio e esplanadas que utilizamos como uma plateia preferencial deste espaço público. Assim este conceito interliga-se com a noção de lugar, isto é, explora-se o interior em contraste com o exterior, a envolvente. Neste sentido a praça transparece o sentido de permanência e estar, num sentido distinto e particular (Silva et al, 2015).

“...as praças sejam lugares onde experimentamos acontecimentos significativos da nossa existência, elas constituem também pontos de referência para nossa orientação e apropriação do ambiente que nos envolve.” (Alves, 2003: 75)

A definição de praça urbana consiste em espaços específicos, dentro da cidade, em que os elementos que a definem são claramente visíveis do seu interior e onde dá destaque ao sentido de estar mais do que em qualquer outro lugar. Contudo, o sentido de praça num âmbito privado, origina o conceito de pátio como um espaço equivalente. As casas organizadas em torno de um pátio interior, isoladas constituem o tipo mais antigo da casa da cidade (Alves, 2003).

No ponto de vista da cidade moderna este conceito “a praça” converte-se num lugar de passagem ou de encontro momentâneo, onde raramente se realizam actividades. Apesar de algumas destas actividades serem pontuais como exposições, feiras, concertos que não se encontram associadas as qualidades próprias da praça. Segundo Vitruvius (1960), o desenho de uma praça deveria ser proporcional ao número de habitantes, de modo a que a própria praça não fosse demasiado pequena nem grande. Seguindo estes princípios, Alberti (1986) defendia que deveriam existir diversas praças distribuídas ao longo de uma cidade, em que umas dariam lugar a actividades comerciais, outras a actividades próprias para a juventude e ainda outras para armazenar provisões em tempos de guerra.

O tecido urbano da cidade de Lisboa permite compor um amplo e representativo esqueleto da cidade. Este facto permite-nos reflectir sobre a diversidade morfológica e morfogenética do elemento predominante na organização do tecido urbano, a Rua. (Proença et al, 2015)

Assim a Rua é definida como um elemento do espaço público da cidade que constitui um canal ou corredor, excluindo as praças e largos, e que cumpra a função de passagem e suporte do edificado. Isto é, a rua é vista como um elemento morfológico linear e contínuo do espaço público da cidade.

Segundo Kevin Lynch (2011) os elementos: vias, ruas, limites, landmarks, bairros, cruzamentos e regiões são essenciais no processo de construção de estruturas firmes e diferenciadas na escala urbana. Relativamente ao elemento rua contém uma qualidade de acção, isto é, a sensação de deslocação ao longo dela, acaba por ser memorável pelas suas curvas, descidas e subidas. Com esta descrição verifica-se que a rua é um elemento percorrível. Neste sentido de movimento, encontram-se diversos factores que influenciam o modo de como vemos a rua, como o tacto, olfacto mas o de maior destaque é a visão. Os objectos presentes na rua ajudam a realçar o movimento, continuidade e ainda permitem ver os percursos das restantes ruas. Este factor de movimento faz com que a rua crie a sua própria identidade, que também é criadora de uma experiência contínua através do tempo. A noção do caminho pode ser evidenciada através de diversos elementos marcantes ou até mesmo outras indicações. A linha de circulação evidente pode-se considerar um símbolo de uma função urbana fundamental.

Esta possibilidade de delinear o caminho permite averiguar o próprio fluxo tornando-o sensorial, como: os estreitamentos, rampas, divisões e curvas que permitem uma contemplação do trânsito por si próprio. Por norma, uma cidade é estruturada por um conjunto de ruas. O ponto estratégico para o conjunto de ruas é a intersecção, o ponto de ligação e de decisão para o movimento humano.

Em Portugal, o elemento urbano rua tem um papel de lugar de encontro social e de troca de bens, hoje atenuada por vários factores como as transformações culturais, económicas e demográficas, levando, por vezes, à desertificação de determinadas áreas, o aumento da criminalidade, entre outros, fenómenos que surgem através da alienação do homem da cidade (Alves, 2003).

Quer na rua, quer na praça institucionalizou o movimento dos cidadãos. Cada indivíduo pode percorrer um espaço na direcção que quiser, mas este percurso nunca se tornará uma estrada, caminho ou rua. Mas sim tornam-se “instituições sociais”, ou seja, são caminhos que a comunidade utiliza e lhes dá uma maior importância à sua função.

“...área destinada ao espaço público, podendo incluir espaços com demarcações simples, sem ligação obrigatória a outras ruas ou sem conduzirem a algum lugar, em particular; por vezes terminam numa praça ou beco” (Alves, 2003: 60)

Na realidade, a palavra rua parte da estrutura urbana caracterizada por um canal, limitado por edifícios de ambos os lados; esta relação entre os dois lados é de extrema importância para a sua composição, qualidade de contenção, bem como para a sua relação com os edifícios que a compõem.

Segundo Alves (2003), Alberti divide a rua urbana em duas categorias correspondentes a cenários trágicos e cómico de Vitruvius: nas cidades nobres e poderosas, as ruas deveriam ser rectilíneas e largas, de forma a expressarem o sentido de grandiosidade e magnificência, enquanto que nas cidades pequenas seria melhor e mais seguras as ruas serem pluridireccionais, simulando, por vezes, maiores extensões do que a realidade permitia. Em contrapartida os ideais de Palladio, para a rua da cidade, seriam rectilíneas e regulares, como um modelo clássico que permitia uma perspectiva agradável, ampla e clara da rua, rodeada por magníficas construções. Nesta caso as ruas constituíam uma aproximação à geometria das rotas militares e uma extensão das estradas regionais que se dirigiam às cidades, o que acabava por permitir uma gestão mais eficaz.

Nos anos 50, havia uma grande preocupação com a estrutura funcional que desafiou a estandardização, dando um grande ênfase às ideias acerca da associação humana e os aspectos sociais do planeamento urbanístico e da arquitectura. Assim foi introduzida a noção de reabilitação da rua como um elemento do desenho urbano, onde existe o sentido de segurança e de laços comunitários que têm muito mais a ver com a forma simples e óbvia da rua. A rua não é vista apenas como um meio de acesso, mas também um lugar para a expressão social. Tanto as ruas como os seus passeios são os principais espaços públicos de uma cidade.

Relativamente ao factor social, a rua pode ser analisada através de quem a apropria, usa ou controla, isto é, do propósito da sua construção e da transformação da sua função económico-social. A sua capacidade tridimensional inibe certas actividades mas torna outras possíveis (Alves, 2003).

No planeamento das ruas, os factores que acabam por ter uma maior influência são a densidade de utilização, a sua ocupação mista, a interacção do peão e veículo, a configuração e o seu conteúdo. A maior dinâmica presente nestes elementos urbanos é o número de peles diferentes e as diversas utilizações; a própria actividade presente na rua acaba por inibir o uso do veículo motorizado e, simultaneamente, suportar actividades diversas e distâncias pedonais estimulantes (Alves, 2003).

A definição de espaço público e do espaço privado, inicialmente era muito simples de se identificar, em que espaço público continha um domínio da administração pública, e que era responsável pelo seu cuidado e tinha de garantir o direito universal da cidadania, o seu uso e usufruto, com isto engloba-se no uso tradicional e quotidiano dos espaços, os feitos históricos, entre outros. Assim, a cidade é vista como um local de encontros e relações, com este factor o espaço público é considerado com um papel determinante, pois são nesses espaços que se desenvolvem atividades colectivas, convívios e trocas. Os espaços privados eram caracterizados pelo grau de intimidade, ou seja, estes são controlados por quem usufrui deles ou são controlados por quem os gere ou por quem permanece neles durante um longo período (Aguiar, 2009).

Esta relação entre o público e o privado permanece há séculos, até ao ponto em que a sociedade, principalmente, os agentes económicos constatarem a necessidade de mudanças mais fortes do que aquelas que surgiram no decorrer da expansão das actividades económicas entre outras.

Uma das grandes questões dos conceitos público e privado é como conseguimos reconhecê-los?

Segundo Aguilar (2009), o conceito de espaço público deve ser considerado nos seus aspectos urbano e rural. Aquilo que se considera público-rural são terras que não estão legalizadas como estarem em nome de alguém ou simplesmente que nunca foram ocupadas, isto é, desapropriadas pelo Estado. As terras que não pertencem nem ao rural, nem ao Estado eram consideradas como públicas. Estas áreas públicas urbanas são consideradas as vias públicas, as praças, as calçadas, as áreas de prédios onde se desenvolvem certas actividades públicas e ainda aqueles espaços que abrigam os monumentos. Apesar de estar a relacionar estes dois conceitos é importante salientar a distinção entre espaços públicos urbanos e os espaços públicos rurais. Entende-se por espaço público urbano o espaço público da cidade, ou seja, o que identifica as suas particularidades e a sua identidade.

Estes conceitos referem-se aos espaços ou áreas que na cidade são visto como públicos. Esta é uma forma bastante simples de identificar os espaços públicos e privados dentro da cidade. No processo de crescimento das cidades apropriam-se espaços públicos, agregando benefícios públicos aos seus preços, levando o Estado a ter maiores custos de modo a conseguir manter ou até ampliar a infra-estrutura de serviços urbanos prestado á população, compram áreas públicas e vendem áreas privadas a preços abaixo e acima do mercado. Estas demonstram que a mistura dos dois conceitos tornaram-se bastante intensas, o que acabou por limitar o Estado, relativamente ao que se refere a uma escala mais ampla de abrangência (Bota, 2007).

Contudo, a arquitecta Lígia Bota (2007) defende que estes dois conceitos podem ser concebidos de uma forma bem pré-defenida, dependendo do projecto, mas com ganhos bastante significativos. Ainda afirma que os Shopping's modificaram os costumes da sociedade, “ E a cidade vai perdendo com isso, pois ao ar livre, em um espaço público, temos a oportunidade de encontrar todos os segmentos que compõem a sociedade..” (Conselho em Revista :14), em contrapartida, num shopping as pessoas podem interagir, ter a noção da temperatura e do que as envolve. Assim com várias opções, podem decidir e tomar várias atitudes de que rumo quer tomar dentro desses espaços.

Para os arquitectos, estes conceitos vêm sendo substituídos, respectivamente pelos termos colectivo e individual, tornando os seus significados mais abrangentes. Segundo a arquitecta Anelis Flores (2007), os espaços públicos qualificam-se na medida em que dão oportunidade ao desenvolvimento da sociabilidade. Ainda afirma “ Espaços que recebem actividades de lazer e infra-estruturas adequadas actuam como verdadeiros refúgios do caos urbano. Esses espaços geram, directamente ou indirectamente, empregos e devem também potencializar os factores económicos da região, em processo de fortalecimento da identidade cultural local, através de acções integradas entre o poder público e a iniciativa privada” (Flores, 2007: 15).

O termo de “ Vazio Urbano” engloba vários espaços com diversos significados em que estes espaços estejam interligados, proporcionando a sua relação com os espaços vazios das áreas centrais históricas. Ainda assim este termo expressa-se na cidade contemporânea devido as mudanças estipuladas nas estruturas produtivas nas últimas décadas do século XX. Segundo Borde (2013), Solá-Morales num contexto urbano, estes espaços vazios não tinham qualquer tipo de identidade, liberdade e memória para os seus habitantes. Estes espaços mantêm-se no tempo, com isto quer se dizer que estes espaços são transversais à evolução presente na cidade contemporânea. O que realmente acontece é que existem brechas no tecido urbano que demonstra uma quebra nos processos de urbanização que actuam em toda a cidade. Assim, estes vazios perpetuam-se na cidade questionando as suas prioridades de investimento e identidade construídas.

Actualmente, estes vazios anunciam problemas urbanos devido a estarem inseridos na malha urbana consolidada da cidade, onde são vistos como uma esperança ou uma oportunidade positiva onde se possa implementar diversas possibilidades de construção. Este conceito de vazios urbanos é relativamente recente. Há poucas décadas os vazios eram áreas para onde a cidade podia expandir-se, em oposição as áreas mais urbanizáveis.

“Vazios eram também espaços abertos, os espaços verdes, em oposição aos cheios espaços edificadas.” (Borde, 2013: 4)

As intervenções realizadas neste espaços são raras devido à grande diversidade, à complexidade e à presença expressiva de situações de vazios urbanos nas grandes cidades contemporâneas. Para estes mesmos espaços é possível ter quatro vertentes de análise em que a primeira trata das questões conceptuais, observando a realidade urbana europeia; a segunda privilegia os aspectos pertinentes ao mercado das terras urbanas, dinâmica e instrumentos regulamentares; a terceira trata de uma análise urbanística, isto é, o impacte morfológico na descontinuidade do tecido urbano e na formação dos vazios e por fim o quarto menciona as intervenções urbanísticas e artísticas nos vazios urbanos (Borde, 2013).

Segundo Borde (2013), Lynch considera que os espaços vazios embora pouco atractivos têm os seus próprios valores e prazeres, já que apresentam uma certa liberdade em relação ao controlo social. Solá-Morales (1996) defende que estes espaços seriam lugares de encontro tanto no passado como no futuro que demonstram a liberdade individual de pequenos grupos.

Andréa Borde considera os vazios urbanos como elementos da paisagem urbana, social e culturalmente construídos, que têm características específicas. Assim, a sua análise consistiu em três parâmetros o vazio, o esvaziamento e o preenchimento. Por vezes estes espaços são vistos como expressões do poder da propriedade privada, devido à capacidade de negociação e da flexibilidade nos objectivos políticos, económicos e sociais dos diversos modelos de planeamento. Uma das consequências para a cidade derivava dos vazios urbanos e o papel que estes desempenham “ como áreas de negociação e ajustamento do mercado no funcionamento dos sub mercados das terras urbanas” (Borde, 2013: 3). Este seu papel pode ser modificado se a gestão foi baseada nas políticas de equidade urbana. O terceiro parâmetro, o preenchimento, é composto pelo relato e observação das intervenções promovidas, tanto pelo poder público como pela iniciativa privada através da apropriação de culturas nos vazios urbanos.

Em relação às intervenções urbanas em áreas de vazios urbanos temos como exemplos as cidades de Paris, Barcelona, Berlim e Buenos Aires onde houve um crescimento de projectos devido à escassez de terrenos livres no interior da malha urbana. Intervir nestes espaços é configurado como “ uma acção que visa reverter os impactes negativos que podem significar para a produção e acumulação do capital...” (Borde , 2013: 4)

Para Nuno Portas (2000: 1), este conceito é visto como uma expressão ambígua, “até porque a terra pode não estar literalmente vazia mas encontrar-se simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios...”. Segundo Clemente (2012), Magalhães refere que este conceito é bastante amplo, onde acaba por envolver diversos temas como terrenos vagos, terras especulativas, terras devolutas, terrenos subaproveitados que se relacionam com a propriedade urbana, sendo irregular ou regular, ao tamanho e à localização.

Por norma, o termo vazio urbano têm uma conotação de espaços abandonados, degradados, estagnados, sem qualquer utilidade, em ruínas e acima de tudo são espaços inúteis no ponto de vista da cidade. Um dos pontos comum a algumas das definições é que os vazios urbanos são espaços de transição temporal com grandes potencialidades para serem transformados, por esses espaços serem grandes oportunidades de mudança, poderão servir um novo uso ou até uma nova construção. Conforme Portas (2000: 1) estes espaços podem ser denotados como “áreas encravadas na cidade consolidada (...) cujo aproveitamento poderá ser decisivo para reorganizar ou revitalizar” a cidade.

Como um bom exemplo de espaço público temos o caso da Expo 98', em Lisboa, onde existe uma deformação por torção devido à tensão entre duas direcções, em que o traçado glorifica com igual valor de importância: a frente de água e a pendente suave da encosta.

Este fenómeno é gerado pela deformação do eixo estruturante da composição, com desenvolvimento Norte/Sul, e pela inflexão da conjugação entre as duas direcções. Assim sendo, esta torção distingue duas partes do conjunto. A Sul, a ocupação é estruturada a partir da frente de ribeirinha, já a Norte as duas ruas principais acompanham o pendente suave da encosta, afastando-se das áreas inundáveis (Asplund, 2015).

A área do Parque das Nações e da sua envolvente acaba por perder a área industrial dominante, sobressaindo a área residencial, serviços, comerciais, lazer entre outras, em diversas tipologias.



Figura 1 | Plano Urbano Expo 98' (Fonte:Powerpoint [Http://Www.Parqueexpo.Pt](http://www.parqueexpo.pt))

Neste caso, Expo 98', após o crescimento intensivo e extensivo as prioridades de intervenção das políticas urbanas, foram:

- Articulação com o planeamento das redes de infra-estruturas e de transportes e a consolidação de frentes de urbanização diferenciadas;
- Coordenação e protecção ao sistema ribeirinho, tendo em conta a resolução dos estrangulamentos das áreas logísticas e interesses das diversas tutelas e jurisdições;

- Articulação entre a implantação de “blocos urbanísticos” e a consolidação de contínuos e de eixos de desenvolvimento que originam a estrutura e a própria identidade à zona oriental;
- Complementaridade entre centros urbanos com tipologias, formas de habitar diferenciadas, principalmente ao nível de acessos a equipamentos e infra-estruturas sociais;

Em 1993 foram elaborados documentos de enquadramento urbanístico onde foram estabelecidas as principais orientações urbanísticas a considerar no desenvolvimento dos programas e estudos de ordenamento e projectos da zona de intervenção. Em Novembro de 1993, a PE 98 S.A. estabelece as orientações pragmáticas para o estudo de desenvolvimento urbanístico da zona de intervenção, mais concretamente do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98’ (Simões, 2002).

Esta intervenção assenta na concepção do espaço público e do edificado para a realização da Exposição Mundial de 1998, todavia propõe:

- Revalorizar a relação da Cidade com o rio;
- Recuperar o ambiente e a paisagem;
- Reconverter o uso;
- Assegurar a integração, deste espaço, com a identidade própria do tecido urbano da cidade;

No que diz respeito aos espaços públicos, este projecto foi abordado de uma forma não fulcral, isto é, primeiro foi abordado como projecto das vias e das exigências a nível de segurança, depois como projecto de pavimento e por fim como projecto das zonas verdes. Assim o projecto do espaço público pode ser considerado como um projecto de “preenchimento”, que vai sendo desconfigurado por múltiplas intervenções adicionais (equipamento, mobiliário, sinalização, entre outros) ou um projecto de “fecho”, em que está condicionado às ocupações previamente estabelecidas.

Na concepção da urbanização da zona de intervenção do Parque Expo 98’ o espaço público foi abordado como um elemento estruturante da cidade e também como um caracterizador da cultura. Este projecto acompanhou todo o processo de desenvolvimento do plano de urbanização, desde a sua concepção até à sua construção. Apesar deste percurso, é necessário salientar alguns aspectos com maior pormenor como: a concretização de um programa de plantações, incluindo o fornecimento de diversas espécies que pretendem assegurar a sua dimensão, desenvolvimento e variedade; a interdisciplinaridade do projecto através da coordenação e compatibilização das redes enterradas para optimização dos traçados e viabilização do projecto do solo (pavimentação e

plantações); o envolvimento artistas plásticos e designers com o intuito de valorizar o projecto relacionado com o solo e também com as componentes de mobiliário, equipamento e arte urbana e por fim a harmonização da rede rodoviária privilegiando o uso pedonal do espaço público e a coexistência do veículo com o peão, em segurança (Simões, 2002).



Figura 2 | Espaço Público Expo 98' (Fonte: [Http://Www.Parqueexpo.Pt](http://www.parqueexpo.pt))

Esta zona de intervenção foi declarada como área crítica de recuperação e reconversão urbanística a 3 de Maio, Decreto n.º 16/93 do Ministérios de Planeamento e Administração do Território. Respectivamente ao ordenamento, as atribuições e competências foram estabelecida pelo Decreto Lei n.º 354/93 de 9 de Outubro, correspondendo à Parque Expo 98' S.A. a elaboração dos planos de urbanização e pormenor, que se submetem a ser aprovados pelo MOPTC (Simões, 2002).

O plano de urbanização da zona de intervenção da Expo 98' encontra-se aprovado e publicado na Portaria n.º 640/94 de 15 de Julho. Este projecto, elaborado por Manuel Salgado, é uma das primeiras experiências portuguesas com grande reconhecimento devido à sua gestão integrada do espaço urbano, este mesmo abrangia uma área de 340ha, sendo que 5 Km na frente ribeirinha do estuário do Rio Tejo, integrado numa área de 60 ha, ao redor da Doca dos Olivais.

3. Espaço Público e o Espaço Colectivo

A hipótese de renovação do espaço público através do investimento, tem efeitos positivos, sobre a reanimação económica rua a rua, através da sua auto-estima e da sua própria imagem da administração local. Temos como exemplo a Expo 98', o Porto 2001, o Programa Polis, entre outras. Estas renovações de imagem do espaço público (ruas, passeios, praças, jardins) não tem qualquer articulação e complementação com o sistema de mobilidade mais extensivos ou os incentivos à reanimação económica (turismo, comércio). Por vezes o uso comum acaba por limitar a cidade consolidada, acabando por esquecer que a produção e renovação do espaço colectivo também é um instrumento prioritário para estruturar e reorganizar o que anteriormente não teve (Portas, 2007).

Segundo Portas (2007), o Sistema de Espaço Colectivo (SEC) tem uma característica que ultrapassa as políticas da cidade, isto é, espaços que permanecem durante um longo período de tempo têm a capacidade de manter o seu papel de suporte após sucessivas metamorfoses., temos como exemplo os caminhos romanos ou medieval, que persistem nas cidades como formas de suporte de construções, que normalmente são menos duradouras. O instrumento de planeamento que define o Sistema de Espaço Colectivo é o “traçado” ou o “projecto urbano”, em que nas últimas décadas, tem vindo sido retomado nos preenchimentos ou nas extensões urbanas. Uma das problemáticas do Sistema de Espaço Colectivo é a dificuldade de procurar a sua forma de modo a que seja adequada à descontinuidade e à complexidade funcional da urbanização extensiva.

O défice presente de infra-estruturas e de comunicação, como também a falta de elementos de continuidade, os instrumentos de planeamento, desde PDM's aos PU's, tem uma componente projectual, onde se destacam os traçados do sistema de espaços colectivos como base de referência para as disposições futuras.

A unidade formal da cidade é dada principalmente pelo traçado extensivo do espaço colectivo e não pelos perímetros fundiários de cada operação, seja privada ou pública. Os instrumentos utilizados para estes fins, planos de pormenor e loteamentos, pecam devido à arbitrariedade dos perímetros que definem e pelo excesso de determinação de volumétricas. O que leva à produção de várias “ilhas” quando é sobretudo o défice de continuidade e homogeneidade entre as partes em causas (Portas, 2007).

Hoje em dia, existe a preocupação de recuperar e reinventar o espaço público com o espaço colectivo, isto é, existir uma ligação com a envolvente, mas também cada bairro em relação aos vizinhos. Tanto os equipamentos públicos, campos universitário, parques empresariais ou de comércio e de lazer, isolam-se e fecham-se. Esta tendência pode não ser apenas passageira nem

facilmente eliminável por simples regulamentação urbanística, visto que o que está em causa é a qualidade e descontinuidade do espaço público.

Dado a existência destas pulsões ou fracturas que se traduzem num défice de consenso social, uma estratégia possível será reforçar ligações e os atravessamentos como espaços qualificados e simbolicamente acentuados. Assim é possível consolidar espaços seguros que ofereçam oportunidades e atractivos que consigam suportar medidas de gestão dos projectos no sentido de contrariar os excessos de introversão materializados na concepção dos conjuntos, tanto na cidade consolidada como na fragmentada (Portas, 2007).

Segundo Cerasi (1976), o espaço colectivo de uma cidade é definido pelos conjuntos de espaços e edifícios, com incidência na vida colectiva, definindo um uso comum para a maior parte da população e que constitui a sede da sua experiência colectiva.

Cerasi, Ricard e Remesar (2013) defendem que o conceito de espaço colectivo é mais amplo e abrangente do que o conceito de espaço público. Estes mesmos defendem que apenas uma parte do espaço colectivo é realmente espaço público. O espaço público corresponde à parte da cidade que é apenas propriedade da própria cidade. Assim, o espaço colectivo contém um domínio privado, em que apenas uma parte é acessível de forma mais ou menos livre à totalidade da população.

Estes mesmo autores apresentam esquematicamente, as suas distinções entre estes três conceitos (espaço público, espaço colectivo e esfera pública).

	Material/Territorial/ Morfológico	Soporte comunicación	Interacciones sociales
Espacio Público	Calle, plaza....	Redes	Encuentro Fiesta Manifestación "Media"
Espacio colectivo	Mall, Centro Comercial, calle, "plazza"....	Redes	Encuentro Consumo Redes sociales "Media"

Quadro 1 | Espaço Público, Espaço Coletivo e Esfera Pública segundo Cerasi, Ricard e Remesar(Fonte: Pinto, 2015)

É possível concluir através do quadro 1, que nem todo o território é espaço público. O conceito de público encontra-se relacionado com questões jurídicas e não apenas as suas condições de utilização. Assim é possível distinguir os espaços públicos de propriedade pública dos que são propriedade privada, mas públicos na dimensão do uso, designados por espaços colectivos. O conceito de esfera pública, de Habermas, expressa-se pelos serviços públicos, focando-se na opinião pública e no aparecimento dos meios de comunicação. Habermas (1989) defende que o espaço

público é um lugar de conversação e encontros com a vida pública, tanto a nível real como psicológica.

4. Caso da Cidade de Berlim

É importante salientar o caso da cidade de Berlim devido a ser uma cidade em que o seu desenvolvimento urbanístico foi totalmente diferente do de Portugal.

Berlim após ter sido devastada na II Guerra Mundial sofreu uma grande transformação urbanística, no qual foram reconstruídos e reabilitados edifícios históricos e foram criados novos bairros e zonas verdes, contudo as zonas anteriormente ocupadas pelo muro foram aproveitadas para a população usufruir. Esta transformação urbanística teve como principal intuito promover a criação de espaços públicos verdes, ajudando a criar zonas de permanência e estadia (Louro, 2006).

Segundo Andreas Geisel, a cidade de Berlim, considerada como cidade verde, resulta da sua história a qual mais nenhuma outra cidade europeia possui. A guerra e a reconstrução, divisão e renovada, a convergência da cidade não deixou qualquer rasto. Na cidade, encontram-se evidenciadas diversas “cicatrices” do passado, isto é, tudo o que ocorreu no tempo do muro de Berlim manteve-se com o propósito de demonstrar todos os erros que foram feitos naquela época, daí serem vistas como contínuas projecções das memórias. Estas rupturas históricas dão lugar a oportunidades para os espaços públicos, por exemplo o facto do muro ter caído criou áreas com novos usos ao longo da antiga faixa de fronteira. A entrega das zonas industriais e das instalações ferroviárias também ofereceram a oportunidade de desenvolver novas áreas verdes, o que significava que a própria cidade tinha mais liberdade de criar espaços públicos e verdes do que as outras capitais de tamanho comparável (Louro, 2006).

A ideia da cidade museu pretende espelhar a memória e a nostalgia de Berlim como um paradigma da história moderna e símbolo do séc. XX. Esta necessidade de demonstrar a sua história pretende assumir como determinante na questão universal de valores, noções do presente, de modernidade e de mudança (Louro, 2006)

Nos últimos 25 anos, o crescimento da cidade (estradas, infra-estruturas, entre outros) anteriormente dividida cresce novamente junta, tornando possível estabelecer espaços públicos em locais internos da cidade, concretamente naqueles lugares onde a natureza tem algumas particularidades.

Em relação aos seus espaços públicos existe uma grande diversidade, de parques e jardins, praças e ruas verdes com uma grande diversidade de formas e tamanhos que caracterizam a própria cidade. Devido à grande variedade de espaços, encontram-se presente nos parques e jardins históricos, uma elevada qualidade de vida, interesse e vivência o que cria uma abundância de exemplos de projectos. Alguns destes espaços foram posteriormente definidos por Martin Wagner e

Herman Jansen (PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene; 2005).

Nos últimos anos foi possível expandir a estrutura histórica de espaços verdes e públicos ainda existentes. O grande coração do sistema de espaços abertos da cidade é Grober Tiergarten, que conta com inúmeras instalações verdes, parque público, pequenos jardins e cerca de 5 memoriais. Este desenvolvimento dos espaços verdes e públicos permitiu garantir um ambiente mais saudável para os moradores da cidade, assim sendo elaborou-se o programa “Berlim Urban Landscape Strategy” que promove este desenvolvimento no contexto do futuro ordenamento do território. Este programa coloca a questão da ligação dos espaços públicos, com o propósito de conseguir um equilíbrio no clima da cidade. Dos 16 grandes projectos elaborados para este programa apenas 14 deles foram realizados ou estão em fase de planeamento. A grande parte destes projectos foram criados para compensar a construção em natureza e paisagem (PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene; 2005).

Segundo Andreas Geisel (2015), Berlim oferece espaços públicos para os mais diversos interesses e expectativas, assim sendo existem espaços adequados para a acção, desporto e jogos, bem como para estar quieto vivenciando a própria natureza. Estes espaços públicos são especiais devido a serem adaptados para reforçar a atractividade da cidade e também apoiar o seu desenvolvimento social, ecológico e sustentável. Contudo para se preservar estes espaços é necessária manutenção. Esta manutenção permite que a população consiga construir uma relação com os próprios espaços, o que serve como motivação para cuidar dos mesmos.

Sobre o “Futuro de Berlim”¹ pretende-se dar continuidade à criação de novos espaços públicos visto ser um factor de localização na “competição” entre as outras metrópoles. A sustentabilidade na construção urbana, assenta principalmente nos espaços públicos e verdes da cidade. No contexto das alterações climáticas, o cuidado dos espaços de uma cidade assume uma nova urgência, como a contribuição na protecção ambiental.



Figura 3 | Espaço Público Do Bairro Governamental
(Fonte: Profé, Beate; Renker, Ursula; Thierfelder, Holle; Wunnecke, Anke; Haun, Galene, 2005)

¹ PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene, Stadtgrün in Berlin Urban Green Spaces in Berlin - Raum für Freizeit und Naturerleben Recreation (2005)

A permanência de espaços abertos ajuda a regular a temperatura urbana e a própria vegetação (PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene; 2005).

Temos como exemplo de espaços públicos o bairro governamental de Berlim, que é definido através de edifícios e das suas praças representativas. Este mesmo é caracterizado pela sua arquitectura e história contemporânea. O Platz der Republic em frente ao parlamento, o fórum entre o edifícios da Chancelaria Federal e Paul Haus são espaços abertos que se encontram ligados com o Parlamento. Este parque pode ser experienciado em dois níveis: através de um caminho panorâmico que é direccionado para a vista da cidade construída e o outro que permite olhar para a margem do rio Spree.

Outro espaço público é o memorial muro de Berlim que tem cerca de 1,5 quilómetros, nesta faixa de norte foi preservada toda a sua área e sucessivamente transformou-se num memorial ao ar livre, de modo a espelhar a história. Este espaço com cerca de 4,2 hectares, em que demonstra as fortificações de fronteira, espaços de exposição e estar relacionadas com o tópico que oferece a informação em diversas formas (áudio, vídeo, fotografias e documentos). Também são visíveis alguns contornos de edifícios demolidos e as rotas de túneis de fuga (Plantas em Anexos).

Uma das praças mais reconhecida é o Lustgarten que se tornou um foco no centro de Berlim. Esta é vista como um exemplo de planeamento urbano, embora muito criticada. Foi construída baseando-se num modelo histórico, actualmente é constituído por 2,3 hectares quadrado num espaços urbano revigorado. Esta praça foi criada em 1649, contudo sofreu diversas alterações ao longo dos anos, hoje em dia é caracterizada pela sua fonte e pelas suas zonas verdes modeladas (PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene; 2005).



Figura 4 | Espaço Público Do Memorial Muro De Berlim (Fonte: Profé, Beate; Renker, Ursula; Thierfelder, Holle; Wunnecke, Anke; Haun, Galene, 2005)



Figura 5 | Praça Lustgarten (Fonte: Profé, Beate; Renker, Ursula; Thierfelder, Holle; Wunnecke, Anke; Haun, Galene, 2005)

5. Síntese

Neste capítulo, referente ao espaço público, percebemos que este conceito é complexo pelo facto de abranger vários factores, como social, cultural, económico, ambiental entre outros. O espaço público contém, também, um carácter organizador que permite relacionar todos os aspectos fundamentais para a criação destes espaços públicos. Para que um espaço público satisfaça todas as necessidades ou que corresponda à grande diversidade de culturas e estilos de vida presentes em cada realidade, é fundamental que estes espaços tenham qualidades; qualidades essas que devem assentar em diversos princípios fundamentais, nomeadamente um bom desenho que demonstre as directrizes claras dos objectivos estabelecidos e sobretudo estar adequado na zona onde se localiza e da sua envolvente. Assim sendo os espaços públicos devem ser espaços que pretendem equilibrar o edificado e os espaços abertos, preocupando-se com as necessidades da população, proporcionando o bem-estar, o conforto, a segurança e a qualidade de vida às populações.

Nem todos os espaços públicos têm as mesmas características e funções, daí existirem várias tipologias, como no tecido urbano, a praça, a rua, espaços verdes e os vazios urbanos. Como já referido cada tipologia tem a sua função, ou seja, no tecido urbano encontram-se todas as variedades de malhas urbanas, o que permite observar toda a evolução do traçado existente na cidade. Desta forma é possível compreender a criação de praças, das ruas e dos espaços públicos e privados. As praças surgem após diversas acções intencionais, que procuram proporcionar diferentes espaços e vários usos. Estas destacam-se pelo facto de reforçarem a sua identidade de espaço ao longo do tempo.

O elemento rua é visto como um corredor que cumpre a função de passagem e suporte do edificado, isto é, um elemento linear e contínuo dos espaços público da cidade. Para planear uma rua deve-se ter em conta a interacção do peão com o veículo, a densidade de utilização e a sua configuração.

Relativamente aos espaços públicos e privados, consideram-se espaços públicos todos aqueles em que a população pode-se deslocar livremente, com isto pretende-se dizer que são espaços criados a pensar no bem-estar, no conforto e na interacção que a população terá com eles, à semelhança do que acontece nas praças, ruas, espaços verdes, entre outros. Os espaços privados retratam espaços mais particulares, onde a população não está tão exposta, isto é, existe um maior grau de intimidade, pelo facto de estes serem controlados e geridos por quem usufrui deles ou por quem neles vive durante alguns períodos.

O termo vazio urbano pode ter diversas conotações desde espaços degradados, abandonados, sem qualquer utilidade são considerados espaços inúteis, são espaços que atravessam vários períodos e que incorporam grandes potencialidades para seres modificados. Porém existe uma grande probabilidade de estes espaços existirem devido à dificuldade de colmatar a variedade de tecidos urbanos presentes na cidade, o que acaba por ser uma oportunidade para serem implementadas várias possibilidades de construção.

No que diz respeito ao espaço público e colectivo, concluiu-se que os espaços colectivos é um conceito mais amplo e abrangente comparativamente ao conceito de espaço público, pelo facto que apenas uma parte do espaço colectivo é considerado espaço público. Neste momento existe a preocupação de reajustar, recuperar e reinventar o espaço público como um espaço colectivo, com o intuito de criar uma ligação com mais proximidade da envolvente.

O caso de Berlim mostra a diversidade de espaços públicos que podem existir numa cidade.

Capítulo 3 | Contextualização das Políticas Urbanas em Portugal

O terceiro capítulo destina-se à contextualização das políticas urbanas em Portugal, referindo o contexto de mudança ao longo do tempo com o propósito de esclarecer os reajustes nas políticas urbanas. Aborda-se, ainda, a evolução do sistema de planeamento em Portugal com a intenção de compreender o seu desenvolvimento e importância,

O conceito de políticas urbanas pretende confluir diversos factores, que acabam por condicionar a vida nas cidades, na tentativa de as tornar mais competitivas e mais adaptadas às necessidades de desenvolvimento, tanto social como cultural ou económico. A política urbana da União Europeia indicam um caminho contínuo na tentativa de encontrar a coesão, numa perspectiva de explorar acções integradas que assegurem a competitividade, o funcionamento em rede e que complementem áreas urbanas, a melhoria das acessibilidades, a aproximação das comunidades, em que seja desenvolvido equilibradamente e que ainda valorize os recursos humanos, naturais e culturais, destacando a riqueza das comunidades (Diogo Mateus, 2013).

Relativamente às políticas da cidade, grande parte centram-se na falta de coordenação entre actores, serviços públicos, o disfuncionamento interno das instituições que acabam por desmobilizar os actores e dificultar a interconexão de projectos e normas. Torna-se necessário racionalizar as políticas de ordenamento do território elaborando uma coerência entre as diferentes escalas e dos diferentes domínios (territorial, social, económicos, culturais entre outros).

1. Contexto de Mudança

A noção de políticas urbanas dá-nos ferramentas conceptuais que permitem identificar as relações funcionais e estruturantes entre modelos de desenvolvimento e formas de crescimento urbano (Cabral, 2002). Segundo Cabral, (2002) a diferença entre estrutura e acção em Giddens (1984), e a sua aplicação no planeamento e na separação entre o espaço da política e das políticas, permite uma distinção nos níveis de intervenção e de participação no planeamento do território e sobretudo na eficácia das políticas urbanas. Esta diferença presente será referenciada na evolução do planeamento em Portugal, segundo o regulamento e o planeamento urbanístico.

Para se planear e intervir no desenvolvimento das cidades e dos territórios é preciso estabelecer princípios e justificações, para que sejam implementados diferentes tipos de planos tendo em conta os diversos factores principalmente os recursos públicos disponíveis e os interesses em

presença. Uma vez que a motivação e os objectivos se mantiveram, o enquadramento das intervenções alterou-se substancialmente. Segundo Portas, Domingues e Cabral (2011), Graham e Marvin referenciam cinco pontos de mudança institucional, técnica, social e cultural, que acabam por influência o desenvolvimento do modelo, designado por fordista, que identifica o quadro de intervenção do planeamento moderno, sendo esses:

- a capacidade de resposta às infra-estruturas que sustentou a cidade industrial, e que exigiu a modernização e reequipamento adequado nos níveis e exigências das procuras e ofertas;
- as alterações na economia política da produção e gestão das redes de infra-estruturas urbanas de saneamento e mobilidade, preservando a rentabilização do investimento, que promovem novos modelos de gestão, privatização e de parcerias;
- insuficiência do planeamento urbano de previsão, que tenciona articular os objectivos e programas de investimento sectoriais e a redistribuição de rendimentos organizados e geridos pelo Estado;
- as alterações ao nível da ocupação urbana, representando a necessidade de novas paisagens urbanas, da descentralização de funções e serviços resultantes da motorização, construindo e alargando espaços metropolitanos;
- os desafios concebidos pelas mudanças e movimentos sociais e culturais, crítico do modelo dominante de desenvolvimento e do consumo ilimitado de recurso.

Após terem sido mencionados este cinco pontos de mudança, pode-se identificar outros dois pontos de mudanças que são críticos para a questão do papel das políticas urbanas. Assim, o seguinte ponto encontra-se associado ao aumento da relação funcional entre o desenvolvimento económico e o controlo e regulação dos usos urbanos. Neste sentido, o último ponto refere-se ao aumento da diferenciação e tensão entre os sistemas de regulação e de planeamento e também à prática de compatibilização dos diversos interesses, públicos ou privados, dos territórios. Esta tensão deriva da separação entre as condições de reprodução baseadas no investimento público tradicional e as condições de mediação, controlo promoção de atividades dos particulares e do sector privado. Segundo Cabral (2004), o planeamento e as políticas públicas urbanas atingiram outra dimensão, de estratégia e controlo, distanciando-se de algumas preocupações, como o desenho da contenção ou expansão urbana, que será a área do mercado, dos investidores e dos promotores imobiliários.

Segundo Portas, Domingues e Cabral (2011) Bourdin apercebeu-se de um novo papel para as políticas urbanas e para o urbanismo, devido às fragilidades das gerações e da falta de conhecimento em diversas áreas necessárias leitura e intervenção em contextos muito diferenciados, como:

- a natureza e competitividade dos sistemas urbanos;
- as implicações das decisões tomadas nos contextos de incerteza;
- o papel das economias na organização social;
- a estetização de culturas;
- as condições necessárias para a cooperação, coordenação e programação das ações.

Após esta reflexão de Bourdin são identificadas quatro grandes temáticas que pretendem dar resposta ao urbanismo pós-crise, sendo essas: o significado da produtividade e da competitividade das cidades em termos económicos e sociais; a constituição de uma sociedade urbana de múltiplos actores, socialmente organizada, coesa e cooperativa; o papel que deve ter a forma urbana, principalmente no que diz respeito às novas tecnologias de informação, comunicação e transportes e por último a construção com base nos princípios de sustentabilidade, que sejam capazes de fazer cidade, que se preocupem sobre as consequências da acção. Esta inovação deve ser introduzida e implementada nas políticas urbanas para que seja possível avaliar as experiências e as suas práticas. São estas inovações e críticas que ajudam a identificar as novas frentes e áreas de intervenção de um urbanismo de regulação (Portas et al, 2011).

A intervenção pública no processo de planeamento baseou-se no princípio em que a intervenção tem a capacidade de produzir um melhor ambiente urbano do que a livre iniciativa dos mercados e das entidades particulares.

Através da historicidade é possível compreender que as intervenções presentes da administração pública através do planeamento nas cidades eram confundidas com a própria organização e desenho das cidades. Esta aceitação de que a complexidade e a densidade dos interesses em espaços limitados, requer uma entidade reguladora que imponha e negocie as regras e os traçados. Ao longo de várias gerações, os desafios colocados aos governos na definição de políticas e na formulação de planos foram modificados, mas as questões que se colocam são bastantes idênticas: a questão política, que é necessário o planeamento e a definição de objectivos na articulação com os interesses, sendo definidos termos de medições institucionais; a questão processual, de como se deve organizar a intervenção ou o processo de planeamento (quais os agentes, os recursos entre outros) e por último a questão formal, que deve demonstrar a intenção do desenho dos espaços, percursos e das redes mais adequadas, como também a edificabilidade servida.

A principal questão da implementação das políticas urbanas adequadas, encontra-se associada ao crescimento desajustado na relação entre as estruturas tradicionais de regulação e da representatividade das comunidades, obedecendo a diversas lógicas abertas, tendo consequências positivas e negativas para os modelos de desenvolvimento dos territórios. Assim sendo, o conceito de

governância tem sido utilizado com o propósito de definir formas de governo mais abertas e participadas, e na cooperação entre o Estado e parceiros económicos ou cívicos (Portas et al, 2003).

O planeamento e a gestão das cidades traduziu-se num ordenamento antecipado segundo o desenvolvimento e a criação de condições relacionadas com o acesso e mobilidade. Este desenvolvimento pretendia promover a coesão social e a produtividade dos centros e das regiões urbanas emergentes. Estas preocupações institucionais de regulação administrativa, vieram dar foco a um espaço de experimentação, reconsiderando os papéis dos diversos “actores” interessados, nas acções urbanas, nos processos de decisão sobre programas de recursos públicos, privados e de outras modalidades que se colocam com a gestão de serviços. Neste ponto de vista, o sentido da governabilidade remete para a legalidade e eficácia dos resultados em função de objectivos previsto e planeados. O conceito de governância privilegia o modo de fazer o envolvimento de parceiros da sociedade civil, favorecendo a construção de consensos e a compatibilização de interesses e também procurando criar oportunidades, que permitam incorporar recursos materiais (Portas et al, 2003).

Nesta sequência, a gestão pública dos territórios urbanos complexos, apresenta uma insuficiência de recursos face à extensão de carências e à crescente incerteza das mudanças, sendo conduzida a localizar parceiros adequados, para minimizar os riscos e gastos ou para evitar as tendências colaterais de segregação. Mas esta tendência não propõe apenas ao sentido de negociar projectos de operações concretas a realizarem-se em solos públicos e privados. Visa em programas de regeneração de áreas centrais ou de reorganização de periferias, onde seja possível uma organização comunitárias as áreas, podendo executar-se programas de realojamento, diversificação de comércio, gestão de equipamento, manutenção de jardins ou hortas comunitárias (Portas et al, 2003).

Em Portugal, as questões da regulamentação do processo de desenvolvimento urbano e de uma melhor governância contêm contornos específicos. Estes contornos específicos estão relacionados com padrões de desenvolvimento cultural, económico e social particulares num determinado território com características muito distintas, mas por outro lado, com um baixo nível de maturidade tecno-política da governabilidade dos territórios. Os três aspectos particularmente mais críticos em Portugal são (Portas et al, 2003):

- a necessidade de alterações no funcionamento da administração territorial, que permitam e assegure uma melhor articulação entre os diversos níveis, central e local, da administração e outros institutos autónomos concessionárias de serviços públicos, nacionais e locais. Estando adequados às novas geografias de dinâmicas de desenvolvimento urbano, para uma melhor conservação e valorização de recursos e optimização de investimentos;

- a necessidade de construção e implementação de estratégias de política, formas de gestão, políticas e projectos de carácter municipal, com a finalidade de integração de recursos e exigências de continuidade ou complementar acções adequadas ao alargamento dos territórios urbanizados;
- a necessidade de alterações à prática de planos baseados em normas paramétricas e zoneamento que demonstram alguma rigidez e desadaptação aos locais, para que seja possível uma ordenação mais flexível e indicativa, sendo justificadas através de um plano estratégico.

Desta maneira, pode-se sistematizar um conjunto de questões essenciais e de desafios que se colocam como prioritárias, no caso português (Portas et al, 2003):

- **a nível do Governo e administração dos territórios**, a prioridade é de conseguir a complementaridade das políticas consoante a dispersão e sectorização das tutelas e investimentos da administração central sobre o território. Assim sendo, o desafio que surge é da administração poder garantir níveis elevados de compatibilização, tanto no espaço como no tempo, das acções e investimentos públicos;
- **a nível da gestão e do sistema de governância**, coloca-se a seguinte questão relativa às condições para o envolvimento e participação de vários grupos de interesses sociais e económicos. Assim, o segundo desafio será do desenvolvimento de parcerias e contratualizações entre público-privado para determinadas acções estruturantes, de modo a que seja possível calendarizar-se com suficiente confiança a sua execução, aumentando a segurança dos diversos tipos de parceiros e a viabilização e consolidação de complementaridade;
- **a nível do processo de planeamento**, é colocada a questão da produção, avaliação e implantação de planos, de forma a qualificar e melhorar os recursos (naturais, económicos, culturais, etc.) reduzindo as incertezas e aumentando os níveis de confiança dos actores. O terceiro desafio será o desenvolvimento de programa mais pró-activos, que assegurem uma visão prospectiva para os planos e para os projectos urbanos; articulando estratégias, objectivos e projectos com o sentido de promover a cidadania num processo de decisão local, sendo mediados em última estância pelo poderes eleitos;

O papel da governação urbana centra-se na inovação das políticas urbanas, que nos remete para a ideia e objectivos do planeamento e também para a percepção do que mudou e do que interessa articular e complementar.

A capacidade de planear a cidade centrava-se na capacidade e possibilidade de previsão e regulação do desenvolvimento urbano. Após várias gerações e modelos de desenvolvimento, **surgiram** intervenções na cidade por parte de grupos de interesse e administração pública, que pretendiam de uma forma mais ou menos articulada e planeada com a finalidade promover, controlar, afirmar e também de poder.

Assim sendo, é através do processo de planeamento, que se concretiza o propósito do urbanismo, de tornar compatíveis entre si as diversas utilidades e assegurar a coordenação de todos os interesses que interferem. O propósito do plano seria o instrumento fundamental deste processo que viabiliza acordos através das funções de inventariação e diagnóstico da realidade urbanística e também da distribuição dos usos no território, garantindo as funções sociais e visuais devido a sua implementação. Estes planos demonstram uma relativa coerência entre os objectivos e a concretização, mostrando a continuidade da administração pública com recursos e capacidade para tal (Portas et al, 2011).

Esta questão da coerência é uma grande desafio tanto para os planos como para o próprio planeamento que se deseja, por um lado, da capacidade de construir um modelo de actuação, por outro, de garantir a capacidade de decisão e quais os recursos necessários para a concretização do mesmo. Outro desafio presente, é a capacidade de tomar decisões e quais os elementos necessários, que partem de compromissos colectivos entre o Estado, mercado e sociedade, reduzindo as incertezas do desenvolvimento urbano (Portas et al, 2011).

O papel do planeamento e da gestão do uso do solo e do edificado pretende antecipar a localização dos equipamentos considerados mais estáveis e o traçado dos espaços públicos e também as infra-estruturas, são estes aspectos que servem como quadro de referência para o desenho e avaliação das políticas urbanas.

2. Evolução do Sistema de Planeamento em Portugal

O actual sistema português de planeamento territorial resultou de um processo de legislativo criado em 1974, criando condições às autarquias locais e aos representantes eleitos para definir objectivos de desenvolvimento e o processo de gestão do uso do solo nas suas áreas de jurisdição (Portas et al, 2011).

A publicação da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo 1998 (LBOTU) integra os diversos instrumentos de gestão territorial num único diploma. Assim sendo, desenvolveu-se um quadro jurídico, onde se encontram os instrumentos de gestão territorial e da edificação e da urbanização que representam o orientador e regulador para a produção de planos e dos projectos no território nacional.

O facto de Portugal pertencer a União Europeia veio permitir uma legitimização democrática e permitiu, ainda, ajudar a reforçar, significativamente, os meios financeiros de activação e intervenção no território: infra-estrutura, ambiente, equipamentos públicos ou colectivos, de iniciativa central ou local. Apesar de todas as formalidades, boa parte das iniciativas, com grande diversidade de resultados, transformaram o território nacional, nasceram apesar dos planos e não por força deles (Portas et al, 2011).

No quadro 2 demonstra-se a evolução do sistema de planeamento e do quadro regulador da transformação do uso do solo em Portugal.

Sistema de Planeamento Territorial versus Economia Política do Desenvolvimento Territorial	
1965 - Licenciamento municipal das operações de loteamento (DL 466/73/ 1965)	1968/73 - III Plano de Fomento
1970 - Lei dos Solos (DL 576/70)	
1971 - Plano gerais de urbanização/ Plano de Pormenor (DL 560/71)	
1973 - Regime das Operações de Loteamento Urbano (DL 289/73)	
1976 - Lei de Solos (DL 794/76)	1974 - Revolução do 25 de Abril
1976 - Código das Expropriações (DL 845/76)	1976 - Constituição da República
	1977 - Competências Autarquias Locais (DL 79/77)
	1979 - Lei de Finanças Locais (Lei 1/79)
1982 - Plano Director Municipal (DL 208/82)	1986 - Entrada da Comunidade Europeia
1984 - Licenciamento Municipal das operações de loteamento (DL 400/84)	1989/93 - Plano Desenvolvimento Regional - I Quadro Comunitário de Apoio (Objectivo 1)
1985 - Património Cultural Português (DL 13/85)	1991 - Lei Quadro Regiões Administrativas (Lei 56/91)
1987 - Lei de Bases do Ambiente (DL 11/87)	1994 - Programa PROSIURB (Plano Estratégico Cidades Média Dimensão)
1988 - Plano Regional do Ordenamento do Território (DL 176-A/88)	1994/99 - II QCA (Programa URBAN, Intervenção Operacional Renovação Urbana - IORU)
1989 - Reserva Agrícola Nacional (DL 196/89)	1997 - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC)
1990 - Plano Municipais do Ordenamento do Território (DL 69/90)	
1990 - Reserva Ecológica Nacional (DL 93/90)	
1993 - Rede Nacional de Áreas Protegidas (DL 19/93)	
1993 - Planos Especiais de Ordenamento do Território (DL 151/93)	
1998 - Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (DL 48/98)	1998 - Projecto Urbano EXPO 98'
1999 - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL 380/99)	2000/2006 - III QCA
2001 - Lei de Bases da política e do regime de protecção e Valorização do Património Cultural (DL 170/2001)	2000 - Programa Polis
2001 - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (DL 177/2001, altera DL 555/99)	2003 - Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais (Leis n.º 10/2003 e n.º 11/2003)
2004 - Regime Jurídico das Sociedades de Reabilitação Urbana (DL 104/2004)	2006/2013 - Quadro de Referências Estratégica Nacional (QREN)
2007 - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (DL 60/2007, altera DL 555/99)	2007 - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei 58/2007)
2007 - Regime Jurídico da Avaliação Ambiental dos Planos e Programas (DL 232/2007)	2007 - Política de Cidades Polis XXI
2009 - Critérios de Classificação e Qualificação do Solo (DReg 11/99)	2008 - Associativismo Municipal (Lei 45/2008)
2009 - Regime Jurídico de Reabilitação Urbana em áreas de Reabilitação Urbana (DL 307/2009)	

Quadro 2| Sistema de Planeamento Vs Economia Política do Desenvolvimento Territorial (Fonte: Portas, N., Domingues, Á., Cabral, J., (2011) Pg. 240)

A evolução do sistema de planeamento vai-se reflectindo, ao longo do tempo, as mudanças de perspectivas como: os instrumentos, desde o desenho até à expansão das cidades existentes feitos pelos planos gerais de urbanização ou por planos de ordenamento do território, integrando objectivos de desenvolvimento e ordenamento, PROT e PDM's. No entanto a evolução dos projectos e das políticas de administração pública consideram as condições e as capacidades dos governos influenciarem o desenvolvimento territorial, desde os investimentos previstos nos planos de fomento e por fim os fundos estruturais dos diversos Quadros Comunitários de Apoio (QCA) aos projectos e políticas. Temos como exemplo o Programa Polis para as cidades e mais recentemente a política de cidades - Polis XXI enquadrada pelo Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN). Recentemente foram introduzidas alterações referentes aos instrumentos de gestão territorial promovendo mecanismos de consulta e de facilitação da tramitação para a aprovação ou revisão dos planos de ordenamento (Decreto Lei 316/07, de 2007), em simultâneo foi transposta para a legislação nacional e directiva europeia de avaliação ambiental estratégica de planos e programas com problemas de integração.

No que diz respeito à adequação do sistema e dos instrumentos ao processo de planeamento, o sistema canónico do planeamento territorial herdado pelos países mais avançados tem sido ponto de discórdia face ao desajustamento dos resultados esperados. Vários países da União Europeia pretendem adaptar-se aos dispositivos de regulação face às mudanças sociais e económicas que derivam das relações de força dos respectivos actores e também das condições sócio-culturais tendo em conta consensos precários (Portas et al, 2011).

Como já referido anteriormente, os três desafios são a **lógica das certezas**, em que a mobilidade territorial, as preferências das procuras e das ofertas de residência, função dos rendimentos e das alterações do estilo de vida, entre outros, são exemplos de como é difícil garantir a previsibilidade de disposições normativas e locativas. Este ainda é visto como um novo paradigma de planeamento territorial, em que se adequa os instrumentos ordenadores, no caso de Portugal, o PMOT. A **lógica da temporalidade** é considerado um novo estilo de planeamento, em que a sua prioridade é definir os elementos mais estruturantes que correspondem ao sistema do espaço colectivo, quer dizer às redes que suportam e limitam os espaços construídos para as mais diversas atividades. Caso existam dificuldades com os traçados ou de realização pública antecipada dessas estruturas colectivas, é necessário criar as condições necessárias para a constituição de unidades de execução. Entretanto, também existe a necessidade de definir os critérios e as regras suficientes condicionadas para a orientação e aceitação dos projectos. Nesta situação, é preciso que a regulação do PMOT contenha critérios para as decisões que se imponham, abdicando as regras paramétricas (índices, densidades, tipologias e usos) e na prática uma gestão local reduzida na verificação da

conformidade com o disposto. A **lógica das escalas** evidencia que a aproximação de escala nas intervenções urbanísticas é algo como um objectivo macro. Embora esta definição tenda a isolar o campo pertinente, isto é, não se entende em que malha se encontra inserida, da mobilidade às ecologias, as complementaridades funcionais e sociais próximas, a coerência arquitectónica construída ou a paisagística de cada novo tratamento com os tecidos vizinhos. Tal como já foi mencionado é necessário um critério de regulação variável das diferentes partes e das regras para a gestão que sejam visíveis a diferentes escalas, ou seja, em cada escala do sistema de planos existem regras e indicações com vários níveis de exigência que vão da imposição à sugestão (Portas et al, 2011).

No que diz respeito ao desafio da agenda ambiental surge de acordo com o decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de Junho², que transpõe para a ordem jurídica interna as Directivas Europeias 2001/42/CE, de 27 de Junho e 2003/35/CE, de 26 de Maio, ambas do Parlamento Europeu do Conselho, relativas à avaliação ambiental de planos e programas e à participação pública na elaboração dos planos ou programas relativos ao ambiente, e a publicação do decreto-lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, tendo sido estabelecidas regras específicas para a avaliação ambiental dos instrumentos de gestão territorial. Esta avaliação ambiental é vista como um processo integrado no procedimento de elaboração e decisão, em que é desenvolvido como complemento com a formulação do plano de ordenamento, que identifica os efeitos relevantes no ambiente da realização do plano e no enquadramento de soluções alternativas. Deste modo a Avaliação Ambiental (AA) pretende potencializar a utilização de metodologias próprias do planeamento, desde os actores de transformações territoriais aos objectivos, clarificar as responsabilidades e integrar os processos de planeamento sectorial no quadro geral de avaliação das políticas públicas. Esta capacidade é uma oportunidade para assegurar que a gestão ambiental seja mais participada (DGOTDU/APA, 2008). O planeamento em Portugal é crítico, condicionados à utilização de um quadro de instrumentos de planeamento de cariz normativo, iniciando pela divisão e obrigação estabelecida na lei de produção de relatórios de ordenamento do território e ambiental distintos para os diferentes tipos de planos de ordenamento. Embora esta adaptação de instrumentos de planeamento e de gestão com um carácter indicativo a uma quadro formal e mais normativo não é tão linear enquanto isso (Portas et al, 2011).

² Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Junho

3. Síntese

O conceito de políticas urbanas pretende convergir vários factores que influenciam a vida das cidades, em que se pretende torná-las mais competitivas e adaptadas a cada realidade e a qualquer nível (económico, social ou cultural). Com isso tenciona-se traçar um percurso que permita explorar as questões da competitividade, como a melhoria da mobilidade e acessibilidade, uma maior aproximação entre as comunidades e que ainda se desenvolva um equilíbrio que melhore os recursos humanos, naturais e culturais. Este mesmo conceito dá-nos instrumentos que nos permitem averiguar e identificar as relações funcionais e estruturantes, desde formas de desenvolvimento até formas de crescimento urbano.

Embora as políticas urbanas tenham de ser flexíveis consoante a realidade presente, estas tem de resolver algumas questões, como a relação funcional entre o desenvolvimento económico, o controlo e a regulação do uso urbano e amenizar a tensão existente entre os sistemas de regulação e planeamento e ainda a compatibilização entre vários interesses, públicos e privados. A questão principal para que sejam aplicáveis às políticas urbanas necessárias passa por associar o crescimento desajustado na relação entre a estruturas tradicionais e da consideração das comunidades, tendo vantagens e desvantagens para o desenvolvimento dos territórios. Este desenvolvimento do território promove a coesão social e a produtividade dos centros e das regiões urbanas. Ainda assim a gestão pública dos territórios urbanos contém recursos insuficientes perante as carências e incertezas de mudanças tentando sempre evitar as tendências de segregação. Para ultrapassar estas adversidades foram introduzidos programa de regeneração, para que fosse possível uma colaboração comunitárias, as respectivas áreas de intervenção realizarem programas de realojamento, variedade de comércio entre outros. Isto é, o papel do planeamento e da gestão do uso do solo e do edificado pretende prever onde os equipamentos irão ser implementados com a finalidade de estabilizar o traçado dos espaços públicos e das próprias infra-estruturas, para que seja possível elaborar uma avaliação das políticas urbanas.

O desenvolvimento do Planeamento em Portugal teve uma grande influencia com a integração na União Europeia, permitindo beneficiar de ajuda e reforços nas áreas de infraestruturas, equipamentos públicos e privados, ambiente, tanto de iniciativa central como local. A evolução dos projectos e políticas de administração permitem captar as capacidades e condições do governo, sobressaindo o desenvolvimento territorial, como os planos de fomento, os fundos dos quadros comunitários de apoio a projectos, bem como o Programa Polis.

Capítulo 4 | Instrumentos de Planeamento - Concelho de Sintra

O quarto capítulo analisar o instrumento de planeamento municipal do concelho de Sintra com o propósito de entender a sua organização e os seus parâmetros. Assim mencionam-se os tipos de planos que o constituem, como os planos municipais e as áreas de reabilitação urbana.

A gestão territorial, presente no concelho de Sintra, encontra-se organizada em quatro parâmetros sendo estes: os planos em elaboração, os planos municipais e as áreas de reabilitação urbana. No que diz respeito aos planos em vigor, actualmente existem nove planos, sendo esses: Plano Director Municipal de Sintra, o Plano de Pormenor Bairro Almeida Araújo, Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, Plano de Urbanização de Sintra, Plano de Ordenamento do Parque Natural Sintra-Cascais, Plano de Ordenamento da Orla Costeira Sintra-Sado, Plano de Urbanização da Serra da Carregueira, Plano de Pormenor do Pedregal e por último o Plano de Pormenor da Praia Grande.

1. Tipos de Planos

1.1. Plano em Vigor

Para este caso de estudo destaca-se o Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro e do Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, que tem como objectivo a ocupação, uso e transformação do solo, na área inserida na UOP24 do Espaço Urbano e do Espaço de Protecção e Enquadramento do Plano Director Municipal de Sintra, delimitada pelas seguintes ruas:

- Rua Elias Garcia e Quinta da Bela Vista (Norte)
- IC 19 e Rua Cidade de Lisboa (Sul)
- Via férrea Lisboa Sintra e Praça da Estação (Nascente)
- Estrada de Paço de Arcos (Poente)

A área de intervenção do Plano está dividida em três categorias: edificado, área de edificação proibida e a área pública. Na categoria do edificado, é dividida por edificado a manter, edificado a reabilitar e o edificado proposto.

A área considerada pública é subdivida em três categorias, sendo essas: o verde de uso público, arruamentos viários e pedonais e por último a ferrovia. No que se refere ao edificado que deve ser reabilitado têm algumas regras como manutenção da cobertura, do número de pisos e das

fachadas (existindo uma excepção no que diz respeito à abertura de vãos ou o seu alargamento), a reabilitação do interior e o saneamento do logradouro. Para o edificado proposto este deve ter o número de pisos, a cota da soleira, alturas das fachadas, polígono de implementação com os pontos coordenados e a profundidade da empena dos edifícios.

Em todo o edificado proposto na área de intervenção são permitidos diversos usos, tais como: uso habitacional, uso misto, uso de equipamento e o uso de silo automóvel. O uso habitacional destina-se à habitação, admitindo apenas o uso comercial para serviços ou estabelecimentos de restauração e bebida (com acesso independente a partir da rua). O uso misto destina-se a um vasto leque de hipóteses como a habitação, o comércio, a serviços, a áreas técnicas e as indústrias. Também são permitidos edifícios destinados exclusivamente ao comércio, a serviços e a estabelecimentos hoteleiros.

O projecto que terá uma relação com a área pública, deve ser abrangido pelo tipo de pavimentação das rodovias, estacionamento à superfície, passeios pedonais e passadeiras para peões, a localização e o dimensionamento das paragens de autocarro, a localização de contentores de lixo ou de outros sistemas de recolha de RSU na via pública, a plantação de árvores de alinhamento, a localização e o tipo de mobiliário urbano, o equipamento de iluminação pública, o sistema de sinalização e a localização de obras de arte.

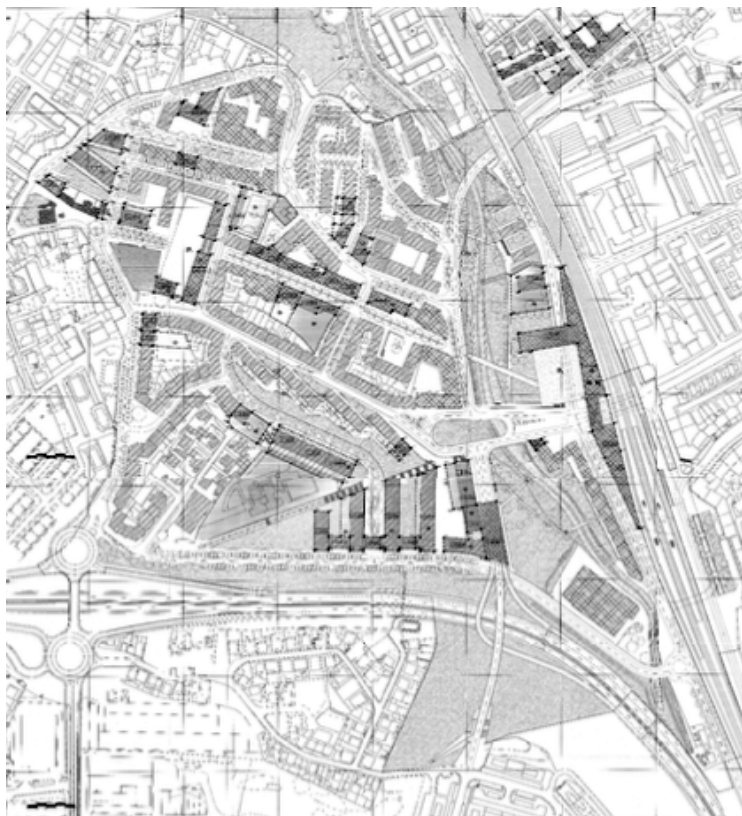


Figura 6 | Plano de Pormenor da Área Central do Cacém (Fonte: Decreto-Lei N° 72)

1.2. Planos de Âmbito Municipal

De todos os Planos Municipais é importante destacar alguns, devido ao caso de estudo presente, o Programa Polis do Cacém, como: o PDM de Sintra (1999), Plano Municipal do Ambiente de Sintra, o Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015.

1.2.1. PDM Sintra

O primeiro Plano Director Municipal de Sintra foi aprovado em 23 de Setembro de 1998 e a 31 de Março de 1999 (rectificação de PDM), ratificado pela RCM n.º 116/99 de 19 de Setembro e publicado em Diário de República em 4 de Outubro de 1999. Este plano foi elaborado ao abrigo do disposto pelo Decreto-Lei n.º 69/90 de 2 de Março, diploma que regulava os planos municipais do ordenamento do território, sendo anterior ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial³ que criou o sistema de gestão territorial.

No final do séc. XX, o município de Sintra era o que mais crescia na Área Metropolitana de Lisboa, com grande procura habitacional e empresarial, o que levou a que o PDM fosse rapidamente ultrapassado pela realidade, deixando um contributo à regulação da ocupação do solo. Após algumas décadas verificaram-se diversas mutações de carácter económico, social, cultural e ambiental com impacte no território municipal, demonstrando e condicionando a sua forma de gestão, a revelando a necessidade de dar início ao processo de revisão do PDM.

A revisão do PDM surge para que seja possível reestruturar o instrumento de gestão do território para orientar uma visão futura, enquadrada numa realidade que merece análise e observação. O seu primeiro passo foi a 25 de julho de 2012, a Câmara Municipal delibera o início⁴ da revisão do PDM. Esta revisão foi desenvolvida pelos serviços municipais (Direção Municipal de Ambiente, Planeamento e Gestão do Território/Gabinete do Plano Director Municipal), tendo a colaboração do Instituto Superior Técnico para a Avaliação Ambiental Estratégica, nos termos do Decreto-Lei n.º 232/2007 de 15 de Junho.

A 22 de Abril de 2014 foi determinada pela Câmara Municipal⁵ o plano de trabalhos e a metodologia estratégica para a revisão do PDM, considerando que este instrumento iria ter uma estratégia para o desenvolvimento económico e sustentável do município.

3 Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de Setembro.

4 Proposta no 476P/2012.

5 Proposta no 254-P/2014, aprovada em Reunião de Câmara em 22 de abril de 2014.



Figura 7 | Cronograma do PDM De Sintra (Fonte: Elaboração da Autora)

Uma das principais alterações que espelha a mudança de contexto, é o desaparecimento da categoria operativa de solo urbano, reconhecendo que o solo urbano é o que está total ou parcialmente urbanizado e edificado. Outra mudança consiste nos planos territoriais passarem a ser o único instrumento de planeamento territorial associado aos particulares, isto é, a afirmação dos instrumentos de natureza especial enquanto programas, estando incluídos o POPNSC e o POOC Sintra Sado, que iniciam a sua adaptação a um carácter estratégico.

1.2.1.1. Objectivos do PDM Sintra

Estes objectivos gerais foram definidos através do impacte nos diferentes domínios de desenvolvimento municipal, reflectindo-se na criação dos princípios e regras para a ocupação, uso e transformação do solo e também no equilíbrio da protecção e valorização das áreas florestais, agrícolas, culturais e naturais, tendo espaços destinados ao exercício de actividades industriais, espaços residenciais, de serviços e lazer impulsionando a reabilitação urbanística. Esta reabilitação urbanística pretende incrementar uma política de desenvolvimento económico, habitacional e social tendo como base indicadores para o planeamento, apoiando-se nas disposições legais e regulamentares (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

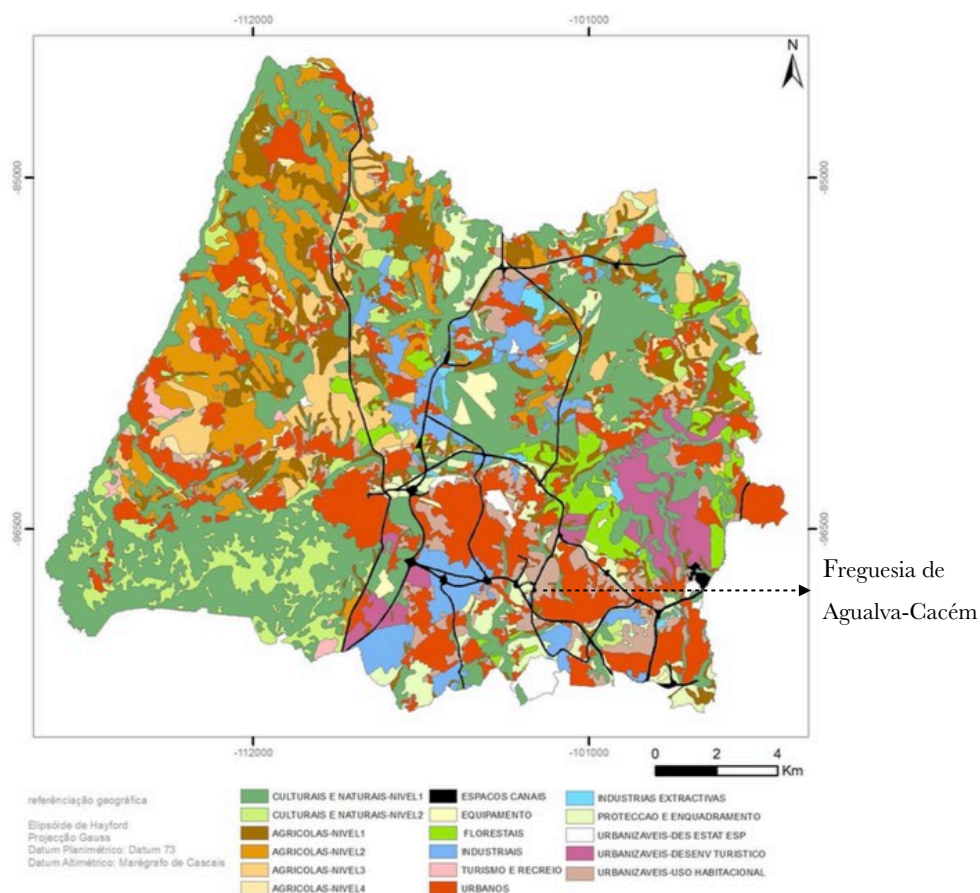


Figura 8 | Classes do PDM de Sintra (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

O PDM de Sintra incorpora todo o território municipal estando de acordo com a carta de ordenamento, que se organiza pela ocupação, uso ou transformação do solo subdividido por classes de espaços e categorias, sendo essas: culturais e naturais (nível 1 e nível 2), agrícolas (nível 1, 2, 3 e 4), espaços canais, equipamentos, florestais, industriais, turismo e recreio, urbanos, industriais

extractivas, protecção e enquadramento, urbanizáveis , urbanizáveis de desenvolvimento turístico e urbanizáveis de uso habitacional.

Com a figura 8, podemos verificar que na freguesia de Agualva-Cacém encontram-se presentes as classes agrícola nível 1, culturais e naturais nível 1, urbanizáveis de usos habitacional e por último o urbano. Ainda assim é possível visualizar que as maiores áreas desta freguesia é a classe urbana e de seguida a classe urbanizável de uso habitacional. Assim pode-se afirmar que esta freguesia é maioritariamente de uso habitacional e urbano.

1.2.1.2. Perímetro Urbano

O PDM é responsável pela definição da política do uso, ocupação e transformação do solo, tendo em conta as áreas dominantes de acordo com os usos existentes, com as potencialidades e restrições dos espaços físicos. É fundamental uma análise espacial e temporal às classes definidas pelo instrumento de gestão territorial, designadamente à evolução do espaço urbano. Assumem-se como grande importância os padrões de crescimento e a ocupação do solo que auxiliam na definição de políticas direccionadas para o planeamento e desenvolvimento da sustentabilidade.

Os espaços urbanos caracterizam-se por vários factores como o elevado nível de infra-estruturação e densidade populacional onde existe uma grande predominância de edificado. O artigo 25º do regulamento do PDM diz que estes espaços são constituídos pelos aglomerados urbanos, tendo os respectivos instrumentos de planeamento definido a sua estrutura interna e a requalificação.

Os espaços urbanizáveis designam-se por áreas em expansão, podendo adoptar algumas características dos espaços urbanos. Segundo o regulamento do PDM⁶, estes espaços são constituídos por os que já continham licenciamento de loteamento urbano por as estratégias que incorporam o sistema urbano e as categorias de espaços de desenvolvimento turístico de desenvolvimento estratégico específico e de uso habitacional.

6 Artigo 26º.

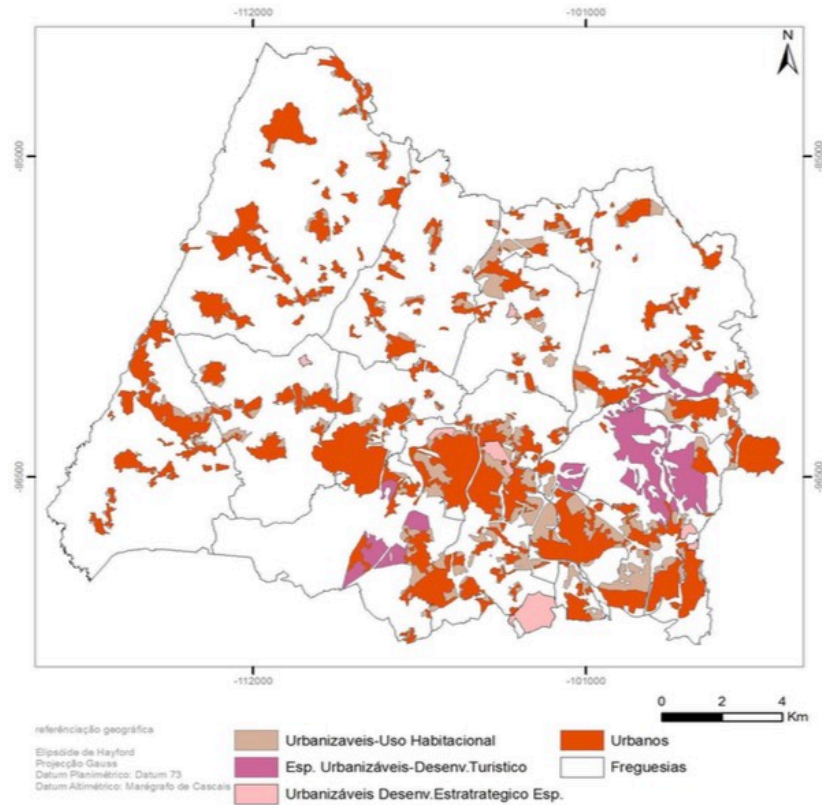


Figura 9 | Espaços Urbanos e Urbanizáveis (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

Na figura 9, verifica-se que a maior concentração situa-se junto às duas vias de comunicação estruturantes, a linha ferroviária e o IC 19. Ainda podemos observar que grande parte das áreas urbanas e urbanizáveis de uso habitacional encontram-se presentes na freguesia de Agualva Cacém o que permitiu que estas tivessem um grande crescimento.

1.2.1.3. Níveis de Execução dos Objectivos Estratégicos

Neste sub capítulo serão referidas as actuações estratégicas que incidem nos vários sectores de ordenamento do território, explicando as carências do concelho de Sintra. Embora sejam apenas mencionadas as estratégias que se relacionem com o caso de estudo, o Cacém.

A actuação estratégica 2 vai ao encontro da mobilidade e acessibilidade, no qual remete para a elaboração de projectos que ajudem a consolidar o sistema viário municipal e a sua articulação com Área Metropolitana com o objectivo de expandir e beneficiar as condições de deslocação. Recomenda-se um novo quadro de mobilidade e acessibilidade que promova a execução do traçado proposto no PDM, o IC 16 com o intuito de promover a execução da via de cintura da AML - promover a execução circular nascente a Algueirão-Mem Martins, promover a execução circular nascente e poente a Agualva-Cacém, promover a execução dos troços entre o nó do estádio nacional da A5 e o nó de Belas e promover a execução da circular industrial de Pêro-Pinheiro (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Para a execução destes programas é proposto a execução de cartas de actuação do sistema viário municipal, os projectos de segurança e travessia de aglomerados e os projectos de enquadramento paisagístico das estradas e caminhos.

O grande impacte do alargamento do IC 19 resultou no aumento da capacidade de circulação automóvel, melhorando as deslocações entre Sintra e Lisboa. As circulares nascente e poente de Agualva-Cacém, cujo projecto se encontra na fase de avaliação de impacte ambiental permite facilitar o tráfego em torno dos núcleos urbanos do corredor urbano.

Outra das problemáticas do concelho de Sintra consiste na falta de estacionamento e na falta de articulação entre os transportes públicos. A mobilidade é um factor essencial de coesão, de integração social e também de promoção da competitividade das cidades e das áreas rurais.

A actuação estratégica 3 baseia-se na reestruturação e requalificação da rede ferroviária, ou seja, consiste na implementação de um sistema ferroviário que corresponda às exigências da mobilidade a nível da Área Metropolitana, assim é proposta a quadruplicação da via entre Campolide e Agualva-Cacém, a duplicação e electrificação da linha oeste entre o Cacém e Pedra Furada, a renovação das estações e apeadeiros de Queluz, Tercena, Cacém, Rio de Mouro, Mercês, Portela de Sintra e Sintra, a nova estação terminal de Meleças entre outras (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

A linha ferroviária acaba por ser um elemento essencial na estratégia de mobilidade. Esta surge do duvidoso crescimento populacional daí serem nomeadas algumas medidas anteriormente referidas. A quadruplicação da linha ferroviária Campolide-Cacém encontra-se em fase de

execução. Embora a estação ferroviária Agualva-Cacém, neste momento passe pela sua reestruturação e renovação sendo a responsabilidade do projecto o PolisCacém. Contudo ainda está por executar a duplicação e electrificação da linha oeste, Cacém - Pedra Furada.

A actuação estratégica 4 consiste na elaboração de planos gerais de circulação e gestão da via pública urbano - industrial e de planos gerais de melhoramento, de circulação e gestão de via pública em áreas industriais. Os planos gerais de circulação e gestão de via pública situam-se em Queluz - Massamá, Agualva-Cacém, Rio de Mouro Mercês, Algueirão Mem Martins, Abrunheira-Albarraque, Pêro Pinheiro - Montelavar, Sintra - S. Pedro - Estefânia, Mucifal - Banzão - Praia das Maças. Os planos gerais de melhoramento, de circulação e gestão de via pública das áreas industriais encontram-se em Montelavar, Pêro Pinheiro - Armês, Terrugem - Cartadeira - Vila Verde, Mercador - Mucifal, Algueirão Mem-Martins, Abrunheira - Albarraque, Alto de Colaride, Alto da Bela Vista - Cacém e Linhó - S. Pedro (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Nos estudos de circulação foram elaborados estudos estratégicos de circulação da Vila de Sintra. Estes mesmos estudos de circulação e estacionamento foram elaborados para Agualva, Algueirão - Mercês, Mem Martins e Queluz e os planos de ordenamento da circulação e estacionamento de Massamá, Montelavar e Pêro Pinheiro.

A actuação estratégica 5 pretende reequilibrar e proteger os recursos naturais e também estabilizar a estrutura verde do concelho de Sintra. Propõe a opção de medidas de intervenção com o intuito de valorizar e preservar o ambiente, como: o processo de florestação contínua de articulação entre o maciço da Serra de Sintra e a Serra da Carregueira, os projectos dos parques urbanos Queluz, Agualva-Cacém, Rio de Mouro e Algueirão norte, o projecto de recuperação e reconversão paisagística nas áreas agredidas pelas explorações de recursos minerais não metálicos, o processo de defesa global do maciço da Serra de Sintra e da Carregueira, a delimitação e ampliação de pequenas massas florestais e a defesa dos parques arqueológicos (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Encontram-se finalizados os parques urbanos de Queluz, Agualva-Cacém, Massamá norte, Rio de Mouro e Algueirão norte.

O concelho de Sintra carece de espaços verdes urbanos qualificados, a manutenção de sistemas naturais e suporte ao sistema hídrico problemas que podem ser minimizados através de planos e estudos municipais e com a execução dos projectos/planos que concretizem a estrutura verde principal e secundária, no seguimento da rede ecológica metropolitana consagrada no plano nacional da política de ordenamento do território.

A atuação estratégica 6 pretende a qualificação do planeamento urbanístico recomendando a elaboração de plano de urbanização de vinte e seis unidades operativas de planeamento e gestão apoiadas por medidas directoras. Considerando algumas zonas como: o projecto de Pobral - Alvarinhos, Assafora, Odrinha-Cabrela, Montelavar-Maceira, Negrais, Almagem do bispo, Magoito-Ameiro, S. João das Lampas, Praia das Maças-Fontanelas, Terrugem-Vila Verde, Lamieras, Sabugo, Rio de Mouro, Agualva, entre outros (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Em elaboração estão 16 planos de pormenor, nomeadamente: o Plano de Pormenor da Praia Grande, o Plano de Pormenor da Praia das Maças, o Plano de Pormenor de Pedregal, o Plano de Pormenor da envolvente a sul à Quinta da Bela Vista, o Plano de Pormenor do núcleo de Agualva, entre outros. Porém o Plano de Pormenor da área central do Cacém foi executado tendo sido ratificado pela RCM n.º44\2003, de 26 de Março.

As estratégias 7 e 8 não se encontram mencionadas pelo motivo de não conter aspectos importantes sobre a freguesia de Agualva-Cacém.

A actuação estratégica 9 concentra-se na habitação e reabilitação incidindo num conjunto de acções referentes à produção de oferta de habitação, particularmente a produção do solo urbano, morfologias e tipologias que se adequem à população, a produção de habitação em regime de contrato-programa, a infra-estruturação e reurbanização das áreas de habitação informal, a instrução e direcção de programas de reabilitação urbana, renegociação de áreas afectadas para fins residenciais, com o propósito de garantir grandes áreas de solo urbanizável, o estabelecimento de contrato de urbanização com o sector privado e por fim o estudo sobre a organização, funcionamento e viabilidade económico-financeira da empresa pública de urbanização de Sintra (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

As obras efectuadas segundo esta estratégia já estão concluídas, e incidiram nas freguesias de Casal de Cambra, Mira-Sintra, Rio de Mouro, Agualva, Belas, Cacém, S. Marcos, entre outras. Em relação aos estudos de organização, funcionamento e viabilidade económico-financeira da empresa pública de urbanização de Sintra, a SRU ainda não está constituída. No entanto está em elaboração o estudo prévio da fundamentação a ser elaborado pelo Parque Expo 98, S.A, a par da avaliação dos seus custos financeiros. Os planos direccionados para a reabilitação do património edificado, que se integram na vila de Sintra como o Programa Polis do Cacém e os observatórios do edificado e do espaços públicos encontram-se em fase de execução.

1.2.1.4. Transformação do Solo em Agualva-Cacém

Relativamente aos objectivos do PDM de Sintra pode-se constatar que a área do caso de estudo, o Cacém, a nível da ocupação, uso ou transformação do solo abrange cinco das classes do solo, sendo essas a classe agrícola nível 1, a classe cultural nível 1, a classe natural nível 1, a classe urbanizável de uso habitacional e por último a classe urbana. Embora seja importante mencionar que as classes que têm uma maior área são a classe urbanizável de uso habitacional e a classe urbana, através deste facto é possível concluir-se que neste freguesia existe uma grande abundância de construção de edificado e tendo menos destaque os factores naturais e agrícolas.

No que diz respeito ao perímetro urbano estabelecido no PDM, onde são visíveis as áreas dominantes correspondentes ao uso existente, as potencialidades e as próprias limitações, no caso do Cacém verifica-se que se encontram presente os espaços urbanizáveis de uso habitacional e os espaços urbanos. O facto de enquadrar este dois tipos de espaços pode-se constatar que devido a existir uma grande densidade populacional fez com que existisse uma predominância de edificado que permitiu haver um elevado nível de infra-estruturação, a linha ferroviária e o IC 19, e para além disto os espaços urbanizáveis permitem que o crescimento se desenvolva.

Em relação aos níveis de execução dos objectivos estratégicos nota-se que existem algumas problemáticas na zona de Agualva-Cacém, como a mobilidade e a acessibilidade, a falta de estacionamento e a pouca articulação existente com os transportes públicos, a necessidade de salvaguardar os recursos naturais e estabilizar a estrutura verde e para finalizar exigisse a qualificação do planeamento urbanístico. Para a resolução destas problemáticas procurou-se implementar diversas soluções como promover a execução circular nascente e poente a Agualva-Cacém, que pretendesse que facilite no tráfego; a reestruturação e requalificação da rede ferroviária, para estabelecer uma ligação forte com a Área Metropolitana (quadruplicação da via até Campolide e a electrificação e duplicação da linha oeste); a renovação da estação do Cacém; os projectos de parques urbanos e a criação de zonas verdes; a elaboração de Plano de Pormenor (Plano de Pormenor da Área Central do Cacém) e por fim a reabilitação de habitação.

1.2.2. AUGI's

As áreas urbanas de génese ilegal implantam-se nas várias classes do PDM, excepto nas classes de equipamentos, turismo e recreio e de indústria extractiva. De acordo com o n.º 2 do artigo 1º do diploma, e sem prejuízo do estabelecido no artigo 5º (áreas parcialmente classificadas como urbanas ou urbanizáveis), consideram-se AUGI :

“ (...) os prédios contíguos que, sem a competente licença de loteamento, quando legalmente exigida, tenham sido objecto de operações físicas de parcelamento destinadas à construção até à data da entrada em vigor Decreto Lei n.º 400/84, de 31 de Dezembro e que, nos respectivos planos municipais de ordenamento do território (PMOT), estejam classificados como espaço urbano ou urbanizáveis (...)”

Também são consideradas AUGI “os prédios ou conjuntos de prédios parcelados anteriormente à entrada em vigor no Decreto Lei n.º 46.673, de 29 de Novembro de 1965 desde que ocupados maioritariamente por construções sem licença” (Artigo 4º).

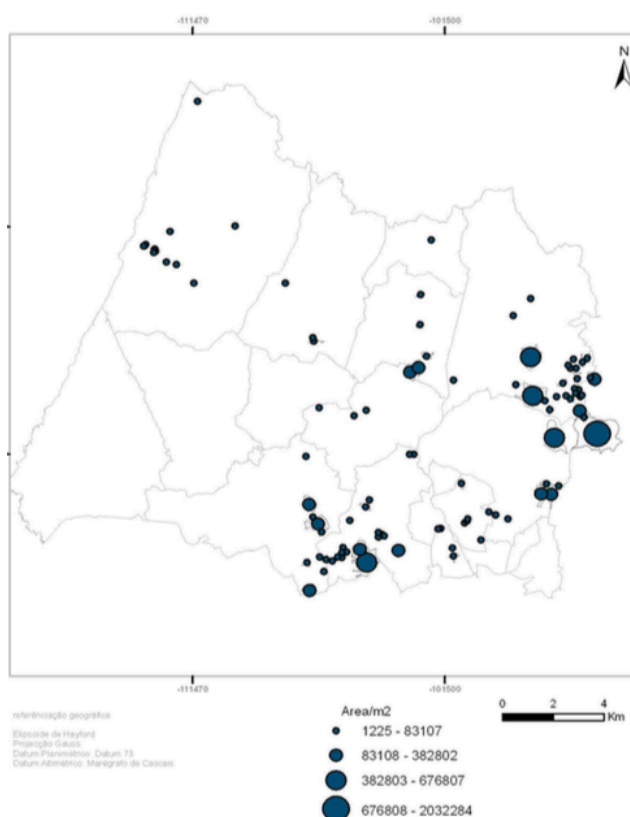


Figura 10 | Área das AUGI por freguesias

(Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

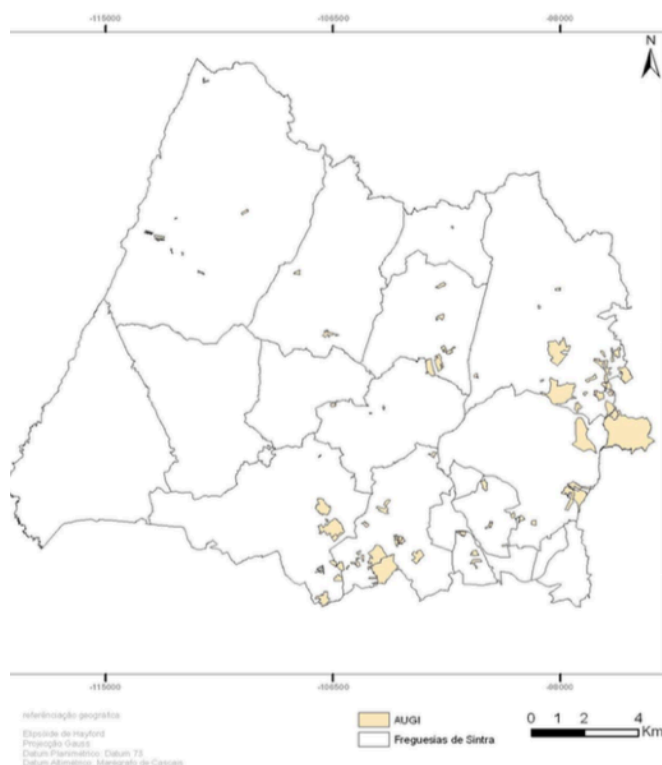


Figura 11 | Delimitação das AUGI do concelho

(Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

Analisando a figura 10, verifica-se que na zona norte as áreas das AUGI enquadra-se na área de 1225 - 83104 m². Relativamente, a zona oeste averigua-se que não foram implementadas áreas de génese ilegal. Mas na zona este verifica-se totalmente o oposto da área a oeste. Nesta área é notório as grandes áreas de génese ilegal, tendo três áreas entre 382803 - 676807 m² e uma entre 676808 - 2032284 m². No que diz respeito à zona a sul é possível examinar áreas de 1225 - 83107 m², 83108 - 382802 m² e 382803 - 676807 m². Ainda nesse mapa é possível constatar que existe uma maior predominância na zona a este, sendo que segunda área maior de génese ilegal situa-se na zona a sul.

Em relação ao caso de estudo Agualva-Cacém verifica-se que contém algumas áreas de génese ilegal, aproximadamente 6, contudo estas áreas não ultrapassam a área de 83107m².

Observando, a figura 11 visualizamos as delimitações destas AUGI's, sendo mais uma vez possível ver a abundância de AUGI's no concelho de Sintra.

O processo de reconversão das génese ilegais pode ser organizado por operações de loteamento de iniciativa do proprietário ou como uma operação de loteamento mediante o plano de pormenor da iniciativa da Câmara Municipal. Segundo a carta temática das AUGI's do concelho de Sintra as AUGI's são classificadas da seguinte forma:

- AUGI's que necessita do título de reconversão, em que este título abrange a totalidade da área classificada;
- AUGI's que dispõe parcialmente de título de reconversão, em que não considera a totalidade da área classificada;
- AUGI's que não precisa do título de reconversão, não precisa de qualquer título de reconversão concluído relativamente à totalidade ou parte das AUGI's.

Neste período registou-se um aumento em torno dos 2% das AUGI's que dispõem do título de reconversão e assim existe uma redução em igual percentagem das AUGI's que não têm este título. Porém, é importante mencionar que as cartas temáticas não referem a operação de reconversão em curso, o que significa que a classe “não dispõe” poderá englobar as AUGI's com processo de reconversão em curso. A implementação dos planos de reconversão, na maioria dos casos, está a ser concretizada com operações de loteamento, seguindo a carta temática das AUGI's do concelho de Sintra.

No que diz respeito ao estado geral de execução das infra-estruturas é agrupado em três classes, estando de acordo com os níveis de execução existentes, designadamente:

- Classe A - percentagem de conclusão entre 76% a 100%
- Classe B - percentagem de conclusão de 51% a 75%

- Classe C - percentagem de conclusão até 50%

Pode-se constatar a diminuição do número de AUGI's no concelho de 104 em 2003 para 100 em 2008. Todavia é evidente o aumento de percentagem de AUGI's na classe A na maioria das freguesias, o que permite verificar que existem mais áreas urbanas de génese ilegal com o nível de infra-estruturação superior. O desenvolvimento da classe B é idêntico à classe A relativamente ao seu aumento. Em relação à classe C (até 50%) regista-se um acréscimo em 4 das freguesias.

Freguesias	2003(%)			2008(%)		
	A	B	C	A	B	C
Aigualva	2,97	0,00	1,98	3,09	1,03	1,03
Algueirão Mem-Martins	1,98	0,00	0,99	2,06	0,00	1,03
Almargem do Bispo	1,98	0,99	22,77	2,06	1,03	23,71
Belas	4,95	0,00	2,97	4,12	1,03	3,09
Casal de Cambra	1,98	0,00	0,00	2,06	0,00	0,00
Montelavar	0,00	0,00	0,99	0,00	0,00	1,03
Pêro Pinheiro	0,00	1,98	1,98	2,06	1,03	1,03
Rio de Mouro	4,95	3,86	10,89	5,15	6,19	8,25
S.Marcos	1,98	1,98	0,00	3,09	1,03	0,00
S. João das Lampas	2,97	0,99	11,88	3,09	1,03	10,31
S. Pedro de Penaferrim	2,97	1,98	3,96	3,09	2,06	3,09
Terrugem	1,98	0,00	0,99	2,06	0,00	1,03
Total	28,71	11,78	59,4	31,93	14,43	53,6

Quadro 3 | Infra-estruturação das AUGI's (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

Para o caso de estudo é importante fazer uma breve análise da freguesia de Aigualva-Cacém. Atendendo ao quadro 3 averigua-se que do ano 2003 até ao ano 2008, a classe A sofreu de um aumento de 0,12%. Já a classe B teve um desenvolvimento totalmente idêntico ao da classe A, crescendo 1,03%. A classe C teve um desenvolvimento totalmente oposto às duas outras classes, onde acabou por diminuir cerca de 0,95%.

1.2.3. Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional

Na Reserva Ecológica Nacional (REN) estão incluídas áreas identificadas como tal na carta de condicionantes do PDM, assinaladas de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 47/1996, 17 de Abril. A REN é definida como “uma estrutura biológica que integra o conjunto de áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológico ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial” (Decreto-Lei n.º 166/2008, 22 de Agosto).

A REN ocupa uma área de aproximadamente 11 069 hectares, que corresponde a cerca de 35% da superfície total do concelho. Embora a área que abrange mais de solo qualificado seja na zona a sudoeste. As classes de espaços culturais e naturais encaixam-se na maior área de espaços classificado como reserva ecológica nacional, cerca de 8 559 hectares.

A RAN (Reserva Agrícola Nacional) integra todas as áreas designadas na carta de condicionantes que contém áreas definidas na planta de RAN publicada na Portaria n.º 651/93, de 7 de Julho. A Reserva Agrícola Nacional é definida como “o conjunto das áreas que em termos agro-climáticas, geomorfológicas e pedológicos apresentam maior aptidão para a actividade agrícola (...) uma restrição de utilidade publica à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionantes à utilização não agrícola do solo (...)” (artigo 2º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março). A maior predominância de áreas classificadas é a Norte. Esta área ocupa uma área de aproximadamente 4 787 hectares que corresponde a 15% da área total do concelho.

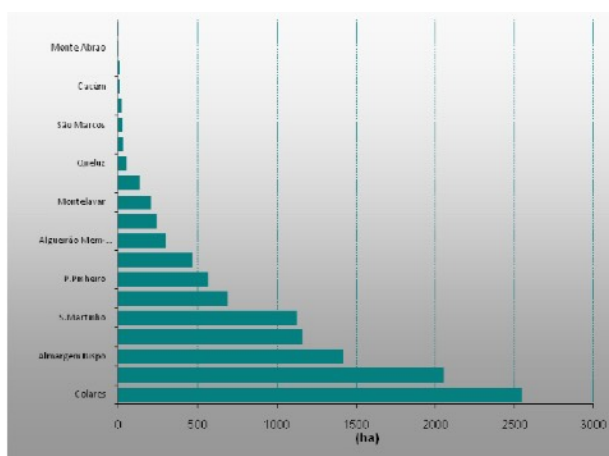


Figura 12 | Área de Reserva Ecológica Nacional (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

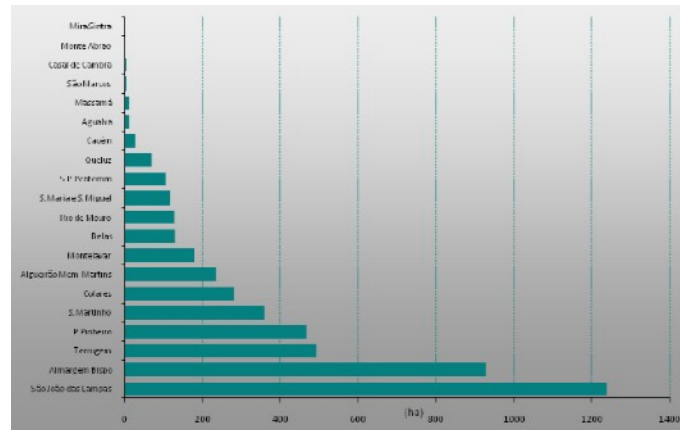


Figura 13| Área de Reserva Agrícola Nacional (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011)

Assim, podemos concluir que a área de Agualva-Cacém apenas é referenciado na Reserva Agrícola Nacional (Figura 13), concluindo-se que nesta área não existe qualquer tipo de terreno que se localiza Reserva Ecológica Nacional (REN). Apesar deste facto, a área do Cacém abrange as duas reservas sendo que na Reserva Ecológica Nacional têm uma área inferior a 500 hectares. Relativamente, à Reserva Agrícola Nacional a área desta é maior em Agualva do que no Cacém, mas ambas as áreas têm áreas inferiores a 200 hectares.

1.2.4. Plano Municipal de Ambiente de Sintra

O Plano Municipal de Ambiente de Sintra adequa-se ao espírito da Agenda 21⁷ em que pretende implementar um modelo integrado de desenvolvimento que respeite e promova a qualidade de vida e o ambiente do concelho de Sintra.

Este plano têm como principais objectivos: identificar o estado do ambiente e detectar tendências de evolução, seleccionar e concentrar as atenções nos problemas ambientais mais urgentes, definir estratégias integradas e acções de intervenção eficazes, incentivar a cooperação e formação de parcerias entre diferentes actores locais para a resolução de problemas e promover a participação dos cidadãos e responder às suas aspirações.

Nos últimos anos, os problemas relacionados com os recursos naturais, poluição e as suas consequências criaram uma consciência social em torno das questões ambientais, o que proporcionou às autarquias uma maior atenção sobre os problemas ambientais. O crescimento contínuo da população e as desigualdades sócio-económicas determinaram uma nova perspectiva para o desenvolvimento económico, criando o conceito de desenvolvimento sustentável, tendo uma relação equilibrada entre as actividades económicas, a exploração dos recursos naturais e a qualidade de vida alcançada pela população (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Devido à grande degradação da qualidade do ambiente verificada por todo o planeta, resultou da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e desenvolvimento (UNCED), que decorreu no Rio de Janeiro, em 1992, um plano de acção que pretende a operacionalização do conceito de desenvolvimento sustentável. Este documento designado por Agenda 21 deve ser implementado globalmente, nacionalmente e localmente seja qual for o local desde que exista o impacte humano sobre o ambiente.

Um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21 foi a estratégia nacional de desenvolvimento sustentável, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2002, de 1 de Março de 2002. Em Portugal a adopção desta estratégia foi estabelecida em torno de quatro domínios estratégicos, sendo esses: garantir o desenvolvimento equilibrado do território, melhorar a qualidade do ambiente, produção e consumo sustentáveis e direccionar para uma sociedade solidária e do conhecimento.

7 Plano de Acção das Nações Unidas para o Ambiente Sustentável, no Século XXI

1.2.4.1. Diagnóstico Ambiental

O Concelho de Sintra é caracterizado por uma fisiografia e ocupação do seu território, que demarcam a grande diversidade de paisagens e as próprias condições ambientais.

De 1991 a 2001 houve um grande crescimento populacional no concelho de Sintra cerca de 40%, embora atualmente seja o segundo maior a nível nacional, apontando as projecções para que continue a aumentar. Uma grande parte deste crescimento é reconhecido devido ao acolhimento de imigrantes. Com este crescimento surgiram alguns problemas sociais, geradores de desigualdades, exclusões, tensão social, marginalidade e insegurança.

Grande parte deste crescimento acompanha a linha de caminho de ferro e o IC 19, sendo uma grande zona urbana do concelho. Esta área é assinalada pelo domínio da habitação, tendo pouca integração de actividades dos sectores secundários e terciários, pela desqualificação urbanística, ambiental e social, carência de infra-estruturas, de equipamentos e de espaços verdes públicos. Em relação ao Rio Jamor, Ribeira das Jardas e a Ribeira da Laje, sendo recursos hídricos estes causam situações de edificação em leitos de cheias, de poluição e de elevada artificialização. Na área urbana há um grande consumo de recursos e confirmam-se alguns aspectos negativos nos transportes, destacando-se no tráfego rodoviário e no ambiente sonoro. Para melhorar estas áreas já existem algumas intenções e investimentos para esta recuperação como o Cacém Polis.

O diagnóstico ambiental ao concelho de Sintra permitiu identificar um grupo de problemas que foram divididos em três níveis de importância, mas também torna-se necessário um conjunto que identifique os aspectos positivos. O primeiro nível dos problemas consiste em problemas estruturais, que de algum modo influenciam o conjunto de domínio ambiental, a dinâmica interna do concelho e a sua relação com o exterior. O segundo nível dos problemas classificam-se como urgentes e de complexa resolução, isto é, que exigem a articulação de esforços de diversas entidades, sejam públicas ou privadas, mas que se agravaram durante alguns anos e que não tiveram a oportunidade de sofrerem uma intervenção para minimizar estes agravamentos. O terceiro nível, sendo com uma menor importância, agrupa situações que continuam a ser importantes e que necessitam de intervenção, mantendo este ritmo de concretizar as acções planeadas verificar-se-á uma melhoria futura.

O problema principal identificado no concelho de Sintra relaciona-se com o planeamento e o ordenamento do território, no qual não promove a multifuncionalidade dos aglomerados e as relações dinâmicas entre as zonas urbanas, costeiras, rurais sendo visíveis os desequilíbrios funcionais e as segregações espaciais. As estratégias de ordenamento indicam a necessidade de recuperação física, social e funcional com o intuito de intervir no sentido da estruturação dos

aglomerados a norte e no litoral, que compacte e remate aos tecidos construídos e da sua requalificação interna na zona urbana, estabilização da estrutura verde e por último a implementação da estrutura viária.

Embora a concretização desta estratégia não tenha sido totalmente eficaz, com isto pretende-se reconhecer que os instrumentos de ordenamento em vigor não tem permitido controlar o abandono da agricultura e a ocupação por edificações dispersas tanto no litoral norte e como junto a serra de Sintra, a expansão urbana desarticulada e desestruturada, a renovação urbana direccionada para a excessiva densificação sem estruturação do suporte viário a sudeste, os conflitos com o funcionamento ecológico, a facilidade de valores de interesse para a protecção e degradação da qualidade de vida.

Continua a manter-se a tendência de a ocupação mais valorizada ser na zona litoral do concelho de Sintra, existindo a desvalorização da zona urbana perto dos eixos viários, que acabam por revelar-se insuficientes para o aumento das necessidades de mobilidade de uma população crescente.

O segundo nível demonstra o que afecta negativamente os recursos naturais e o património, a qualidade do ambiente e da paisagem que acabam por influenciar e por em risco as populações. Neste caso são mencionadas algumas situações como as actividades das indústrias extractivas e de transformação de pedra, que afectam a qualidade do ar e do ambiente sonoro, na produção de resíduos e ainda ajuda na degradação do solo e da paisagem; as ocupações abusivas e as utilizações desregradas da orla costeira em que desgasta a paisagem, o ambiente e os seus recursos, tendo uma grande influência na estabilidade das arribas, na qualidade das águas balneares e também afecta geomonumentos de elevado interesse; os resíduos em que existe a deposição ilegal em diversos pontos do concelho de sacas e entulhos e o atraso na implementação de infra-estruturas do sistema multimunicipal de gestão de resíduos da AMTRES.

Ainda neste nível menciona-se a falta da consciência ambiental como a carência a nível da educação e participação da população e a fraca participação da comunidade nestes processos decisivos.

No terceiro nível reflecte o nível das infra-estruturas básicas (água, saneamento ambiental e resíduos) em algumas situações como os constrangimentos a nível da estrutura, das ligações e da conservação das redes de abastecimento e de drenagem de águas residuais domésticas, pluviais e industriais. Para esta situação ainda existem algumas contribuições como as ligações clandestinas de águas residuais domésticas e indústrias para a rede pluvial, mas ainda se verifica as descargas clandestinas de águas residuais para as linhas de água e para os colectores domésticos municipais. Ainda neste nível menciona-se a insuficiência recuperação selectiva e a valorização de resíduos

perante os objectivos estabelecidos no Programa Especial de Realojamento (PER), as deficiências existentes nos equipamentos de recolha e a limpeza pública urbana.

Todavia este diagnóstico ambiental aponta alguns pontos positivos em diversos domínios como de água, saneamento ambiental, qualidade do ar, recursos naturais e energia, sendo esses: um bom nível de atendimento global na remoção de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais; a inexistência de problemas globais de qualidade de ar; mesmo fora de áreas protegidas, ainda se encontram ribeiras e matos bem conservados e com uma grande potencial para conservação, temos como exemplo a ribeira de Cabrela e Adrião. Embora algumas manchas florestais, tapadas e matas ainda apresentem um valor ecológico para a preservação (Mata do Cacém - Rio de Mouro, Matinha de Queluz, entre outras) e por último a aplicação de critérios de eficiência energética na gestão de compras e aproveitamento de energias renováveis em infra-estruturas municipais e sensibilização da comunidade para a eficiência da utilização da energia.

1.2.4.2. Monitorização Ambiental de Agualva-Cacém

No que diz respeito à monitorização ambiental do Programa Polis na cidade de Agualva-Cacém, encontram-se envolvidas um conjunto de intervenções destinadas a requalificar e revitalizar o tecido urbano da área central do Cacém, com o intuito de melhorar a qualidade do ambiente e as condições de usufruto do espaço. Referenciam-se intervenções do domínio das acessibilidades e transportes, valorização do espaço público, do desenho urbano e da requalificação das zonas ribeirinhas, neste caso a Ribeira das Jardas.

Estas intervenções programadas de algum modo têm impactes ambientais que são importantes minimizar, a sociedade CacémPolis S.A apostou numa estratégia de avaliação prévia, o estudo de incidências ambientais, e acompanhamento posterior das obras. Neste momento estão em curso os trabalhos de monitorização ambiental da fase de construção, tendo inseridas várias componentes ambientais (qualidade de água, qualidade de ar, ruído). O seguinte procedimento será o acompanhamento periódico de toda a fase de obra e para finalizar a situação pós-intervenção, com o intuito de avaliar a eficácia em termos de qualidade ambientais, das intervenções implementadas no programa.

Este caso é efectivamente um exemplo devido á sua estrutura de desenvolvimento urbano típica de muitas localidades da linha de Sintra. O tipo de fontes poluidoras, quer a nível de emissões atmosféricas como de ruído, são as habituais em espaços urbanos com uma grande densidade, principalmente de tráfego rodoviário.

Pode-se concluir que os poluentes atmosféricos estão directamente relacionados com o tráfego automóvel, visto que a maior concentração é das 8h até às 20h coincidindo com as horas de ponta dos dias úteis. No fim-de-semana a maior concentração regista-se em períodos mais tardios das 11h às 24h, devido às diferenças de tráfego.

Apesar de na zona de intervenção ter algumas actividades industriais estas não influenciam de um modo negativo a qualidade do ar, comparativamente ao tráfego automóvel.

Classificação/Dia	CO	NO ₂	PM ₁₀	Classificação Final
26/06/2003	Muito Bom	Muito Bom	Médio	Médio
27/06/2003				Médio
28/06/2003				Médio

Quadro 4 | Índice de Qualidade de Ar no Cacém (Fonte: Relatório Fundamentado de Avaliação da execução do PDM de Sintra, 2011)

Os problemas a nível ambiental que se relacionam com o ruído, maioritariamente são regulados pelas vias rodoviárias com elevados níveis de tráfego e também pela linha ferroviária Lisboa-Sintra. O próprio tecido urbano da zona, especialmente das zonas mais antigas conjugam-se de elevados declives com arruamentos de perfil transversal limitado, rodeados de edifícios com cerca de quatro a cinco pisos, no qual situações de degradação do ambiente acústico e da qualidade de ar. Pode-se considerar que o cenário acústico da zona central do Cacém é apenas representativo dos aglomerados urbanos mais densos existentes nas imediações do IC 19 e da linha ferroviária de Sintra. Através das mediações elaboradas no terreno e com o mapa de ruídos verificou-se que a zona central do Cacém é uma zona muito ruidosa, devido ao tráfego rodoviário de grande intensidade. As zonas envolventes ao IC 19 e a linha ferroviária também são bastantes ruidosas. Os locais mais ruidosos são o eixo viário constituído pela Rua Elias Garcia e a Rua D. Maria II. Nas zonas residenciais, no interior do quarteirão e nas zonas envolventes ao centro, os níveis sonoros são mais reduzidos devido ao volume de tráfego e ao efeito de barreira criados pelos edifícios (bairros residências do Cacém de Cima e o Casal do Cotão).

Após a monitorização das diversas componentes ambientais, o ruído é o principal factor de preocupação ambiental da zona de intervenção do Programa Polis do Cacém, podendo afectar a qualidade de vida da população local, principalmente os residentes da zona central do Cacém.

1.2.5. Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015, este é composto por um diagnóstico a priori que tenciona melhorar diversos aspectos como: a economia do município, o desenvolvimento sócio-económico e também diagnosticar quais os pontos fortes e os mais fracos do município de Sintra. Para uma análise mais perspicaz efectuou-se a análise SWOT onde se indicam as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças que se encontram presentes no Concelho de Sintra. Esta abordagem pretende identificar os problemas atuais e outros com que Sintra se irá debater e também as suas vantagens atuais e futuras que poderão ser elaboradas. Neste caso para a realização deste plano é fundamental este instrumento devido a ajudar a definir prioridades e o próprio rumo estratégico de Sintra.

1.2.5.1. Análise SWOT

Agualva e Cacém estão inseridos na unidade geográfica correspondente ao Corredor Urbano. Um dos pontos fracos presentes é o facto de a mancha urbana de Sintra ter aumentado, no período de 1991 a 2001, este crescimento foi sobretudo causado pela migração e a imigração. Assim cerca de 80% dos habitantes de Sintra não são naturais do concelho. Uma grande parte da população provém de outros países, ou seja, tem outras culturas bastante distintas da cultura portuguesa. A entrada rápida de um número substancial de pessoas levou ao sentimento de falta de pertença e de desconhecimento dos valores culturais e sociais. Os elementos que determinam esta descaracterização social é a carência de equipamentos colectivos como estabelecimentos escolares, equipamentos de saúde, equipamentos culturais, entre outros. Estas carências levam a que esta unidade geográfica, se polarize em torno de outros concelhos com esse tipo de estrutura. Visto que o concelho de Sintra apresenta carências estruturais, acaba por anular-se e ter como referências as áreas metropolitanas adjacentes.

Outro aspecto menos positivo está relacionado com o crescimento desordenado. Este crescimento não teve qualquer tipo de acompanhamento em termos de infra-estruturas e equipamentos (espaços verdes, estabelecimento escolares, transportes públicos, vias de acesso), o que causou problemas de estrangulamento nas infra-estruturas e nos equipamentos existentes. Importa referir também a elevada volumetria das habitações e situações específicas de urbanizações realizadas sem sustentabilidade física, com erros urbanísticos que causam elevados custos, o que demonstra a falta de planeamento urbano cuidado.

Esta falta de acompanhamento de infra-estruturas e de equipamentos coletivos proporcionou a desvalorização dos preços das habitações e também a desvalorização dos terrenos urbanizáveis circundantes. Este tipo de construção deriva principalmente pela falta de planeamento cuidado das zonas que se urbanizavam. A carência de infra-estruturas, áreas verdes, lugares de estacionamento e equipamento traduziram-se numa baixa dos preços das habitações. Os agentes económicos, respondendo às exigências do mercado imobiliário adaptaram-se a oferta ao produto imobiliário que fazia economicamente mais sentido, a construção de baixo preço (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Um elemento crítico é a falta de segurança, que advém do fenómeno da exclusão social. Na população suburbana existem uma grande diversidade de exclusão social, quer dizer existem vários jovens sem qualquer tipo de ocupação nos seus tempos livres, principalmente no período de tempo compreendido entre o final das aulas e a chegada dos adultos à residência após o trabalho. Nestes mesmos períodos muitos jovens não têm forma de ocupação desportiva, social ou cultural devido à carência de equipamentos e à falta de rendimentos dos extractos familiares para acederem a espaços privados existentes, o que torna mais permeável a situação de delinquência e criminalidade (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Outro aspecto é o insucesso escolar que conduz à desistência precoce dos jovens da escola, este fenómeno carece de uma resposta social, para prevenir este insucesso escolar, quer na reintegração social, quer na reintegração escolar ou até mesmo na oferta de alternativas profissionais ou ocupacionais. Por vezes os imigrantes sentem algumas dificuldades, como a barreira linguística, a falta de benefícios ou até direitos sociais, o que proporciona que algumas vezes sofram com situações de racismo ou xenofobia em vários domínios sociais. Por outro lado, muitos imigrantes preenchem vagas em empregos com pior qualificação, com piores garantias e com salários reduzidos. Todas estas situações levam a uma sensação de injustiça e revolta social, e os jovens acabam por se exprimirem através da música, graffiti, para além dos fenómenos de violência, vandalismo e criminalidade (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

A falta de condições de habitabilidade dos edifícios, a falta de equipamentos, o desemprego, a inequidade de direitos sociais leva a uma separação social profunda entre estes locais desfavorecidos e o resto do concelho, que acabam por ser difíceis de cicatrizar.

Outro ponto fraco encontra-se relacionado com a escassez e o mau estado de conservação dos espaços verdes. Existem vários espaços verdes com um elevado valor ambiental, que encontram-se numa situação de abandono e degradação. Estes acontecimentos provêm da falta de ordenamento territorial que afectou o corredor urbano. Os espaços verdes que resistiram à

expansão urbana são propriedades ou antigas quintas em situação de abandono, isto é, partes de manchas florestais não integradas e zonas verdes que acompanham os cursos de água poluídos que atravessam o corredor urbano.

Esta ausência de espaços verdes qualificados influencia a qualidade ambiental necessária em áreas densamente urbanizadas. É notória a carência de equipamentos relacionados com o ambiente, como parques, jardins e matas que podem servir a população urbana para fins lúdicos.

Outro problema bastante evidente é a falta de estacionamento nos núcleos que compõem o corredor urbano. É importante realçar o desacompanhamento do ordenamento urbano face ao aumento de número de viaturas particulares, devido à expansão urbana e ao aumento do rendimento disponível. Muitos espaços urbanos acabam por ser dotados de áreas de estacionamento insuficiente e ergueram-se muitos edifícios para habitação desprovidos de garagens ou espaços de estacionamento próximo (Relatório Fundamentado de Avaliação da Execução do PDM de Sintra, 2011).

Em relação às ameaças presentes no concelho de Sintra são a pressão urbana sobre recursos (paisagem, ambiente e património construído) e o aumento de minorias étnicas - possível risco de conflitos sociais.

A ameaça de ordenamento urbano é algo que em Sintra assume uma expressão muito significativa, visto que o concelho sofreu bastantes transformações no passado, sobre os seus recursos paisagísticos, naturais e patrimoniais.

Devido à sua dimensão os espaços de expansão são entendidos como inesgotável, visto que mais de 75% do concelho não utilizado para uso urbano. Um dos principais pontos de pressão urbana situam-se em zonas onde seja possível a construção de infra-estruturas viárias, visto ser um dos maiores estrangulamentos para a expansão urbana. Esta situação recorda a questão imobiliária ao longo dos corredores urbanos, onde serão construídos os IC 16 e 30, contudo também será modificada a linha do Oeste para se adaptar ao tráfego suburbano.

Embora as manchas urbanas continuem a sua expansão urbana, continua presente o efeito destruidor dos recursos naturais, históricos e arqueológicos nas zonas de expansão e também o efeito de maior pressão sobre as infra-estruturas e equipamentos colectivos que auxiliam os aglomerados urbanos.

No que diz respeito aos pontos fortes, presentes no corredor urbano, o grande impacte foi a melhoria do transporte ferroviário em frequência, infra-estruturas e condições das estações. Devido ao crescimento populacional houve a pressão de melhorar as condições da Linha de Sintra. Esta pressão proporcionou-se devido ao crescimento populacional, e visto que a qualidade de serviço prestado estava a degradar-se.

Com esta realidade, desenvolveu-se uma resposta que se dividia em dois momentos de intervenção: o primeiro momento representa o prolongamento e a elevação do cais das estações, para que pudessem suportar uma maior capacidade; o segundo momento é representado pela remodelação das estações pela quadruplicação da linha até ao Cacém e também pela adopção de novos sistemas de segurança.

No caso do projecto do Cacém encontra-se estabelecido a construção da nova estação do Cacém, o interface de transportes públicos e também um silo automóvel para além de arruamentos que fará a ligação entre a estação e as vias estruturantes da Cidade.

As modificações estruturais foram bastante notórias para a circulação pendular Sintra-Lisboa, que acabou por proporcionar uma redução dos tempos das viagens efectuadas, um aumento da frequência das viagens e também notou-se a grande melhoria da qualidade das estações e das carruagens. Através destas modificações, permitiram que a linha corresponde-se ao crescimento explosivo da procura de transporte ferroviário.

Uma das oportunidades foi o Projecto PolisCacém, que partiu de uma iniciativa governamental, em que pretendiam melhorar a vivência em várias cidades pelo meio de intervenções urbanísticas e ambientais, com o propósito de melhorar a atratividade e a competitividade dos núcleos urbanos que sejam relevantes a nível regional e nacional. A Cidade de Agualva-Cacém foi sujeita a esta intervenção devido a ser a maior cidade do concelho.

Este projecto tenciona melhorar a requalificação urbana da cidade, introduzindo instrumentos que organizem o espaço público. Procura criar novas centralidades em cinco pontos da cidade, superando e integrando a linha de água que a atravessa, a Ribeira das Jardas, de modo a regularizar o seu leito e melhorar a rede viária interna e externa. Será o PP de Agualva-Cacém que irá definir a forma rigorosa desta mesma intervenção. Este apenas será a base para a sua execução, permitindo reformular e equilibrar o espaço urbano e melhorar o ambiente da cidade. Ainda estão incorporados ao Polis e ao Plano de Pormenor projectos concretos de requalificação urbana, recuperação ambiental (projecto da requalificação da ribeira das jardas), e a criação de espaços verdes e de lazer (projecto parque linear).

Outra das oportunidades centra-se no potencial de melhorar as acessibilidades, tendo como base o plano rodoviário nacional 2000, que previu a construção de quatro itinerários complementares para servir o concelho de Sintra (IC18, IC19, IC16 e o IC30). Estas vias são fundamentais para a organização do tráfego de Sintra e da AML, permitindo ser um novo rumo ao desenvolvimento urbano e económico, melhorando a circulação externa e interna de Sintra. Como resultado prático tenciona-se melhorar o tráfego pendular de Sintra-Lisboa, o descongestionamento

da linha de Sintra, a melhoria dos serviços de transportes públicos colectivos optimizando os tempos de deslocação, o número de utilizadores tornando melhor a qualidade de vida.

Para que estas vias funcionem bem será necessário que sejam complementadas com outras vias, tendo como exemplo as vias a nascente e poente na área do Cacém, que auxiliam na movimentação do tráfego nos núcleos urbanos do corredor urbano, facilitando as ligações alternativas a outros concelhos, tais como ao concelho de Oeiras e Cascais. Esta facilidade de movimentação ajudará na atracção de emprego, visto melhorar as acessibilidades, assim sendo irá ajudar a actividade económica sintrense e também irá contribuir na redução do tráfego diário.

É visto como uma grande oportunidade o potencial de aproveitar e dinamizar zonas ecológicas, arqueológicas e patrimoniais já existentes. Anteriormente, o corredor urbano foi visto como uma mancha urbana contínua, este facto revela um valor arqueológico, histórico e ambiental bastante elevado. Temos como valor histórico o Palácio de Queluz e o Aqueduto das Águas Livres que trespassa o corredor urbano em Queluz e Belas bem como um conjunto de quintas. Como elementos arqueológicos existem jazidas de pegadas de dinossauros (Carenque) e a anta de Belas.

Em relação ao valor ambiental é importante mencionar o conjunto de cursos de água desaproveitados, que necessitam de ser recuperados. Existe uma grande variedade de espaços verdes na zona urbana como: matas situadas entre núcleos urbanos (Antigas quintas, Quinta da Belavista do Cacém, Monte da parada). Estes espaços mencionados que sobreviveram ao avanço urbano, deveriam ser preservados e tornados acessíveis para a população. Caso exista uma integração por parte destes espaços na vida urbana como espaços de lazer, desporto e cultura terem um efeito positivo para a qualidade de vida da população.

1.2.5.2. Estratégias Adoptadas em Agualva-Cacém

No sector corredor urbano é onde existe uma grande diversidade de problemas, por isso foram desenvolvidos vectores estratégicos, objectivos e estratégias que consigam melhorar as problemáticas existentes. O elemento principal desta desorganização é o ordenamento urbano desorganizado, um problema bastante acentuado. Devido a esta problemática complexa o desafio colocado é que este corredor urbano assuma o seu carácter de ruptura tornando-o, especialmente ambiciosa por esta razão.

O primeiro vector estratégico designa-se por Conter a Expansão Urbana, em que abrange cerca de três temáticas cada uma com várias estratégias adoptadas. A primeira temática pretende tirar uma zona tampão no perímetro das manchas urbanas. Perante esta ameaça deve-se actuar nos espaços que ainda se encontram livres, que se encontram sob ameaça de construção. Neste caso defende-se a definição do espaço livre de edificado ou um espaço com o mínimo possível de área construída, este designa-se por zona tampão. Este conceito estende-se em torno de todo o perímetro das principais manchas urbanas do corredor urbano, para que estas áreas se tornem estanques em si próprias. Contudo, com este conceito existe a quebra da lógica em que o corredor urbano deve ser contínuo e instalar-se a ideias de diversos núcleos urbanos autónomos.

Para que esta estratégia se concretize são necessárias as seguintes estratégias:

- Estratégia 1 - Limitar licenciamento em áreas livres de construção

As áreas livres de construção, presentes na zona tampão, surgem com o intuito de parar a expansão urbana. A zona tampão apresenta um conjunto de espaços urbanizáveis em que defende a criação de um bloqueio imediato nos processos de licenciamento que impliquem a construção neste zona. A principal razão por detrás desta paragem, deve-se ao facto de se considerar esta área como um elemento, base para que o corredor urbano se direcione a um desenvolvimento sustentável.

• Estratégia 2 - Reduzir a volumetria de construção na zona tampão valorizando o preço da terra
Esta estratégia é implementada com o objectivo de proteger a zona tampão. Apesar do processo de licenciamento estar numa fase avançada deve-se procurar uma redução da volumetria de construção para que se salguarde a zona tampão do efeito de urbanização. A redução da volumetria de construção irá provocar um efeito de valorização do preço dos terrenos urbanizáveis que sejam afectados.

- Estratégia 3 - Criar mecanismos legais que definam concretamente as zonas tampão e as protejam da expansão urbana

A segunda temática pretende uma redefinição de áreas urbanizáveis e não urbanizáveis, para que não seja possível erguer edifícios no futuro, sejam quais forem as circunstâncias, isso para protecção da zona tampão. A criação desta zona tampão pretende preservar diversas manchas urbanas independentes territorialmente. Este objectivo permite a criação de intervenções mais direccionadas sobre estas manchas urbanas procurando consolidá-las. Esta consolidação baseia-se na homogeneização do interior dos espaços urbanos, eliminando as clareiras criadas para que exista uma articulação entre as malhas urbanas atuais. Deseja-se que estes espaços estejam articulados com as características das áreas e também com as necessidades da população, obedecendo a um quadro geral de recuperação dos núcleos urbanos. Assim sendo foram criadas cinco estratégias sendo essas:

- Estratégia 1 - Redireccionar locais urbanizáveis previstos para as manchas urbanas

Devido à criação da zona tampão, esta provoca a eliminação de áreas urbanizáveis que atualmente encontram previstas no seu interior. Estas mesmas áreas contam com uma maior facilidade de desaparecerem devido à não existência de licenciamento nestes locais. No caso de processos de licenciamento que se desuniram das zonas urbanizáveis, é possível fazer-se um redireccionamento para outros locais urbanizáveis, fora da zona tampão. Nestes casos deve-se observar a salvaguarda de espaços que tenham um potencial histórico e natural que possam eventualmente serem ameaçados.

- Estratégia 2 - Consolidação concreta de três/quatro núcleos urbanos: Algueirão-Mem Martins, Rio-de-Mouro, Agualva-Cacém e Queluz

Estes casos existem porque representam freguesias ou cidades, que funcionam de forma autónoma (em termos administrativos e sociais) e que se encontram separadas em termos territoriais. Relativamente ao caso do núcleo de Agualva-Cacém, este é composto por duas freguesias que formam uma cidade, com o mesmo nome, mas que inclui dois sub-núcleos que orbitam em torno da cidade, sendo esse: Mira-Sintra e São Marcos. Será nestes núcleos que a zona tampão se irá centrar e também proceder à consolidação efectiva.

- Estratégia 3 - Três/quatro Planos de Urbanização para os três/quatro núcleos Urbanos
- Estratégia 4 - Prioridade processual para a construção de edifício redireccionado dos locais urbanizáveis da Zona Tampão para as manchas urbanas
- Estratégia 5 - Prioridade processual a reduções de volumetria de construção nas áreas urbanizáveis situadas na Zona Tampão

Por fim a última temática reconhece as carências presentes nas manchas urbanas, no que toca à variedade de equipamentos colectivos e à falta de emprego nas proximidades dos núcleos urbanos. Consequentemente gerou-se a necessidade de introduzir a consolidação urbana, criando equipamentos colectivos e centros empresariais. Com a implementação destes equipamentos,

potenciadores de vivência urbana, será quebrada a sub urbanidade e os fenómenos dormitório, potencializando uma nova urbanidade virada para os núcleos. Assim foram adoptadas 3 medidas que cumprissem estes princípios.

- Estratégia 1 - Criar centros empresariais (escritórios) nas zonas periféricas
- Estratégia 2 - Instalar Equipamentos Colectivos

Os equipamentos colectivos necessários para o desenvolvimento destes núcleos são escolas, centros de saúde, piscinas, pavilhões desportivos que irão ajudar na resolução dos problemas sociais que estes núcleos sofrem. A colocação destes equipamentos deve obedecer a um plano que reuna uma linha estratégica que seja aplicada a cada núcleo urbano. Em relação a localização, deve ter em conta a capacidade de servir a população com melhor qualidade e proximidade.

- Estratégia 3 - Transferir o centro administrativo para o Corredor Urbano

O segundo vector estratégico é designado por Dotar Elementos Dinamizadores da Qualidade de Vida e é constituído por cerca de quatro temáticas. Nestes núcleos urbanos depara-se com dois fenómenos distintos de degradação urbana. O fenómeno mais superficial reside na degradação do edificado, apresentando muitos casos de edificios em ruína. O segundo fenómeno é mais profundo e revela a existência de áreas urbana com problemas estruturais que proporcionam a deterioração da qualidade de vida da população. Assim sendo, serão efectuadas duas abordagens distintas a reabilitação urbana dos edificios degradados e a requalificação urbana dos edificios ou bairros que têm problemas estruturais. Avançam-se as seguintes estratégias com o propósito de resolver estes problemas:

- Estratégia 1 - Criar mecanismos facilitadores da requalificação urbana

Esta estratégia pretende direccionar-se estrategicamente para a reformulação deste edificado e bairros, onde são necessárias intervenção planeadas e estruturantes que sejam aplicadas a longo prazo. Na prática será necessário um levantamento rigoroso destes locais desqualificados das zonas urbanas e de seguida serão criados planos de requalificação urbana.

- Estratégia 2 - Comparticipação do Estado em projectos privados de reabilitação de edificios

Relativamente à problemática de arranque da reabilitação, o município deve patrocinar os primeiros projectos de reabilitação urbana que aparecem, através de comparticipação diretas. Paralelamente deverá-se tornar projectos privados de reabilitação, numa prioridade processual sobre a construção nova, com o intuito de atrair estas iniciativas.

Após este impulso, as comparticipações deverão ser reduzidas gradualmente a prioridade processual poderá ser esvaziada à medida que o mercado imobiliário se direcione para outra parte da

construção e à medida que a estrutura do mercado se aproxime de um estado de equilíbrio entre a construção e a reabilitação.

A segunda temática tenciona criar corredores verdes nos núcleos urbanos para que se dote a qualidade de vida sustentável às populações, proporcionando instrumentos ecológicos e ambientais. Na realidade os corredores verdes devem ser estruturados perto dos principais activos ecológicos e depois estendidos numa disposição radial centro-periferia. A extensão radial permite cobrir as manchas urbanas de uma forma mais equilibrada, permitindo uma maior facilidade de mobilidade e de acesso pelo maior número de pessoas que queiram usufruir destes espaços. Para esta concretização foram necessárias a implementação de três estratégias.

- Estratégia 1 - Aproveitar e interligar dos espaços verdes existentes

Em vários núcleos urbanos existem conjuntos de espaços verdes (antigas quintas senhoriais, manchas florestais, jardins) que resistiam ao desenvolvimento urbano e que mantinham o seu valor ecológico. A melhor forma de estruturar uma rede ecológica passa por salvaguardar estes espaços e a sua interligação dando resposta ambiental necessária.

- Estratégia 2 - Aproveitar as linhas de água que cruzam o Corredor Urbano como corredores verdes

Um dos pontos ambientais mais saliente nesta região é a diversidade de cursos de água que atravessam toda a região do corredor urbano. Estes cursos são fundamentais para a estruturação ambiental desejada, que acabam por criar corredores ecológicos naturais onde a intervenção será de recuperar a sua integração com os espaços urbanos envolvente. Temos como exemplo a Ribeira das Jardas no Cacém, a Ribeira da Lage em Algueirão-Mem Martins e o Rio Jamor em Belas.

- Estratégia 3 - Transformar corredores verdes em centros de lazer

Há que tornar os corredores verdes utilizáveis de uma forma que apele a população, após a sua recuperação e integração nestes espaços. Avança-se com a medida de criar centros de lazer, para que os percursos criados sejam usufruindo por pessoas, bicicletas e também com espaços em que seja possível fazer piqueniques entre outras actividades. Com a criação destes espaços está-se a promover a aproximação da população e a melhorar a qualidade de vida combinando o factor ambiental como factor de lazer e desporto.

Anteriormente, na análise Swot referiu-se o edificado a baixo preço, no qual se deveria reforçar as exigências de habitabilidade consoante os anos, assim a terceira temática ambiciona uma melhor qualidade na construção. Quando se pretende que exista uma melhoria significativa da qualidade de vida das populações urbanas naturalmente refere-se a lares com padrões de vivência

mais exigentes. Na próxima década procura-se que as habitações dessem um salto qualitativo significativo, daí serem adoptadas 5 estratégias, em que:

- Estratégia 1 - Estabelecer requisitos legais de construção mais exigentes
- Estratégia 2 - Construção menos densa com fogos de áreas maiores
- Estratégia 3 - Reduzir a disponibilidade de terreno para construção nas zonas periféricas valorizando o preço da terra
- Estratégia 4 - Mais estacionamento por fogo e áreas verdes circundantes

Esta estratégia visa melhorar a estrutura da qualidade de vida nas áreas urbanas. Poderá ser introduzida uma regra de três lugares por cada fogo em certas habitações que tenham uma maior qualidade ou área útil como forma de previsão de que futuramente será necessário mais espaços de estacionamento. Outra medida fundamental relaciona-se com a defesa de maior área verde por área de implantação de edificado como uma forma de compensar a carência de espaços verdes nas manchas urbanas, mas também como forma de equilibrar os espaços verdes com os espaços construídos.

- Estratégia 5 - Prioridade processual a edificados de maior qualidade nas zonas periféricas

O quarto vector temático consiste em aproveitar o factor humano, sendo assim criadas cinco temáticas. A segunda temática consiste em adoptar a introdução da ideia de cidade nos vários núcleos urbanos. Este objectivo tenciona fundar uma base comunitária sólida ao nível das cidades e bairros para que se obtenha a integração cívica das pessoas e a melhoria da vivência comunitária. “Pessoas que gostem de fazer parte da cidade e dos bairros onde vivem estarão mais disponíveis para melhorar os mesmos espaços onde habitam numa perspectiva de melhoria da qualidade de vida e de defesa do bem comum.”(Plano de Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2016: 411)

- Estratégia 1 - Descentralizar competências para Juntas de Freguesia Urbanas

As Juntas de Freguesia responsabilizam-se pela estruturação de comunidades em torno de cidades ou bairros. Devido a terem a capacidade para detectar os problemas de integração comunitária e para a formulação de soluções que promovam a união das comunidades. Para que sejam realizados estes processo as Juntas deverão ser dotadas de competências e meios reforçados providos da Câmara Municipal. Também deve-se apoiar as Juntas a afectarem atividades culturais e recreativas que ajudem a fortalecer as vivências comunitárias das cidades e bairros.

- Estratégia 2 - Promover colectividades culturais e desportivas e pessoas relevantes dos núcleos urbanos que sirvam de bandeira das várias “cidades” do Corredor
- Estratégia 3 - Criar ou promover festas anuais comemorativas de cada cidade

- Estratégia 4 - Passar Rio-de-Mouro e Algueirão Mem-Martins a cidade com consequente divisão em freguesias

A terceira temática pretende melhorar a qualidade de vida urbana, existindo uma interligação das diversas gerações. Isto consistia em integrar a população jovem e idosa em actividades educativas, culturais e desportivas para que não existissem situações de exclusão ou de carências sociais crónicas. Com isto pretende-se buscar a sapiência dos idosos e a energia e dinamismo dos jovens que são elementos que importa recuperar e capitalizar. Assim, foram adoptadas cinco estratégias, em que:

- Estratégia 1 - Dotar equipamentos escolares e desportivos

A criação destes novos espaços escolares e desportivos irá contribuir para que a população jovem tenha condições para uma vivência social sustentável. A criação de equipamentos escolares irá garantir uma redução à absentismo escolar e a melhoria do desempenho escolar. Em relação ao equipamento desportivos irá melhorar a saúde física e psicológica da população, o que ajudará a evitar o sentimento de exclusão social.

- Estratégia 2 - Dotar áreas máximas nos futuros espaços escolares
- Estratégia 3 - Dinamizar actividades extracurriculares de cariz educativo
- Estratégia 4 - Dinamizar actividades integradoras da população idosa
- Estratégia 5 - Criar programa de voluntariado destinado à terceira idade para o desempenho de actividades de interesse social

Uma das temáticas desta estratégias consiste na redução do tempo de deslocação da população activa, isto é, melhorar os factores que se relacionam com a saúde da população. Combatendo a causa de falta de tempo, que reside nos elevados tempos de deslocação da população no trajecto de casa para o trabalho ou vice-versa, aumenta-se o tempo para actividades que permitam uma melhor qualidade de vida da população. Algumas desta estratégias para reduzir o tempo são:

- Estratégia 1 - Criar emprego nas proximidades das áreas urbanas

Uma das forma de reduzir o tempo de deslocação consiste em criar postos de trabalho nas cidades onde as pessoas residem. A criação de empregabilidade nestes locais é visto como um elemento impulsionador que se centra no aumento de motivação dos trabalhadores devido ao efeito positivo na qualidade de vida. O caminho passa pela deslocação de negócios existentes ou pela criação de novos negócios para o corredor urbano com o intuito de promover emprego nas proximidades dos núcleos.

- Estratégia 2 - Reestruturar a rede de transportes públicos

Outra forma de responder ao elevado tempo de deslocação da população passa por reestruturar uma rede de transportes públicos que consiga dar resposta aos movimentos diários da população. Esta estratégia acaba por impor a construção de novas vias de acesso tanto internas como externas, maior número de carreiras de autocarros, interfaces eficientes com lugares de estacionamento automóvel particular e também a interligação entre a linha de Sintra e Cascais.

A quarto vector estratégico pretende uma lógica de mobilidade integradas, isto é, tenciona relacionar as pessoas e os veículos. Um das fragilidades do corredor urbano consistia na mobilidade do automóvel particular e o comboio. Este vector estratégico procura a fundamentação de uma lógica relacionada com a mobilidade integrada onde a pessoa é o alvo para a criação da mobilidade. Assim sendo, é necessário criar formas de colocar a pessoa e as suas movimentações no centro da mobilidade dos espaços urbanizados. Para tal afirmam-se os seguintes parâmetros:

A prioridade as ciclovias e a caminhos pedonais nos núcleos urbanos, em que se pretende criar vias e caminhos pedonais, no interior das cidades, para uma melhor integração destes meios através da vivência das pessoas. A vertente ambiental, de lazer e profissional deve ser acautelada para que os meios sejam verdadeiramente eficientes. Com esta linha reforçada pode-se estabelecer gradualmente um rede de ciclo de vias que abrangem uma área significativa.

- Estratégia 1 - Criar ciclovias e caminhos pedonais

Para serem criadas estas vias e caminhos pedonais é necessário saber a localização dos corredores verdes. Através da implementação destas vias irá-se promover a mobilidade sem colocar em perigo as características ecológicas destes elementos. Outros aspetos fundamental é que estas vias e caminhos pedonais estejam interligados com a rede de transportes públicos, locais de emprego, estabelecimentos escolares, desportivos. Através desta iniciativa motiva-se a utilização dos transportes públicos em vez do automóvel particular. Assim sendo, há um efeito positivo de descongestimento de vias e de transportes que acabam por contribuir para a melhoria de qualidade de vida.

- Estratégia 2 - Aumentar a fiscalização ao estacionamento ilegal

A segunda temática pretende melhorar os transportes públicos, em que é indispensável a melhoria dos transportes públicos colectivos, em que se pretende que esta esteja integrada na mobilidade do concelho de Sintra. O sistema de transporte público lectivo irá permitir contornar/ resolver os problemas relacionados com o congestionamento.

- Estratégia 1 - Aumentar a frequência e extensão das redes de transportes colectivos

Para que o transporte seja eficiente foi pertinente aumentar a sua frequência e também criar uma rede que fosse alargada de forma a servir as áreas urbanas em toda a sua extensão. Para que o serviço seja melhor passa por existir com maior frequência e também pela extensão das suas carreiras.

- Estratégia 2 - Criar corredores de transporte coletivo

Simultaneamente ao reforço dos meios de transportes deve-se criar corredores para os transportes públicos coletivos, para que a sua frequência seja garantida e que não dependa das condicionantes de trânsito. Esta criação de corredores destinado aos transportes públicos irá melhorar a fiabilidade do serviço. Para que isto realmente aconteça é preciso que a malha viária tenha todas as condições necessárias sem que o tráfego automóvel seja prejudicado.

- Estratégia 3 - Sinergias entre transportes público rodoviário e ferroviário

Para finalizar criou-se sinergias entre o transporte público ferroviário e rodoviário que estrutura-se uma rede eficiente de transportes públicos. Estas sinergias apoia-se em espaços multimodais que sirvam dois propósitos, como a existência de passes comuns sendo uma forma de rentabilização destes meios de transporte.

A última temática consiste em obter uma mobilidade eficiente através do aumento das áreas de estacionamento que sejam capazes de responder às necessidades das populações. Devido aos erros urbanísticos passados e as mudanças de hábitos estes espaços de estacionamento são escassos não deixando outra alternativa a não ser o seu aumento. Para isto foi importante estabelecer algumas estratégias como:

- Estratégia 1 - Criar silos automóveis e parques subterrâneos

Para se combater esta falta de estacionamento existe o princípio de criar silos automóveis e parques subterrâneos, para que estes espaços estejam direccionados para os habitantes das zonas urbanas.

- Estratégia 2 - Reconverter garagens para sua função original
- Estratégia 3 - Obrigatoriedade de garagens como parte integrada e inseparável do fogo
- Estratégia 4 - Parque de estacionamento das estações da Linha de Sintra combinados com o passe do comboio para captar utilizadores

Outro instrumento para rentabilizar os parques de estacionamento das estações de comboio passa pela combinação do passe com o lugar de estacionamento sem qualquer custo adicional para os utilizadores. Neste caso os preços seriam feitos entre a Câmara e a REFER, uma vez que a entidade se liberta do problema da pressão de estacionamento ilegal.

Corredor Urbano																
Temáticas	Conter Expansão Urbana (1ª fase)			Dotar elementos dinamizadores da qualidade de vida (2a fase)				Aproveitar o factor humano				Lógica de mobilidade integrada (pessoa e veículo)				
	Criar zona tampão no perímetro das manchas urbanas	Consolidar as manchas urbanas	Dotar equipamentos colectivos e de emprego nas zonas periféricas	Requalificação e reabilitação urbana	Criar corredores verdes nos núcleos urbanos	Promover construção de elevada qualidade	Aproveitar a Serra da Carqueixa como centro de lazer	Criar noção de pertença a Sintra	Introduzir ideia de cidade nos vários núcleos urbanos	Ocupar e integrar a população jovem e idosa através de actividades educativas, culturais e desportivas	Reduzir tempos de deslocação da população activa	Dinamizar o tecido comercial nos centros urbanos	Prioridade a ciclo vias e a caminhos pedonais nos núcleos urbanos	Melhorar o transporte público colectivo	Aumentar as áreas de estacionamento	
Estratégias Adoptadas	Limitar licenciamento em áreas livres de construção	Redireccionar locais urbanizáveis previstos para as manchas urbanas	Criar centros empresariais (escritórios) nas zonas periféricas	Criar mecanismos facilitadores da requalificação urbana	Aproveitar e interligar dos espaços verdes existentes	Estabelecer requisitos legais de construção mais exigentes	Criar caminhos pedonais, de bicicleta, a cavalo na Serra	Promover actividades culturais como visitas para os estudantes e excursos aos símbolos criadores da identidade Sintra	Descentralizar competências para Juntas de Freguesia Urbanas	Dotar equipamentos escolares e desportivos	Criar emprego nas proximidades das áreas urbanas	Criar condições de equipamentos comerciais nos centros urbanos	Criar ciclo vias e caminhos pedonais	Aumentar a frequência e extensão das redes de transportes colectivos	Criar silos automóveis e parques subterráneos	
	Reduzir a volumetria de construção na zona tampão valorizando o preço da terra	Consolidação concreta de três/quatro núcleos urbanos: Alqueirão-Mem Martins, Rio-de-Mouro, Agualva-Cacém e Queluz	Instalar equipamentos colectivos	Comparticipação do Estado em projectos privados de reabilitação de edifícios	Aproveitar as linhas de água que cruzam o Corredor Urbano como corredores verdes	Construção menos densa com fogos de áreas maiores	Dotar equipamentos desportivos e lúdicas	Instalar unidades culturais nos núcleos urbanos, como bibliotecas, centros culturais	Promover colectividades culturais e desportivas e pessoas relevantes dos núcleos urbanos que sirvam de bandeira das várias “cidades” do Corredor	Dotar áreas máximas nos futuros espaços escolares	Reestruturar a rede de transportes públicos	Limitar o tráfego nas futuras áreas comerciais	Aumentar a fiscalização ao estacionamento ilegal	Criar corredores de transporte colectivo	Reconverter garagens para sua função original	
	Criar mecanismos legais que definam concretamente as zonas tampão e as protejam da expansão urbana	Três/quatro Planos de Urbanização para os três/quatro núcleos Urbanos	Transferir o centro administrativo para o Corredor Urbano		Transformar corredores verdes em centros de lazer	Reduzir a disponibilidade de terreno para construção nas zonas periféricas valorizando o preço da terra	Criar infra-estruturas de suporte	Introduzir a história e cultura de Sintra nos programas escolares do concelho	Criar ou promover festas anuais comemorativas de cada cidade	Dinamizar actividades extracurriculares de cariz educativo		Dotar estacionamento nos limites das áreas comerciais		Sinergias entre transporte público rodoviário e ferroviário	Obrigatoriedade de garagens como parte integrada e inseparável do fogo	
		Prioridade processual para a construção de edifício redireccionado dos locais urbanizáveis da Zona Tampão para as manchas urbanas				Mais estacionamento por fogo e áreas verdes circundantes		Passar Rio-de-Mouro e Alqueirão Mem Martins a cidade com consequente divisão em freguesias		Dinamizar actividades integradoras da população idosa						Parque de estacionamento das estações da Linha de Sintra combinados com o passe do comboio para captar utilizadores
		Prioridade processual a reduções de volumetria de construção nas áreas urbanizáveis situadas na Zona Tampão				Prioridade processual a edifícios de maior qualidade nas zonas periféricas					Criar programa de voluntariado destinado à terceira idade para o desempenho de actividades de interesse social					

Quadro 5 | Estratégias Adoptadas Pelo Plano De Desenvolvimento Estratégico - Sintra 2015

2. Síntese

Com este capítulo, referente ao sistema de planeamento municipal do concelho de Sintra, compreende-se que é composto por uma grande variedade de planos, como planos em elaboração, planos municipais e também áreas de reabilitação urbana. Todos estes planos foram concebidos com o propósito de estabelecer estratégias e objectivos que permitissem melhorar as limitações presentes no concelho. O Plano Director Municipal, designado por PDM, têm como objectivo geral promover a ordenação dos espaços habitacionais do município, mas também estabelecer uma estratégia que venha a melhorar a qualidade de vida da comunidade, tendo em conta o desenvolvimento das funções sociais da cidade. No entanto o PDM pondera também a criação de novos princípios, estabelecer regras na utilização do uso e ocupação do solo, valoriza e protege diversas zonas como naturais, florestais, agrícolas tendo em contas que também são necessárias zonas industriais, espaços residenciais e comerciais estando sempre presente a preocupação de reabilitar algumas zonas.

Cada plano municipal corresponde a uma das limitações, ou seja, cada plano está destinado a encontrar medidas para que essas limitações se estabilizem, temos o Plano Municipal de Ambiente (PMA) que consiste em observar a evolução, definir estratégias, incentivar a cooperação e formar parcerias, promover a participação dos cidadão e principalmente focar-se nas problemáticas mais urgentes. Já o plano estratégico de Sintra baseia-se em diagnosticar vários aspectos desde a economia até ao desenvolvimento sócio-económico para identificar as oportunidades, as forças, as fraquezas e as ameaças, para que seja possível prever quais serão as suas vantagens e como se poderá agir no futuro.

No que diz respeito ao planos de pormenor ou planos de urbanização estes têm a finalidade de resolver áreas com algumas problemáticas, embora estes espaços também tenham grandes potencialidades, neste aspecto refere-se o plano da área central do Cacém, pelo facto de ser o caso de estudo. Este espaço têm grandes oportunidades a nível ambiental, pois dispõe de uma ribeira e de uma diversidade de flora, assim este projecto permitirá uma nova vivência e um novo ar à sua freguesia. Outro aspecto a considerar é a própria hierarquização viária, em que o projecto pretende ajustar esta hierarquização viária e também criar um ponto central para esta cidade, onde a população possa permanecer, fazer exercício, e também ser um local de passagem, no fundo há uma prioridade a nível pedonal, isto é, tenciona-se que a população possa percorrer toda esta zona sem qualquer tipo de barreira.

Capítulo 5 | Caracterização do Programa Polis

No capítulo cinco referente à análise do Programa Polis tenciona-se perceber os objectivos e princípios, a sua organização, que instrumentos utiliza e o seu modo de financiamento. Embora se mencione os critérios de acesso e seleção a que os projectos são sujeitos e ainda se refere a análise preliminar elaborada para todos os projectos, neste caso menciona-se apenas o caso de estudo, o Cacém.

1. Introdução

Para a elaboração deste programa, foi dada uma designação abreviada de Programa Cidades, o despacho do programa é Despacho n.º 47/A/MAOT/99, de 18 de Novembro promulgado pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

A criação do Programa Polis surge através de uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território, onde é constituído como uma prioridade nas políticas de acção do Governo (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000 de 15 de Maio). Este foi aprovado pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (MEPAT 1998) e pelo Plano de Desenvolvimento Regional para o período 2000-2006 (MEPAT 1999a) que destaca a requalificação como um objectivo essencial que se reveste de uma importância estratégica para o desenvolvimento do País. Para além das responsabilidades impostas ao programa, procedeu-se a análises preliminares de um conjunto de projectos de requalificação urbana, em curso ou previstos no país, que foram considerados relevantes e demonstrativos do tipo de intervenção que se pretende apoiar no âmbito do Programa Polis.

Assim, justifica-se a adopção de medidas excepcionais para a requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas. Essas medidas têm como base a criação do Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, tendo uma grande influência nas disponibilidades financeiras do III Quadro Comunitário de Apoio (2000-2016), em que propõe desempenhar um papel de mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental.

Um dos principais problemas da vida urbana é o factor ambiental sentido por parte da população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas relacionados com o congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento do ruído.

Nas últimas décadas sofreram-se de erros urbanísticos, o que levou a uma desvirtuação e pulverização dos centros históricos, por outro, levaram à criação dos bairros “dormitório” nas periferias das áreas metropolitanas. Neste sentido o Programa Polis pretende criar intervenções exemplares e demonstrativas em que é possível intervir e criar novos espaços com qualidade, onde tem existido apenas abandono e degradação.

Para além destes problemas e dificuldades, temos que ter em conta que há cidadãos que apreciam viver em aglomerados urbanos, apesar de algumas pequenas desvantagens, também proporcionam elevados níveis de conforto e diversos pólos de atracção e lazer.

Actualmente, as cidades e as regiões metropolitanas são responsáveis por atrair investimento e constituem verdadeiras alavancas no processo de desenvolvimento global. Este processo de desenvolvimento global, encontra-se especialmente presente nas regiões da Europa que tem menores índices de desenvolvimento. A requalificação urbana é relevante, para os habitantes, utentes e para as cidades, mas também para um modelo de desenvolvimento para a sociedade. Estas preocupações são consideradas no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES).

“no que respeita à melhoria do ambiente urbano, pressupõem-se, naturalmente, intervenções integradas, pois essa melhoria incide numa diversidade de questões sectoriais (urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde, telecomunicações) e exige participações públicas e privadas; mas sem prejuízo da integração das acções, justificam-se acções prioritárias dirigidas ao controlo da qualidade do ar e do ambiente acústico, à promoção da biodiversidade nos espaços urbanos e nas periferias através da implementação de corredores ecológicos, à melhoria da qualidade ambiental e social dos espaços urbanos e periferias e à sensibilização e educação ambiental” (Resolução do Conselho de Ministros n.º26/2003)

O PNDES defende que se deve destacar a capacidade de o Estado assumir um papel de demonstração, apoio e de mobilização de parcerias com os agentes locais e autarquias. A importância de concretizar uma política audaciosa e promover a requalificação das cidades, reforçar o seu papel de organizador e melhorar a qualidade de vida da população.

2. Situação Portuguesa

Nas últimas décadas Portugal passou por diversas transformações na estruturação da ocupação do território continental. Estas transformações reflectem-se nas mudanças da estrutura económica e social que são acompanhadas pelos fluxos migratórios que faz com que se reflita sobre a estratégia e as funcionalidades dos diversos aglomerados urbanos. Os problemas de requalificação urbana do País não se limitam a uma gestão sustentável das cidades, mas a uma dimensão estratégica que se traduz no reinventar das cidades, ou seja, reorientar o seu papel numa nova organização do território. Em Portugal, muitas cidades pretendem obter desígnios estratégicos e factores de diferenciação e competitividade onde o papel da qualidade do ambiente pode ser decisivo.

Hoje em dia as câmaras municipais estão interessadas em intervenções que não sejam apenas infra-estruturas básicas (águas, esgotos e resíduos) que têm assumido um carácter prioritário. Assim um Programa desta natureza tem de dar resposta a uma nova geração de questões, onde se reflectem novas culturas de exigência e de ambição. Sendo que um programa de requalificação urbana deve assumir uma vertente correctora e pedagógica relativamente aos erros urbanísticos anteriores.

Temos como uma grande experiência a Expo 98', que teve um grande impacte em todo o País e que contribuiu para estabelecer um novo padrão de qualidade do espaço urbano e da valorização das componentes ambientais. Assim torna-se como uma referência que promove intervenções que transmitam a escala de cada aglomerado urbano. A experiência adquirida com a Expo 98' não se limita apenas aos aspetos da qualidade urbanística e da criação de espaços de cultura e lazer. Também é importante a experiência jurídica e institucional, principalmente do que diz respeito à realização de parcerias entre o Governo e as autarquias locais e à utilização de novos instrumentos de intervenção urbanística. Estes instrumentos revelaram-se eficazes e permitiram uma articulação harmoniosa entre os desígnios assumidos pelo Governo e as autarquias locais. Sendo assim, o Programa Polis pretende divulgar a experiência urbanística e organizacional que foi realizado com o reconhecimento do êxito da Expo 98'.

3. Objectivos e Princípios

O principal propósito do Programa Polis centra-se em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através da intervenção nas vertentes urbanísticas e ambientais, melhorando a atratividade e competitividade dos pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. Este programa pretende desenvolver um conjunto de intervenções como exemplares, tendo como base parcerias, especialmente entre o Governo e as Câmaras Municipais, com o intuito de servir como referência para outras ações dentro das autarquias locais. Sendo assim o Programa Polis tem como objetivos específicos:

- Desenvolver grandes operações de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver ações que contribuam para a requalificação e revitalizar de centros urbanos que promovam a multifuncionalidade deos mesmos.
- Apoiar outras ações de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes tais como frentes de rio ou de costa.
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover zonas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

O facto de existirem diversos problemas faz com que se criem alternativas, o que gera grandes desafios tal como as Cidades Verdes entre outras. Cidades Verdes entende-se por cidades que não resolveram apenas as questões relativas aos problemas de infra-estruturação, mas também atribuíram uma requalificação urbana, pretendendo resolver o reordenamento do trânsito, a criação de novas formas de mobilidade, da acção dos espaços públicos, a valorização das linhas de água ou frentes de mar.

O Programa Polis não permitirá a concretização total destes conceitos nem a resolução de todos os problemas enunciados anteriormente. A resolução destes problemas ultrapassa o âmbito do Programa e remete para uma grande diversidade de políticas sectoriais ou prende-se com aspetos de gestão autárquica. Contudo o Programa Polis poderá contribuir para a solução de alguns problemas, quer pelas ações que pretende desenvolver, como pelas que propõe. Relativamente aos princípios orientadores deste programa encontram-se relacionados com:

- Esboço de afirmação em torno de um número limitado de intervenções exemplares que tenham uma escala significativa e que sejam demonstrativas para o País;
- Nas intervenções a realizar deve estar presente a preocupação de ancorar os projetos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental marcante e específico da Cidade;

- Preocupação de “recentrar” as cidades, promovendo a revitalização dos centros históricos e as suas múltiplas valências;
- Promover a dinâmica de conhecimento, de cultura e lazer, fazendo com que essas componentes se integrem na exemplaridade das acções a desenvolver;
- Apoiar outras candidaturas que se insiram com o Programa Polis;
- As cidades com o estatuto de Património Mundial, concedido pela UNESCO, são cidades com um especial valor emblemático;

4. Organização do Programa

O Programa Polis é constituído por quatro componentes e as suas linhas de ação. A componente mais expressiva do Programa consiste em realizar um número limitado, cerca de 10 a 15, de intervenções de requalificação urbana com uma forte valorização ambiental que sirva como um modelo, onde possa ajudar outras iniciativas que sejam realizadas no País.

As duas linhas de ação que se encontram presentes neste programa são:

- Linha 1 - Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar
- Linha 2 - Outras intervenções a identificar

Esta primeira linha diz respeito a intervenções pré-seleccionadas por razões fundamentadas, mas que se relacionem sempre com a natureza demonstrativa das ações a desenvolver. A segunda linha de ação destina-se em dar apoio a candidaturas de grande qualidade e passar a servir de exemplo para outras realidades. O facto de existir uma linha mais fechada, isto é, que contempla de uma pré-selecção, tem uma justificação dado que o Programa Polis atua numas áreas com competências das autarquias locais mas contém um âmbito nacional. Mesmo existindo esta “limitação” o programa defende que não se deve limitar a possibilidade de dar apoio a outras iniciativas para além das que sejam inicialmente consideradas. Visto que se pode apresentar outras propostas de grande mérito, torna-se necessário que surja uma linha de ação aberta, isto é, sujeita a apresentação e avaliação da candidatura.

As atividades a financiar pelas duas linhas de intervenção são todas as que contribuem para ações integradas nos espaços urbanos, dando destaque à qualificação dos espaços público mas, tendo sempre presente a componente de valorização ambiental. Nestas atividades encontram-se incluídos estudos necessários para a implementação da intervenção, especificamente a elaboração de um plano estratégico para cada caso de estudo.

Componentes	Linhas de Intervenção	Projetos a financiar	Forma de Seleção
Componente 1 Operações integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	Intervenções integradas e multifacetadas com uma escala significativa que contribuam para a revitalização de cidades com importância estratégica no Sistema Urbano Nacional, ou para a valorização de novas polaridades em áreas metropolitanas. Exige-se que sejam contempladas algumas ou todas as vertentes das Cidades Verdes entre outras. Estas intervenções serão identificadas e negociadas entre o Governo e as Autarquias Locais e serão realizadas em parceria	Fechada
	Linha 2 Outras intervenções a identificar	Projectos idênticos aos da Linha 1, a seleccionar com base em candidaturas a apresentar pelos municípios	Aberta
Componente 2 Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Intervenções a realizar nas áreas classificadas pela UNESCO nas cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Sintra e Porto. Serão negociadas entre o Governo e as Autarquias Locais e visarão melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas	Fechada
Componente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Intervenções nos espaços públicos envolventes de habitações construídas no âmbito de processos de realojamento realizados com o apoio da Administração Central	Fechada
Componente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientes das Cidades	Linha 1 Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	Iniciativas que visem retirar os automóveis dos centros urbanos, restringir a circulação, estimular a utilização de transportes colectivos e promover novos meios de acesso e circulação, nomeadamente vias pedonais e ciclovias	Aberta
	Linha 2 Outras intervenções a identificar	Projectos que contribuam para uma melhor caracterização e gestão do ambiente urbano, nomeadamente monitorização de variáveis ambientais, sistema de recolha selectiva de resíduos, reutilização da água e medidas para a utilização racional de recursos naturais	Aberta
	Linha 3 Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino	Intervenções de requalificação ambiental e urbanística do espaço público envolvente do estabelecimento de ensino	Aberta
	Linha 4 Apoio a acções de educação ambiental no espaço urbano	Promoção da consciência ambiental dos cidadãos e aumento da sua participação na vida da cidade, com destaque para as questões do ambiente urbano, em geral associada à realização de iniciativas de requalificação	Aberta
	Linha 5 Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade de vida urbana	Acções que pela natureza ou dimensão não se enquadrem nas componentes e linhas anteriores, mas que visem melhorar a qualidade da vida urbana, especialmente nas suas vertentes urbanísticas e ambiental	Aberta

Quadro 6 | Síntese das Principais Características das Componentes e Linhas de Intervenção do Programa Cidades (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

Componente 2- Intervenções que são classificadas como Património Mundial

Como exemplo de cidades classificadas como Património Mundial, temos Angra do Heroísmo, Évora, Sintra e Porto que assumem um papel importante no panorama das cidades portuguesas, pelo facto dos centros históricos terem conseguido o estatuto de Património Mundial de Humanidade concedido pela UNESCO. Qualquer uma destas intervenções foram bastante significativas para a requalificação urbana.

O Programa Polis, assume fortemente uma atitude empenhada relativamente às suas intervenções, com importantes valores patrimoniais. As cidades que contêm o estatuto de Património Mundial beneficiam em diversos aspetos, embora também estejam sujeitas a pressões e a níveis de exigências que justificam a sua consideração no Programa.

Neste sentido é apoiada apenas uma intervenção em cada dessas quatro cidades, a acordar entre o Governo e os respectivos municípios, que visem beneficiar a componente ambiental enquanto elemento de qualidade da vida urbana. Os estudos prévios destas intervenções pretendem facilitar a criação de incentivos ao envolvimento de privados, principalmente ao que se refere em recuperar edifícios.

Componente 3 - Valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento

Nos últimos anos têm sido realizadas com o apoio do Estado, principalmente no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER), numerosas operações de realojamento de populações com baixos recursos económicos. Os recursos financeiros absorvidos pela construção de habitação e a urgência de realizar mais operações, a que acrescem as dificuldades sentidas pelas autarquias, que tem conduzido a situações onde o espaço público envolve áreas de realojamento.

Nesta componente pretende-se desenvolver uma ação afirmativa de qualificação urbanística e ambiental, para beneficiar as populações com o bem-estar, segurança e salubridade. Para além da requalificação dos espaços públicos e da instalação do mobiliário urbano pretende-se apoiar os encargos para a realização dos necessários estudos e projetos.

Componente 4 - Medidas Complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das Cidades

Esta componente incorpora diversos conjuntos de iniciativas em que pretendem melhorar as condições urbanísticas e ambientais da vida urbana. O caso desta componente trata de apoiar ações propostas pelo município, em que o empenhamento se traduz em níveis de participação. Estas iniciativas encontram-se agrupadas em cinco linhas de intervenções, sendo estas:

- Linha 1 - Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano
- Linha 2 - Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental
- Linha 3 - Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino
- Linha 4 - Apoio a ações de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano
- Linha 5 - Apoio a outras ações com impacte positivo na qualidade de vida urbana

4.1. Instrumentos para a Execução do Programa

Visto que o Programa Polis se foca na requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades, torna-se necessário adotar instrumentos que garantam a eficácia da sua execução e a coerência dos seus propósitos. No caso da componente 1 do Programa requer uma adoção de medidas de exceção que assegurem a realização em tempo oportuno das operações integradas. A dimensão destas operações têm uma escala significativa, o que obriga a realização de um conjunto de ações em simultâneo, evitando o prolongamento do tempo que prejudicará os princípios do Programa e influenciaria também a vivência do cidadãos.

Como já referido anteriormente, estas intervenções têm uma natureza demonstrativa e exemplar pelo que o financiamento não pode ser confundido com um mero apoio financeiro. A realização destas intervenções devem marcar a vida das cidades e passar a ser uma referência urbanística para todo o País. Aliás, é importante que estas intervenções sejam divulgadas e conhecidas a nível nacional, para que possam ser identificadas como uma grande parte operação de valorização da vida urbana conduzida a nível nacional.

Assim, recomenda-se a implementação de instrumentos específicos em cinco áreas nomeadamente instrumentos de intervenção urbanística, instrumentos empresariais, instrumentos de protocolarização com os municípios, instrumentos de estruturação de gestão do Programa e por fim instrumentos jurídicos.

4.2. Instrumentos de Intervenção Urbanística

O instrumento de intervenção urbanística será constituído por um plano estratégico, que será efetuado por um conjunto de elementos, sendo esses: o plano de urbanização ou o plano de pormenor. O plano de urbanização define uma organização espacial que exige uma intervenção integrada no planeamento, em que estabelece a definição e caracterização da área de intervenção identificando os valores culturais e naturais a proteger; a organização urbana, tendo em atenção a qualificação do solo, a estrutura viária, a localização dos equipamentos de uso privado e coletivo e estacionamento; definição de zoneamento para a localização de funções urbanas (comerciais, habitacionais, turísticas, industriais) bem como zonas a reabilitar e reconverter; os indicadores e os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada categoria e subcategoria de espaços e subunidades operativas de planeamento e gestão que serão desenvolvidas para os planos de pormenor.

O plano de pormenor desenvolve e concretiza as propostas de organização espacial, definindo detalhadamente a forma de ocupação do espaço servindo de base aos projectos de execução das infraestruturas, da arquitetura dos edifícios e dos espaços exteriores. Assim sendo, o plano de pormenor estabelece a caracterização da área de intervenção identificada; a situação fundiária da área de intervenção procedendo, se necessário, a sua transformação; o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, da circulação viária e pedonal, de estacionamento, alinhamentos, implantações, modelação de terreno bem como a localização dos equipamentos e das zonas verdes; a distribuição das funções e a definição dos parâmetros urbanísticos (número de fogos, número de pisos e cercear, índices) e as operações de demolição, conservação e reabilitação das construções exteriores.

4.3. Instrumentos Empresariais

Os instrumentos empresariais são caracterizados por uma grande multidisciplinaridade, no qual requer competências em domínios técnicos específicos, especialmente em matérias de coordenação e gestão integrada das operações.

Importa prever modelos de operacionalização das intervenções que garantam a sua eficácia no terreno, assim sendo é importante considerar algumas recomendações, sendo essas:

1. “ Criação de uma entidade com autonomia jurídica, constituída com a participação maioritária do Estado/ Ministérios do Ambiente e do Ordenamento do Território e a participação da autarquia envolvida. Revela-se como fundamental a criação de um aparelho de execução eficaz e dinâmico, compatível com os objetivos fixados para cada intervenção: programa de intervenção, calendário de execução e orçamento de realização. Este modelo é, à luz das experiências anteriores conhecidas, nomeadamente o caso da EXPO’98, a solução que se nos afigura aplicável a empreendimentos desta envergadura. Assim a solução proposta para cada um dos casos passa pela constituição de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, à qual seria cometida a tarefa de dar execução aos objetivos constantes do projeto”, “Este tipo de solução permitirá sempre adaptar o modelo de intervenção a cada uma das realidades em concreto. Tendo presente que a vocação do acionista majoritário não é a gestão de sociedades, poderá este, com vantagem, acordar, após a constituição da sociedade, um contrato de gestão da sua participação social com empresas de sector empresarial do Estado com experiência em intervenções urbanísticas de grande escala. As sociedades Parque EXPO’98, S.A e Porto 2001 S.A., pela sua experiência e esfera de atuação, são, obviamente, candidatas a desempenhar um papel de modelo. É desejável também

o recurso a empresas privadas especializadas na gestão de projetos para complementar a capacidade daquelas empresas e estimular o mercado.” (Programa Polis, 2000)

2. Uma empresa constituída por um desígnio de tamanha dimensão e complexidade, deverá ser dotada de poderes de exceção, nomeadamente no que respeita:

- à possibilidade de agir como uma entidade expropriasse dos imóveis necessários à prossecução do seus objetos sociais;
- à possibilidade de utilizar e administrar bens de domínio público do Estado que interesse afetar ao exercício das suas atividades;
- à atribuição de poderes excepcionais no âmbito do ordenamento do território e urbanismo, e ainda, à definição de um regime articulado de licenciamento de obras, infra-estruturas e edificações, capaz de dar resposta às necessidades dos projetos concretos (Decreto - Lei n.º 354/93)

Será também pertinente, no âmbito do enquadramento a dar a cada intervenção, proceder à verificação e previsão de soluções para os casos em que se revele necessário extinguir concessões de bens e direitos uso privativo existentes.

4.4. Instrumento de protocolarização com os Municípios

Anteriormente, à constituição de cada uma das sociedades, face à complexidade presente nos projetos de intervenções e respectivo modelo, é fundamental a inserção de protocolos com cada um dos municípios envolventes no Programa, com o intuito de criar um documento público, para cada intervenção.

A implementação do protocolo permite uma clarificação das diferentes etapas do processo de concretização do Programa, identificando os responsáveis e definindo metas, objetivos e calendários. Este documento único permitirá uma melhor adequação de todo o processo à realidade da Autarquia envolvida, definindo as particularidades essenciais de cada projecto de intervenção. Assim, os protocolos deverão ter como base uma matriz comum, sendo cada termo ajustados a cada realidade.

4.5. Estrutura e Procedimentos de Gestão

Após a aprovação do Programa Polis, inicia-se a fase da sua execução em que se tenciona promover a articulação das diferentes fontes de financiamento, com a intenção de cooperar e garantir que os projetos cumprem simultaneamente os objetivos do Programa Polis e das intervenções operacionais que as financiam. Assim sendo, prevê-se a criação de uma estrutura de dinamização e acompanhamento do Programa Polis designado pelo Gabinete Coordenador do Programa Cidades (GCPC), sob tutela direta do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. Esta estrutura procura garantir que a execução do Programa se mantenha consistente com as diretrizes traçadas e também para contribuir para a sua divulgação.

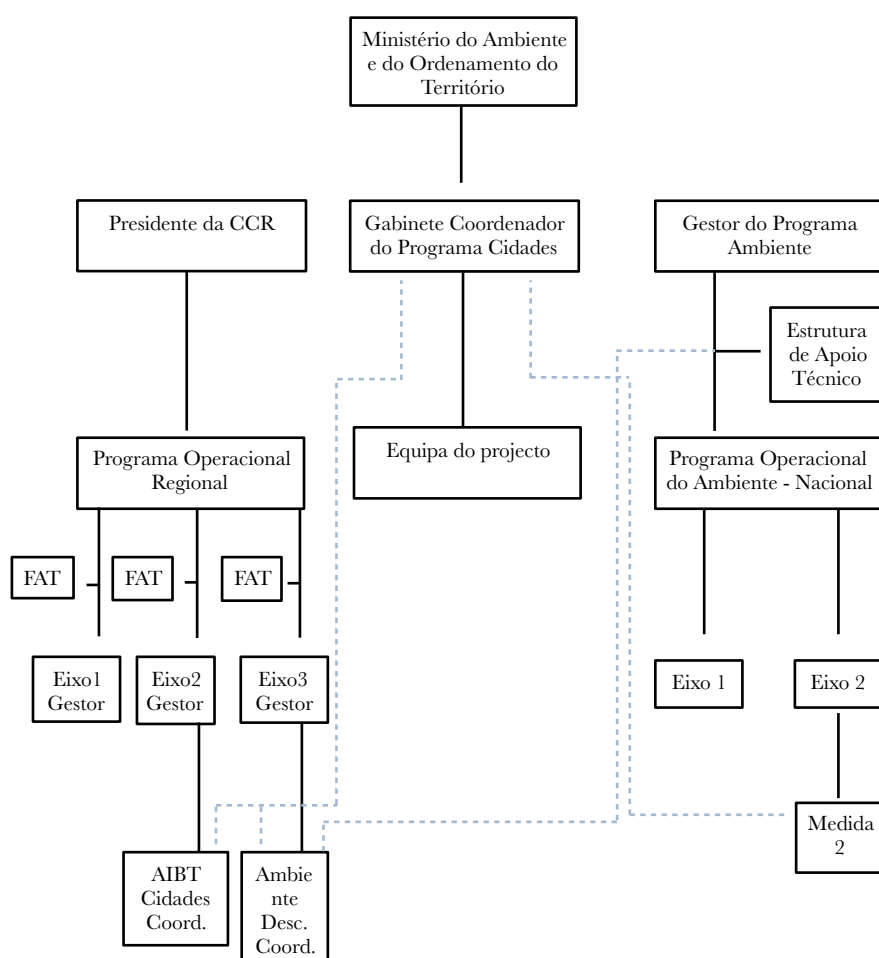


Figura 14 | Fluxograma do Programa Polis (Fonte: Resolução de Conselho de Ministros N.º 26/2000)

A figura 14 demonstra a articulação do gabinete com as entidades responsáveis pela gestão das diversas linhas de financiamento comunitário. As intervenções realizadas devem ser apresentadas a este gabinete, para que seja possível verificar-se com os objetivos do Programa, com

a intenção de sugerir alterações relacionadas com as fontes de financiamento e elaborar pareceres destinados a esclarecer as candidaturas a instrumentos financeiros.

Para além destas funções referidas, o Gabinete Coordenador do Programa Polis, terá de participar no acompanhamento da execução das intervenções e na avaliação da realização dos objetivos estabelecidos para cada uma das intervenções e para o Programa Polis.

Além da missão genérica da articulação das diversas fontes de financiamento, este gabinete será responsável pelas funções de divulgação, dinamização, controlo de qualidade dos projetos e avaliação da execução do Programa Polis. Assim sendo, o GCPC está responsável por:

- Promover ações de divulgação dos objetivos, das oportunidades e dos resultados do Programa;
- Participar na análise das intervenções de investimento enquadráveis no Programa Polis e no aconselhamento dos promotores;
- Estabelecer o contacto com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e com os responsáveis das intervenções;
- Formular os pareceres sobre os projetos inseridos no Programa Polis e candidatos a financiamento a intervenções operacionais;
- Promover a articulação das ações inseridas do Programa Polis, dos respectivos financiamentos;
- Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores e estatísticas de acompanhamento do projetos inseridos no Programa Polis;
- Promover a avaliação dos processos realizados, no âmbito do Programa Polis;
- Participar na orientação e na realização dos estudos, conferências e outros assuntos relativos às cidades;

4.6. Instrumento Jurídico

Relativamente ao instrumento jurídico pressupõe a adoção de um conjunto de diplomas, que para além de ser aprovado e criar as estruturas de gestão, prepara um conjunto de propostas de documentos a aprovar pelo Governo, a curto prazo sendo esses:

- Resolução de Conselho de Ministros que aprova o Programa Polis
- Proposta de Lei de autorização legislativa, relativa à criação de um regime de exceção para a realização operasse integradas de requalificação urbana
- Decreto - Lei com a delimitação das áreas de intervenção
- Despacho conjunto que cria o GCPC
- Minuta Genérica dos protocolos com as Câmaras Municipais

Também foi aprovado um outro parâmetro, um conjunto de propostas legislativas, necessárias para a boa execução do Programa, que deve ser aprovada rapidamente para que sejam reunidas as condições necessárias para criar as sociedades gestoras das próprias intervenções. Devido a complexidade e à dimensão das intervenções previstas, segundo o principal orientador é importante averiguar quais as competências que deverá ser atribuídas a cada sociedade, no âmbito da execução do seu objectivo.

5. Financiamento e Modalidades de participação

Um dos grandes desafios a que o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), se propõe é dar resposta à consolidação do sistema urbano português, tendo como base os princípios de sustentabilidade, complementaridade, solidariedade e competitividade, pretendendo melhorar as condições de vida nas cidades e contribuindo para a afirmação da identidade de Portugal, na União Europeia.

Assim, o Programa Polis baseia-se através de um quadro de referência, para assegurar uma coordenação e um propósito comum nas acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano, a apoiar no âmbito do QCA III. As fontes principais de financiamento do Programa têm origem em fundos comunitários por meio das diversas intervenções operacionais, nomeadamente a melhoria do ambiente urbano da intervenção operacional ambiente e das acções integradas na qualificação das cidades e da requalificação metropolitana das intervenções operacionais regionais.

A iniciativa comunitária INTERREG também dará um contributo financeiro significativo.

As medidas referenciadas tem foco, especialmente, em potenciar os efeitos e impulsionar a eficácia das operações integradas na requalificação urbana prevista na componente 1 do Programa, é essencial o contributo de outras medidas do QCA III, através do co-financiamento de projectos de investimento nos respectivos domínios. Sendo assim, procedeu-se à identificação das principais linhas de financiamento comunitário que irão financiar as acções provenientes de todo o Programa Polis. Esta identificação foi necessária para a execução do próprio Programa.

As fichas elaboradas para os complementos de programação das diversas intervenções operacionais que contribuem para o Programa contém elementos fundamentais para definição das regras de cada uma das fontes de financiamento. Estas mesmas fichas foram criadas, tendo em conta os objectivos do programa, para facilitarem os promotores ao consultá-las.

Componentes do Programa		Investimento a realizar (milhões de contos)
Componente 1 Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 - Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	125
	Linha 2 - Outras intervenções a identificar	
Componente 2 Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		4
Componente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		10
Componente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 - Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	21
	Linha 2 - Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental	
	Linha 3 - Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimento de ensino	
	Linha 4 - Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano	
	Linha 5 - Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana	
Investimento Total		160

Quadro 7 | Indicativo das Necessidades de Investimento do Programa Polis (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

No quadro 7 é visível a avaliação indicativa das necessidades de investimento em cada uma das componentes do Programa Polis. Este quadro vai ao encontro do investimento total a realizar no âmbito do Programa, ou seja, ordem dos 160 milhões de contos. Em relação à componente 1, o seu valor não deve causar nenhuma surpresa, devido as necessidades significativas dos recursos a mobilizar. Com efeito, trata-se de uma componente de natureza integrada e multifacetada incluindo uma grande importância nas parcela de obras visando a requalificação dos espaços públicos.

Para além dos fundos comunitários, integram-se fontes de financiamento para as acções a desenvolver pelo Programa Polis, o financiamento autárquico e da administração central e o financiamento em prestaria público ou privado.

Fontes de Financiamento	Milhões de Contos
Fundos Comunitários	92
Autarquias	26
Administração central	26
Autofinanciamento	16
Total	160

Quadro 8 | Indicativo das Fontes de Financiamento do Programa Polis (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

As diversas fontes de financiamento utilizadas pelo Programa Polis, constam no quadro 8. Através deste quadro averigua-se que os fundos comunitários terão uma comparticipação global de cerca 58%. Estes valores variam conforme cada componente, pelo que constituem meros valores indicativos globais. A maior percentagem é nos fundos comunitários e da administração central, devido à sua natureza demonstrativa que pretende atribuir às acções do Programa. Isto quer dizer que não consiste apenas em financiar projectos de iniciativa autárquica, mas antes promover acções consideradas exemplares. O valor mais baixo de autofinanciamento deve-se ao facto de as acções previstas incidirem nos espaços públicos menos apropriados para esse tipo de financiamento. Entretanto, as capacidades de autofinanciamento de cada intervenção serão avaliadas, exigindo que os próprios promotores recorrem a esta fonte de financiamento.

Componentes	Linhas de Intervenção	Níveis de Comparticipação
Componente 1 Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 - Intervensões identificadas pela sua relevância e natureza exemplar	Autarquias : 10 - 20% Governo: 0-15% Fundos Comunitários: 60-75%
	Linha 2 - Outras intervenções a identificar	
Componente 2 Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Autarquias : 20 - 25% Governo: 15-20% Fundos Comunitários: 50-75%
Componente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Autarquias : 0 - 25% Governo: 0-50% Fundos Comunitários: 50-75%
Componente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 - Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	Autarquias : 25 - 50% Governo: 0-50% Fundos Comunitários: 0-50%
	Linha 2 - Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental	
	Linha 3 - Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimento de ensino	
	Linha 4 - Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano	
	Linha 5 - Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana	

Quadro 9 | Valores Indicativos dos Níveis de Comparticipação para as Componentes do Programa Polis (Fonte: Decreto N.º 112
— 15 De Maio De 2000)

Neste quadro 9, averigua-se os níveis de comparticipação para cada componente do Programa Polis, com possíveis intervalos de variação. Como já referido anteriormente, as principais fontes de financiamento do Programa Polis são a melhoria do ambiente urbano da intervenção operacional ambiente, a sua componente desconcentrada nas intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 3), suportada pelo FEDER, e as acções integradas de qualificação das cidades e de requalificação metropolitana das intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 2), suportadas pelo FEDER e pelo FSE.

IO Ambiente - medida 2.1	FEDER	Complicação Nacional (*)	Investimento total
Nacional	21,7	7,2	28,9
Desconcentrado	8,3	2,8	11,1
Total	30,0	10,0	40,0

(*) A complicação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de complicação

Quadro 10 | Indicativo das Disponibilidades Financeiras (FEDER) na medida 2.1 da IO Ambiente para Investimento no Âmbito do Programa Polis (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

Intervenções operacionais regionais	FEDER	Complicação nacional (*)	Investimento total
Norte	13,5	4,5	18,0
Centro	10,6	3,5	14,2
LVT	16,2	5,4	21,6
Alentejo	3,5	1,2	4,7
Algarve	3,4	1,1	4,6
Total	47,3	15,8	63,0

(*) A complicação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de complicação

Quadro 11 | Indicativo das Disponibilidades Financeiras (FEDER) no Eixo Prioritário 2 das Intervenções Operacionais Regionais para o Investimento no Âmbito do Programa Polis (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

Intervenções operacionais regionais	FSE	Complicação nacional (*)	Investimento total
Norte	1,3	0,4	1,7
Centro	1,0	0,3	1,4
LVT	1,6	0,5	2,1
Alentejo	0,3	0,1	0,5
Algarve	0,3	0,1	0,4
Total	4,6	1,5	6,1

(*) A complicação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de complicação

Quadro 12 | Indicativo das Disponibilidades Financeiras (FSE) no Eixo Prioritário 2 das Intervenções Operacionais Regionais (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

Nos quadros 10, 11 e 12 demonstra-se os valores indicativos das disponibilidades financeiras de cada uma destas fontes de financiamento. O quadro 9 diz respeito às componentes nacionais e desconcentrada da medida 2.1 (FEDER) da intervenção operacional ambiente. Nos quadros 11 e 12

estão relacionadas com os montantes do FEDER e do FSE, em cada uma das intervenções operacionais regionais. Para além destas linhas de financiamento, que são identificadas nos quadros 10 e 11, prevê-se que sejam mobilizados cerca de 10 milhões de contos de outras medidas do QCA III revelantes para a problemática urbana e de iniciativas comunitárias, INTERREG.

O desenvolvimento urbano integrado na promoção do desenvolvimento rural, urbano e costeiro faz parte de um domínio prioritário sendo esse o INTERREG, em que considera como prioridade o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento do espaço territorial, incluindo a cooperação entre as cidades e também entre zonas urbanas e rurais, destinada a fomentar o desenvolvimento policêntrico sustentável.

A forma como as fontes de financiamento comunitário são utilizadas para financiarem as diversas componentes e linhas que constituem o Programa Polis, dependem de acções a realizar e serão estabelecidas em cada caso com o intuito de assegurar a compatibilidade com a regras de utilização de cada uma dessas fontes.

Contudo é possível que aquelas fontes sejam utilizadas de acordo com as prioridades referidas no Quadro 12.

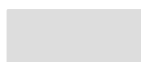
Programa Polis		Fontes de Financiamento do QCA III		
Componentes	Linhas de intervenção	IO Ambiente Nacional	IO Ambiente Desconcentrado	IO Regional (cidades)
Componente 1 Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental	Linha 1 - Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar			
	Linha 2 - Outras intervenções a identificar			
Componente 2 Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial				
Componente 3 Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento				
Componente 4 Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades	Linha 1 - Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano			
	Linha 2 - Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental			
	Linha 3 - Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimento de ensino			
	Linha 4 - Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano			
	Linha 5 - Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana			

(*) as fontes de financiamento referidas são aplicáveis no território português. para a cidade de Angra do Heroísmo será necessário identificar outras fontes de financiamento

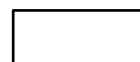
Legenda:



1ª prioridade



2ª prioridade



3ª prioridade

Quadro 13 | Indicativo das Fontes de Financiamento das Componentes e Linhas de Intervenção do Programa Polis com base no QCA III (Fonte: Decreto N.º 112 — 15 De Maio De 2000)

6. Critérios de Acesso e Selecção

Para a selecção dos projectos candidatos ao Programa Polis houve a necessidade de criar critérios previstos pelos regulamentos das diversas intervenções operacionais, para tal é necessário que os candidatos respeitem os seguintes critérios de acesso:

- Cumprir toda a legislação e procedimentos obrigatórios que se apliquem à intervenção em causa;
- Demonstrar viabilidade técnica, económica e financeira adequadas a dimensão e complexidade, particularmente:
 - A. Plano de monitorização ambiental, durante todo o processo;
 - B. Plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto;
- Comprovar a sua inserção nas componentes e linhas do Programa Polis

Para cada uma das componentes e linhas do Programa, os próprios promotores deverão respeitar condições específicas de acesso, tais como:

Componente 1

- O projectos devem respeitar as operações integradas em espaços urbanos, visando a qualificação dos espaços públicos, com uma forte componente de valorização ambiental;
- Apresentação de um plano estratégico de toda a intervenção, que esteja inserida num das tipologias do programa;
- Valorização do património ou natural e a sua reintegração na cidade;
- Requalificação de cidades com dimensão média com vigor económico embora com uma vida urbana com pouca qualidade;
- Valorização de cidades do interior que podem constituir pólos de desenvolvimento regional;

Devem ser apresentados e identificados planos de urbanização ou planos de pormenor e plano de engenharia financeira em que seja evidente quais são as diversas componentes em que se divide o plano estratégico, que constituirá a base das candidaturas necessárias a cada uma das linhas de financiamento.

Componente 2

- As intervenções nas áreas classificadas pela UNESCO com o estatuto de património mundial da humanidade, pretende melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas;
- Apresentação de um plano global da intervenção proposta e o seu respectivo plano financeiro;

- Identificação dos planos de pormenor e projectos de execução que sejam necessários elaborar ou apresentados esses planos e projectos (caso já estejam elaborados);

Componente 3

- Os projectos apresentados continuarem ações de qualificação urbanística e ambiental de áreas de realojamento;
- Apresentação de um plano geral da intervenção proposto e o seu respectivo plano financeiro;
- Identificar os projectos de execução que sejam necessários elaborar no contexto de qualificação dos bairros;

Componente 4

- Os projectos apresentados constituem ações para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades;
- Apresentação por parte do promotor do plano de intervenção e o plano de financiamento previsto para a realização do projecto;
- Identificação dos planos de pormenor e projectos de execução que sejam necessário elaborar;

Linha 1- Constituir um projecto para a promoção de novas formas de mobilidade no espaço urbano;

Linha 2- Constituir um projecto para a instalação de sistema de monitorização ou gestão ambiental;

Linha 3- Constituir um projecto para a valorização urbanística e ambiental, na envolvente dos estabelecimentos de ensino;

Linha 4- Constituir um projecto para a realização de ações de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano;

Linha 5- Constituir um projecto para a realização de ações de mérito reconhecido na prossecução dos objectivos do Programa, não se inserindo nem nas componentes nem nas linhas anteriores;

Independentemente dos critérios de acesso, os projectos deverão ser apreciados pelos seus méritos próprios, não sendo motivo de exclusão da candidatura, constituem valos acrescentados para a sua avaliação. Como critérios de selecção de projectos devem ser consideradas:

a) no âmbito estratégico

Demonstrar o enquadramento no plano estratégico da cidade;

Conter um carácter demonstrativo;

b) no âmbito dos objectivos a alcançar

Identificação dos efeitos esperados e dos objectivos a atingir;

Estimar a população beneficiada pela ação;

c) no âmbito da qualificação ambiental

Contribuição para a melhoria da qualidade dos diversos factores ambientais;

Contribuição para a redução do consumismo de recursos naturais;

Previsão das medidas de minimização do impacte negativo da execução das obras;

Previsão dos sistemas de monitorização e gestão ambiental da área de intervenção;

d) no âmbito dos impactes previstos

Contribuição para a consolidação da malha urbana onde encontra inserida e do sistema urbano nacional;

Contributo para a implementação da legislação urbanística e ambiental;

Contributo na melhoria do desempenho das actividades económicas locais;

Sinergias com outros investimentos;

e) no âmbito da gestão do projecto

Parcerias que o projecto abrange e que potência para ações subsequentes;

Modelos de gestão na fase de execução e exploração;

Sustentabilidade económica nas fases de execução e exploração;

Adoção de estratégia de comunicação e educação ambiental associada ao projecto;

Estes critérios de selecção não são motivos de exclusão das candidaturas, no entanto, são o reflexo da filosofia que presidiu na elaboração do Programa Polis. Contudo, os projectos podem se candidatar nas diversas componentes e linhas de intervenção, pelo que em alguns casos, os critérios mencionados anteriormente não poderão ser aplicados na sua totalidade. Para além destes critérios referidos, consideram-se como recomendáveis, e constituirão factor de priorização, a adoção das seguintes medidas ou a prossecução dos seguintes objectivos:

Componente 1, para todas as linhas de ação:

Incluir no planeamento critérios que visem a sua certificação pelo sistema ISO ou EMAS;

Constituir como consequência de outras ações já em desenvolvimento ou induzir ações no futuro;

Componente 2:

Potenciar as características de identidade histórica, cultural e ambiental dos locais;

Componente 3 :

Contribuição para minorar a falta de condições existentes com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas;

Componente 4:

Aumento de áreas pedonais e ciclovias;

Aumento de áreas de estacionamento com efeito dissabor da circulação automóvel;

Incentivar a utilização dos transportes públicos, ou seja, restringir a circulação do automóvel;

Linha 2

Incluir ações de sensibilização e de educação ambiental associadas aos sistemas de informação e gestão que permita que os cidadãos compreendam melhor a importância destas ações e da informação disponibilizada;

Melhorar os próprios sistemas de informação que os municípios utilizam para a gestão ambiental, principalmente com a utilização de sistemas de informação geográfica;

Linha 3

Incluir ações de sensibilização e de educação ambiental que potenciam as ações a desenvolver;

Envolver os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento dos projectos;

Linha 4

Indicar as parcerias que serão envolvidas no desenvolvimento das ações;

Linha 5

Justificação da inclusão no Programa Polis;

7. Tipologias

Já referido anteriormente o Programa Polis subdivide-se em quatro componentes, em que algumas subdividem-se em linhas de actuação. Estas subdivisões pretendem atender algumas especificidades de situações reais, no entanto com o propósito de promover a requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades.

Apesar de ser difícil conceber uma lista exaustiva de todos os tipos de projectos susceptíveis de serem incorporados pelo Programa, elaboraram-se quadros de referência de vários tipos de iniciativas, para cada componente e suas linhas. Contudo, é necessário ter em conta, as problemáticas da regulamentação própria dos instrumentos de financiamento que suportam o programa.

Em Anexo serão apresentadas as tipologias de projectos que estavam incluídas em cada componente e linhas do Programa.

8. Análise Preliminar dos Projectos

Uma das questões pertinentes em relação à distribuição territorial destes casos, no que diz respeito às áreas de dinâmica do sistema urbano nacional e ao contributo das intervenções para o reforço desse sistema. Esta questão é bastante importante devido à dificuldade que o País atravessa, como a redefinição da ocupação do território que é necessário intervir com uma visão estratégica dos problemas. Estas matérias foram tratadas de forma completa, segundo a Publicação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de 1997.

Análise dos Projectos face ao Reforço do Sistema Urbano Nacional								
Cidades	Áreas de Dinâmica do Sistema Urbano							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Viana do Castelo	X							
Vila Real		X						
Bragança		X						
AM do Porto	X							
Aveiro	X							
Coimbra			X					
Viseu				X				
Guarda				X				
Covilhã				X				
Castelo Branco				X				
Leiria					X			
Sintra (Cacém)						X		
Almada (Costa da Caparica)						X		
Beja							X	
Albufeira								X

Legenda: 1- Sistema Urbano Do Norte Litoral; 2- Sistema Urbano Do Nordeste; 3- Sistema Urbano Do Centro (Eixo Coimbra-Figueira E Viseu); 4- Sistema Urbano Do Centro (Eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco); 5- Sistema Urbano De Lisboa E Vale Do Tejo (Substema De Alta Estremadura); 6- Sistema Urbano De Lisboa E Vale Do Tejo (Área Metropolitana De Lisboa)

Quadro 14 | Análise dos Projectos Face ao Reforço do Sistema Urbano Nacional (Fonte: Resolução do Conselho de Ministros N.º 26/2000)

No quadro 14 pode-se verificar que a distribuição é bastante razoável com uma maior concentração no Sistema Urbano do Centro, que é explicada pela própria natureza multipolar desse sistema. Visto que existe um maior ênfase no sistema urbano do centro (eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco).

Análise dos Projectos face à tipologia de intervenção						
Casos Analisados	Tipologias de Intervenção					
	1	2	3	4	5	6
Viana do Castelo	+		+++	+++		+
Vila Real			+	+	+++	+
Bragança			+++	+	+	+++
AM do Porto	+++	+++	+++	+++		
Aveiro	+		+++	+++	+++	
Coimbra			+++	+++	+	
Viscu			+	+++	+++	+
Guarda	+		+++	+++		+++
Covilhã	+++		+++	+		+++
Castelo Branco				+++	+	+++
Sintra (Cacém)		+++	+			
Almada (Costa da Caparica)		+++	+++	+		
Beja				+++		+++
Albufeira			+++	+	+	

Legenda:

+ Intervenção muito significativa +++ Intervenção com alguma relevância

Tipologias das Intervenções: 1- requalificação de zonas industriais deprimidas; 2- criação de novas polaridades em áreas metropolitanas; 3- valorização de frentes de mar ou zonas ribeirinhas; 4- valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade; 5- requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica; 6- valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional

Quadro 15 | Análise dos Projectos Face à Tipologia de Intervenções (Fonte: Resolução do Conselho de Ministros N.º 26/2000)

No quadro 15, avalia-se a contribuição das tipologias em cada um dos casos analisados, considerando que esta distribuição pode ser bastante significativa, ter apenas alguma relevância ou até não trazer qualquer tipo de contribuição.

Através do quadro 14 e 15, verifica-se que o caso de estudo: Programa Polis do Cacém se enquadra numa dinâmica do sistema urbano de Lisboa e Vale do Tejo, assim sendo encontra-se inserida na maior concentração do sistema urbano do centro, que contém uma natureza multipolar. Ainda é possível verificar, que este caso, abrange cerca de duas tipologias, sendo essas a número 2, a criação de novas polaridades em áreas metropolitanas e a número 3, valorização de frentes de água ou zonas ribeirinhas. Contudo a tipologia com maior destaque é a criação de novas polaridades sendo que valoriza as zonas ribeirinhas, neste caso.

Em relação ao estudo prévio feito para cada projecto, no caso de estudo o Programa Polis do Cacém, a sua área central é vista como uma zona degradada e desqualificada em termos ambientais e urbanísticos, nos últimos quarenta anos houve uma pressão urbanística, que se expressou na transformação das tipologias e na realização de operações urbanísticas independentes, que não tinham qualquer apoio em instrumentos de ordenamento, o que acabou por levar a

descaracterização da zona. O crescimento da zona processou-se sem qualquer respeito por um elemento fundamental da paisagem, a Ribeira das Jardas.

O sistema viário, a nível da circulação rodoviária, carece de medidas de racionalização das acessibilidades, através da sua hierarquização e diversificação.

Uma das intenções do plano encontra-se relacionada com a protecção da circulação dos peões no interior do núcleo urbano mais denso do Cacém. Assim sendo, é proposto a sua pedonalização parcial e a intenção de criar um percurso pedonal ao longo da ribeira, integrado na estratégia de um novo canal verde. Tendo em consideração o interface rodo-ferroviário, a intenção passa por trazer a presença da estação, enquanto edifício público, para o lado poente da via férrea. Desta forma, o projecto permite libertar o espaço público do trânsito de pesados de passageiros à superfície e, por outro lado, uma interligação pedonal entre os dois tipos de transportes.

As novas vias de atravessamento da área central do Cacém, em paralelo com a via férrea, delimitam uma zona onde se situará o novo centro cívico de Agualva-Cacém, o que irá implicar a demolição de alguns edifícios.

Um das grandes tarefas desta intervenção, relaciona-se com a necessidade de estruturar a relação da ribeira com a própria cidade. Daí ser proposto a criação de um canal verde ao longo das suas margens, desafogando-as e tratando-as, do ponto de vista paisagístico, em paralelo com as características dos espaços que a mesma vai atravessando. Este canal deverá permitir um desenho pedonal contínuo norte/sul, que deseja ligar o parque urbano do Cacém ao futuro equipamento de utilização colectiva, que irá ocupar a actual fábrica Melka.

Os aspectos mais positivos destas áreas são a requalificação urbana e ambiental de uma zona da Área Metropolitana de Lisboa com características suburbanas; a recuperação e valorização de uma linha de água inserida na malha urbana; a criação de uma nova centralizado urbana; existência de população jovem e o potencial de intervenção que visem a correcção de erros urbanísticos.

Em contra partida é preciso acautelar a necessidade de grande coordenação devido à implementação de novas intervenção na mesma área de entidades externas ao programa; a possibilidade de grande pressão por parte do sector imobiliário; o faseamento complexo da construção, de forma a garantir o normal funcionamento da cidade e por fim a necessidade de expropriar (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000: 2138-2140).

9. Síntese

Inicialmente, a introdução do Programa Polis pretendia gerar uma nova visão estratégica a nível ambiental e de ordenamento do território, sendo uma das prioridades nas políticas de ação do Governo. Este ainda adota medidas excepcionais no que diz respeito à requalificação urbana e valorização ambiental das cidades portuguesas. O seu principal propósito é focar-se em melhorar a qualidade de vida nas cidades, intervindo no âmbito ambiental e urbanístico, favorecendo a atratividade e competitividade dos pólos urbanos que são essenciais para o sistema urbano nacional.

Houve esta necessidade de criar um programa direccionado para o âmbito ambiental pelo facto de ser um dos principais problemas da vida urbana, a ausência de espaços públicos com qualidade, a carência de zonas de lazer e o aumento dos problemas relacionado com o congestionamento de trânsito, a nível da qualidade de ar e o aumento do ruído. Neste sentido o Programa pretende conter várias intervenções exemplares com o propósito de demonstrar que é possível criar novos espaços com qualidade. Ainda assim, com este tipo de programa existe a necessidade de dar resposta a futuras questões, como reflectir nas novas exigências e ambições, e ainda deve assumir a vertente de **correctora** e pedagógica no que refere aos erros urbanísticos anteriores. Apesar de tudo, o programa nem sempre responderá a todas as necessidades da zona de intervenção, apenas poderá contribuir para algumas necessidades, correspondendo às suas acções e propostas.

A nível ambiental este programa tenciona corresponder a várias áreas ambientais, por esse motivo a sua constituição abrange 4 componentes que correspondem a cidades que têm a classificação de património mundial, à valorização urbanística e ambiental em área de realojamento, a operações integradas de requalificação urbana e valorização ambiental e a medidas complementares para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades. Pelo facto deste englobar várias componentes foram necessários diversos instrumentos que permitissem ser direccionados para cada vertente, tendo sido adotadas 6 instrumentos diferentes.

No que se refere ao tipo de financiamento este programa têm como referência o QCA III, visto que este quadro propõe dar auxílio à consolidação do sistema urbano português, o que ajuda a assegurar uma coordenação e um propósito comum no que se refere à qualificação urbana e valorização ambiental nos espaços urbanos. Desta forma as fontes principais de financiamento são os fundos comunitários, autarquias e o Governo embora para cada componente existam participações diferentes devido as necessidades de cada uma.

No que diz respeito aos critérios de acesso e selecção para fazerem parte deste programa foi inevitável elaborar critérios que correspondessem a cada componente e às suas linhas de acção, que

os próprios promotores devem respeitar. Também se torna essencial apresentar e identificar nos planos quais são as componentes e o modo de como se divide o próprio plano estratégico, sempre tendo em conta as linhas de financiamento. Os projectos podem candidatar-se a mais do que uma componente e linha de acção, contudo pode acontecer que alguns critérios não possam ser aplicados na totalidade, porém não é motivo para se excluir a candidatura da intervenção.

Capítulo 6 | Caso de Estudo Agualva-Cacém

O capítulo 6 destina-se ao caso de estudo de Agualva-Cacém, elaboraram-se diversas análises referentes ao contexto histórico, à evolução da população de 1940 até 2011, à evolução da construção e conservação do edificado e ainda compreender a criação do Programa Polis do Cacém e apresentá-lo.

1. Contexto Histórico

No séc. XII, a Ribeira da Jarda ou da Água Alva, marcava os limites administrativos e paroquiais. Em que, Agualva e os locais da margem esquerda pertenciam ao concelho de Lisboa e à freguesia de Belas. Já Cacém, São Marcos e os restantes lugares da margem direita pertenciam ao concelho de Sintra e à freguesia de Rio de Mouro.

Em Agualva-Cacém, pertencente à freguesia de Belas (Decreto Lei 39/210, 15-5-53), existiam cerca de 40 fogos, na maioria casas térreas. Depois junto da Ribeira da Jarda, o lugar mais modesto, existiam cerca de 10 fogos que se situavam perto da Quinta dos Lóios.

Nesta época não existiam estradas que ligassem estes lugares, apenas caminhos de terra batida. A única estrada que existia era a Estrada Real de Sintra que atravessava vários lugares, desde os Sítios de Papel, Cacém de Baixo, Zambujal, Cacém de Cima e Ulmeiro. Esta via de comunicação era calçetada, estando os condutores de carros sujeitos a pagarem impostos para a sua reparação (Sousa, e Mascarenhas, 2000).

No século XVI, o território de Agualva-Cacém fazia parte do concelho de Lisboa (Água Alva, Abelheira, Barrota, Colaride) e a outra parte ao concelho de Sintra (Zambujal, Val Mouron, São Marcos, Cotão e Cassem). A linha de água presente, Ribeira de Água Alva, que separava estes dois concelhos, era de grande importância económica, estas águas faziam movimentar várias azenhas e um lagar, e ainda servia de rega para as hortas e pomares.

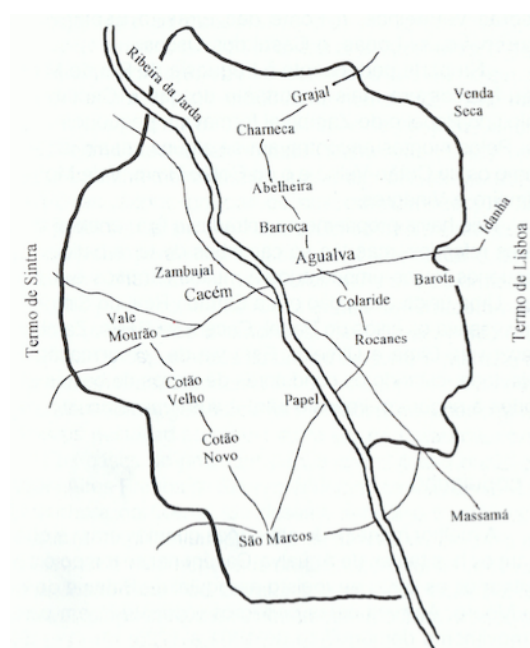


Figura 15 | Agualva-Cacém no séc. XVIII
(Fonte: Sousa, e Mascarenhas, 2000)

Regista-se que século XVIII há o aparecimento de povoamento e ocupação do território, novos casais agrícolas e também várias quintas que ainda hoje fazem parte da paisagem urbana. A população de Agualva-Cacém seria de aproximadamente 450 indivíduos, estando as famílias repartidas do seguinte modo: Agualva (14), Ribeira da Jarda (13), São Marcos (10), Grajal (8), Papel (7), Cacém (7), Vale Mourão (4), Zambujal (4) e Barroca (4). Em 1821 registava-se um crescimento de população em Agualva-Cacém, 570 habitantes. Grande parte desta população era composta por trabalhadores rurais, rendeiros ou jornaleiros, sendo poucos os lavradores nas suas próprias terras. Havia também moleiros, pedreiros, canteiros, carpinteiros e ainda representantes de outros ofícios como: padeiros, tendeiros, sapateiros, ferradores, cabreiros, marchantes e tanoeiros (Sousa, e Mascarenhas, 2000).

Para além disto também existiam moradores com uma posição social destacada como nobres, militares, eclesiásticos, como o caso do provedor da Casa da Moeda e escritor Matias Aires Ramos da Silva, o proprietário da Quinta da Nossa Senhora do Carmo, o proprietário da Quinta da Barroca e outros (Sousa, e Mascarenhas, 2000).

Na margem direita da Ribeira da Jarda, a Tinturaria Cambournac representa o sítio do papel velho que se localizava perto da velha ponte e do caminho para São Marcos. A existência desta fábrica pode estar relacionada com a introdução da indústria do papel em Portugal. Segundo Sousa e Mascarenhas (2000), existem informações sobre o fabrico do papel, particularmente nos engenhos da Ribeira da Jarda. No caso da Ribeira da Jarda, apenas se fabricava papel e papel pardo, devido a uma certa sujidade das águas. Em 1814 existiram duas fábricas de papel na ribeira, uma pertencia ao Doutor Pedro Luiz de Oliveira e outra ao Barão de Quintela, sendo que a última era produtora de papel “para o estanco do rapé”.

Em Maio de 1883 aprovou-se um projecto de Henry Burnay & Cia, que pretendia a construção de uma via ferroviária de Alcântara a Torres Vedras, com ramais para Sintra e Merceana. Esta seria a terceira tentativa de ligar Lisboa a Sintra através da via férrea. Já a 29 de Novembro de 1884 estava definido o traçado do caminho-de-ferro Lisboa-Sintra, onde estavam incluídas as estações de Alcântara, Benfica, Porcalhota (Amadora), Cacém e Sintra e os apeadeiros de S. Domingos e Queluz-Belas. Deram-se por concluídos os trabalhos relativos ao assentamento da via, no dia 26 de Setembro, mas os arranjos e obras continuaram até 1886 (Sousa, e Mascarenhas, 2000).

A chegada dos primeiros comboios foi um grande impacte para o desenvolvimento de Agualva-Cacém, e mais tarde acabou por ser construído o Bairro da Estação.

No entanto, viver em Agualva-Cacém era ainda viver no campo, a dois passos de Lisboa. Devido a este facto, nesta época, tornou-se hábito, nos meses de Verão, alugar casa nesta zona para passar férias.



Figura 16 | Ocupação em Agualva e Cacém e Área Envolvente, em 1930, Escala 1:25 000

(Fonte: Fonte: Url: [Http://Www.Igeoe.Pt/Cartoteca/Bibliopac/Images/Folha8_F55.Jpg](http://Www.Igeoe.Pt/Cartoteca/Bibliopac/Images/Folha8_F55.Jpg))



Figura 17 | Ocupação Em Agualva e Cacém e Área Envolvente, em 1940, Escala 1:25 000

(Fonte: [Http://Www.Cm-Sintra.Pt/Phocadownload/Pdf/Aru/Agualva/Pe_Aru_Agualva_5Nov2015_Final.Pdf](http://Www.Cm-Sintra.Pt/Phocadownload/Pdf/Aru/Agualva/Pe_Aru_Agualva_5Nov2015_Final.Pdf))

Através das figuras 16 e 17 é possível observar o crescimento inicial da rede viária, que se manteve até à década de 90 (Séc. XX) com a continuação do IC 19, tendo tido como impulsionador a linha férrea e a construção de edifícios que se relaciona com o número de habitantes. Com estes mapas pode-se afirmar ainda que de 1930 para 1940 o crescimento foi bastante notório (Câmara Municipal De Sintra, 2015).

Após a II Guerra Mundial houve uma enorme afluência de moradores para a Amadora, Queluz e Cacém, cujas populações duplicaram em menos de 10 anos. Agualva-Cacém passou de 2600 habitantes (1940) para 5500 habitantes (1950).

A Freguesia de Agualva-Cacém foi criada a 15 de Maio de 1953 pelo Decreto-Lei 39/210 (Junta de Freguesia de Agualva e Mira-Sintra) .

Após a junção destas duas freguesias esta área tornou-se uma das grandes áreas suburbanas da grande Lisboa. Devido a esta transformação, houve um grande aumento de construção civil, o que traduziu-se numa urbanização com diversos problemas a nível da qualidade de vida.

No ano de 1956 chegou pela primeira vez a Sintra o comboio eléctrico, para depois, a 28 de Abril de 1957, ser oficialmente inaugurada a electrificação da linha.

Na época de 1960, houve uma grande transformação funcional e tipológica na área do Cacém o que fez com que esta área fosse considerada uma área "dormitório". Esta área era considerada como "dormitório" devido a ser um aglomerado urbano que surgiu na periferia da cidade e que servia como residência aos trabalhadores da cidade. Outro aspecto pertinente é que esta encontra-se ligada pelos meios de transportes públicos, nomeadamente o comboio que permite à população chegar aos seus locais de trabalho rapidamente. A antiga estrada nacional 249 foi sofrendo diversas transformações ao longo dos tempos e tornou-se num itinerário complementar ou via rápida, IC 19. A sua construção foi realizada por troços, sendo em 1991 construído o troço de Queluz a Rio de Mouro que veio dar ênfase a esta transformação, permitindo uma acessibilidade

rápida menos dependente da via-férrea. Os novos arruamentos, novos equipamentos, indústrias e grandes prédios de rendimento demonstram a modificação da escala e dos processos que não tiveram, na altura certa, uma resposta urbanística proporcional (Sousa, e Mascarenhas, 2000). Este descontrolo encontra-se presente na obstrução progressiva do leito da Ribeira das Jardas, na consolidação do tecido urbano da Agualva, na ocupação intensiva no Casal do Cotão e na brutal densificação do "miolo" do aglomerado. Outro dos resultados deste historial urbano é a inexistência de soluções de tráfego e de estacionamento. A combinação destes factores fez com que o Cacém atingisse uma densidade elevada e desqualificada com um forte défice de espaço colectivo, de equipamentos e serviços, com conflitos ambientais, escassez de actividades que dêem empregabilidade e a má



Figura 18 | Antiga Estação de Agualva-Cacém, 2005
(Fonte: CEC)



Figura 19 | Antiga Estação de Agualva-Cacém, 2005
(Fonte: CEC)

qualidade de traçados.

A estação ferroviária do Cacém é um dos acessos principais, no qual tem uma carência de alternativas de acesso pedonal á envolvente urbana. O seu fluxo do peões era estabelecido por cima da própria linha até à passagem de nível, a norte, o outro acesso implicava o atravessamento da via.

Relativamente à morfologia de Agualva-Cacém, esta sofreu de diversas transformações ao longo dos anos. Nos anos 50, Agualva-Cacém era considerada um subúrbio em que o seu desenvolvimento era mais ou menos espontâneo de moradias dispersas e regulares, que assentava numa estrutura de vias não planeadas, tendo um carácter rural. Já nos anos

80, as transformações a nível de edificado alteraram-se passando a serem implementados edifícios multifamiliares, ou seja, passaram-se a construir edifícios que tinham mais fogos e que conseguissem alojar mais famílias, devido ao aumento populacional. No que diz respeito ao elemento rua destacam-se as seguintes: Rua D. Maria II, Rua de Angola e a Rua Elias Garcia. A Rua D. Maria II teve uma grande influência no desenvolvimento do tecido urbano de Agualva-Cacém, pelo facto de ter proporcionado o seu prolongamento para poente. Ainda nesta rua existia uma grande variedade de comércio desde lojas, retrosarias e cafés, mas o destaque desta era o seu ambiente bastante movimentado. A Rua de Angola era conhecida por ser a rua paralela ao eixo principal do lado poente do caminho-de-ferro (a Rua D. Maria II). Esta rua destinava-se apenas ao uso residencial, isto é, não existia qualquer tipo de comércio nesta, contudo o edificado presente era constituído por edifícios com cerca de 4 ou mais pisos.

Um dos grandes largos emblemáticos da zona era o Largo D. Maria II, devido a ter sido o principal local de passagem no Cacém, nas viagens entre Lisboa e Sintra. Este local era bastante apelativo devido à sua história porém, é importante destacar a sua centralidade já que para além da variedade do comércio existente, também é um ponto fulcral para o encontro e convívio da população.

Ainda assim é importante salientar uma das grandes problemáticas de Agualva-Cacém, a falta de espaços públicos que sirvam a comunidade, isto é, espaços que se preocupem com a sua qualidade, função, entre outros, mas principalmente melhorar a qualidade de vida da freguesia e da população.

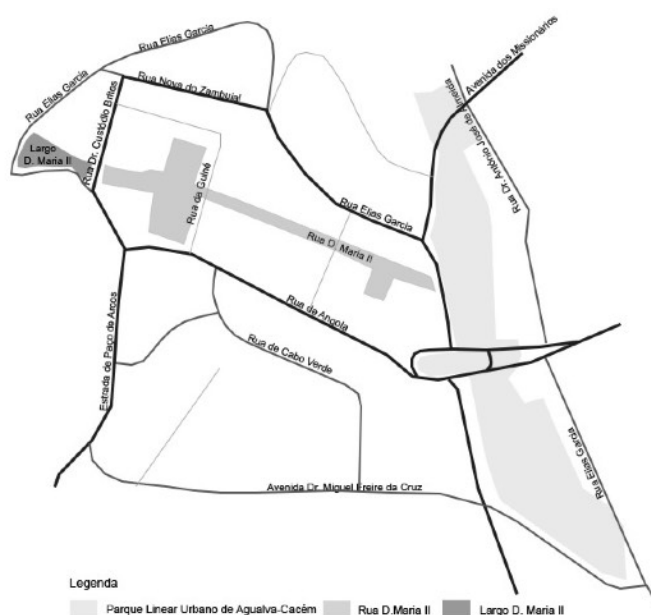


Figura 20 | Morfologia de Agualva-Cacém

(Fonte: Elaboração Da Autora)

Com isto verifica-se que existe uma carência de ruas arborizadas, praças e de espaços verdes que ajudem a caracterizar a freguesia de Agualva-Cacém.

Daí ter surgido a necessidade de estruturar urbanisticamente esta área com o intuito de assegurar o seu desenvolvimento e estabelecer objectivos a atingir com o plano: requalificar o sistema ambiental da Ribeira das Jardas; qualificação do desenho urbano; estruturação da acessibilidade; valorização dos espaços públicos; programação de infra-estruturas de suporte a área de interface rodo-ferroviário e o desenvolvimento da função da centralidade do lugar.



Figura 21 | Ocupação em Agualva e Cacém e Área Envolvente, em 1962, Escala 1:25 000

(Fonte: [Http://www.Cm-Sintra.Pt/Phocadownload/Pdf/Aru/Agualva/Pe_Aru_Agualva_5Nov2015_Final.Pdf](http://www.cm-sintra.pt/phocadownload/Pdf/Aru/Agualva/Pe_Aru_Agualva_5Nov2015_Final.Pdf))

Apenas no dia 9 de Julho de 1985 houve a aprovação por parte da Assembleia da República do Decreto-Lei 66/85 que elevava Agualva-Cacém a vila e depois em 2001 é elevada a Cidade, tendo sido desdobradas por quatro freguesias: Agualva, Cacém, Mira Sintra e São Marcos. Já em 2013 existe uma nova reorganização administrativa das freguesias, em que a cidade de Agualva-Cacém passa a ser constituída por duas freguesias, sendo essas Agualva e Cacém (Junta de Freguesia de Agualva e Mira-Sintra).

No ano de 1936 o interface do Cacém é premiado com o quarto prémio, no concurso de ajardinamento da linha de Sintra. Por último foi realizada a quadruplicação da linha de Sintra e a remodelação das estações Agualva-Cacém e Massamá-Barcarena, tendo sido concluída em 2013.

2. Análise da População de Agualva-Cacém

No séc. XVIII, como já referido anteriormente, em Agualva-Cacém, viviam 450 habitantes. Contudo, nos anos 40 do séc. XX, conforme o quadro 16, nesta cidade já viviam aproximadamente 2 651 habitantes. Ao fim de dez anos a população cresceu cerca de 57,7% correspondente a 1 529 habitantes. Nas décadas de 60, 70 e 80 o crescimento foi sempre superior a 75% tendo sido o seu apogeu na década de 80 em que se verificou um crescimento de aproximadamente 195% (32697 habitantes). Nos anos 90 o crescimento foi bastante inferior, apenas 19,7% correspondente a 9 737 habitantes.

Anos	População	Varição Absoluta	Varição Percentual
1940	2 651		
1950	4 180	1 529	57,7%
1960	7 464	3 284	78,6%
1970	16 748	9 284	124,4%
1981	49 445	32 697	195,2%
1991	59 182	9 737	19,7%
2001	81 845	22 663	38,3%
2011	79 805	-2 040	-2,5%

Quadro 16 | Evolução da População, No Séc. XX

(Fonte: Elaboração da Autora)

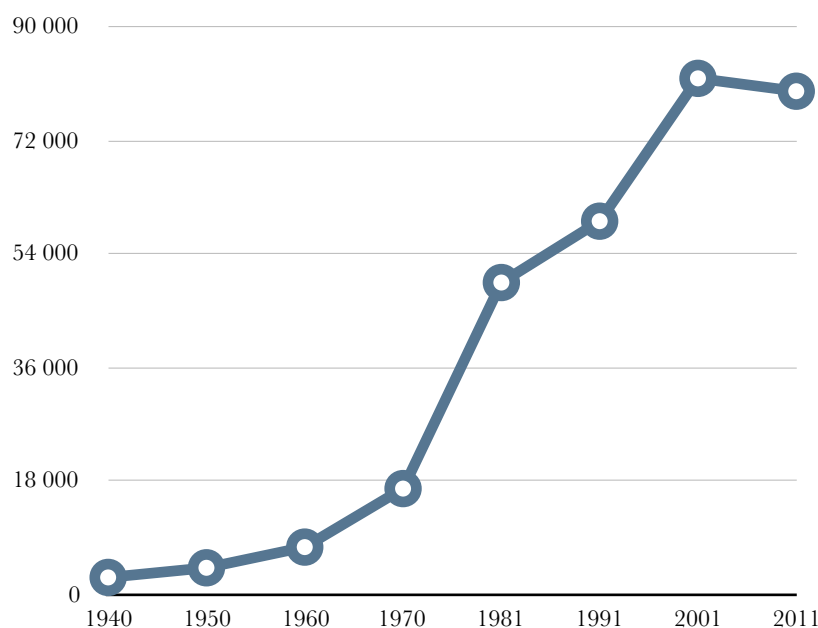


Figura 22 | Evolução da População de 1940 até 2011 (Elaboração da Autora)

No que diz respeito à cidade de Agualva-Cacém, no período de 2001 a 2011, período de implementação do Programa Polis, a população residente tinha a seguinte estrutura etária:

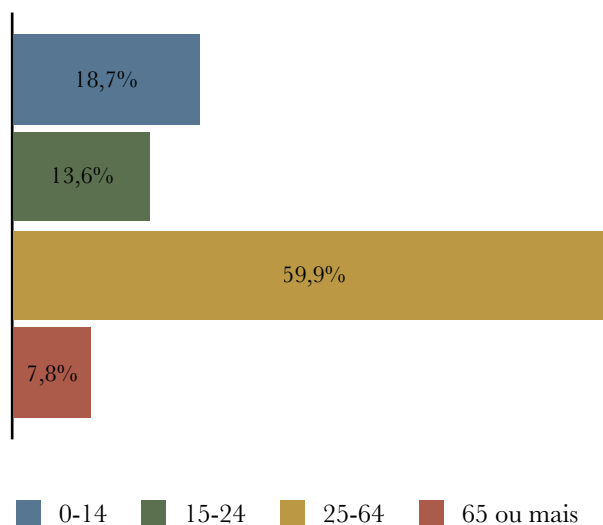


Figura 23 | Estrutura da População Agualva-Cacém em Percentagem, 2001

(Fontes: INE, Censos 2011)

No ano 2001, Agualva-Cacém passa a ter o estatuto de cidade e a população residente ascendia a 81 845 indivíduos. Ainda em 2001 é aplicada uma reorganização administrativa de freguesias, nas quais Agualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos passam a ser freguesias independentes (Lei n.º 18-C/2001 de 3 de Julho). Na figura 23 relativa à estrutura da população residente por grupos etários, anterior a reorganização administrativa, verificamos que o maior grupo etário presente era o dos adultos (25-64 anos) aproximadamente 60% (49 006) do total da população residente e que o grupo menos populoso era o dos idosos representando apenas 8% (6 406) da população residente na freguesia nesta época. Importa referir, também, que os jovens e crianças representavam, à data, também uma fatia importante, cerca de 32% da população residente, respectivamente 11 143 e 15 290.

Na última década (2001-2011) a população residente decresceu cerca de 2,5% (2 040).

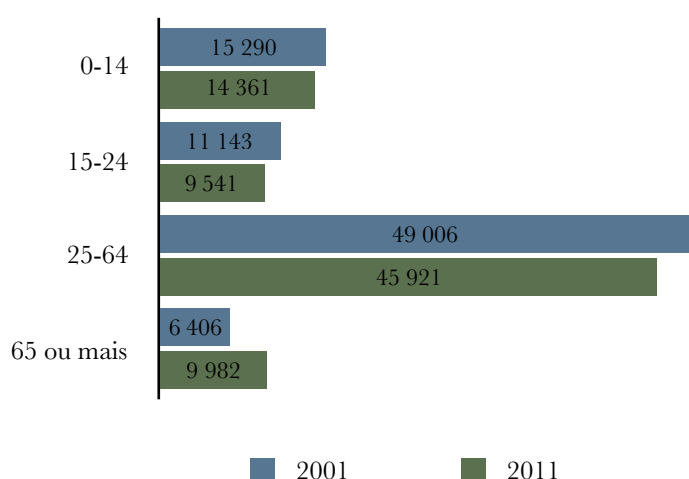


Figura 24 | Evolução Estrutura Populacional por Grupos Etários (Fonte: INE, Censos 2011)

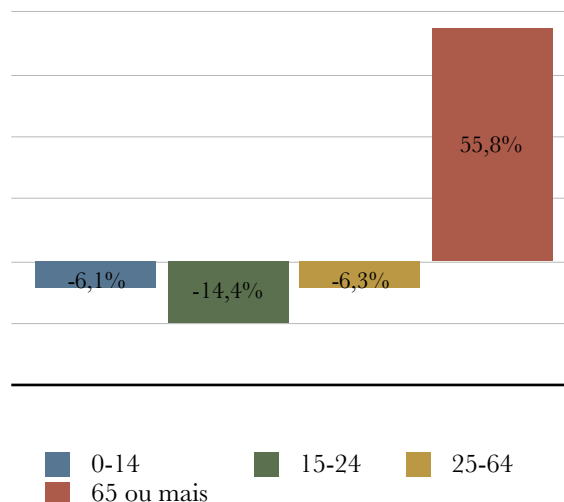


Figura 25 | Evolução Percentual da Estrutura Populacional por Grupos Etários (Fonte: INE, Censos 2011)

Como se pode observar nas figuras 24 e 25 embora tenha existido uma redução de 2,5% da população residente, no ano de 2011 face ao ano de 2001, o grupo etário dos idosos sofreu uma variação positiva de 55,8% (3 576). Realça-se que qualquer um dos outros grupos etários apresentaram variações negativas superiores ao registado pelo total da população residente. O grupo etário que registou uma maior variação percentual negativa foi o dos jovens (15-24 anos) com aproximadamente uma redução de 1 602 indivíduos. Relativamente as crianças e adultos a redução percentual foi idêntica, cerca de 6% respectivamente.

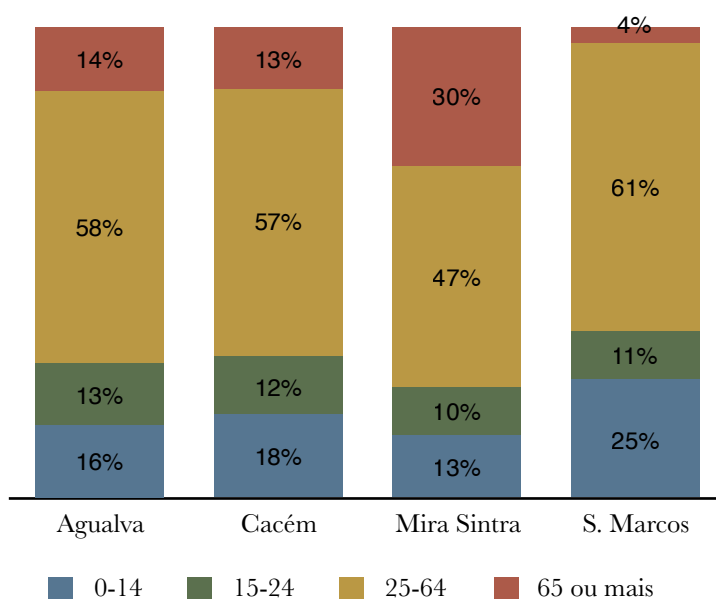


Figura 26 | Grupos Etários da Cidade de Agualva-Cacém, percentagem - 2011 (Fontes: INE, Censos 2011)

Analisando a figura 26 podemos aferir que o grupo etário mais populoso em qualquer destas freguesias é o grupo dos adultos (25-64 anos), seguindo-se o grupo etário das crianças (0-14 anos), com excepção da freguesia de Mira Sintra em que o segundo grupo mais populoso é o dos idosos (65 ou mais anos). Importa referir que a percentagem de jovens e idosos nas freguesias de Agualva e Cacém é idêntica (inferior a 14%) mas relativamente a Mira Sintra e São Marcos as realidades são diferentes, já que em Mira Sintra os indivíduos idosos (1 582) são, sensivelmente, o triplo dos jovens (531) enquanto que em S. Marcos os indivíduos jovens (1 858) são o triplo dos indivíduos idosos (671).

A freguesia mais populosa da Cidade de Agualva-Cacém é a freguesia de Agualva (35 824; 45%) e a menos populosa é a freguesia de Mira Sintra (5 280; 7%). Refere-se ainda que aproximadamente 72% da população residente encontra-se instalada nas freguesias de Agualva e Cacém.

Relativamente a alguns índices relacionados com a população, tais como:

- Dependência total, que nos permite uma percepção sobre o esforço que a sociedade exerce sobre a população activa;
- Dependência de idosos que permite uma melhor percepção da população idosa;
- Dependência de jovens que melhora a percepção da população jovens na nossa sociedade;

	Dependência Total	Dependência dos Jovens	Dependência dos idosos
2001	36,1%	25,4%	10,7%
2011	43,9%	25,9%	18,0%

Quadro 17 | Evolução dos Índices de Dependência Total, Dependência de Jovens e Dependência de Idosos (Fonte: Elaboração da Autora)

Em Agualva-Cacém, o índice de dependência total sobre a população activa agravou-se, neste decénio, aproximadamente 8 %, e que caso não exista um aumento da população activa, este indicador tenderá a agravar-se, isto é, o índice de dependência total aumentou de 36,1% em 2001 para 43,9% em 2011 (Quadro 17). O agravamento deste índice é consequência do aumento do índice de dependência de idosos que, neste período, aumentou cerca de 7,3% (10,7% em 2001 e 18% em 2011). O índice de dependência de jovens teve um comportamento semelhante, 25,4% em 2001 e cerca de 25,9% em 2011.

	2011		
	Dependência Total	Dependência dos Jovens	Dependência dos idosos
Aigualva	41,5%	22,1%	19,4%
Cacém	44,5%	25,4%	19,1%
Mira-Sintra	76,3%	23,5%	52,8%
S. Marcos	40,2%	34,8%	5,4%

Quadro 18 | Índices Dependência Total, Dependência de Jovens e Dependência de Idosos por freguesias (Fonte: Elaboração da Autora)

Analisando a quadro 18, verificou-se que as freguesias de Aigualva e Cacém mantiveram o comportamento idêntico ao acima referido, a nível dos índices de população, enquanto que Mira-Sintra e São Marcos apresentam índices mais atípicos. Mira-Sintra regista um índice de dependência total de aproximadamente 76% enquanto que as restantes freguesias pautam-se pelos 45% (aproximadamente). No que respeita à dependência dos jovens, a freguesia de São Marcos registava um índice de 34,8% enquanto que as restantes freguesias ascendiam a valores próximos dos 25%. Em contrapartida, o índice de dependência de idosos apresentava um valor mais acentuado na freguesia de Mira-Sintra (52,8%) e em São Marcos a dependência de idosos é significativamente inferior (5,4%). Os índices de população mais atípicos das freguesias de Mira-Sintra e São Marcos são consequência da estrutura etária da população, já que o segundo grupo mais populoso, em cada uma das freguesias citadas, são respectivamente idosos e crianças.

Um factor importante para a existência de mais população idosa em Mira-Sintra face às outras freguesias estudadas (Aigualva, Cacém e São Marcos) poderá ser o facto de ter sido habitada a partir de 1975 com casais jovens que actualmente pertencem ao grupo etário dos 65 ou mais anos de idade.

A freguesia de Mira Sintra é criada em 2001, com a publicação da Lei n.º 18-C/2001 de 4 de Julho. A origem da sua designação decorre devido a sua situação geográfica em função da vista panorâmica que toda a urbanização tem sobre a Serra de Sintra.

Mira Sintra é fruto de um plano urbanístico desenvolvido em 1965 pela antiga Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais/Serviços de Habitações Económicas, para a concretização do agrupamento de casas económicas de Aigualva e Cacém. Habitado a partir de 1975, este bairro sempre demonstrou um grande espírito comunitário, que acabou por reflectir na criação de diversas associações e coletividade ao abrigo do trabalho de muito moradores que marcaram a vida social, nas últimas três décadas. Nos últimos anos este bairro tem vindo a ser um

alvo de um processo de requalificação urbana, com o intuito de projectar e construir diversos equipamentos e infraestruturas de utilidade pública. Alguns dos equipamentos que se destacam são: a nova estação ferroviária Mira Sintra-Meleças, centro de dia para idosos, a requalificação do parque urbano e dos espaços verdes, a reconstrução do Moinho da Pedra, a construção da Casa da Cultura, entre outros.

3. Análise da Construção e Estado de Conservação dos Edifícios

3.1. Antes de 2001

Com o resultado desta análise pretende-se caracterizar o parque habitacional de Agualva-Cacém na vertente do ano de construção e estado de conservação dos edifícios com o propósito de analisar como foi a transformação do edificado presente na freguesia de Agualva-Cacém.

No período que antecede a implementação do Programa Polis (2001), o parque habitacional de Agualva-Cacém era constituído por 3502 edifícios, 66% (2325 edifícios) pertencentes à freguesia de Agualva e os restantes 1177 (34%) situavam-se na freguesia do Cacém.

Do total de edifícios com época de construção anterior a 2001, os construídos nas décadas de sessenta, setenta e oitenta constituíam cerca de 75% (2 624) deste parque habitacional, respectivamente 69% (1807) de Agualva e 31% (817) do Cacém.

O edificado com mais de 40 anos, isto é, anteriores a 1960, representavam 14% do parque habitacional no ano 2000, aproximadamente cerca de 64% (314) em Agualva e 36% (176) no Cacém. Contudo, no período de 1991 até 2000, a distribuição da construção dos edifícios era bastante similar entre as duas freguesias, cerca de 53% (204) em Agualva e 47% (184) no Cacém.

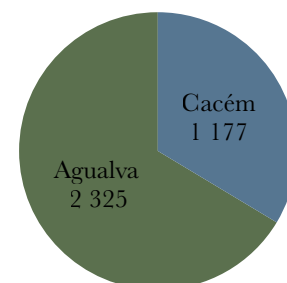


Figura 27 | Número de Edifícios nas Freguesias de Agualva e Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

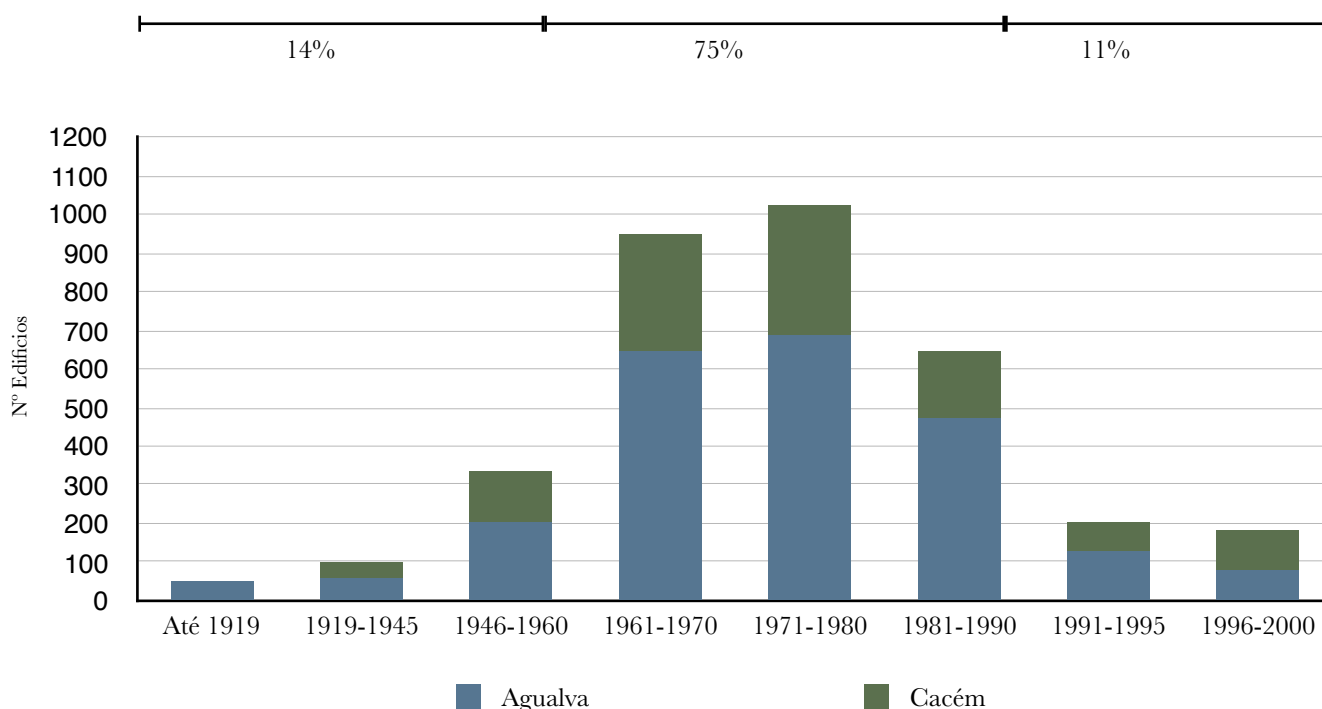


Figura 28 | Número de Edifícios, segundo a época de construção (Fonte: INE, Censos 2011)

O parque habitacional de Agualva-Cacém, anterior a 2001, isto é, no período de 1919 até 2000, apresentava uma distribuição homogénea na altura do edificado, visto que o edificado até três pisos de altura correspondia a 47% (1651) e os restantes edifícios com mais de quatro pisos de altura, 53% (1851).

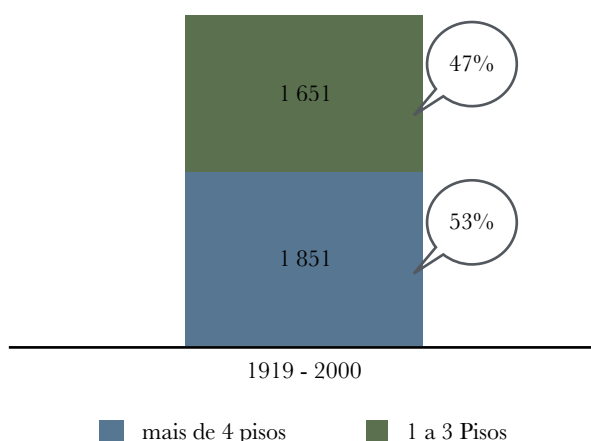


Figura 29 | Construção de Edifícios, segundo o nº de Pisos (Fonte: INE, Censos 2011)

Verificou-se ainda, que nos edifícios mais antigos (com mais de 40 anos) predominavam edifícios de baixa altura, isto é, edifícios inferiores a três pisos representavam 84% (413) do edificado existente (490). Da década de 60 até ao ano 2000 o edificado de baixa altura deixa de ser predominante. Por outro lado, o edificado com mais de quatro pisos, no período de 1960 a 1990, ascende a 56% (1473) dos quais 37% representam o edificado com quatro e cinco pisos. Nos anos 90, o edificado com maior expressão consistia nos edifícios com mais de seis pisos (56%; 218).

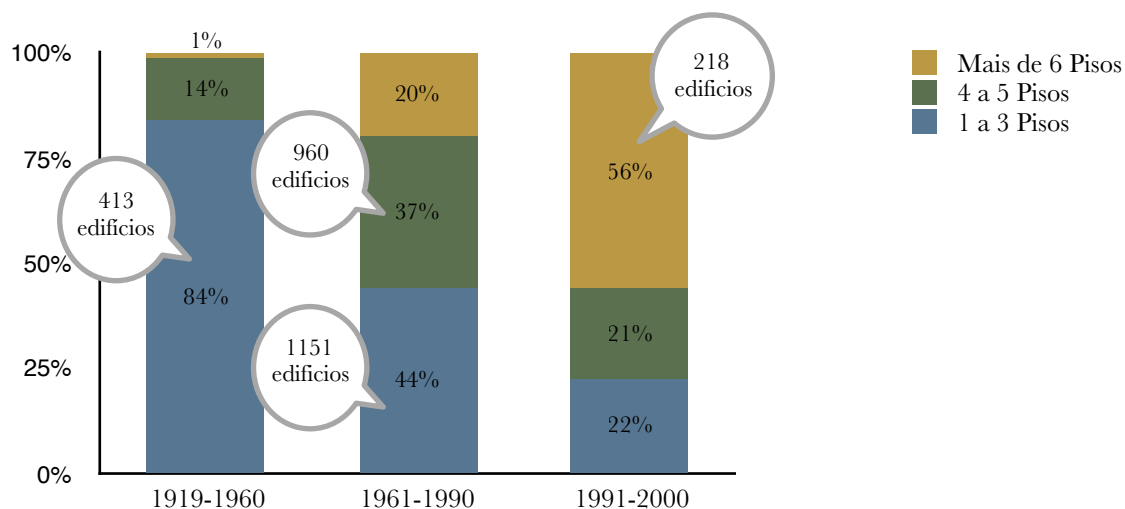


Figura 30 | Construção de Edifícios, por décadas, consoante o nº de pisos, percentagem (Fonte: INE, Censos 2011)

Importa referir que o edificado na freguesia do Cacém, no período de 60 a 90, apresenta um maior valor percentual de edifícios em altura comparativamente à freguesia de Agualva, respectivamente 63% (518) e 53% (955). Nos anos 90 o crescimento do edificado em altura é notório já que o edificado com mais de 4 pisos na freguesia do Cacém ascende a 83% (153) e na freguesia de Agualva, este edificado representa 72% (148).

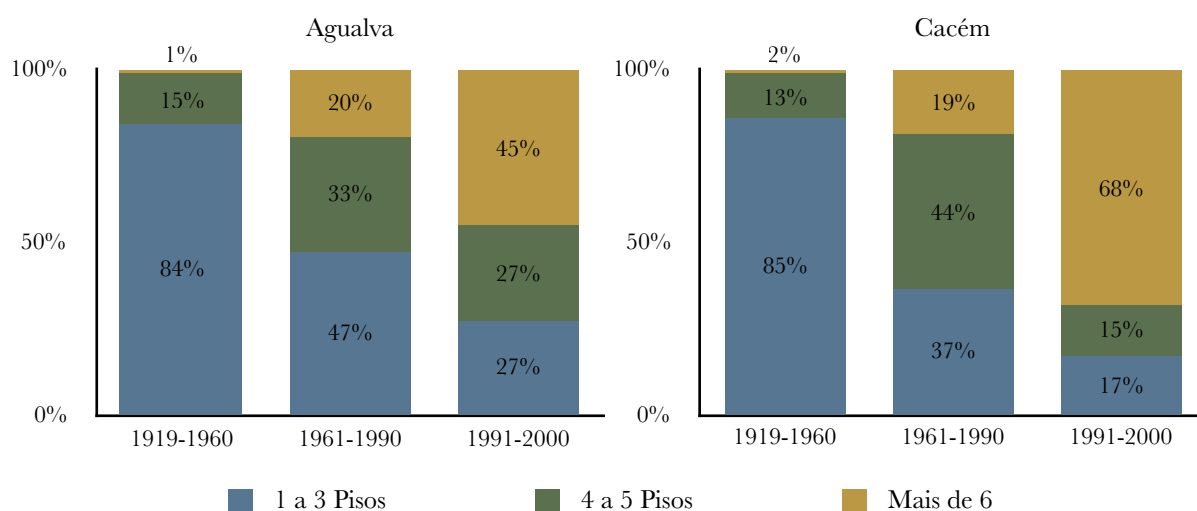


Figura 31 | Construção de Edifícios por décadas consoante o número de pisos nas freguesias de Agualva e Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

Em relação ao estado de conservação dos edifícios, em Agualva-Cacém, no período de 1919 a 2000, verificou-se que 58% do edificado presente (3502 edifícios) não carência de reparação e apenas 2% destes se encontravam no estado degradado.

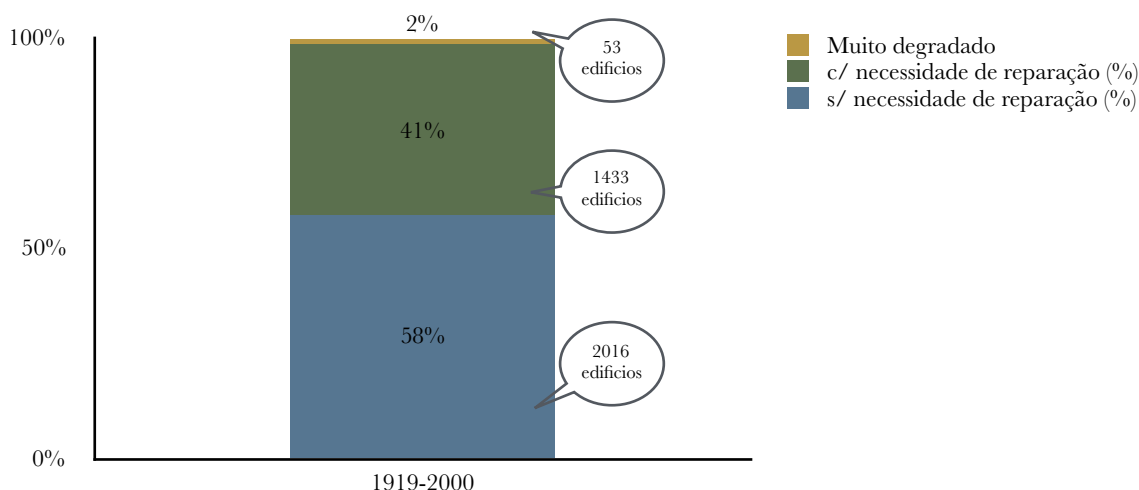


Figura 32 | Estado de Conservação dos Edifícios, anteriores ao ano de 2000 em Agualva-Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

Detalhando o estado de conservação dos edificado, em Agualva-Cacém, por época de construção, verificou-se que a percentagem de edificado com necessidade de reparação foi

diminuindo ao longo das décadas, visto que os edifícios construídos antes de 1919 representavam 57% e que em 1995 este valor baixa para 18%. No entanto, no período de 1995 até 2000, houve um ligeiro crescimento de 7%. A proporção dos edifícios em estado de degradação também veio a decrescer de 20% , em 1919, até 0,5% em 1995.

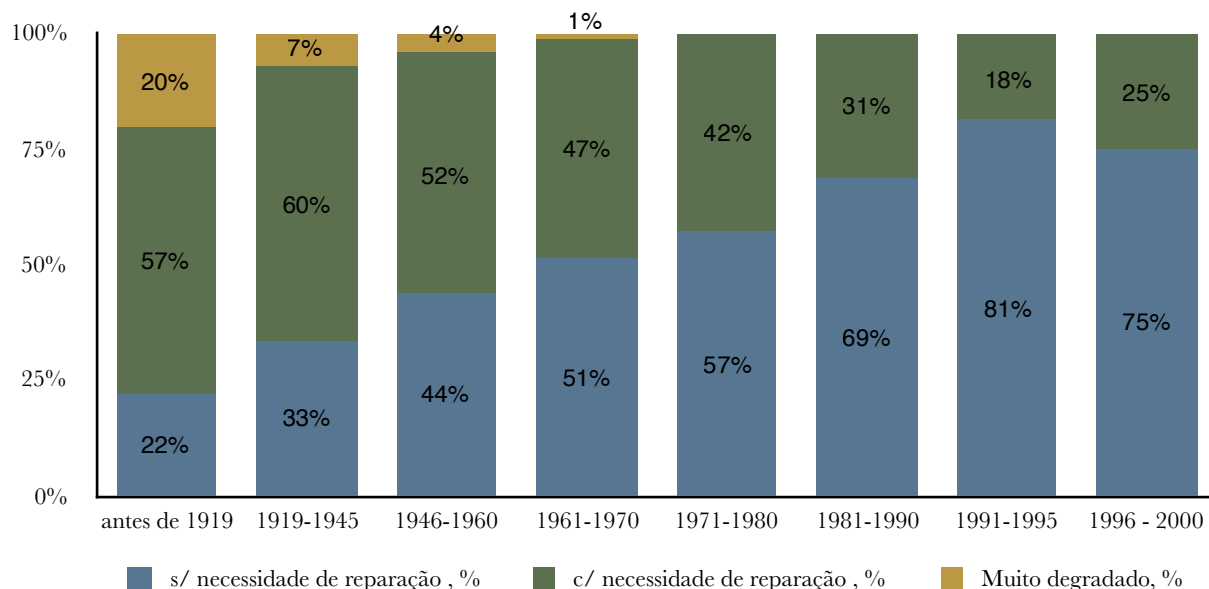


Figura 33 | Estado de Conservação dos edifícios, por década de construção, % em Agualva-Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

Relativamente ao estado de conservação do edificado, no período de 1919 a 2000, a freguesia do Cacém apresentava edificado com menores necessidades de reparação, já que a percentagem de edifícios com carências (45%), na freguesia de Agualva, era superior ao edificado do Cacém nas mesmas condições (33%). No que diz respeito ao edificado degradado a percentagem nas duas freguesias é similar, 2%.

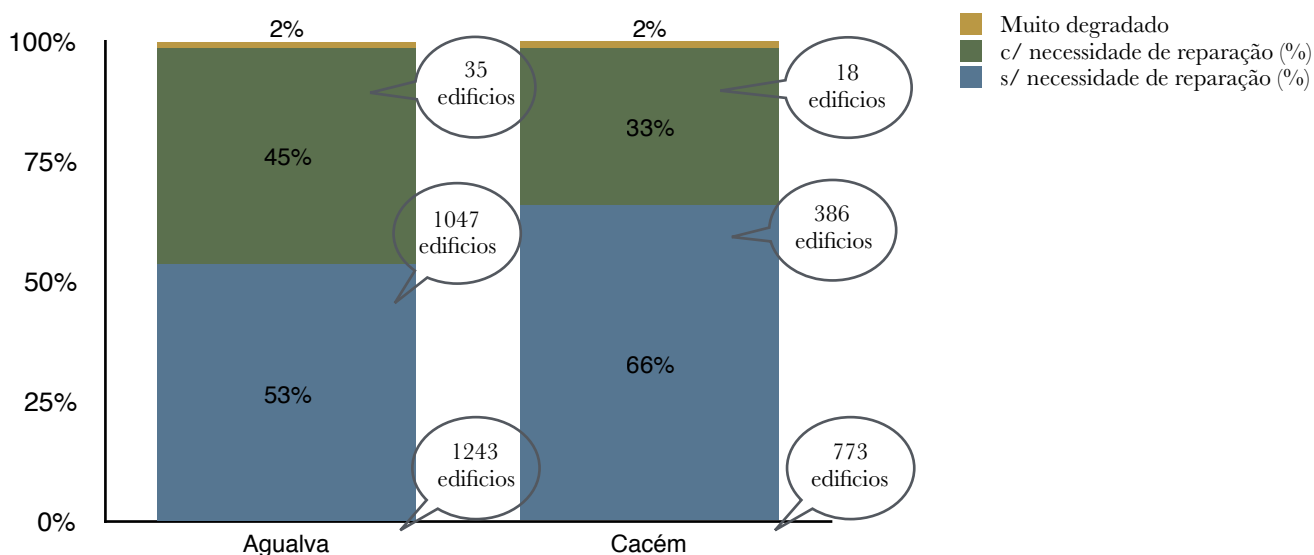


Figura 34 | Estado de Conservação dos edifícios, % na freguesia de Agualva e na Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

3.2.De 2001 a 2011

No período de implementação do Program Polis do Cacém, foram construídos em Agualva-Cacém 124 edifícios, correspondendo 68% (84) a Agualva e 32%(40) ao Cacém. Neste mesmo período, a predominância urbanística foram os edifícios com seis pisos ou mais, correspondente a 48% (59) do edificado construído, dos quais 32% (39) representavam o edificado com seis pisos de altura. Por outro lado o edificado de baixa altura (1 a 3 pisos) ascendia a 28% (35) do edificado, 19 edifícios tinham 2 pisos de altura. O edificado com altura entre quatro e cinco pisos correspondia a 24%.

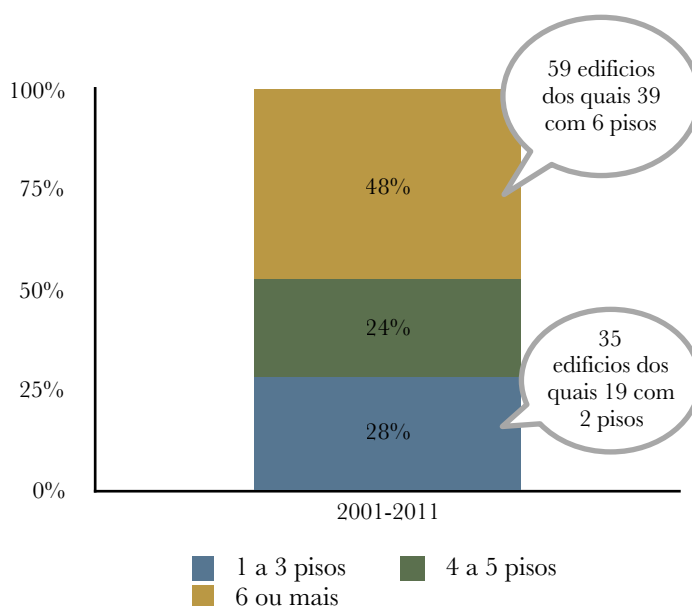


Figura 35 | Parque Habitacional de 2001 A 2011, Segundo o nº de pisos em Agualva-Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

No que diz respeito ao estado de conservação, cerca de 90% (112) do edificado da freguesia de Agualva-Cacém não precisava de qualquer tipo de reparação embora cerca de 10% (12) do edificado presente, necessitava de reparações. É importante mencionar que neste período não existiam edifícios degradados.

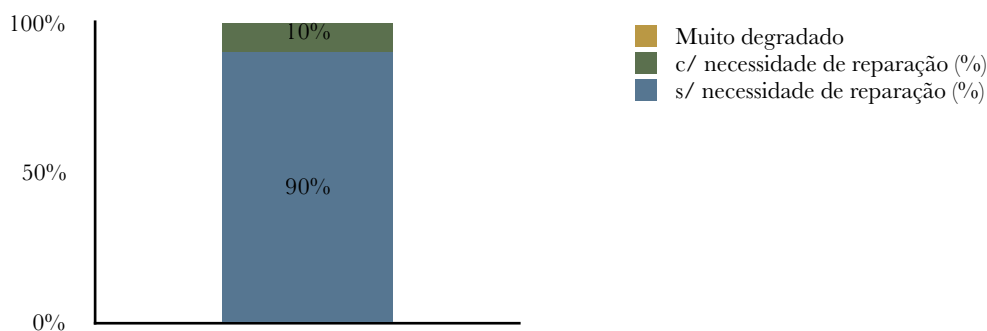


Figura 36 | Estado de Conservação dos Edifícios, no período de 2001 a 2011, em Agualva-Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

A predominância urbanística do edificado em Agualva, no período de 2001-2005, é o inverso do verificado no período 2006-2011, isto é, nos anos de 2001 a 2005 predominavam edifícios de seis ou mais pisos enquanto que no período de 2006-2011, privilegiou-se o edificado de baixa altura (1 a 3 pisos), conforme a figura 36.

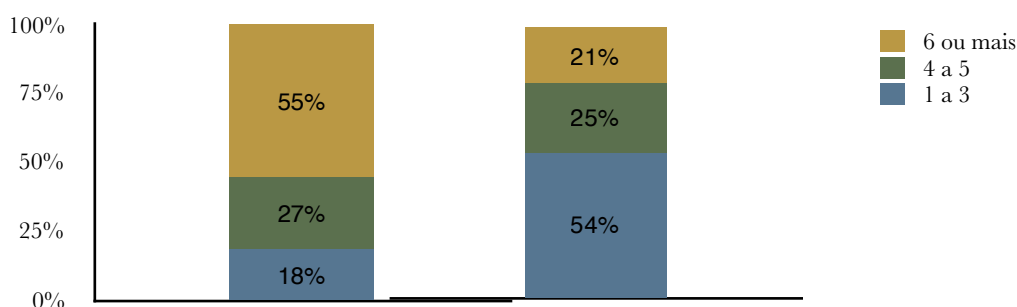


Figura 37 | Parque Habitacional de 2001 a 2011, segundo o nº de pisos em Agualva(Fonte: INE, Censos 2011)

O edificado no Cacém no período de 2001-2005 apresenta uma distribuição homogénea na altura do edificado comparativamente ao período 2006-2011, isto é, a predominância urbanística assentou no edificado com seis ou mais pisos. Importante realçar que neste período não houve construção de edifícios com apenas um piso. Em 2006-2011 também não houve construção de edifícios com três e cinco pisos.

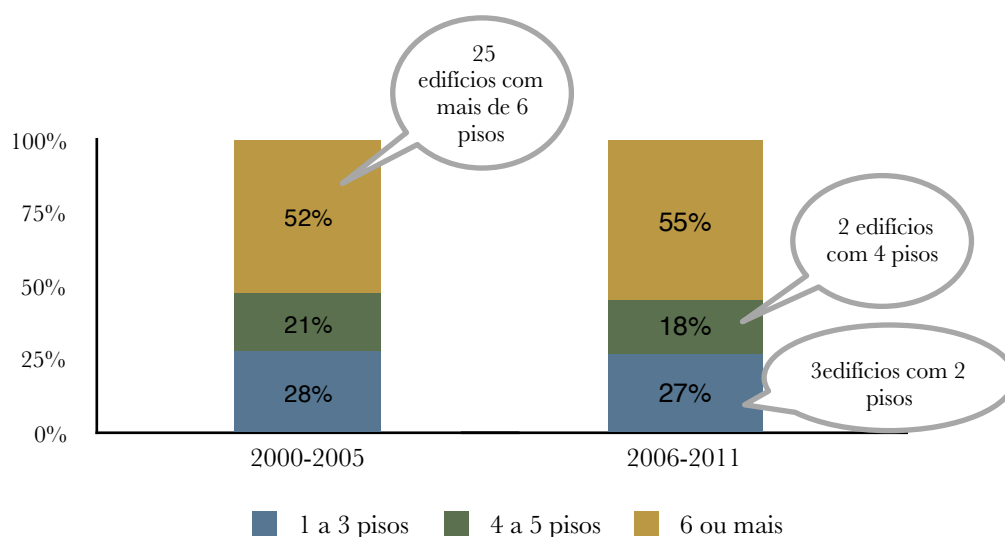


Figura 38 | Parque Habitacional de 2001 a 2011, segundo o nº de pisos no Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

De acordo com o quadro 19 no período de 2001 e 2005, é importante salientar que em Agualva existia um maior número de edificado que necessitava de reparação, cerca de 12 % correspondente a 7 edifícios, do que no Cacém, cerca de 7%, isto é, 2 edifícios. Contudo, os sete

edifícios com necessidade de reparação, 2001-2005, passaram a apenas três edifícios em 2006-2011, verificando-se assim um decréscimo no edificado com necessidades de reparação.

Importa realçar que na freguesia do Cacém, no período de 2006-2011, não houve qualquer tipo de necessidade de reparações no edificado, já que os 11 edifícios existentes tinham todas as condições necessárias para serem habitados.

Anos	Aqualva		Cacém	
	2001-2005	2006-2011	2001-2005	2006-2011
s/ necessidade de reparação	53	21	27	11
c/ necessidade de reparação	7	3	2	0
Muito degradado	0	0	0	0
s/necessidade de reparação	88%	88%	93%	100%
c/ necessidade de reparação	12%	13%	7%	0%
Muito degradado	0%	0%	0%	0%

Quadro 19 | Estado de Conservação dos edifícios, por anos de construção nas freguesias de Aqualva e Cacém (Fonte: INE, Censos 2011)

4. Justificação para a Integração do Programa Polis do Cacém

Nos finais do ano 1998 a Câmara Municipal de Sintra, propôs-se a elaboração do Plano de Pormenor para a Área Central do Cacém. A elaboração deste plano parte de um documento aprovado pela Câmara Municipal de Sintra que referência os objectivos que este estudo deve prosseguir, sublinhando as dificuldades presentes na zona, "caracterizada por uma alteração das tipologias de ocupação não apoiada em instrumentos urbanísticos, do que resulta a desqualificação e o estado de carência que justifica a intervenção".

A área de intervenção abrange cerca de 30 hectares, onde se inserem maioritariamente zonas habitacionais, onde foram abertas ruas, meramente para viabilizar as construções, sem qualquer contribuição para a estrutura e para a qualificação dos espaços colectivos. Nas ruas já existentes foram construídos edifícios relacionados com a divisão de propriedade e dos interesses existentes, ainda assim não havia intenção de refazer alinhamentos, ordenar o espaço público ou criar respirações no tecido urbano.

Tanto na área do Cacém como Agualva não existia uma tentativa de articular estes aglomerados, por isso os únicos elementos que criavam um núcleo urbano eram a via-férrea e a ribeira.

A integração do Plano de Pormenor no Programa Polis trouxe um nova aspiração ao projecto, anunciando três pressupostos essenciais para a elaboração de um projecto urbano naquele contexto. Sendo os três pressupostos os seguintes: afectação dos meios financeiros que permitiriam custear as operações de transformação necessárias; a constituição de uma estrutura de gestão específica deste projecto, que iria articular os objectivos e soluções de ordenamento com projectos e obras de acordo com o financiamento disponível e o enquadramento político-legal que fomentou a análise conjunta e projectos, tais como: projecto IC 19, projecto hidráulico da ribeira e o projecto ferroviário.

Um recurso importante foi a abertura da sede da CacémPolis no local, o que proporcionou uma melhor gestão de articulação entre a população e o processo. As questões sobre o realojamento habitacional, estacionamento de residentes e do comércio, geraram uma tensão continuada que apenas teve resolução através deste "oficina" local.

O processo de transformação foi sendo acompanhado desde o seu início, ou seja, desde as suas soluções, revisões de projecto, planeamento da execução e por fim o próprio plano de pormenor. Estas alterações resultaram pela discussão pública do plano, de mudanças políticas no governo municipal, do processo de realojamento e na dificuldade de captar investidores privados para financiar alguns projectos.

Segundo a revista Aqua-Alba, a apresentação do Programa Polis foi realizada na Avenida do Bons Amigos, tendo sido colocado um relógio “countdown”. Após esta abordagem percorreu-se a zona de intervenção passando pela rua emblemática, Rua Elias Garcia, e pela Ribeira das Jardas.

Para a elaboração do Programa Polis do Cacém foi escolhido o arquitecto Manuel Salgado, devido a este ter sido responsável pelo traçado da Expo 98’ e por este ter tido um grande impacte positivo. A presidente da Câmara Municipal de Sintra, Edite Estrela, afirmou

que “ Queremos a Expo 98’ no Cacém. Não aquilo que ela teve de transitório, mas no que ela ainda hoje mantém, ou seja, um novo bairro de qualidade. De qualidade urbana e de qualidade humana” (Aqualva - Boletim da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, nº10 - 2000). Surgiram como ideias principais criar um corredor verde contínuo, edificado regenerador, uma nova centralizado na baixa do Cacém, um novo mercado e algumas restrições rodoviárias, destacando a vivência do peão.

Dado que uma das problemáticas do concelho de Sintra é a acessibilidade, esta intervenção no Cacém pretendeu melhorar as condições da acessibilidade e também as suas condições ambientais.

“ O que distingue o Cacém das outras cidades com este programa é o talento que será necessário a esta intervenção arquitectónica, porque os problemas são complexos, decisivos e urgentes.”

(Aqualva - Boletim da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, nº10 - 2000: 10)

Este projecto destaca-se pelo simples facto de ser o único projecto que se localiza na periferia urbana, todos os outros projectos situam-se nos centros urbanos das cidades portuguesas. Assim, o Programa Polis do Cacém é a décima terceira intervenção com uma área de aproximadamente 30 hectares.

Pretende-se que até dia 15 de Maio de 2006 estejam concluídas todas as obras apoiadas pelo Programa Polis, como: a requalificação da Ribeira das Jardas, a beneficiação e extensão do parque urbano, a reestruturação da rede viária, a beneficiação dos espaços públicos e centro de interpretação e monitorização ambiental. Para além do Programa Polis, esta freguesia irá receber outros projectos e obras. Contudo estes projectos estarão relacionados com o Programa Polis, como:



Figura 39| Relógio “Countdown”

(Fonte: [Http://Nunoguronsan.Blogspot.Pt/2006/09/Minha-Cidade-Um-Estaleiro.Html](http://Nunoguronsan.Blogspot.Pt/2006/09/Minha-Cidade-Um-Estaleiro.Html), Acedido a 17 de Janeiro)

a nova estação ferroviária e interface rodo ferroviária, a promover pela REFER e a constituição de novos acessos ao IC 19, alargamento de vias e o viaduto, a promover pelo Instituto de Estradas de Portugal.

“ Espera-se que a área verde disponível passe de 21 175m² para 150 370m² e que a extensão da ciclovia seja de 1 500 metros, que a extensão fruível da Ribeira das Jardas fique com 1 800 metros e que a área final pedonalizada e com o trânsito cortado seja de 15 000metros, para além de um estacionamento subterrâneo de 980 lugares” (Aqualva - Boletim da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, 2000: 11)

5. Apresentação do Programa Polis do Cacém

O Programa Polis surge de modo a promover a qualidade de vida urbana, o ambiente nas cidades e a importância do sistema urbano nas dinâmicas territoriais, económicas e sociais (Simões, 2002). Este programa espelha a importância que o planeamento estratégico urbano e a valorização do papel tem nas cidades de média dimensão assumem na organização do sistema urbano e nas políticas de desenvolvimento. Cerca de 28 cidades foram abrangidas pelo programa no sentido de reforçar a identidade das próprias, a sua competitividade, resolver os problemas ambientais e fortalecer e clarificar o seu papel no sistema urbano nacional (Queiroz e Vale, 2005). Este Programa não irá resolver todas as questões que se colocam na estruturação do sistema urbano nacional, contudo todas as intervenções irão contribuir para a requalificação e valorização de áreas urbanas e ambientais nas nossas cidades.

Agualva-Cacém foi um dos centros urbanos escolhidos pela Comissão Coordenadora, por ser uma das zonas degradada e desqualificada em termos ambientais e urbanísticos, no concelho de Sintra. Ao longo dos últimos quarenta anos, Agualva-Cacém sofreu uma enorme pressão urbanística, devido ao crescimento do concelho de Sintra, o que originou a sua descaracterização. Os próprios residentes sentem as dificuldades de viver num centro urbano sem espaços verdes, onde os edifícios cresceram sem ordem e onde o trânsito é confuso.



Figura 40 | Agualva-Cacém Anterior ao Programa Polis

(Fonte: [Http://Www.Risco.Org/Pt/02_04_Cacem.Jsp#](http://Www.Risco.Org/Pt/02_04_Cacem.Jsp#))

O Programa Polis do Cacém iria ter diversas alterações com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população, este mesmo contém um orçamento de cerca cento e sessenta milhões de contos, com um prazo de quatro anos. Estas mesmas alterações seriam bastante significativas como: as demolições, a movimentação de terras, a construção de novas infra-estruturas que ajudassem a libertar zonas para serem produzidas novas vias e espaços públicos.

Um dos aspectos fulcrais no Programa Polis consiste na criação de novas centralizadas em Agualva-Cacém, o que permitirá uma melhor organização com os vários tipos de transportes. Através da implementação de uma nova rotunda irá facilitar na hierarquia das ruas, permitindo uma maior fluidez no trânsito. Também a nova Rua do Zambujal irá permitir um melhor escoamento do trânsito, para além da sua contribuição na valorização da qualidade urbana. Este mesmo procedimento irá ser elaborado, nas seguintes ruas: Rua Doutor Miguel Cruz e na Rua de Cabo Verde. Esta configuração de novas vias é vista como uma estratégia de desvio de tráfego e na ligação entre as centralidades de Agualva e Cacém.

O desenvolvimento deste projecto passa por melhorar a mobilidade e acessibilidade, a valorização dos espaços públicos, o crescimento urbano organizado com novas regras referentes ao imobiliário e por fim a revitalização da vida comunitária. Os benefícios do Programa Polis reflectem-se também nas novas instalações do Jardim de infância. Este mesmo equipamento adequa-se às necessidades das crianças e com características ecológicas, de ventilação e de iluminação efectuadas de forma natural. Este projecto pretende resgatar o espaço público e devolver à comunidade zonas de encontro espaços de convívio.

Relativamente ao orçamento cerca de cento e sessenta milhões de contos serão suportados em parte pela autarquia e a outra parte por fundos comunitários, para além do investimento privado.

O Impacte do Programa Polis ○ A (re) criação do Espaço Público Urbano

FA ULISBOA • Mestrado Integrado de Arquitetura na área de especialização em Urbanismo • Joana Filipa Correia de Sousa • Lisboa, 2017

Anos	Nível Europeu	Nível Nacional	Nível Municipal	Nível de Freguesia	Legislação
1887		Criação de Ligação Ferroviária Sintra-Lisboa			Decreto - Lei n.º 238/88, 5 de Julho
1953				Junção das freguesias Aqualva e Cacém	Decreto- Lei n.º 39 210, 15 de Maio
1957		Inauguração da electrificação da linha			
1985				A freguesia de Aqualva-Cacém passou ao estatuto de Vila	Lei n.º 66/85, 25 de Setembro
1986	Entrada de Portugal na CEE				
1989	QCA I				
1993					
1994					Decreto-Lei n.º 380/99, 22 de Setembro
1998			Proposta de Elaboração do Plano de Pormenor - Área Central do Cacém		Decreto - Lei n.º 314/2000, 2 de Dezembro Ratificado pela RCM N.º 44/2003, de 26 de Março
1999		Elaboração do Programa Polis	Regime jurídico da urbanização e edificação do Plano		Decreto - Lei 555/99, 16 de Dezembro Despacho n.º 47/A/MAOT/99, 18 de Novembro
2000		Medidas preventivas que salvaguardam as execuções das intervenções do Programa Polis	Delimitação das zonas sensíveis e Mistas do Plano		Decreto - Lei 292/2000, 2 de Novembro Decreto-Lei 119/2000 de 4 Julho
2001		Delimitação das diferentes áreas de intervenção do Programa "pilos	Início de construção do Programa Polis	Cacém passa a ser Cidade Reorganização administrativa de freguesias - Aqualva, Cacém, São Marcos e Mira-Sintra	Decreto - Lei n.º 11/82, 2 de Junho - Artigo.º 13 Lei n.º 18-C/2001 de 3 de Julho Decreto-Lei n.º 318/2001
2002			Alteração das medidas preventivas com vista a salvaguardar as execuções das intervenções previstas pelo Programa Polis		
	QCA III			Sociedade CacémPolis, Sociedade para o desenvolvimento do Programa Polis do Cacém	Decreto-Lei 43/2001 de 9 Dezembro
2004				Declaração da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da área central do Cacém	Decreto - Lei n.º 6/2004, 26 de Março
				Ratificação da delimitação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da área central do Cacém	Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2003
2008			Alteração ao Plano de Pormenor da Área Central do Cacém	Início da Construção da na Estação de Aqualva-Cacém e do Túnel de Aqualva-Cacém	Aviso n.º 28601/2008
2011				Conclusão do Programa Polis	
2012				Rectificação da Reorganização administrativa de freguesias	Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro
2013				Rectificação da Reorganização administrativa de freguesias Cacém e São Marcos Aqualva e Mira-Sintra	Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias

Quadro 20 | Cronologia Do Território E Legislação (Fonte: Autora, 2016)

5.1. Implementação do Programa Polis

Até Maio de 2006, o Polis pretende revolucionar a cidade de Agualva-Cacém. Neste caso a linhas essenciais para esta intervenção, baseiam-se em requalificar a centralidade urbana, valorizando a linha de água como elemento estruturante da cidade e a criação de novas acessibilidades.

Antigamente, o Largo da República e a Escola Ferreira Dias era designado por Rossio, mantendo o traçado pitoresco dos arruamentos e um conjunto edifícios com grande interesse para a identidade local. Outros aspectos que seriam importante preservar eram as típicas mercearias, lojas familiares, barbearias, as pequenas hortas nos logradouros. Apesar do reconhecimento do conjunto e da classificação no Plano Director Municipal, o Polis Cacém propõe a demolição de quase todos os edifícios da Rua Dr. António José de Almeida e a Rua Sacadora Cabral. A justificação para esta proposta radical pretende aumentar a fluidez do tráfego que atravessa o bairro. Contudo, o próprio plano aproveita para propor a substituição dos antigos edifícios por novos blocos de habitação, e assim construir 38 fogos. O alargamento deste eixo rodoviário contraria a lógica da requalificação de um núcleo histórico, uma vez que irá comprometer as características deste bairro tradicional.

O Polis prevê no Largo Central a demolição de todos os edifícios, incluindo o Palácio e o seu respectivo jardim e a perda da escala humana, com a construção de uma grande centro comercial e de um conjunto de torres junto a estação. A nível da acessibilidade prevê o aumento da pressão rodoviária e da poluição no centro da cidade, através da criação de vias de atravessamento e também a localização de uma rotunda sobre a Ribeira, desrespeitando o elemento natural e ocupando uma parte da área do futuro Parque Ribeirinho.

Na zona ribeirinha entre a estação ferroviária e a ribeira, destaca-se negativamente na paisagem urbana, a torre de habitação da Praceta João de Deus. Segundo a proposta, estas torres de habitação seriam para ser demolidas, mas devido aos altos custo da indemnização acabam por não ser demolidos. Para além do risco da existência destes edifícios numa zona inundável, condiciona fortemente o futuro do Parque Ribeirinho.

Um dos objectivos anunciados pelo Polis é melhorar a qualidade ambiental do centro da cidade. Segundo a programação da construção das vias de circulares nascente e ponte a Agualva-Cacém, permitido o acesso ao IC19 e o futuro IC16 feito por fora da cidade, esperava-se que o Programa Polis propusesse um conjunto de medidas com o intuito de “libertar” o tráfego automóvel de atravessamento e devolver a cidade aos peões. A proposta rodoviária do Polis reforça o acesso ao IC19 através do centro da cidade, criando um nó rodoviário a escassos metros do nó já existente no Alto da Bela Vista. Uma intervenção sustentável no sistema rodoviário do Cacém implica uma

coordenação de um conjunto de ações, dentro e fora da área do Polis, apoiadas num estudo à escala da cidade. Devido à falta de uma visão do Município para a cidade, prevaleceu uma solução rodoviária à medida do plano de pormenor.

“ a Baixa de Agualva-Cacém exige uma intervenção humana, participada, em diálogo permanente com aqueles que lá vivem ou trabalham ou que simplesmente, ali se habituaram a tomar café. (...)

Todos querem ver a revolução dos acessos , a nova estação, o novo eléctrico rápido, os espaços reservados a jardins. Querem tudo isto, desde que o façamos com respeito pelo passado e pelo presente da Baixa do Cacém” (Olho Vivo: 16)

Apesar das fortes implicações sociais do Polis Cacém, envolvendo diversas demolições e o realojamento de pessoas, a participação dos cidadãos ficou-se pelas intenções. O Plano de Pormenor da Área Central do Cacém foi desenvolvido sem auscultação prévia da população, e a prometida Comissão Local de Acompanhamento (associação locais e outras entidades representativas), que deveria ter acompanhado todas as fases do Plano, apenas foi concebida pela Sociedade Gestora do Polis em Abril de 2001, na fase final de aprovação do Plano.

Em Setembro o vice-presidente e representante da câmara Cacém-Polis, Marco Almeida, reconheceu que o Programa Polis deveria existir, mas era necessário que fosse revisto (Jornal Sintra Digital,2001). Após, a sua reanálise financeira, o plano foi aprovado em Outubro, sem qualquer alteração prevista.

A implementação do Programa Polis na área do Cacém surge como um exemplo de requalificação da área central do Cacém , tendo sido projectado e construído entre 1998 e 2011, sob a responsabilidade do arquitecto Manuel Salgado (Jornal Sintra Digital,2001). O caso do Cacém foi uma das primeiras cidades a beneficiar do Programa Polis, o plano de pormenor da área central do Cacém reveste-se de uma natureza e de uma especificidade que o tornam num caso exemplar.

Os primeiros estudos propostos surgem nos finais dos anos 90 em que pretendia estabelecer princípios de atuação destacando a requalificação aprofundada da área central do Cacém. No estudo base de 1999, são definidas as ideias principais e a matriz base que guiará o plano de pormenor, realizado ao abrigo do Programa Polis, o que permitiu acelerar e tornar mais consistente, abrangente e ambiciosa a estratégia de intervenção delineada nos estudos anteriores.

A ideia central do plano centra-se na articulação a partir do espaço público de cinco micro-centralidades que serão reabilitadas, tendo como intenção uma ligação qualificadora entre sectores urbanos, através desta ideia é permitido definir uma matriz refundadora dos sistema de espaços públicos criando uma nova realidade urbana de Agualva-Cacém.

Esta ideia é reforçada pela recuperação da Ribeira das Jardas transformada num canal verde (Parque linear), que estabelece a ligação da cidade no sentido norte, que se cruza com outro eixo essencial, a Rua D. Maria II.

A matriz presente traduz-se de uma forma bastante directa e coerente, na hierarquia que o próprio sistema viário recuperado propõe, ou seja, distinguindo as vias de ligação, vias locais e as vias principais.

Através desta estratégia de recomposição urbana proposta pelo Plano de Pormenor e assegurada pelo projecto de espaço público, a rua é vista como um elemento estruturado e articulador de toda a intervenção. Estabelecendo a continuidade e resolvendo as rupturas e impasses, a rua surge como o elemento transformador e ordenado essencial para o tecido urbano pré-existente, com grande responsabilidade em restituir a hierarquia, legibilidade, significado e identidade à área de intervenção.

Com este procedimento metodológico, é possível definir os elementos caracterizadores do espaço público, desde a arborização, a (re)definição do perfil das ruas requalificadas ou propostas, a pavimentação, o que pode permitir introduzir uma nova ordem espacial, fundamental na reestruturação do conjunto urbano e dos sistemas de espaços abertos. Com este objectivo definiu-se um conjunto de regras, que se subdividem-se em três categorias fundamentais de ruas, pré-definidas no Plano de Pormenor. Os princípios orientadores presentes não são entendidos apenas pela sua dimensão funcional, utilizam-se como um modo de expressar uma ordem formal, capaz de organizar espaços, estabelecer uma continuidade, dar uma identidade ao próprio local e também uma identidade e escala ao espaço urbano. Por vezes a intervenção nos espaços públicos assume um carácter quase anónimo, preocupando-se com a fluidez e a capacidade articulada ao sistema de espaço público, face às inúmeras situações de descontinuidade ou o próprio impasse nos percursos viários e pedonais. Assim surgem as ligações pedonais alternativas (rampas, escadas, alargamentos ou praceias) que proporcionam um conforto e uma adequação à escala humana e também contém uma capacidade de articulação entre os espaços públicos. Algumas destas situações são usadas para permitir atravessamentos de miolos de quarteirão, criando pontos de concentração de atividades ou



Figura 41 | Objectivo Estratégico Do Plano (Fonte: [Http://Menosemais.Com/Portfolio/Polis-Cacem/](http://Menosemais.Com/Portfolio/Polis-Cacem/), Acedido A 20 De Abril)

excepções que acabam por servir como referências no sistema de espaço público requalificado.

Tal como referido anteriormente, a intervenção sistemática sobre a rua salienta a sua vocação de componente de exceção e articulação no sistema de espaço público, no qual assegura as ligações de qualidade entre as cinco micro-centralidades.

A proposta de intervenção contida no Plano de pormenor contemplava a recuperação deste espaço residual num espaço urbano central. Não se tratava apenas de criar um ponto de referência permeável e acessível a partir de um percurso pedonal contínuo, mas também de um espaço articulador e criador de continuidade ao longo e entre as duas margens da Ribeira das Jardas, criando várias condições que permitissem a aproximação e a articulação entre os núcleos de Aqualva e Cacém.

É importante salientar que este projecto veio dar um novo rumo a freguesia, trazendo grandes benefícios no que diz respeito às cheias e na reposição da biodiversidade da flora.

Uma das grandes preocupações, a nível de desenho, foi a circulação pedonal e ciclável do parque que são paralelas à ribeira. Estes percursos têm de largura cerca de 2,4 metros, o que permite uma deslocação pedonal e de bicicletas em simultâneo ao longo de todo o parque.

A 26 de Maio foi inaugurado o circuito Life trail, no parque linear Ribeira das Jardas. Este circuito é composto por dez estações concebidas para melhorar o equilíbrio, a resistência e a força da população adulta e sénior. A life trail destina-se à população, tendo uma preocupação especial pelos idosos da cidade, com o intuito de estimular a prática de exercício físico e promover a saúde e bem-estar.

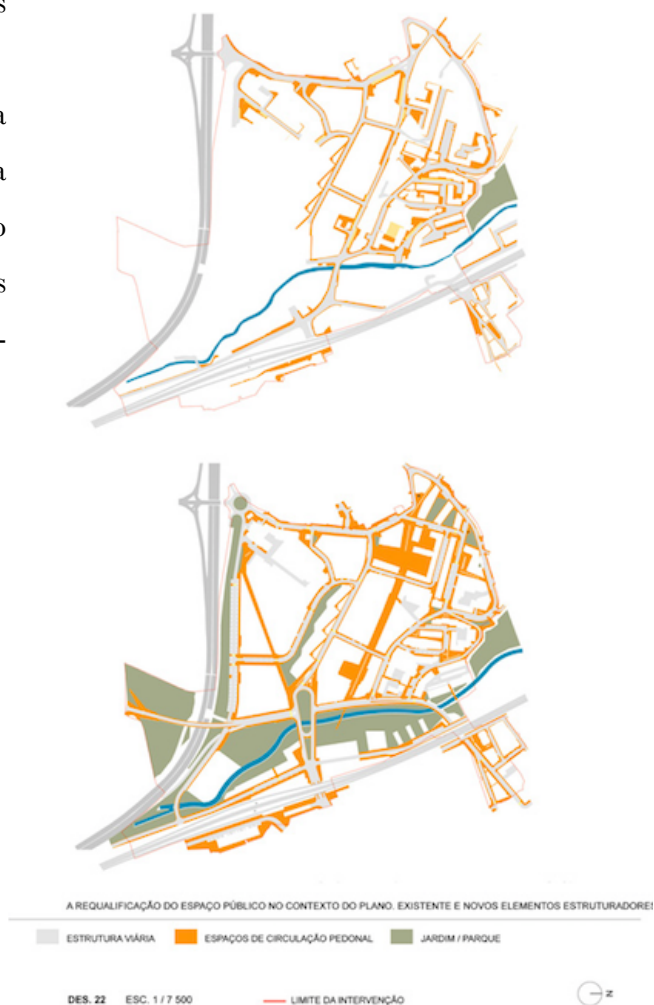


Figura 42 | Requalificação do Espaço Público (Fonte: [Http://Menosemais.Com/Portfolio/Polis-Cacem/](http://Menosemais.Com/Portfolio/Polis-Cacem/), Acedido A 20 De Abril)



Figura 43| Parque Linear Urbano de Agualva-Cacém (Fonte: Autora, 2016)

O novo projecto da estação de Agualva-Cacém surge devido à necessidade de quadruplicação de vias, devido ao aumento da população, num troço de 4,5 quilómetros entre Monte Abraão e Agualva-Cacém. Este projecto foi elaborado pela REFER Engineering, Sa, mas tendo como responsável o Programa Polis. Com esta nova estação será possível aceder a partir de diferentes níveis, sem ser obrigatório a entrada pelo largo da Estação, neste caso também será possível o acesso a partir da Rua Elias Garcia e da Avenida dos Bons Amigos. Ainda existe uma interface de transportes públicos, que se localiza no nível mais inferior da estação, que têm entrada a partir da Rua Afonso Albuquerque e pela Rua Henrique Amaro. Neste projecto ainda abrangia a requalificação do Largo da Estação, embora este largo agora tenha o carácter totalmente diferente, isto é, neste momento esta zona faz a extensão da Rua Afonso Albuquerque que irá dar a Massamá, mas ainda existe um parque de estacionamento para auxiliar a nova estação.

Esta intervenção inclui a construção de duas passagens de nível, sendo uma rodoviária e outra pedonal, uma nova interface destinada aos transportes públicos (nova praça de táxis e um terminal de autocarros), um silo automóvel e uma reorganização das ruas de acesso à estação (Rua Elias Garcia, Rua Afonso de Albuquerque e o Largo da Estação).



Figura 44 | Nova Estação Agualva, Cacém (Fonte: SERRA, 2016)

O projecto referente ao túnel de Agualva-Cacém, constituía uma passagem inferior, em que estabelece a ligação entre a Rua Dr. António José de Almeida à Avenida dos Missionários através de uma rotunda. Esta obra foi promovida pela REFER segundo um protocolo de colaboração técnica e



financeira, tendo como respectiva empreitada a Obrecol - Obras e Construções, Sa, com base em projecto e execução disponível pela autarquia.

Figura 45 | Túnel De Agualva-Cacém (Fonte: Risco, 2011)

6. Análise do Programa Polis do Cacém



Figura 46 | Edificado Demolido, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)

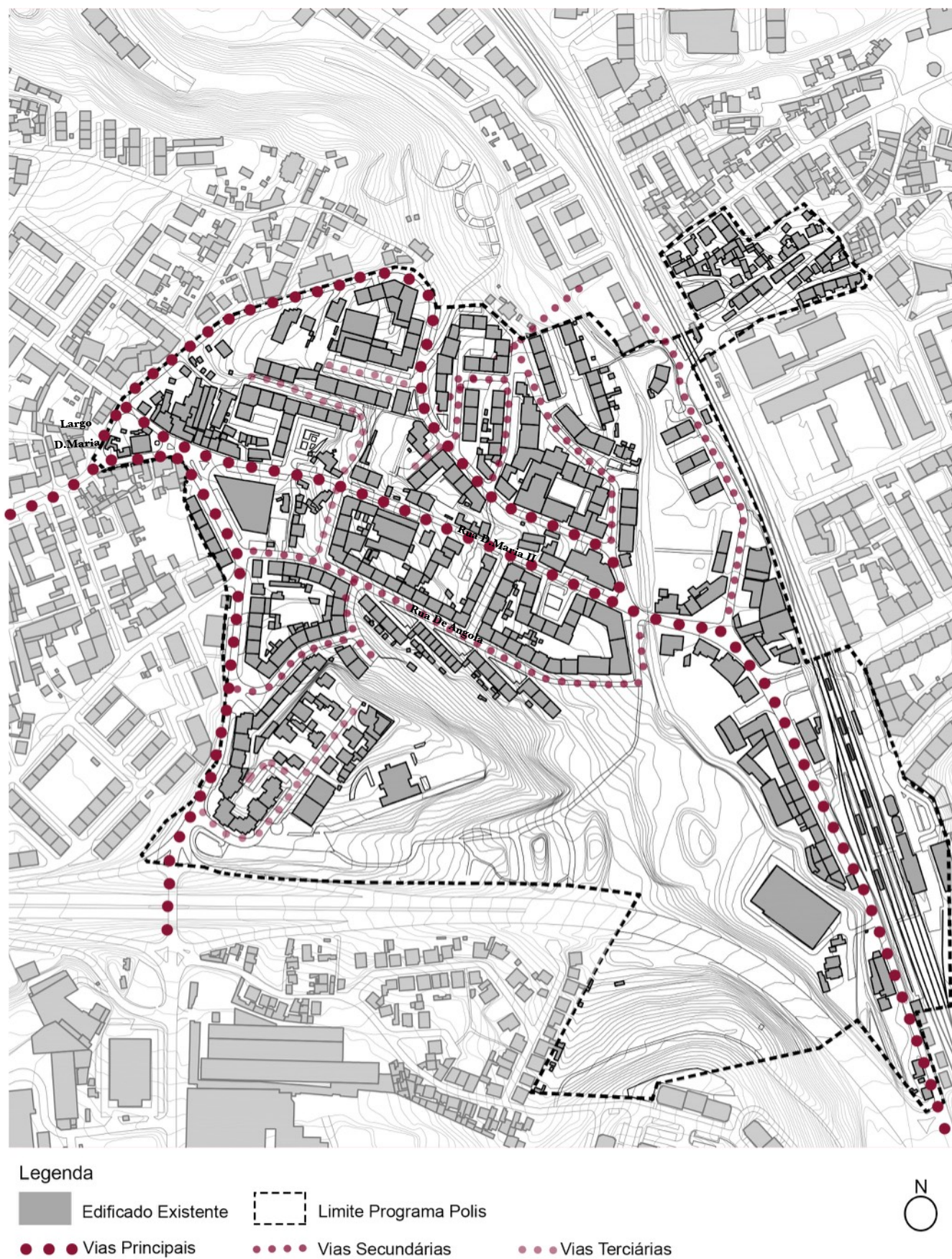


Figura 47| Estrutura Viária em 2000, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)

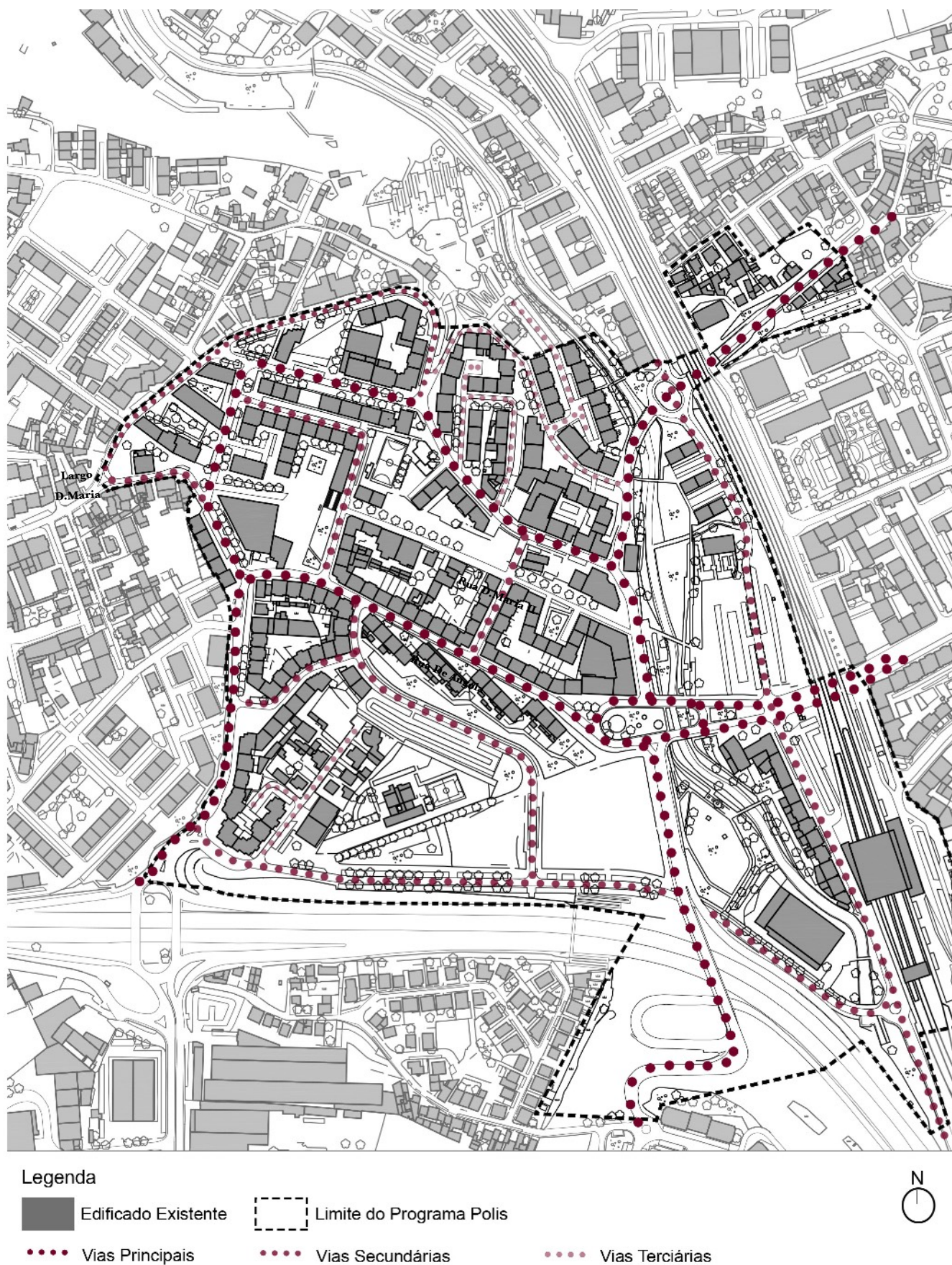


Figura 48 | Estrutura Viária Após 2011, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)

Através da figura 47 é possível ter a noção da quantidade de edificado que foi necessários demolir, cerca de 173 edifícios, que correspondem a 16 920,14 m² para que fosse possível criar as condições essenciais previstas pelo Programa Polis. Ainda é nos possível aperceber os locais em que o Programa Polis pretende criar as áreas centrais na freguesia de Agualva-Cacém.

Nas figuras 47 e 48 apresentam-se a estrutura viária anterior ao Programa Polis, em que as vias principais centravam-se à volta do largo de D. Maria II, visto ser um dos largos emblemáticos da zona, e partir deste encaminhavam-se, as restante três vias principais, para a baixa do Cacém, para a freguesia de Rio de Mouro ou S. Marcos. As vias secundárias eram as ruas que auxiliassem o automobilista a escapar do trânsito local. A nova hierarquização de vias elaborada pelo Programa Polis, veio beneficiar muito o trânsito local, tendo apenas, em alguns casos, mudado a direcção da via como foi o caso da Rua de Angola e a Rua D. Maria II, relativamente a estas duas ruas e necessário destacar que a Rua D. Maria II tornou-se numa rua pedonal, tendo sido modificado a materialidade do pavimento. Relativamente, às vias principais giram em torno do quarteirão principal, onde se localiza o mercado e a rua D. Maria II, sendo que estas vias distribuem-se de uma forma mais coerente e simples, que acaba por facilitar o acesso às freguesias vizinhas (Agualva, tendo dois acessos o Túnel de Agualva e a Avenida dos Bons Amigos; Rio de Mouro; S. Marcos). As vias secundárias criadas possibilitam um melhor escoamento e facilitam ligação à parte mais baixa do Cacém, onde se localizam a nova estação do Cacém, a nova creche e o percurso pedonal ao longo de todo o parque.



Figura 50 | Espaços Verdes Anteriores a 2000, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)



Figura 50 | Espaços Verdes Após 2011, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)

No que diz respeito aos espaços verdes anteriores ao Programa Polis (figura 48), averigua-se que a existência de espaços verdes ou de espaços pensados para a interação com a população eram muitos poucos, e as poucas zonas verdes que existiam não continham o factor apelativo, ou seja, pareciam que esses espaços não tinham uma grande preocupação com a qualidade e funcionalidade. O Programa Polis veio dar uma nova vida à freguesia de Agualva-Cacém, tendo requalificado alguns dos espaços verdes já existentes e criado novos espaços verdes que dão uma nova valorização à ribeira das jardas (figura 49). Porém o Programa Polis não veio apenas criar novos espaços, também preocupou-se como as ruas e as praças seriam vivenciadas pela população, deste modo a rua D.Maria II, rua Dr. Custódio Brites, avenida Dr. Miguel Freire da Cruz, estrada de Paços de Arcos, Rua Nova do Zambujal e a Rua João de Deus passaram a ser ruas arborizadas, o que ajuda a atenuar o ruído, a existir uma maior valorização imobiliária e um melhor conforto térmico. No que diz respeito, ao elemento praça foi criada uma praça junto ao mercado do Cacém com o propósito de apelar a população a vivenciar este espaço, contudo hoje em dia esta praça passa apenas por ser um local de passagem até ao novo parque linear. Mas o espaço verde mais prestigiado é o novo parque linear que incorpora a Ribeira da Jardas, este espaço verde veio caracterizar a freguesia de Agualva-Cacém. O programa pretendia que a articulação fosse feita através dos espaços públicos, pelo facto que iria ajudar a definir uma malha no sistema de espaços públicos e criar uma nova realidade urbana à freguesia de Agualva-Cacém. Este grande espaço verde que privilegiava a ribeira, pretendia transformar esta zona num canal verde, em que fosse possível circular pedonalmente e de bicicleta e ainda ter um percurso que estimula-se a prática de exercício físico.



Figura 51 | Áreas Requalificadas Pelo Programa Polis (Fonte: Autora)

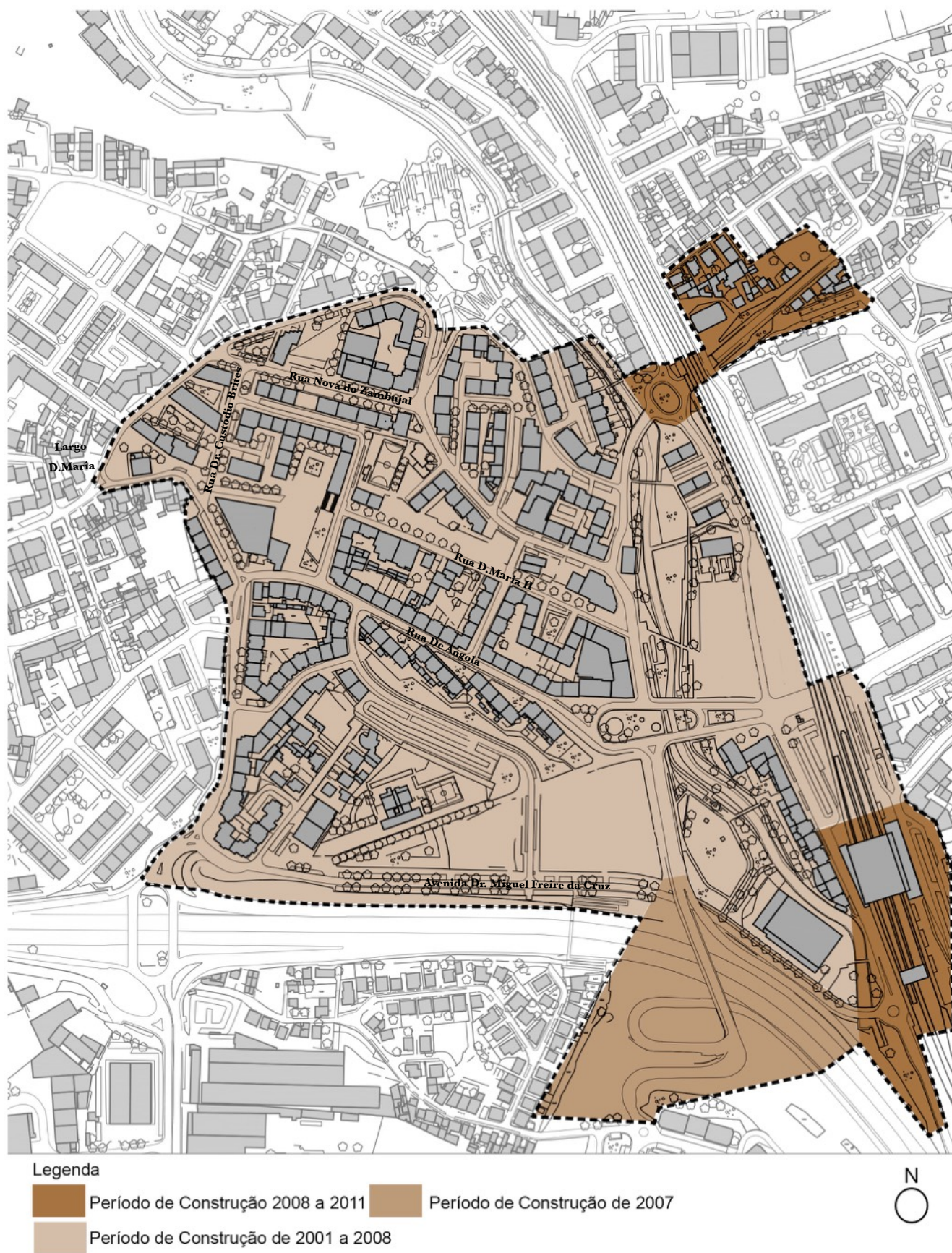


Figura 52 | Período de Construção, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração da Autora)

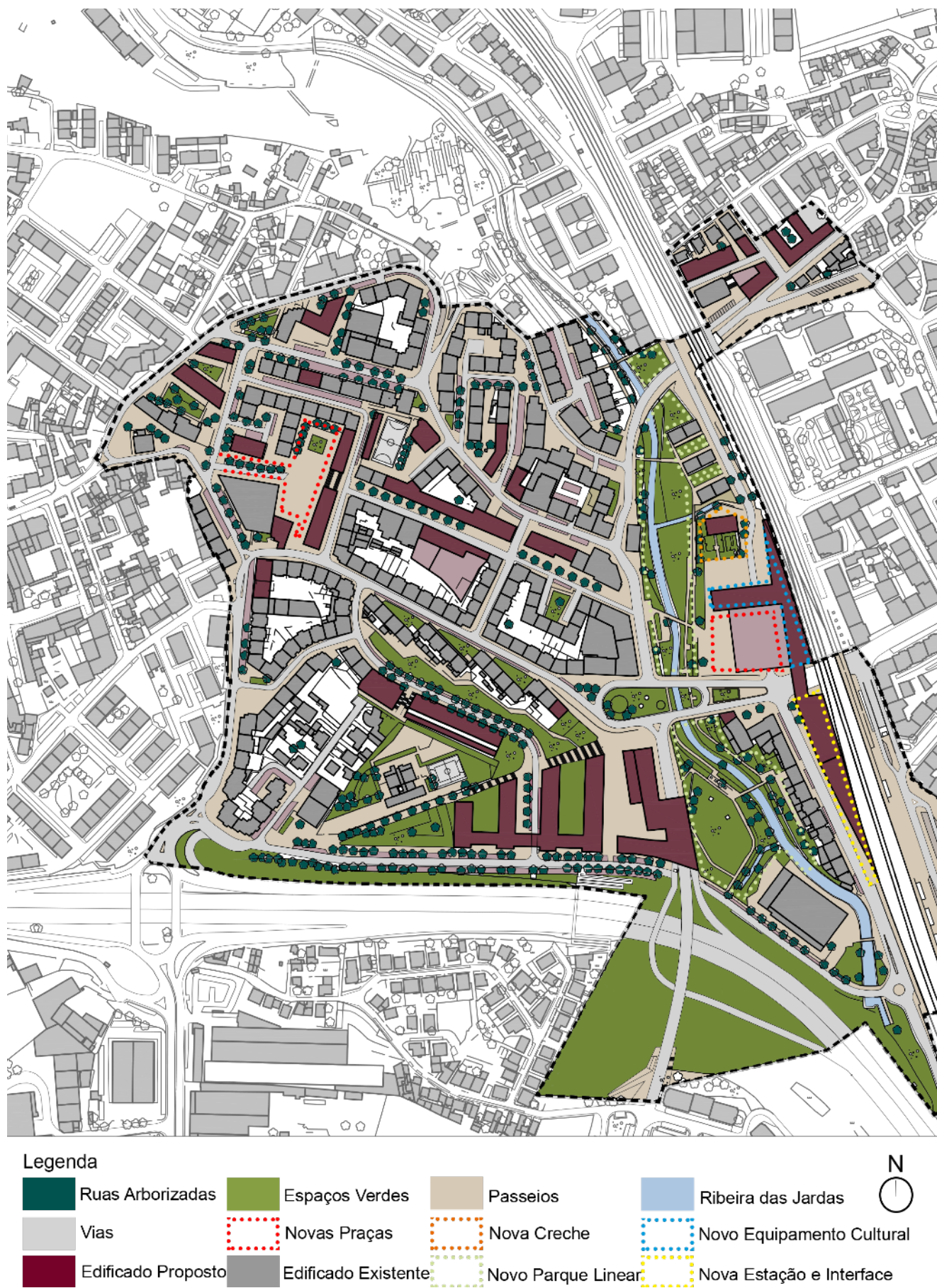
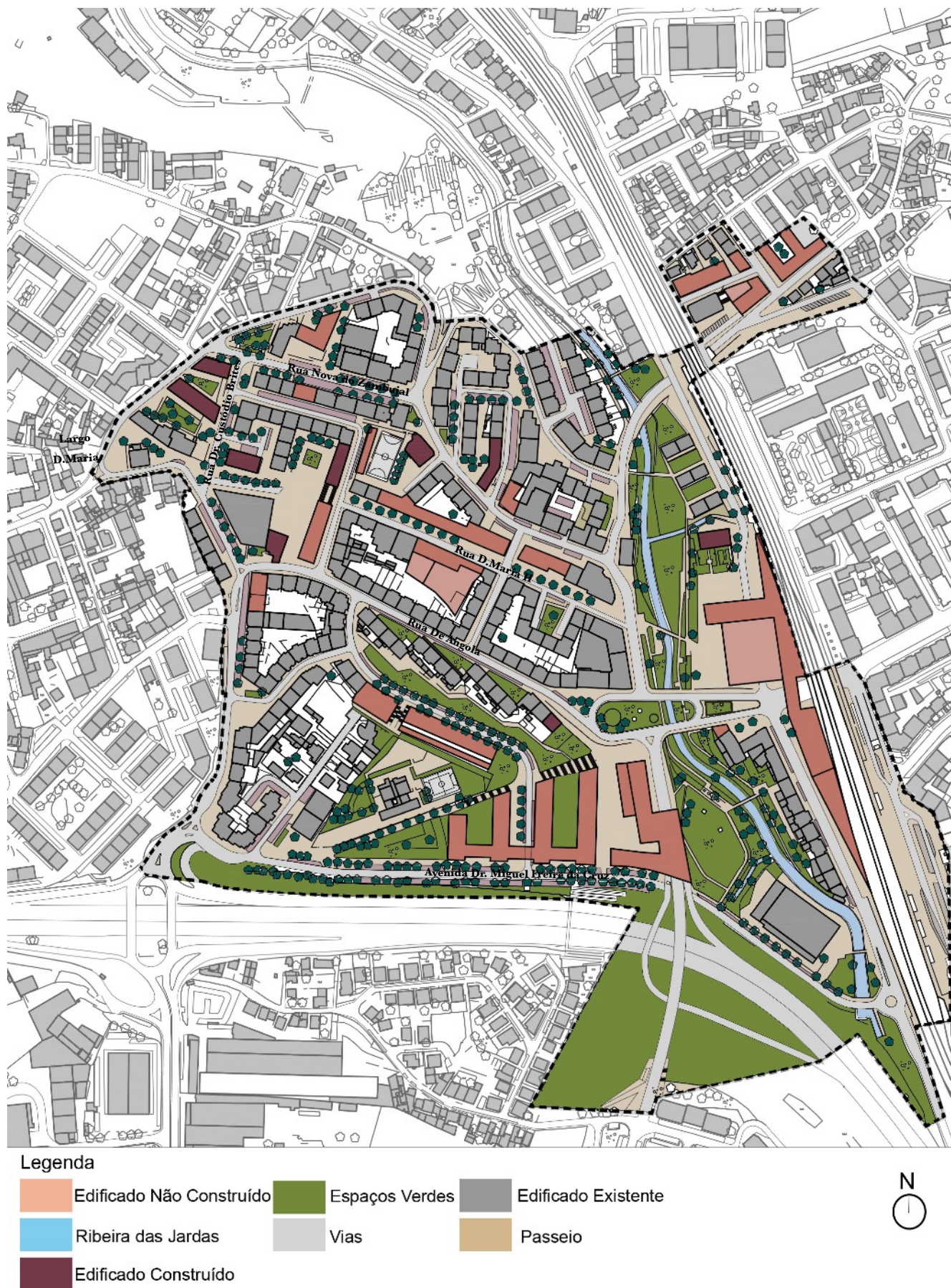


Figura 53 | Programa Polis, Escala 1:5000 (Fonte: Elaboração Da Autora)



No que diz respeito à proposta do Programa Polis para a freguesia de Agualva-Cacém, esta veio acelerar o processo e torná-lo mais consistente, abrangente e ambicioso. Como se pode ver na figura 53, o Programa Polis não assentou apenas nos espaços públicos e na hierarquização de vias também preocupou-se em criar mais habitação apesar de ter diminuído a população, cerca de 2 040 pessoas (no período de 2001 até 2011), criar uma nova estação e interface, criar um equipamento cultural e uma nova creche. O edificado proposto pelo Programa Polis não tencionava apenas criar nova habitação para quem viesse viver para a freguesia, mas também realojar toda a população a quem tinham demolido as suas casas. É necessário ter em conta, os períodos de construção de cada parte do programa, pelo facto que inicialmente o programa incluía a nova estação e o novo túnel de Agualva, mas estes projectos foram direccionados para outras entidades mas sempre englobados no programa. Através da figura 50, pode-se verificar que grande parte da proposta foi construída no período de 2001 até 2008, embora o viaduto do lagar tenha sido construído em 2007, grande parte do programa foi construído no período planeado, devido à nova estação e ao novo túnel de Agualva terem ficado responsáveis por outra entidade levou a que a sua construção comesçasse em 2008 e se alonga-se até 2011, assim entende-se que a construção de todo o programa se estende-se até 2011, mais três anos do que estava estipulado.

Com esta última figura 54 é nos possível ver que grande parte do edificado proposto pelo programa não foi construído, cerca de 19 edificios correspondente a 24 412,75m² não construídos, um dos edificios propostos ao fundo da rua D. Maria II não foi construído pelo facto de uma propriedade ser privada. Conclui-se que o Programa Polis conseguiu assegurar tudo a que se tinha proposto, contudo existem alguns espaços que hoje em dia não tem qualquer tipo de utilidade extra, como já foi referido a praça do mercado, e o facto de a rua D. Maria II ter o carácter pedonal veio tirar a vivência da própria rua, e é pouca a população que utiliza esta rua. Referente, aos espaços públicos todos foram construídos e ao longo do tempo têm sido adicionados alguns elementos urbanos, como bancos, iluminação e um parque infantil. Esta valorização ambiental destinada para esta freguesia de Agualva-Cacém, o novo parque linear, veio beneficiar muito a qualidade de vida da população, permitindo que a população interagisse com natureza. Hoje em dia este local é bastante vivenciado pela população, por vezes é utilizado como um local de passagem para quem vai para a estação, mas principalmente é utilizado para fazer-se caminhadas e exercício físico, embora também seja um local de ponto de encontro e de permanência.

7. Síntese

A freguesia de Agualva-Cacém era considerada um subúrbio de Lisboa, que apresentava um crescimento exponencial e desordenado desde os anos 70 do séc. XX. Todavia sofreu uma grande transformação funcional e tipológica o que fez que esta área fosse uma “área dormitório”, pelo facto que servia apenas como residência para os trabalhadores da cidade. Isto pelo facto que existiam transportes públicos que conectavam com a cidade, como a linha ferroviária e o troço de Queluz a Rio de Mouro do IC19, construída em 1991. Esta nova acessibilidade criada veio acentuar ainda mais esta transformação dando uma acessibilidade mais rápida e menos dependente da linha ferroviária. A conclusão da construção dos troços do IC19 coincidem com o aumento de população e com o crescimento urbano. Devido a esta grande transformação e o aumento do crescimento de população também houve a necessidade de ajustar as linhas ferroviárias aumentando-as, mais concretamente a quadruplicação das vias. É preciso ter em conta que esta transformação, desde a criação de novos arruamentos, equipamentos, indústrias e grande prédios não teve qualquer tipo de planeamento, foram surgindo devido às necessidades presente na altura, principalmente pelo o aumento significativo da população. Grande parte deste descontrolo surge pelo, bloqueio progressivo do leito da Ribeira das Jardas, o que veio dificultar a pouca diversidade de soluções de tráfego e estacionamento. Todos estes factores permitiram que a freguesia de Agualva-Cacém atingisse um limite, devido à sua densidade alta e desqualificada tendo um grande défice de espaços colectivos, equipamentos e serviços, com questões ambientais, ausência de actividades que dessem mais empregabilidade e a má qualidade de traçados.

Em 1998 recomendou-se a elaboração do plano de pormenor para a área central do Cacém com o intuito de encontrar soluções que resolvessem as dificuldades na zona, em que nas ruas existentes foram construídos edifícios que tivessem em conta a divisão de propriedade e dos interesses existentes, embora ainda não se expressasse a necessidade de refazer alinhamentos, ordenar os espaços públicos ou criar aberturas no tecido urbano. É necessário ter em conta que não existia fisicamente uma articulação da área do Cacém com a área de Agualva, os únicos elementos que geravam um núcleo urbano era a via-férrea e o elemento natural, a Ribeira das Jardas. Ainda neste plano surge a integração do plano de pormenor do Programa Polis que trouxe uma nova aspiração ao projecto, tendo três pressupostos que se focam nos meios financeiros necessários para a transformação da freguesia, na constituição de uma estrutura de gestão específica e no enquadramento político-legal que promoveu a análise conjunta e projectos, como: o IC 19, O projecto da hidráulico da ribeira e o projecto ferroviário. É de salientar que a freguesia de Agualva-Cacém foi escolhida pela Comissão Coordenadora para que fosse integrada no Programa Polis

como um caso exemplar, devido a ser uma zona degradada, quer em termos ambientais como urbanísticos. O Programa Polis do Cacém iria sofrer várias alterações, sempre com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população, para que isto acontecesse um dos aspectos fundamentais passava por criar zonas centrais em Agualva-Cacém que iria auxiliar na resolução da hierarquia de vias e na valorização ambiental da Ribeira das Jardas. No fundo este projecto pretende reformular vários aspectos negativos do Cacém, desde a hierarquização de vias que consiste em melhorar a mobilidade e a acessibilidade, criar um crescimento urbano equilibrado tendo como base as novas regras de imobiliário e fortalecer a vida comunitária.

Respondendo aos objetivos do trabalho a implementação do Programa Polis do Cacém veio proporcionar um novo rumo, à freguesia de Agualva-Cacém, tendo como intenção resolver as problemáticas mais urgentes devido à falta de planeamento urbanístico, o que acaba por evidenciar as necessidades de espaços verdes, espaços colectivos, equipamentos e serviços para além das problemáticas ambientais, isto é, a falta de preocupação com o meio ambiente e com a qualidade de vida da população. Dado que a criação do Programa Polis pretendia uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento do território, baseando-se na requalificação urbana e na valorização ambiental das cidades, considera-se que houve a necessidade de responder a todas as problemáticas que fossem deste âmbito. Assim, consoante as necessidades presentes em cada caso de estudo, todas as intervenções pretendiam gerar espaços que melhorassem a qualidade de vida da população das cidades e que fossem espaços em que a população os utiliza-se.

No que diz respeito ao caso de estudo o Cacém, visto que o principal foco é a valorização ambiental, este preocupou-se com o elemento principal, a Ribeira das Jardas, em que acaba por transformar-se num canal verde tendo uma ligação da cidade no sentido norte. Este corredor verde veio tornar-se num ponto central e caracterizador da freguesia de Agualva-Cacém, onde existe a preocupação de criar espaços pensados para o usufruto da população, tendo cada espaço a sua funcionalidade e principalmente que sejam espaços que venham beneficiar a qualidade de vida da própria cidade e da população. Esta grande área verde não se destaca apenas pela sua dimensão mas pelo facto de incorporar várias funcionalidades, desde percursos pedonais e cicláveis, circuito de que pretende estimular a prática de exercício físico, espaços destinados para as crianças entre outros mas que acima de tudo promovam a saúde e o bem-estar. Assim considera-se que todos os espaços verdes criados pelo Programa Polis proporcionaram um grande impacto na freguesia de Agualva-Cacém, mas principalmente geraram uma maior qualidade de vida à população, ou seja, criaram um conjunto de condições que vieram contribuir para o bem-estar físico e mental dos indivíduos.

Relativamente à frequência de utilização pela população dos espaços públicos criados, constata-se que a maioria dos espaços públicos criados pelo Programa Polis são utilizados pela população.

Contudo algumas das zonas emblemáticas do Cacém, como o Largo de D. Maria e a Rua D. Maria II, que sofrem algumas alterações propostas pelo Programa Polis, passaram a ser zonas com pouco destaque, com isto pretende-se dizer que as alterações propostas não criaram nenhuma melhoria a estes espaços, antes pelo contrário retiraram-lhes o ambiente e a vivência que anteriormente tinham. Embora com menos destaque, o Largo D. Maria, continua a ser ponto de reunião dos habitantes mais antigos que se juntam à volta do chafariz. Neste locais o Programa Polis apresentou a sua função de requalificar os espaços.

Outro espaço que não corresponde ao que foi proposto é a praça junto ao mercado do Cacém, em que se pretendia que a população vivencia-se e usufrui-se desta. Apesar desta praça ser ampla, acaba por não ter qualquer tipo de utilidade para a população sendo que é utilizada apenas como um local de passagem que dá acesso directo á área central do Cacém, o novo parque linear. Devido à amplitude desta praça, por vezes, realizam-se pequenas feiras com o propósito de apelar à utilização desta, contudo não existe uma resposta por parte da população pelo que se pode questionar o que esta praça veio trazer de novo.

Uma vez que o Programa Polis do Cacém não foi construído na sua totalidade, há espaços que não tem qualquer tipo de funcionalidade como é o caso dos espaços verdes e do edificado proposto para a Rua Cabo Verde e a Avenida Dr. Miguel Freire da Cruz. Hoje em dia estes espaços não têm qualquer uso, apenas são ruas que têm estacionamento e que não proporcionam uma melhor qualidade de vida naquele local. Neste sentido pode-se concluir que alguns dos espaços não utilizados pela população está relacionado com a não conclusão do Programa Polis.

Capítulo 7 | Conclusões

A temática desta investigação incidiu sobre o espaço público e o Programa Polis, e de um modo mais particular enfatizou-se a requalificação dos espaços públicos e a importância da valorização ambiental nas cidades portuguesas. Assim com a elaboração deste trabalho pode-se concluir:

- I. As cidades debatem-se com vários problemas, tais como demográficos, funcionais e morfológicos, entre outros, que na sua grande maioria contribuem para a desqualificação, descaracterização e degradação do espaço público. A evolução do conceito de espaço público veio permitir que houvesse uma maior sensibilidade em algumas temáticas que se inserem na cidade, como a importância do espaço público, a qualidade do espaço e como estes espaços podem assegurar o conforto e bem-estar da população sendo espaços de equilíbrio para a cidade. Esta evolução de conceito de espaço público espelha-se na análise da cidade de Berlim, devido ter sido uma cidade que foi pensada e planeada para dar uma melhor qualidade de vida à população.
- II. No que diz respeito às políticas urbanas torna-se necessário que exista uma flexibilidade, que estejam de acordo com cada realidade a qualquer nível, mas que seja possível responder a todas as questões impostas. Para que seja possível existir esta flexibilidade torna-se importante introduzirem-se programas de regeneração, que auxiliem a estabilizar o traçado dos espaços públicos como os planos de fomento, os fundos dos quadros comunitários de apoio aos projectos e o Programa Polis.
- III. Em relação ao sistema de planeamento português este dispõe de várias escalas mostrando a importância da qualidade de vida e a sua relação com o ambiente e, consequentemente com os espaços verdes e espaços públicos. Cada plano corresponde às carências existentes na área, isto é, cada plano destina-se a adoptar e estabelecer medidas que ajudem a resolver as carências presentes.
- IV. A criação do Programa Polis veio beneficiar as cidades portuguesas, pelo facto de dar uma nova visão estratégica a nível ambiental e de ordenamento do território, o que veio proporcionar um novo rumo e oportunidades às cidades. Este Programa ainda estabelece medidas relativamente à requalificação urbana e valorização ambiental das cidades. No geral este tipo de Programa pretende incidir em diversos aspectos que venham a proporcionar uma melhor qualidade de vida nas cidades, intervindo na área ambiental e urbanística, tendo como intuito favorecer a atractividade e competitividade dos pólos urbanos. Este programa pretende ainda resolver

grande parte das problemáticas existentes nas zonas de intervenção, e também tem como objectivo responder a futuras necessidades.

Visto ser um programa que tenciona consolidar o sistema urbano português, o que ajuda a assegurar uma coordenação e um objectivo comum, no que diz respeito a requalificação urbana e à valorização ambiental, o seu financiamento principal são os fundos comunitários, autarquias e o Governo.

Concluindo, o Programa Polis tem uma grande importância na qualificação ou requalificação dos espaços públicos portugueses.

- V. O Cacém Polis é um exemplo relevante na qualificação de um espaço público que depois da intervenção trouxe novas áreas de convívio à cidade.
- VI. A requalificação de espaços públicos ou a criação de novos espaços públicos proporcionam um óptimo impacte nas áreas de intervenção, devido a beneficiar as zonas que se encontram um pouco descaracterizadas ou até degradadas. Este facto de virem a beneficiar as futuras zonas, encontra-se relacionado com o intuito de darem uma melhor qualidade de vida à população, proporcionando espaços mais apelativos.
- VII. Grande parte dos espaços públicos são criados e pensados para corresponderem às necessidades da população, devido a existirem programas e projectos que tencionam corrigir os erros ambientais e urbanísticos existentes. Os espaços públicos são fundamentalmente pensados para a população, embora nem sempre se consiga cumprir esse propósito já que, alguns desses espaços não são usufruídos pela população em plenitude, fruto da ausência de funcionalidades específicas.
- VIII. No que diz respeito à importância de programas ou projectos para espaços públicos torna-se necessário a sua criação com o intuito de consciencializar a importância dos espaços públicos na nossa comunidade. Estes programas ou projectos ajudam a ter a percepção de quais são as necessidades e problemáticas de cada zona de intervenção, o que permite que estes programas se foquem no que é realmente importante.

Bibliografia

Artigos, Documentos, Livros, Publicações, Revistas e Teses

AGUALVA, Boletim da Junta de Freguesia de Agualva - Inauguração do Circuito de Exercício Físico: Ribeira das Jardas. Janeiro a Julho (2009), p. 3

AGUALVA, Boletim da Junta de Freguesia de Agualva - Polis, Vida Nova no Parque Linear: Ribeira das Jardas. Julho a Dezembro (2008), p. 3

AGUIAR, Maria do Amparo Alburquerque (2009). O Público e o Privado. Políticas públicas urbanas, Cidades - Comunidades e Territórios, nº19.

ALBERTI, Leon Battista (1986). The ten books of architecture (1755 Leoni end). New York: Dover Publication.

ALMEIDA, Mário Daniel (2012). A Qualidade de Vida como indicador síntese do sucesso de uma intervenção de Requalificação Urbana: o caso de estudo do Programa Polis no Cacém. Técnico de Lisboa

ALVES, Fernando M. Brandão (2003). Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ALVES, Hugo João (2014). Pensar a Cidade para as Pessoas - A potencialidade do espaços público enquanto promotor de relações sociais. Universidade Lusíada do Porto.

AQUA ALBA- Cacém um novo conceito urbano, nº 10, Boletim da Junta de Freguesia de Agualva/Cacém, Novembro/Dezembro 2000, p.8-9

ARRABAÇA, Pedro (2002) - Formas Urbanas na Cidade Construída: Agualva-Cacém, 1953-2001. Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras. Dissertação em Mestrado

BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa (2013). Percorrendo os Vazios Urbanos. X encontro nacional da Anpur.

BORDE, Andréa (2012). Vazios Urbanos: Avaliação Histórica e Perspectivas Contemporâneas.

BORJA, Jordi (2003). La ciudad conquistada. Alianza Editorial.

BRANDÃO, P., Carrelo, M., & Águas, S. (2002). O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de espaço público. Lisboa: Centro Português de Design.

CABRAL, João (2004). Inovação nas políticas urbanas - Modelos de regulação e sistemas de governança. Revista GeoINova.

COELHO, C., Costa, P., Leite, J., Proença, S., Fernandes, S. (2015). Os Elementos Urbanos. Argumentum.Lisboa

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (2004)- Plano Municipal de Ambiente de Sintra: Caracterização e Diagnóstico Ambiental Relatório (volume I) Disponível em: <http://www.cm-sintra.pt/planos-municipais>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (2011)- Relatório Fundamentado de Avaliação de Execução do Plano Director Municipal de Sintra, Fevereiro Disponível em: <http://www.cm-sintra.pt/planos-municipais>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (2015) - Plano de Desenvolvimento Estratégico: capítulo I, II, III e IV. Disponível em: <http://www.cm-sintra.pt/planos-municipais>

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA (2015)- Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Agualva, Novembro

CARVALHO, Alda de Caetano (2011). Censos 2011- Resultados Provisórios. Lisboa

CARVALHO, Alda de Caetano (2011). O Parque Habitacional e a sua reabilitação - análise e evolução 2001-2011. Lisboa

CASTRO, Alexandra (2002). Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributo para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos, Cidades- Comunidades e Território nº 5, Disponível em https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3392/1/Cidades2002-5_Castro.pdf [Consultado. 30 de Novembro]

CEMAT (2000) - Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu; 12a CEMAT; Hannover – Traduzido por Traducta, Lda e DGOTDU (2001) do original “Guiding Principles for Sustainable Spatial Development of The European Continent”; Lisboa.

CERASI, M. (1976). El espacio colectivo de la ciudad: construccion y disolucion del sistema publico en la arquitectura de la ciudad moderna. Barcelona: Oikos- Tau, S.A. Ediciones.

COSTA, Telma.(2003). Dicionário de Geografia da Geopolítica às Paisagens. Lisboa. Editorial Teorema, LDA.

DGOTDU (2011). Glossário do Desenvolvimento Territorial. Conferencia Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território do Conselho da Europa (CEMAT). DGOTDU, Lisboa. (Consultado em 27 de Outubro)

FADIGAS, Leonel - Urbanismo e Natureza: Os desafios, Edição Sílabo, Manuel Robalo, 2010

FREITAS, Helena (2012). A Europa e a política de ambiente em Portugal. Debater a Europa n.º 7 Julho/Dezembro. Disponível em: <http://www.europe-direct-aveiro.aeva.eu/debatereuropa/>

GONÇALVES, Pina - Junta de freguesia de Aqualva: Cacém Polis, Dezembro (2003), nº 2

GREGORY, Derek., Johnston, R., Pratt, G., (2009). The dictionary of human geography, 5ª edição. Wiley-BlackWell

HABERMAS, Jurgen (1989). Structural Transformation of the Public Sphere. Cambridge, Massachusetts

LACOSTE, Yves (2005). Dicionário de Geografia: da geopolítica às paisagens, Editorial Teorema, LDA

LOURO, Margarida (2006). Fragmentos de cidade: a reinvenção de Berlim. Artitextos 03

LYNCH, Kevin (2011). A Imagem da Cidade. Edições 70. Arquitectura e Urbanismo

MANSO, Álvaro (2001), Espaços exteriores urbanos sustentáveis – Guia de concepção ambiental, Intervenção operacional de renovação urbana, Ministério do equipamento social

- MANO, Ana (2011). A Expansão da Cidade de Coimbra ao longo do Rio Mondego, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Dissertação em Mestrado
- MARTIN, Leslie (1972). The grid as generator, Urban Space and Structures, Cambridge, University Press, p. 6 – 27.
- MENDES, Joana (2001). Programa Polis — programa ou falta de programa para a requalificação das cidades?, CEDOUA n.º 7
- MERLIN, Pierre., Choay, F., Dictionnaire de l'urbanisme et le l'aménagement. Presses Universitaire de France.
- NAMORA, Luís Miguel e BARROS, Quintino (2008). Projecto Urbano: um Enquadramento na Actual Prática Urbanística. Universidade de Aveiro. Secção Autónoma de Ciências Sociais, Jurídicas e Políticas.
- PALLADIO, Andrea. The four books of architecture. New York: Dover Publication. Educe original de 1570 (Veneza).
- PEDROSA, Filipe - Polis Cacém : Ainda é Tempo de Mudar!. Dossier Olho Vivo, p. 11-16
- PEDROSA, João (2013). Parque das Nações - Abordagem Precursora ao Desenho da Cidade Sustentável. Departamento de Arquitetura FCTUC. Dissertação
- PINTO, Ana Júlia (2015), Coesão Urbana: o Papel das Redes de Espaço Público, Universitat de Barcelona
- PORTAS, Nuno (2000). Do vazio ao cheio, Caderno de Urbanismo nº2, Vazios e planeamento das cidades.
- PORTAS, Nuno, Domingues, Á., Cabral, J., Ferrão, J., Guerra, I., & Viegas, J. M. (2003). Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PORTAS, N., Domingues, Á., Cabral, J., (2011). Políticas Urbanas II : Transformações, Regulações e Projectos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PREPARAR O FUTURO, A recuperação do centro histórico de Sintra, o Programa Polis em Agualva-Cacém e outras cidades - Programa Polis em Agualva-Cacém. Revista Arquitectura e Vida

PROFÉ, Beate; RENKER, Ursula; THIERFELDER, Holle; WUNNECKE, Anke; HAUN, Galene (2005) - Stadtgrün in Berlin Urban Green Spaces in Berlin - Raum für Freizeit und Naturerleben Recreation

QUEIROZ, Margarida e VALE, Mário (2005) – Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Polis; Comunicações do X Colóquio Ibérico de Geografia; Universidade de Évora; Évora.

RIBEIRO ALVES, Hugo (2014). Pensar a Cidade para as Pessoas: a potencialidade do espaço público enquanto promotor de relações sociais. Universidade Lusíada. Porto. Tese de Mestrado

RIBEIRO, Orlando (1994) - Opúsculo Geográficos, volume V, Temas Urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SÁ, Joana (2013). Espaços verdes em meio urbano: uma abordagem metodológica com base em serviços de ecossistema, Instituto Superior de Lisboa, Lisboa

SANTO, Teresa (2010). Covilhã : Paisagem Industrial. Universidade de Coimbra. Dissertação em Mestrado [Consultado a 6 de Novembro de 2016]

SANTUCCI, Jô - As relações entre o espaços público e privado. conselho em revista nº 42, p. 13-16
Disponível em: www.crea-rs.org.br

SILVA, Ana Marina (2011). Requalificação Urbana - o exemplo da intervenção Polis em Leiria, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado [Consultado a 6 de Novembro de 2016]

SILVA, Joana (2015), "Espaços Verdes Urbanos e Saúde", Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado [Consultado a 30 de Novembro de 2016]

SILVA, Sara (2015), Leiria, Cidade do (P)olis- análise da estratégia de revitalização da frente de água, Coimbra, Dissertação de Mestrado [Consultado a 30 de Novembro de 2016]

SIMÕES, José Manuel (2002), Gestão Urbana – passado, presente e futuro; Parque Expo S.A.; Lisboa.

SERDOURA, Francisco Manuel Camarinha (2007), *As Dimensões do Espaço Urbano Público*, CIAUD e CEFA. ArtiTextos. 1a Edição, Dezembro de 2007, Vol. 5, p. 149 - 156.

SERRA, Maurício (2016) - *Evolução Urbanística do Cacém no período de 1991-2011: o impacte do investimento nas infraestruturas rodoferroviárias*. Lisboa: Universidade de Lisboa., Faculdade de Arquitectura. Tese de Mestrado

SÓLA-MORALES, Manuel (1996). *Ciutat Funcional*.

SOUSA, Ana Macedo e MASCARENHAS, Teresa (2000) - *Aqualva-Cacém e a sua História*, Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém, Edições Golfinho

TIAGO, Daniel José (2015), *Requalificação Urbana da Baixa de Coimbra- Instrumentos e Programas de Reabilitação e Requalificação Urbana em Portugal*, Universidade de Coimbra [Consultado a 28 de Novembro de 2016]

VITRÚVIO (1960) - *The Ten Books of Architecture*. New York: Dover Publications

V. QUINTAS, Andreia - *Génese e evolução dos modelos de Estrutura Verde Urbana na estratégia de desenvolvimento das cidades*, 2014, p.153-167, [Consultado a 14 de Novembro de 2016]

TRIGUEIROS, Luíz., Sat, Cláudio e Oliveira, Cristina (1996) - *Lisbon Expo 98:Projects*, Lisboa:Bau

Hiperligações De Web Consultadas

BAPTISTA, Luís Santiago e VENTOSA, Margarida - Risco: «Um projecto urbano é uma espécie de missão localizada no espaço e no tempo». Revista ARQA, Outubro 2009 , p. 048-057 [Consultado a 9 de Janeiro de 2017]

Disponível em: http://www.revarqa.com/uploads/docs/Bib_Arq_entrevista/arqa74_p048-057.pdf

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA [Consultado a 27 de Outubro de 2016]

Disponível em: <http://revisaopdm.cm-sintra.pt>

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA [Consultado a 2 de Setembro de 2016]

Disponível em: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Urbanismo/urbanismo/planeamento/pe/zonaexpo/PU_Relatorio_1999.pdf

COELHO, Rodrigo - Projectar o Espaço Público na Reconstrução da Cidade Sem Plano. Estudo Prévio, Revista do centro de estudos de arquitectura, cidade e território da Universidade Autónoma de Lisboa [Consultado a 20 de Abril de 2016]

Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/13/rodrigo-coelho-.projectar-o-espaco-publico-na-reconstrucao-da-cidade-sem-plano>

CP. Mais de 150 anos de história [Consultado a 2 de Maio de 2016]

Disponível em: <https://www.cp.pt/institucional/pt/cultura-ferroviaria/historia-cp/cronologia>

DGT. Direção Geral do Território [Consultado a 31 de Maio de 2016]

Disponível em: http://www.dgterritorio.pt/a_dgt/outras_estruturas/programa_polis/

JOVI CRECHE - História da Freguesia: Caracterização da Freguesia [Consultado a 9 de Janeiro de 2017]

Disponível em: <http://jovicreche.webnode.pt/freguesia/>

JUNTA DE FREGUESIA AGUALVA MIRA-SINTRA [Consultado a 20 de Abril de 2016]

Disponível em: <http://www.jf-agualvamisintr.pt>

LIÇÕES DE ARQUITECTURA - Público x Privado. (18 de Dezembro de 2012) [Consultado a 3 de Janeiro de 2017]

Disponível em: <http://ta-licoesdearquitetura.blogspot.pt/2012/12/publico-x-privado.html>

LOPES, Carlos - Agualva-Cacém Polis: Câmara de Sintra assina dois contratos de financiamento. Público. (3 novembro de 2004). [Consultado a 12 de Setembro de 2016]

Disponível em: <https://www.publico.pt/local/noticia/polis-camara-de-sintra-assina-dois-contratos-de-financiamento-1207491>

MASTERPLAN MUSEUSMSINSEL, a projection into the future [Consultado a 9 de Novembro de 2016] Disponível em: <http://www.museumsinsel-berlin.de/en/buildings/overview-of-the-buildings/>

MENOS É MAIS. Atelier projectos arquitectura [Consultado a 17 de Junho de 2016]

Disponível em: <http://menosemais.com/portfolio/polis-cacem/>

M, Luís - Geografia A: Planeamento urbano em Portugal - Agualva-Cacém. (21 de Fevereiro de 2013) [Consultado a 22 de Novembro de 2016]

Disponível em: <http://luiseageografia.blogspot.pt/2013/02/planeamento-urbano-em-portugal-agualva.html>

ORDEM DOS ARQUITECTOS - Ordenamento do território: Sistema e Instrumentos de Execução de Planos - Programa Polis [Consultado a 9 de Janeiro de 2017]

Disponível em: http://www.oasrn.org/apoio.php?pag=tema_detalhe&id=36&ide=85&num=53

PORTAL DO AMBIENTE E DO CIDADÃO - Sobre a importância dos espaços verdes [Consultado a 4 de Janeiro de 2017]

Disponível em: http://ambiente.maiadigital.pt/ambiente/parques_jardins/mais-informacao-1/sobre-a-importancia-dos-espacos-verdes-urbanos

PORTAL DO ELEITOR - Documento RATF, 2013 [Consultado a 11 de Janeiro de 2017]

Disponível em: http://www.portaldoeleitor.pt/Documents/RATF_2013/

Lisboa_Equivalencias_Freguesias_RATE.pdf

PROAP [Consultado a 12 de Setembro de 2016]

Disponível em: <http://www.proap.pt/pt-pt/projecto/parque-urbano-cacem/>

RISCO [Consultado a 17 de Junho de 2016]

Disponível em: http://www.risco.org/pt/02_04_tunelagualva.jsp#

RISCO [Consultado a 17 de Junho de 2016]

Disponível em: http://www.risco.org/pt/02_04_cacem.jsp

RISCO [Consultado a 4 de Outubro de 2016]

Disponível em: http://www.risco.org/pt/02_04_expo98.jsp

STA, Segadães Tavares & Associados - Túnel Agualva-Cacém [Consultado a 6 de Janeiro de 2017]

Disponível em: <http://www.sta-eng.com/PROJECTOS/OARTE2.html>

VERÍSSIMO, Pedro - Arquitectos: Polis do Cacém foi tema da “reunião de obra”. n.º 171, Abril 2007, p.2 [Consultado a 22 de Novembro de 2016]

Disponível em: <http://arquitectos.pt/documentos/1176127565H6iFX2ud5Ao81OD1.pdf>

Filmes e Videos

FOLGADO, Hugo - Agualva-Cacém: Uma Nova Realidade. CacémPolis.SA. DVD [Consultado a 12 de Setembro de 2017]

GALRÃO, Luís - Parque Linear da Ribeira das Jardas Agualva-Cacém. Luís Galvão (2011)
[Consultado a 12 de Setembro de 2017]

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8dCl7mHkBqU>

Consulta

Diário da República, 2.a série — N.º 59 — 25 de Março de 2010 [Consultado a 13 de Outubro de 2016]

Diário da República, I Serie-A - n.º 73 - 26 de Março de 2003 [Consultado a 28 de Abril de 2016]
Disponível em: <https://dre.pt/application/file/a/210758>

Assembleia da República, Projecto Lei n.º 193/VII - elevação de Vila de Agualva-Cacém à categoria de cidade - 4 Julho 1996 [Consultado a 20 de Abril de 2016]
Disponível em: <http://www.pcp.pt/ar/legis-7/projlei/pjl193.html>

Assembleia da Republica, Lei n.º 11-A/2013 - Reorganização administrativa do território das freguesias - 28 de Janeiro [Consultado a 4 de Agosto de 2016]
Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=2114&tabela=lei_velhas&nversao=1&so_miolo=

M.A.O.T. – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades. Lisboa : Programa Polis, 2000. [Consultado a 17 Outubro de 2016]

M.A.O.T. – Programa Polis: programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades – Plano estratégico de Leiria. Lisboa : Programa Polis, 2000. 92 p. [Consultado a 17 Outubro de 2016]

Cartografia

IGEOE, Centro de Informação Geoespacial do Exército - Cartografia: imagens [Consultado a 30 de Novembro de 2016]

Disponível em: http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/416_1962.jpg

IGEOE, Centro de Informação Geoespacial do Exército - Cartografia: imagens [Consultado a 30 de Novembro de 2016]

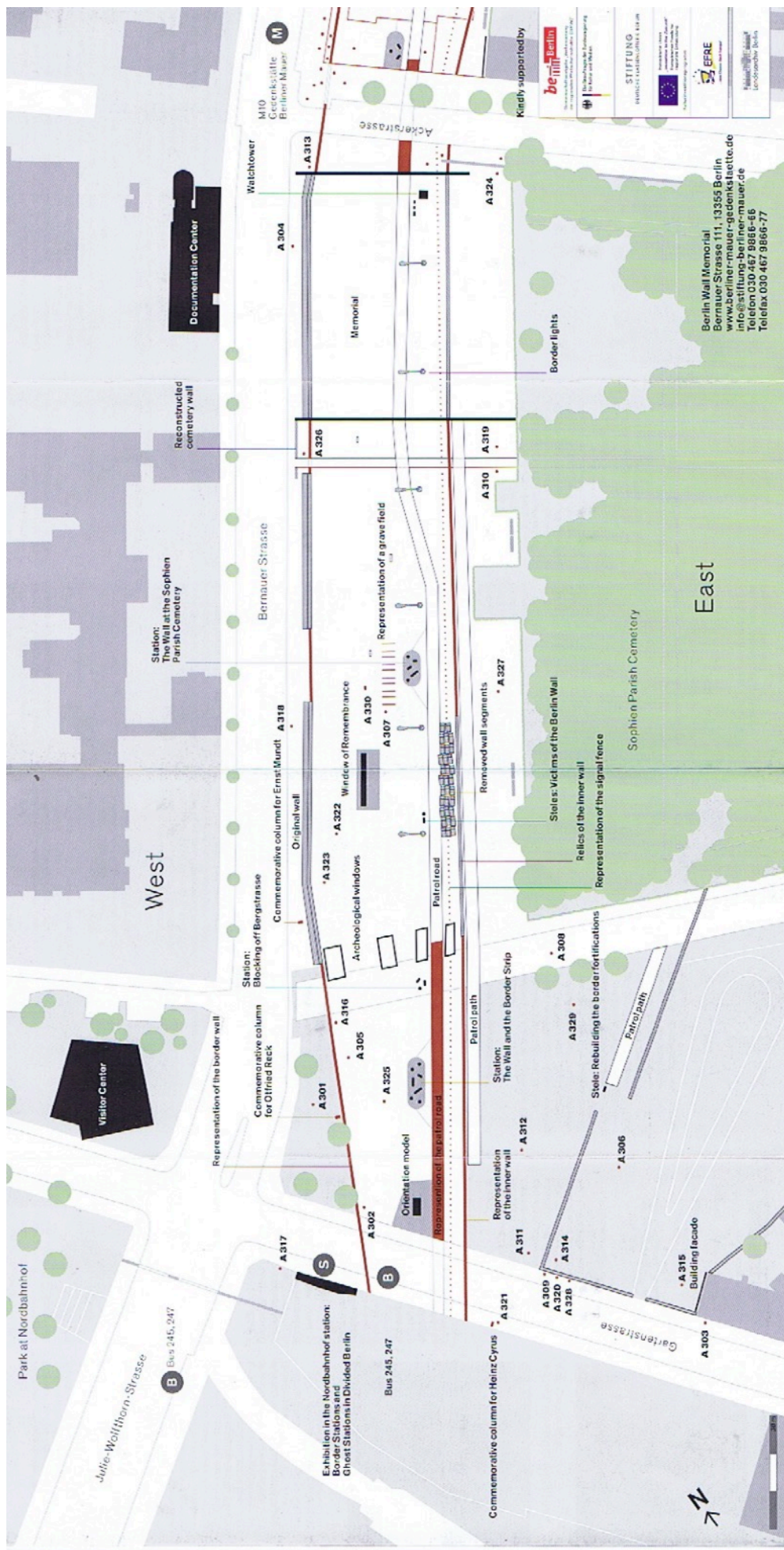
Disponível em: http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/Folha8_F55.jpg

IGEOE, Centro de Informação Geoespacial do Exército - Cartografia: imagens [Consultado a 30 de Novembro de 2016]

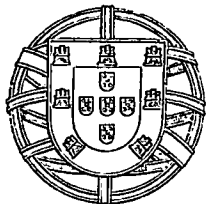
Disponível em: http://www.igeoe.pt/cartoteca/bibliopac/images/416_1940.jpg

ANEXOS

Plantas do Memorial do Muro de Berlim	189
Decreto-Lei n.º 39 210, de 15 de Maio de 1953, Diário do Governo (1ª série) n.º 101	191
Lei n.º 11/82, de 2 de Junho, Assembleia da República	194
Lei n.º 66/85, de 25 de Setembro, Diário da República (1ª série) n.º 221	195
Decreto-Lei n.º 238/88, de 5 de Julho, Diário da República (2ª série) n.º 153	209
Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, Diário da República (1ª série-A) n.º 152	247
Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, Diário da República (1ª série- A)	252
Decreto-Lei n.º 314/2000, de 2 de Dezembro, Diário da República (1ª série- A)	255
Decreto-Lei n.º 43/2001, 9 de Fevereiro, Diário da Republica (1ª série-A)	260
Lei n.º 18-C/2001, de 3 de Julho, Diário da República (1ª série- A)	266
Decreto-Lei n.º 318/2001, de 10 de Dezembro, Diário da República (1ª série- A)	268
Decreto-Lei n.º 6/2004, de 26 de Março, Diário da República (1ª série- A) n.º 73	270
Aviso n.º 28601/2008 ,Diário da República (2ª série) n.º 232	271



Memorial do Muro de Berlim - Seção A



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$	•	80\$
A 2.ª série	120\$	•	70\$
A 3.ª série	120\$	•	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

SUMÁRIO

Ministério do Interior :

Decreto-Lei n.º 39 210—Cria no concelho de Sintra, distrito de Lisboa, a freguesia de Agualva-Cacém, com sede em Agualva.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 14 386—Aumenta de um copista o quadro do pessoal auxiliar dos serviços anexados do registo civil e do notariado no concelho de Ourique.

Ministério do Ultramar:

Portaria n.º 14 387—Manda elaborar em regime de autorização os orçamentos gerais de Angola, Moçambique e Estado da Índia para o ano de 1954, ficando os das restantes províncias ultramarinas sujeitos a aprovação.

Decreto n.º 39 211—Fixa o número de professores e professoras dos liceus, do quadro comum, que compete à província ultramarina de Angola.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção-Geral de Administração Política e Civil

Decreto-Lei n.º 39 210

Atendendo ao que representou a maioria absoluta dos chefes de família eleitores com residência habitual nos lugares de Abelheira, Agualva, Colaride, Grajal e Papel, da freguesia de Belas, e Cacém, S. Marcos e Lóios, da freguesia de Rio de Mouro, todos do concelho de Sintra, no sentido de ser criada uma freguesia com sede em Agualva e a designação de Agualva-Cacém;

Considerando que a circunscrição a criar tem população superior a 5 000 habitantes, igreja própria, escolas primárias oficiais e particulares e corpo de bombeiros;

Considerando que está assegurada a criação da correspondente paróquia religiosa;

Considerando que a nova freguesia, além de mercado diário, possui notável desenvolvimento comercial e industrial;

Considerando que alguns dos mencionados lugares se encontram a cerca de 4 e 5 km de distância da sede das freguesias a que actualmente pertencem;

Considerando que tanto as freguesias de origem como a que se pretende criar ficarão a dispor dos recursos indispensáveis para satisfazer os seus encargos;

Considerando que se verificam todas as demais condições referidas no artigo 9.º do Código Administrativo e se cumpriram as formalidades exigidas pela mesma disposição legal;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada no concelho de Sintra, distrito de Lisboa, a freguesia de Agualva-Cacém, com sede em Agualva.

§ único. A freguesia de Agualva-Cacém é classificada de 1.ª ordem.

Art. 2.º Os limites da nova freguesia são fixados por uma linha que, começando, ao norte, na estrada de Belas para Mafra, segue para o ocidente pelo caminho que contorna as Quintas da Ganchinha e Santana, Casal da Pedra, Quinta dos Lóios, Casa da Oca e Quinta do Ulmeiro, até à junção da estrada do Cacém a Rio de Mouro com a estrada para Paides. Daqui continua pela linha divisória do Vale Mourão e, depois, por um caminho que vai até à estrada do Cacém para Paço de Arcos, no Alto do Cotão, donde segue, pelo lado nascente, desta estrada até ao limite do concelho, em S. Marcos, continuando, no extremo sul, em direcção ao nascente, até encontrar a ribeira da Jarda. Aqui inflecte para o norte, pelo limite da freguesia de Queluz, até atingir a passagem de nível de Papel e a Quinta do Porto, em Massamá. Continuando para norte, contorna o Casal de Colaride e a Quinta Nova do Tojal, até à estrada de Agualva para Belas, no ponto denominado Dente de Alho, seguindo depois pelo lado sul da estrada de Belas para Mafra, até ao ponto de partida indicado.

§ único. A Câmara Municipal de Sintra procederá, no prazo de noventa dias, a contar da publicação do presente decreto-lei, à colocação de marcos, por forma que fiquem bem patentes os limites fixados neste artigo.

Art. 3.º A eleição da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém realizar-se-á no dia que for designado pelo presidente da Câmara Municipal e serão eleitores os chefes de família da respectiva área inscritos nos recenseamentos das freguesias de Belas e Rio de Mouro.

Art. 4.º A competência atribuída pelo Código Administrativo ao presidente da Junta, no que se refere à eleição e votação, será exercida pelo presidente da Câmara Municipal do concelho de Sintra.

Art. 5.º (transitório). Enquanto não for construído o cemitério paroquial de Agualva-Cacém, os cadáveres dos seus paroquianos podem continuar a ser inumados no cemitério da freguesia a que os respectivos lugares pertenciam.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1953. — FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *João Pinto da Costa Leite* — *Fernando dos Santos Costa* — *Joaquim Trigo de Negreiros* — *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira* — *Artur Aguedo de Oliveira* — *Adolfo do Amaral Abranches*

Pinto — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Viríssimo Cunha — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Manuel Maria Sarmiento Rodrigues — Fernando Andrade Pires de Lima — Ulisses Cruz de Aguiar Cortês — Manuel Gomes de Araújo — José Soares da Fonseca.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 14 386

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do § único do artigo 82.º da Lei n.º 2 049, de 6 de Agosto de 1951, seja aumentado de um copista o quadro do pessoal auxiliar dos serviços anexados do registo civil e do notariado no concelho de Ourique.

Ministério da Justiça, 15 de Maio de 1953.— O Ministro da Justiça, *Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 14 387

Considerando que é indispensável proceder aos preparativos necessários para a elaboração dos orçamentos das províncias ultramarinas, mesmo antes de ser publicada a Lei Orgânica do Ultramar, votada na Assembleia Nacional: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do § 3.º do artigo 156.º da Carta Orgânica em vigor, que sejam elaborados em regime de autorização os orçamentos gerais de Angola, Moçambique e Estado da Índia para o ano de 1954, ficando os das restantes províncias ultramarinas sujeitos a aprovação.

Ministério do Ultramar, 15 de Maio de 1953.— O Ministro do Ultramar, *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de todas as províncias ultramarinas.— *M. M. Sarmiento Rodrigues*.

Direcção-Geral do Ensino

Decreto n.º 39 211

Do preceito do artigo 90.º do Estatuto do Ensino Liceal, segundo a redacção com que foi aplicado ao ultramar pela Portaria n.º 14 292, de 7 de Março de 1953, resulta ficar reservado a professores o quadro do magistério da secção mista do Liceu Salvador Correia, em Luanda.

Como, porém, existe também na província de Angola o Liceu Diogo Cão, da cidade de Sá da Bandeira, e o pessoal docente do quadro comum atribuído aos dois liceus daquela província ultramarina se movimenta segundo o disposto no § único do artigo 125.º da Carta Orgânica do Ultramar Português, torna-se necessário assegurar condições que permitam dar ao liceu de Luanda o pessoal docente já estabelecido, e bem assim ao de Sá da Bandeira o correspondente às condições da sua população escolar, relativamente a sexos.

Nestes termos, e para satisfação do que tem sido justificadamente exposto pelo Governo-Geral;

Tendo em vista o disposto no § 1.º do artigo 150.º da Constituição, por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º do mesmo diploma, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º À província de Angola compete o seguinte número de professores e professoras dos liceus, do quadro comum:

- 1.º grupo — 3 professores e 1 professora.
- 2.º grupo — 5 professores e 4 professoras.
- 3.º grupo — 4 professores e 1 professora.
- 4.º grupo — 2 professores e 1 professora.
- 5.º grupo — 3 professores e 1 professora.
- 6.º grupo — 3 professores e 1 professora.
- 7.º grupo — 3 professores e 2 professoras.
- 8.º grupo — 3 professores e 3 professoras.
- 9.º grupo — 3 professores e 2 professoras.

Art. 2.º Do pessoal a que se refere o artigo anterior devem ser colocados no Liceu Diogo Cão, em Sá da Bandeira:

- 1.º grupo — 2 professores.
- 2.º grupo — 2 professores e 2 professoras.
- 3.º grupo — 2 professores.
- 4.º grupo — 1 professor.
- 5.º grupo — 1 professor e 1 professora.
- 6.º grupo — 2 professores.
- 7.º grupo — 1 professor e 1 professora.
- 8.º grupo — 2 professores e 1 professora.
- 9.º grupo — 1 professor e 1 professora.

Art. 3.º São mantidos todos os direitos dos actuais professores e professoras, nomeados provisória ou definitivamente ou contratados, e colocados nos liceus de Angola, mas, à medida que forem ocorrendo necessidades de novos provimentos e colocações, deverá proceder-se no sentido de se ir tornando efectivo o cumprimento das disposições do presente decreto, devendo, para o efeito, a Direcção-Geral do Ensino, em relação a cada uma das vagas ocorrentes, fundamentar a conveniente proposta.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Maio de 1953.— FRANCISCO HIGINO CRAVEIRO LOPES — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Maria Sarmiento Rodrigues*.

Para ser publicado no *Boletim Oficial* da província ultramarina de Angola.— *M. M. Sarmiento Rodrigues*.

conforme com as deliberações da JM/EMGFA poderá recorrer para uma junta superior de saúde, nos termos consagrados nos artigos 437.º e seguintes do RGSSE.

9.º A junta superior de saúde será composta por um general ou vice-almirante, ao serviço do EMGFA, que será o presidente, pelos 3 oficiais médicos mais antigos do EMGFA ou dos organismos directamente dependentes do CEMGFA, que não tenham feito parte da Junta recorrida, e pelo presidente da mesma Junta, qualquer que seja a sua graduação.

10.º A junta superior de saúde será nomeada, quando necessário, por despacho do CEMGFA, sob proposta do COAG.

11.º Os meios de diagnóstico que se tornarem necessários para o cumprimento da missão que está confiada às juntas médicas referidas no presente diploma serão solicitados aos ramos das Forças Armadas.

12.º As referências constantes do RGSSE ao ministério da guerra, secretaria da guerra e ao ministro da guerra devem ser entidades como feitas ao EMGFA e organismos directamente dependentes do CEMGFA e ao CEMGFA.

Estado-Maior-General das Forças Armadas, 6 de Maio de 1982. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio*, general.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei n.º 11/82
de 2 de Junho

**Regime de criação e extinção das autarquias locais
e de designação e determinação da categoria das povoações**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e do n.º 2 do artigo 169.º da Constituição, ouvidos os órgãos de governo das Regiões dos Açores e da Madeira, o seguinte:

ARTIGO 1.º

Compete à Assembleia da República legislar sobre a criação ou extinção das autarquias locais e fixação dos limites da respectiva circunscrição territorial.

ARTIGO 2.º

Cabe também à Assembleia da República legislar sobre a designação e a determinação da categoria das povoações.

ARTIGO 3.º

A Assembleia da República, na apreciação das respectivas iniciativas legislativas, deve ter em conta:

- Os pertinentes índices geográficos, demográficos, sociais, culturais e económicos;
- Razões de ordem histórica;
- Os interesses de ordem geral e local em causa, bem como as repercussões administrativas e financeiras da alteração pretendida;
- Os pareceres e apreciações expressos pelos órgãos do poder local.

ARTIGO 4.º

A criação de novas freguesias depende da verificação das seguintes condições:

- Fundamentar-se a iniciativa em razões de ordem geográfica, demográfica, económica, cultural e administrativa;
- Não ficarem as freguesias de origem desprovidas dos recursos indispensáveis à sua manutenção nem dos requisitos e pontuações mínimos dos artigos 6.º e 7.º

ARTIGO 5.º

Na criação de novas freguesias atender-se-á aos indicadores seguintes, ponderados de acordo com os escalões constantes do quadro anexo ao presente diploma:

- Número de eleitores da área proposta para a nova freguesia;
- Taxa de variação demográfica, observada entre os 2 últimos recenseamentos eleitorais, intervalados de 5 anos;
- Diversificação de estabelecimentos de comércio e de estruturas de serviços;
- Organismos de índole cultural ou artística existentes na área da futura freguesia;
- Acessibilidade de transportes.

ARTIGO 6.º

A criação de novas freguesias fica condicionada à verificação dos seguintes requisitos:

- Número de eleitores na área da futura circunscrição não inferior a 500;
- Existência na futura circunscrição de estabelecimentos, estruturas de serviços ou organismo de índole cultural ou artística em número não inferior a 4, bastando, porém, 1 quando se tratar de estabelecimento polivalente;
- Existência de, pelo menos, uma escola que possa vir a assegurar em curto espaço de tempo a escolaridade obrigatória;
- Obtenção de, pelo menos, 6 pontos, de harmonia com os níveis de ponderação constantes do quadro anexo.

ARTIGO 7.º

A viabilidade da criação de nova freguesia, quando a área que se pretende venha a constituir a futura circunscrição incluir território total ou parcialmente integrado em sede de município ou em agregado de 5000 ou mais eleitores, fica condicionada à satisfação cumulativa dos seguintes requisitos:

- Número de eleitores da área da futura circunscrição não inferior a 6000 nos Municípios de Lisboa e Porto e não inferior a 2500 nos restantes municípios;
- Taxa de variação demográfica positiva e superior a 3 % na área da futura circunscrição, observada entre os dois últimos recenseamentos eleitorais intervalados de 5 anos.

ARTIGO 8.º

A criação de novas freguesias não deverá provocar alterações nos limites dos municípios, salvo quando se revelem indispensáveis por motivos de reconhecido interesse público, devidamente explicitados.

ARTIGO 9.º

1 — Não é permitida a criação de novas freguesias durante o período de 3 meses que imediatamente antecede a data marcada para a realização, a nível nacional, de quaisquer eleições de órgãos de soberania, da assembleia das regiões autónomas ou órgãos do poder local.

2 — No caso de eleições intercalares, quer a nível de regiões autónomas quer a nível regional, municipal ou de freguesia, a proibição atinge unicamente a criação de novas autarquias na área respectiva, contando-se o prazo a partir da data da dissolução.

ARTIGO 10.º

1 — Enquanto não estiverem constituídos os órgãos autárquicos da nova freguesia, a respectiva administração será cometida a uma comissão instaladora, nomeada pela assembleia municipal no prazo máximo de 15 dias a contar da data da sua criação.

2 — A comissão instaladora terá uma maioria constituída por cidadãos eleitores da área da nova freguesia, devendo ser integrada também por membros da assembleia e câmara municipal e da assembleia e junta de freguesia de origem.

3 — Na designação dos cidadãos eleitores da área da nova freguesia ter-se-ão em conta os resultados das últimas eleições para a assembleia da freguesia de origem.

4 — À comissão instaladora competirá preparar a realização das eleições para os respectivos órgãos, bem como a prática dos demais actos preparatórios da instalação da nova autarquia.

5 — Para os fins consignados nos números anteriores será fornecido apoio técnico e financeiro pelo Ministério da Administração Interna, competindo ao Instituto Geográfico e Cadastral dar a assistência técnica própria da sua competência.

6 — A comissão instaladora não poderá exercer funções por prazo superior a 3 meses.

ARTIGO 11.º

As leis que criarem novas freguesias devem, obrigatoriamente, indicar:

- a) Número de componentes da comissão instaladora;
- b) Calendário das eleições e das demais operações eleitorais;
- c) Descrição minuciosa da linha limite da nova circunscrição, acompanhada de representação cartográfica à escala de 1:25 000.

ARTIGO 12.º

Uma povoação só pode ser elevada à categoria de vila quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 3000 e

possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos:

- a) Posto de assistência médica;
- b) Farmácia;
- c) Casa do Povo, dos Pescadores, de espectáculos, centro cultural ou outras colectividades;
- d) Transportes públicos colectivos;
- e) Estação dos CTT;
- f) Estabelecimentos comerciais e de hotelaria;
- g) Estabelecimento que ministre escolaridade obrigatória;
- h) Agência bancária.

ARTIGO 13.º

Uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade quando conte com um número de eleitores, em aglomerado populacional contínuo, superior a 8000 e possua, pelo menos, metade dos seguintes equipamentos colectivos:

- a) Instalações hospitalares com serviço de permanência;
- b) Farmácias;
- c) Corporação de bombeiros;
- d) Casa de espectáculos e centro cultural;
- e) Museu e biblioteca;
- f) Instalações de hotelaria;
- g) Estabelecimento de ensino preparatório e secundário;
- h) Estabelecimento de ensino pré-primário e infantários;
- i) Transportes públicos, urbanos e suburbanos;
- j) Parques ou jardins públicos.

ARTIGO 14.º

Importantes razões de natureza histórica, cultural e arquitectónica poderão justificar uma ponderação diferente dos requisitos enumerados nos artigos 12.º e 13.º

ARTIGO 15.º

O disposto no artigo 9.º aplica-se igualmente à fixação da categoria de povoações.

ARTIGO 16.º

1 — A presente lei aplica-se às regiões autónomas.

2 — As adaptações a introduzir por decreto das respectivas assembleias regionais deverão respeitar os princípios da presente lei.

ARTIGO 17.º

São revogados os artigos 8.º, 9.º e 12.º do Código Administrativo.

Aprovada em 19 de Março de 1982.

O Presidente da Assembleia da República, *Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias*.

Promulgada em 23 de Abril de 1982.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Quadro anexo a que se refere o artigo 5.º

Indicadores	Pontuação				
	2 pontos	4 pontos	6 pontos	10 pontos	
Eleitores da área	500 a 999 <input type="text"/>	1000 a 1999 <input type="text"/>	2000 a 2499 <input type="text"/>	2500 ou mais <input type="text"/>	<input type="text"/>
Taxa de variação demográfica da área	0 a 5 <input type="text"/>	5 a 10 <input type="text"/>	10 a 15 <input type="text"/>	Superior a 15 <input type="text"/>	<input type="text"/>
Variedades de estabelecimentos de comércio e de serviços ou índole cultural.	4 ou 1 polivalente <input type="text"/>	5 a 8 ou 2 polivalentes <input type="text"/>	9 a 12 ou 3 polivalentes <input type="text"/>	13 ou mais ou 4 polivalentes ou mais <input type="text"/>	<input type="text"/>
Acessibilidade de transportes entre as principais povoações.	Automóvel <input type="text"/>	Automóvel + transporte colectivo não diário <input type="text"/>	Automóvel + transporte colectivo diário <input type="text"/>	Automóvel + 2 tipos de transporte colectivo diário <input type="text"/>	<input type="text"/>

Total de pontos

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 218/82

de 2 de Junho

O cooperativismo habitacional é, pelos elevados interesses envolvidos pelas necessidades prementes que visa satisfazer, um dos ramos do sector cooperativo que maior adesão tem suscitado, como bem o atesta o número de 250 cooperativas legalizadas em 1980 em todos os distritos do País.

Aliás, a Constituição da República, no seu artigo 65.º, atribui às cooperativas de habitação o responsabilizante encargo de colaborarem com o Estado no desempenho de funções que a este, desde logo, incumbem.

Por outro lado, a extrema dependência de capitais do Estado em que se encontra a actividade das cooperativas de habitação, conjuntamente com os aspectos que acima foram referidos, levou à necessidade de uma cuidadosa regulamentação da parte especial relativa às cooperativas de construção e habitação previstas no Código Cooperativo.

Assim, em traços muito gerais, a par do tratamento, que se quis equilibrado, das figuras consagradas da propriedade colectiva e da propriedade individual, bem como das modalidades de atribuição dos fogos, em termos, aliás, algo inovadores, procurou-se assegurar a existência de mecanismos jurídicos de controle e fiscalização da actividade destas cooperativas, unificou-se num só regime jurídico as situações das cooperativas de habitação económica e das cooperativas chamadas «antigas», acabou-se com práticas de autorização administrativa de constitucionalidade menos que duvidosa e deram-se passos na integração da

actividade das cooperativas na política global do fomento à aquisição de habitação própria.

Nestes termos, considerando a natureza específica do ramo das cooperativas de construção e habitação previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Código Cooperativo;

Considerando a necessidade de criar legislação específica que regule o ramo:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Das cooperativas de construção e habitação em geral

Artigo 1.º

(Âmbito)

As cooperativas de construção e habitação e as suas organizações de grau superior regem-se pelas disposições do presente diploma e, nas suas omissões, pelo Código Cooperativo.

Artigo 2.º

(Noção)

1 — São cooperativas de construção e habitação as que tenham por objecto principal a construção ou a sua promoção e a aquisição de fogos para habitação dos seus membros, bem como a sua reparação ou remodelação.

2 — As cooperativas de construção e habitação podem ainda prosseguir ou apoiar e incentivar outras

Lei n.º 62/85
de 25 de Setembro

Elevação de Tocha a vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO ÚNICO

A povoação de Tocha, no concelho de Cantanhede, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 9 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 14 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Lei n.º 63/85
de 25 de Setembro

Elevação de Anha a vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO ÚNICO

A povoação de Anha, no concelho de Viana do Castelo, é elevada à categoria de vila, com o nome de Vila Nova de Anha.

Aprovada em 9 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 14 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Lei n.º 64/85
de 25 de Setembro

Elevação de Unhais da Serra a vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO ÚNICO

A povoação de Unhais da Serra, no concelho da Covilhã, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 11 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 14 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Lei n.º 65/85
de 25 de Setembro

Elevação de Sangalhos a vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO ÚNICO

A povoação de Sangalhos, no concelho de Anadia, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 9 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 14 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

Lei n.º 66/85
de 25 de Setembro

Elevação de Agualva-Cacém a vila

A Assembleia da República decreta, nos termos dos artigos 164.º, alínea d), e 169.º, n.º 2, da Constituição, o seguinte:

ARTIGO ÚNICO

A povoação de Agualva-Cacém, no concelho de Sintra, é elevada à categoria de vila.

Aprovada em 9 de Julho de 1985.

O Presidente da Assembleia da República, *Fernando Monteiro do Amaral*.

Promulgada em 8 de Agosto de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendada em 14 de Agosto de 1985.

O Primeiro-Ministro, *Mário Soares*.

2 — O recrutamento para as categorias de archeiro de 1.ª classe e de archeiro principal faz-se de acordo com as regras de progressão definidas para as carreiras horizontais.

3 — O guarda-mor é recrutado por concurso de provas de conhecimentos específicos, complementado por entrevista e ou exame psicológico, de entre archeiros principais ou outro pessoal, desde que habilitados com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente.

Art. 4.º São extintos os lugares de guarda-mor e de archeiro de 1.ª e 2.ª classes, constantes do mapa 1 do Decreto-Lei n.º 536/79, de 31 de Dezembro, e criados, em sua substituição, os lugares constantes do mapa anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Art. 5.º A integração do pessoal da carreira em lugares criados pelo presente diploma far-se-á:

- a) Em categoria idêntica à que o interessado já possui, nos termos do quadro aprovado pelo presente diploma;
- b) Na categoria de archeiro principal, tratando-se de archeiro de 1.ª classe com pelo menos cinco anos de bom e efectivo serviço na categoria.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Maio de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Roberto Artur da Luz Carneiro*.

Promulgado em 22 de Junho de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 23 de Junho de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

MAPA ANEXO

Quadro de pessoal da carreira de archeiro da Universidade de Coimbra a que se refere o artigo 4.º do presente diploma

Número de lugares	Designação	Letra de vencimento
1	Guarda-mor	M
18	Archeiro principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe	N, Q ou S

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Decreto-Lei n.º 238/88

de 5 de Julho

O troço Lisboa Rossio-Cacém-Torres Vedras faz parte da linha do Oeste, atravessando os Municípios de Lisboa, Amadora, Sintra e Torres Vedras, cuja densidade populacional é bastante elevada.

Esta linha, que tem funções predominantemente interurbanas e regionais, com excepção do seu troço ini-

cial, começa a adquirir, a partir do Cacém, características suburbanas, em virtude do crescimento demográfico que se vem intensificando ao longo do traçado.

Face à previsível procura de transporte ferroviário e à optimização racional da oferta, é imperiosa a criação de zonas de correspondência rodo-ferroviária e a remodelação e ampliação de infra-estruturas da referida linha.

Inevitável é também a crescente procura do transporte por caminho de ferro no ramal de Sintra, resultante da expansão demográfica que também aí continua a verificar-se. Para que este ramal continue a ser o principal suporte de uma das mais importantes ligações suburbanas de Lisboa impõe-se a remodelação e ampliação das infra-estruturas ferroviárias de algumas das suas estações, assim como o estabelecimento de correspondências rodo-ferroviárias, de forma a garantir uma eficaz articulação entre os operadores de transporte.

Os limites da zona *non aedificandi* ferroviária, prevista no Regulamento para Exploração e Polícia dos Caminhos de Ferro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 39 780, de 21 de Agosto de 1954, na redacção do Decreto-Lei n.º 48 594, de 26 de Setembro de 1968, não são suficientes para a protecção dos terrenos necessários às ampliações em causa, razão por que se estabelece, neste diploma, zonas de protecção específicas.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único. — 1 — A implantação de edifícios, arruamentos e passagens de nível, ou qualquer outro tipo de ampliação ou construção, na zona confinante com a linha do Oeste, entre os quilómetros 11,000 e 31,817, conforme os limites expressos nos desenhos n.ºs V-010138, V-010139, V-010140, V-009421, V-009422, V-009423, L-005353, V-009689, L-005354, L-005355, L-004961, L-004962 e L-004963 e nos quadros I a VII de valores de distâncias, anexos a este diploma, de que fazem parte integrante, fica sujeita, caso a caso, à autorização e aprovação do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob proposta da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

2 — A implantação de edifícios, arruamentos e passagens de nível, ou qualquer outro tipo de ampliação ou construção, na zona confinante com o ramal de Sintra, entre os quilómetros 19,300 e 27,327, conforme os limites expressos nos desenhos n.ºs V-010052, V-010053, V-010054, V-010055, V-010056, V-010059, V-010059 e V-010060 e nos quadros VIII a X de valores de distâncias, anexos a este diploma, fica também sujeita, caso a caso, à autorização do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob proposta da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 12 de Maio de 1988. — *Aníbal António Cavaco Silva* — *João Maria Leitão de Oliveira Martins*.

Promulgado em 9 de Junho de 1988.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Junho de 1988.

O Primeiro-Ministro, *Aníbal António Cavaco Silva*.

QUADRO I

Linha do Oeste

Km: 11,000 a 13,280

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
11,000	25,00	20,00	V-010138
11,080	—	20,00; 30,00	
11,240	25,00; 40,00	—	
11,300	40,00; 45,00	—	
11,360	45,00; 30,00	—	
11,400	—	30,00; 20,00	
11,540	30,00; 25,00	—	
11,660	—	20,00; 25,00	
11,880	25,00; 30,00	—	
12,000	30,00	25,00	
12,120	—	25,00; 40,00	V-010139
12,140	30,00; 40,00	—	
12,160	—	40,00; 50,00	
12,260	—	50,00; 30,00	
12,300	40,00; 30,00	—	
12,340	30,00; 25,00	—	
12,520	—	30,00; 35,00	
12,640	—	35,00; 50,00	
12,740	25,00; 20,00	—	
12,800	—	50,00; 40,00	
13,000	20,00	40,00	
13,080	—	40,00; 50,00	V-010140
13,160	20,00; 25,00	—	
13,280	25,00; 30,00	—	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO II

Linha do Oeste

Km: 13,280 a 14,912

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
13,280	25,00; 30,00	—	V-010140
13,440	30,00; 25,00	—	
13,460	—	50,00; 45,00	
13,540	—	45,00; 40,00	
13,560	25,00; 20,00	—	
13,620	—	40,00; 35,00	
13,680	—	35,00; 30,00	
14,000	20,00	30,00	
14,050	21,00	—	V-009421
14,075	—	28,00	
14,144	—	32,00	
14,168	23,00	—	
14,241	24,00	36,00	
14,333	20,00	36,00	
14,419	19,00	36,00	
14,511	19,50	33,00	
14,590	17,50	31,50	
14,645	17,00	30,00	
14,707	19,00	28,00	
14,770	21,50	31,00	
14,824	22,50	37,50	
14,857	20,00	—	
14,887	19,00	37,50	
14,912	16,50	—	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO III

Linha do Oeste

Km: 14,912 a 16,000

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
14,912	16,50	—	V-009421
14,942	13,50	35,00	
14,977	11,00	—	
14,994	11,50	32,50	
15,000	12,00	30,00	
15,009	12,00	—	V-009422
15,058	19,50; 21,50	—	
15,086	—	30,00	
15,118	23,00; 30,00	—	
15,156	30,00	—	
15,178	—	30,00	
15,208	13,00	—	
15,268	—	30,00	
15,335	14,50	30,00	
15,390	19,00	30,00	
15,438	21,00	30,00	
15,493	21,50	40,00	
15,572	24,00	40,00	
15,630	23,00	49,00	
15,746	21,00	44,00	
15,804	21,00	45,00	
15,861	19,50	45,00	
15,929	18,50	41,00	
16,000	26,00	39,00	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO IV

Linha do Oeste

Km: 16,000 a 17,000; 17,410 a 17,820

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
16,000	26,00	39,00	V-009422
16,022	25,00	40,00	V-009423
16,072	24,00	34,00	
16,142	23,00	31,00	
16,195	20,00	34,00	
16,304	22,00	36,00	
16,402	16,00	46,00	
16,457	14,00	38,00	
16,543	21,00	47,00	
16,591	29,00	56,00	
16,656	39,00	50,00	
16,728	45,00	34,00	
16,792	43,00	30,00	
16,864	33,00	30,00	
16,937	23,00	39,00	
16,985	20,00	43,00	
17,000	39,00	46,00	
17,410	—	10,00	L-005353
17,430	45,00	—	
17,440	30,00	—	
17,508	—	10,00	
17,514	20,00	—	
17,800	—	15,00	
17,820	—	10,00	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO V
Linha do Oeste
Km: 17,820 a 20,900

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
17,820	—	10,00	L-005353
18,000	20,00	10,00	
18,100	—	20,00	
18,350	—	20,00; 25,00	
18,400	20,00; 25,00	25,00	V-009689
18,700	25,00	25,00	
18,800	30,00	—	
18,900	45,00	25,00	
19,000	50,00	—	
19,100	55,00	25,00; 20,00	
19,200	50,00	—	
19,300	30,00	—	
19,500	—	30,00	
19,700	15,00	—	
19,800	—	25,00	
20,100	30,00	50,00	
20,200	40,00	—	
20,300	60,00	—	
20,400	50,00	50,00	
20,500	—	25,00	
20,600	25,00	15,00	
20,700	20,00	15,00	
20,800	—	10,00	
20,900	20,00	10,00	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO VI
Linha do Oeste
Km: 20,900 a 30,700

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
20,900	20,00	10,00	V-009689
21,000	—	10,00; 20,00	L-005354
21,110	—	20,00; 60,00	
21,200	—	60,00; 40,00	
21,550	—	40,00; 30,00	
21,800	20,00; 15,00	—	
22,000	15,00	30,00	L-005355
22,700	15,00; 20,00	30,00; 40,00	
22,900	—	40,00; 60,00	
22,990	—	60,00; 40,00	
23,300	20,00; 15,00	40,00; 20,00	
23,800	15,00	20,00; 30,00	L-004961
24,600	—	30,00; 40,00	
25,000	15,00; 20,00	—	
25,355	20,00; 65,00	—	
25,445	65,00; 20,00	—	
26,000	20,00; 10,00	—	
26,100	—	40,00; 15,00	
26,400	10,00	15,00	
28,800	10,00	15,00	L-004962

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
29,700	10,00	—	L-004963
29,900	40,00	—	
30,100	—	15,00; 20,00	
30,700	40,00	—	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO VII
Linha do Oeste
Km: 30,700 a 31,817

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
30,700	40,00	—	L-004963
30,800	20,00	—	
31,000	20,00; 30,00	20,00; 30,00	
31,400	30,00	30,00	
31,500	40,00	50,00	
31,600	40,00	50,00	
31,700	30,00	30,00	
31,817	30,00	30,00	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente da linha do Oeste e no sentido crescente do quilómetro (Lisboa Rossio-Torres Vedras).

QUADRO VIII
Ramal de Sintra
Km: 19,300 a 22,000

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
19,300	30,00; 25,00	—	V-010052
19,400	25,00; 20,00	30,00; 20,00	
19,500	—	20,00; 25,00	
19,600	—	25,00; 20,00	
20,000	20,00; 25,00	20,00	
20,400	25,00; 20,00	—	V-010053
20,579	—	20,00	
20,682	—	20,00	
20,705	20,00; 38,00	—	
20,735 5	—	43,00	
20,761 5	38,00	—	
20,767	20,00	—	
20,780 5	—	20,00	
20,789	—	85,00	
21,000	20,00	20,00	
21,100	20,00; 25,00	—	V-010054
21,600	25,00; 20,00	—	
21,733	—	48,50	
21,738	—	20,00	
21,789 5	—	58,00	
21,793 5	—	34,00	
21,885	—	51,00	
21,886	—	40,00	
22,000	20,00; 25,00	69,14	

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente do ramal de Sintra e no sentido crescente do quilómetro (Cacém-Sintra).

QUADRO IX

Ramal de Sintra

Km: 22,000 a 26,166

Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
22,000	20,00; 25,00	69,14	V-010054
22,005	—	70,00	V-010055
22,013	—	20,00	
22,400	25,00; 20,00	—	
22,700	20,00; 15,00	20,00; 15,00	
23,000	15,00; 20,00	15,00; 20,00	
23,925	—	20,00	V-010056
23,931 5	—	21,90	
23,942	—	26,75	
23,952 5	—	32,60	
23,963	—	39,15	
23,973 5	—	48,15	
23,984	—	59,50	
23,989	—	40,00	
24,000	20,00	40,00	V-010057
24,027 33	—	40,00	
24,120 5	—	138,60	
24,765	—	138,60	
24,891 27	—	20,00	
25,000	20,00	20,00	V-010058
25,300	20,00; 25,00	—	
25,800	25,00; 20,00	—	
26,000	20,00	20,00	
26,166	—	20,00; 60,00	V-010059

(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente do ramal de Sintra e no sentido crescente do quilómetro (Cacém-Sintra).

QUADRO X

Ramal de Sintra

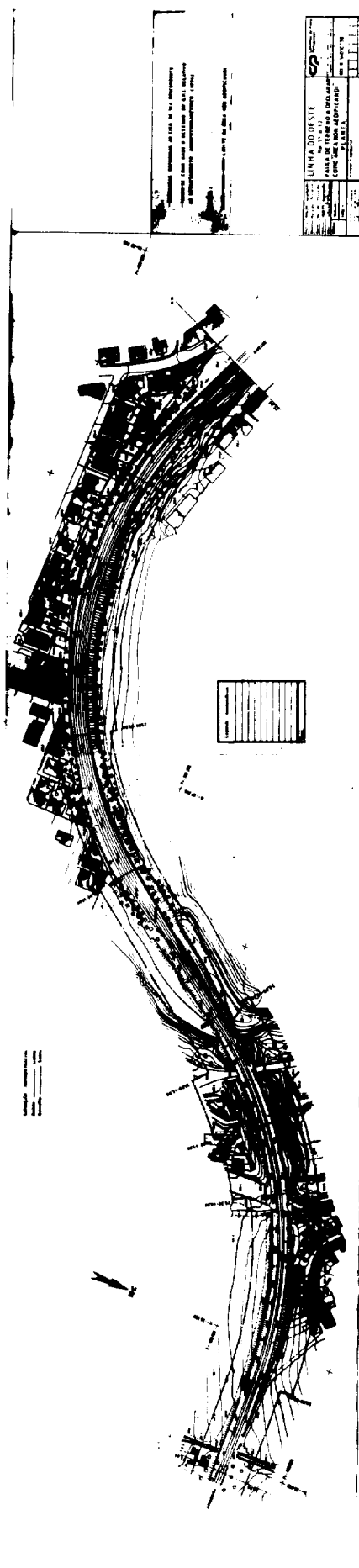
Km: 26,166 a 27,285

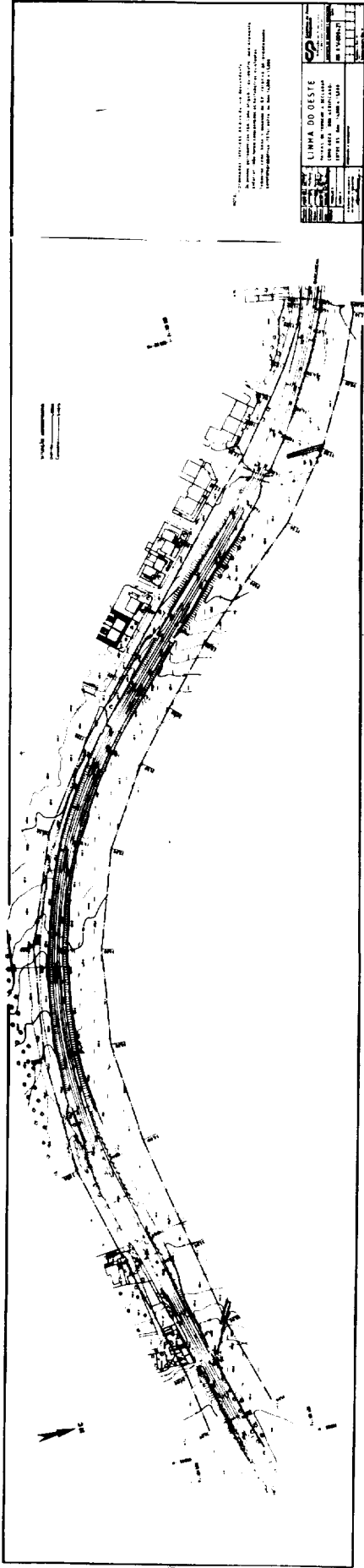
Concelho de Sintra

Terrenos a declarar como área non aedificandi

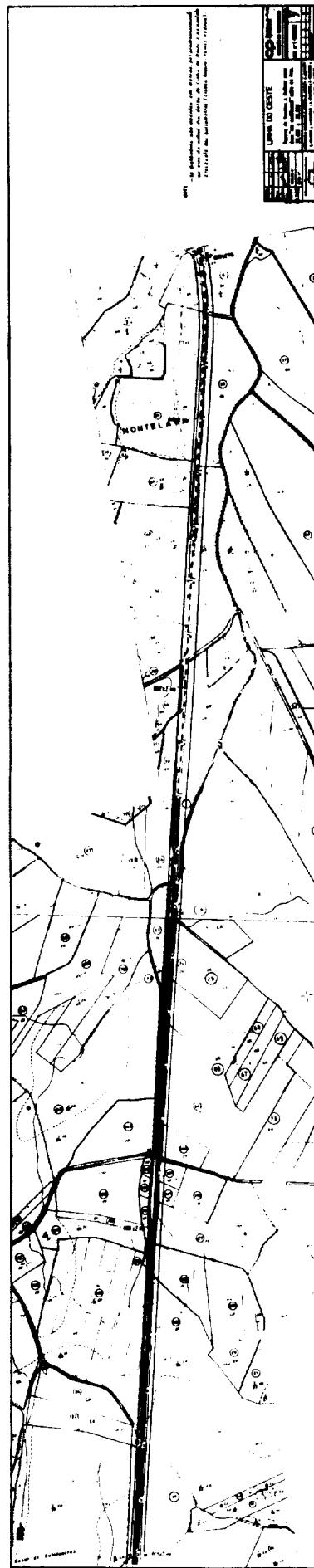
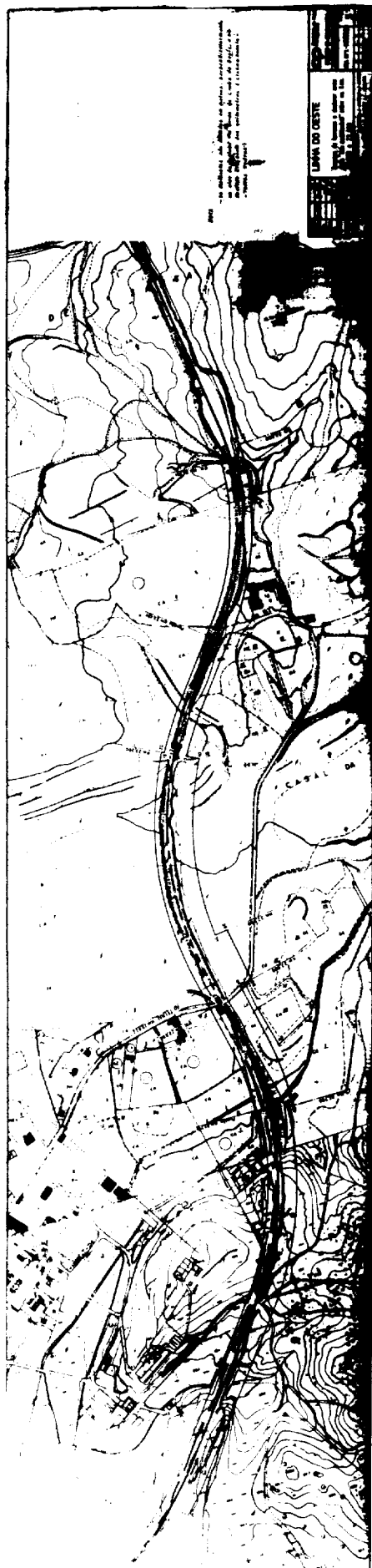
Quilómetros	Distâncias (a)		Desenho número
	À esquerda	À direita	
26,166	—	20,00; 60,00	V-010059
26,384 5	—	60,00; 20,00	
26,924 5	15,00	22,00	
26,948 5	18,00	—	
27,000	29,00	16,00	
27,039	—	13,50	V-010060
27,056	—	14,50	
27,057	40,00	—	
27,186	—	14,50; 6,00	
27,253	40,00	—	
27,274	21,00	—	
27,285	5,00	6,00	

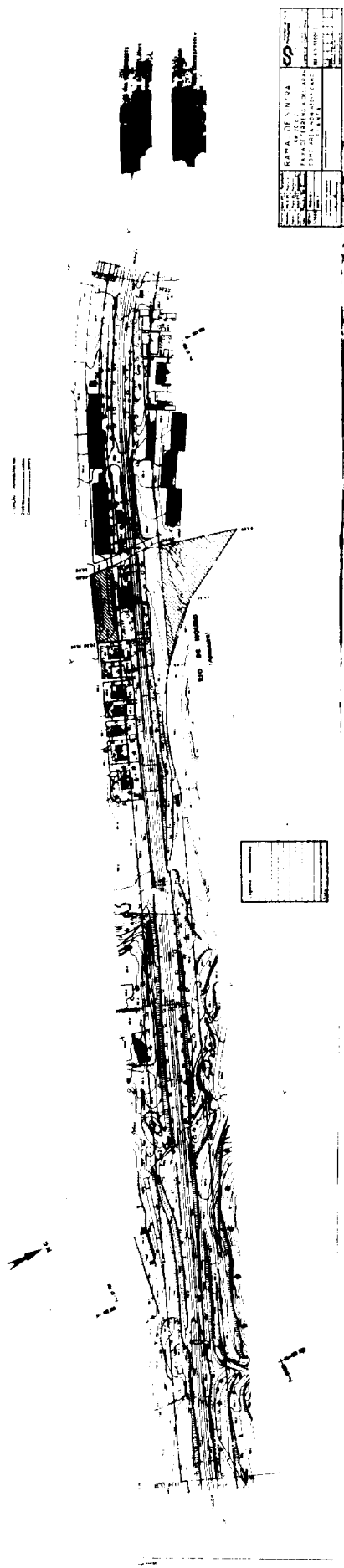
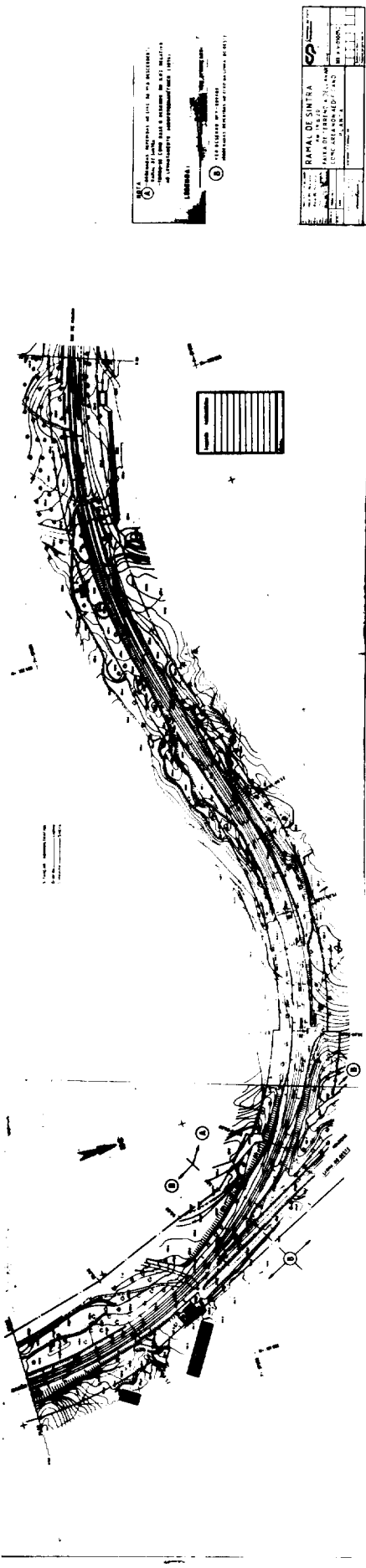
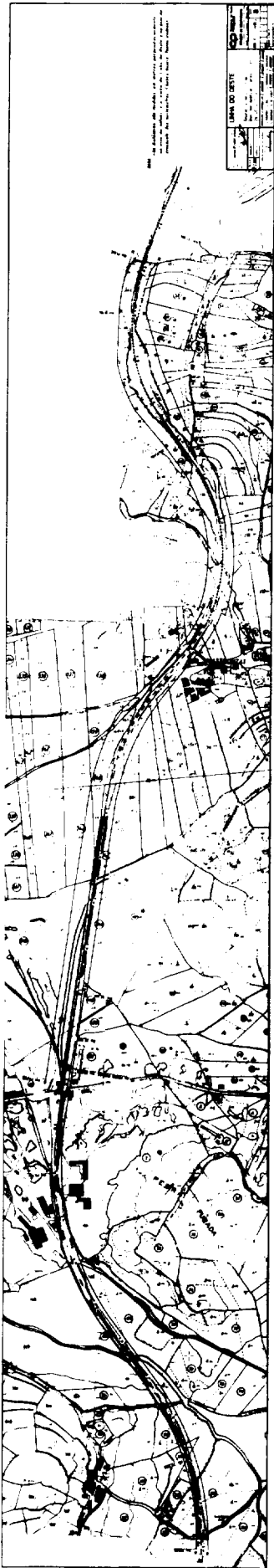
(a) As distâncias são medidas em metros, perpendicularmente ao eixo da via descendente do ramal de Sintra e no sentido crescente do quilómetro (Cacém-Sintra).

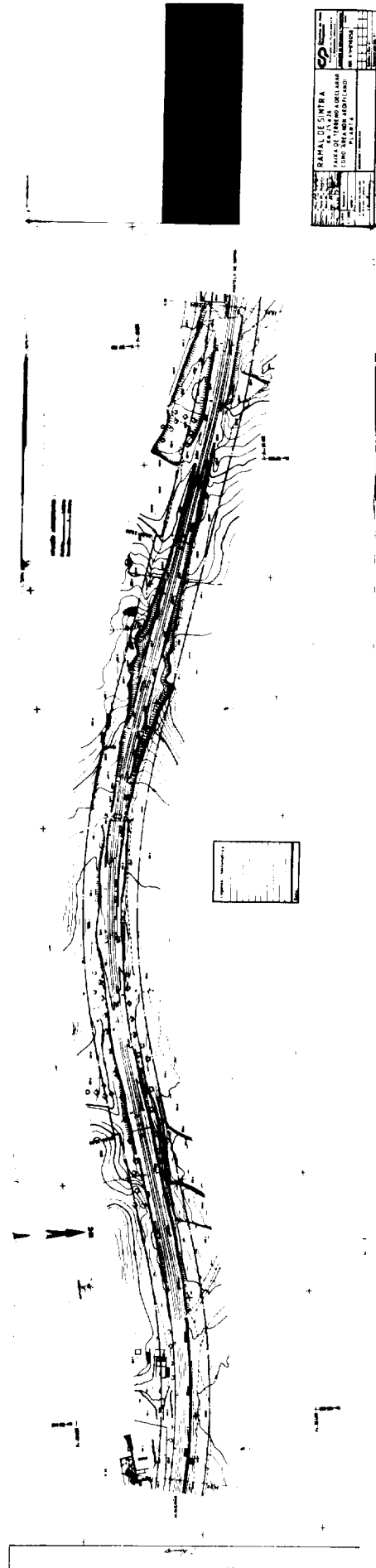
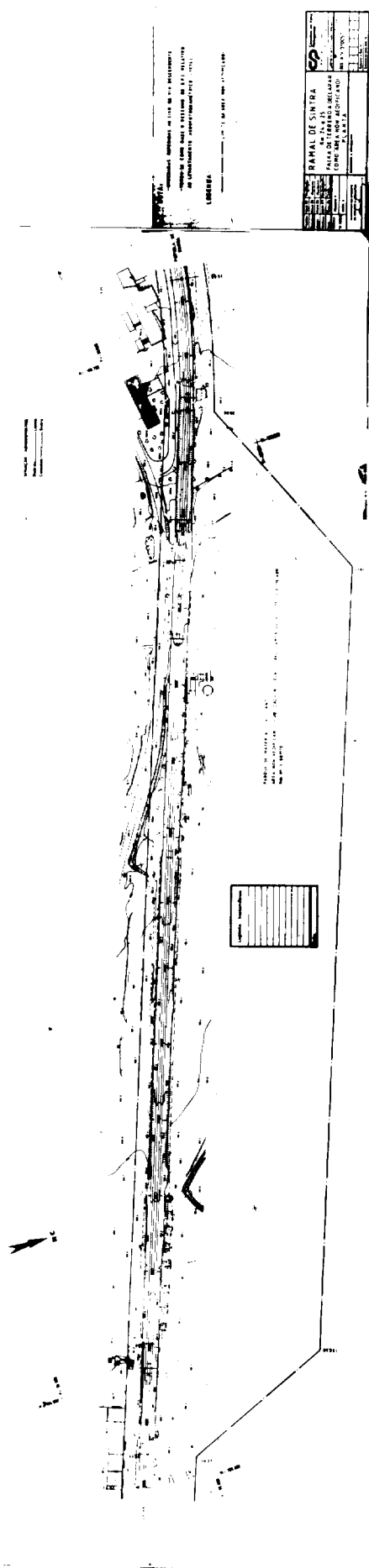


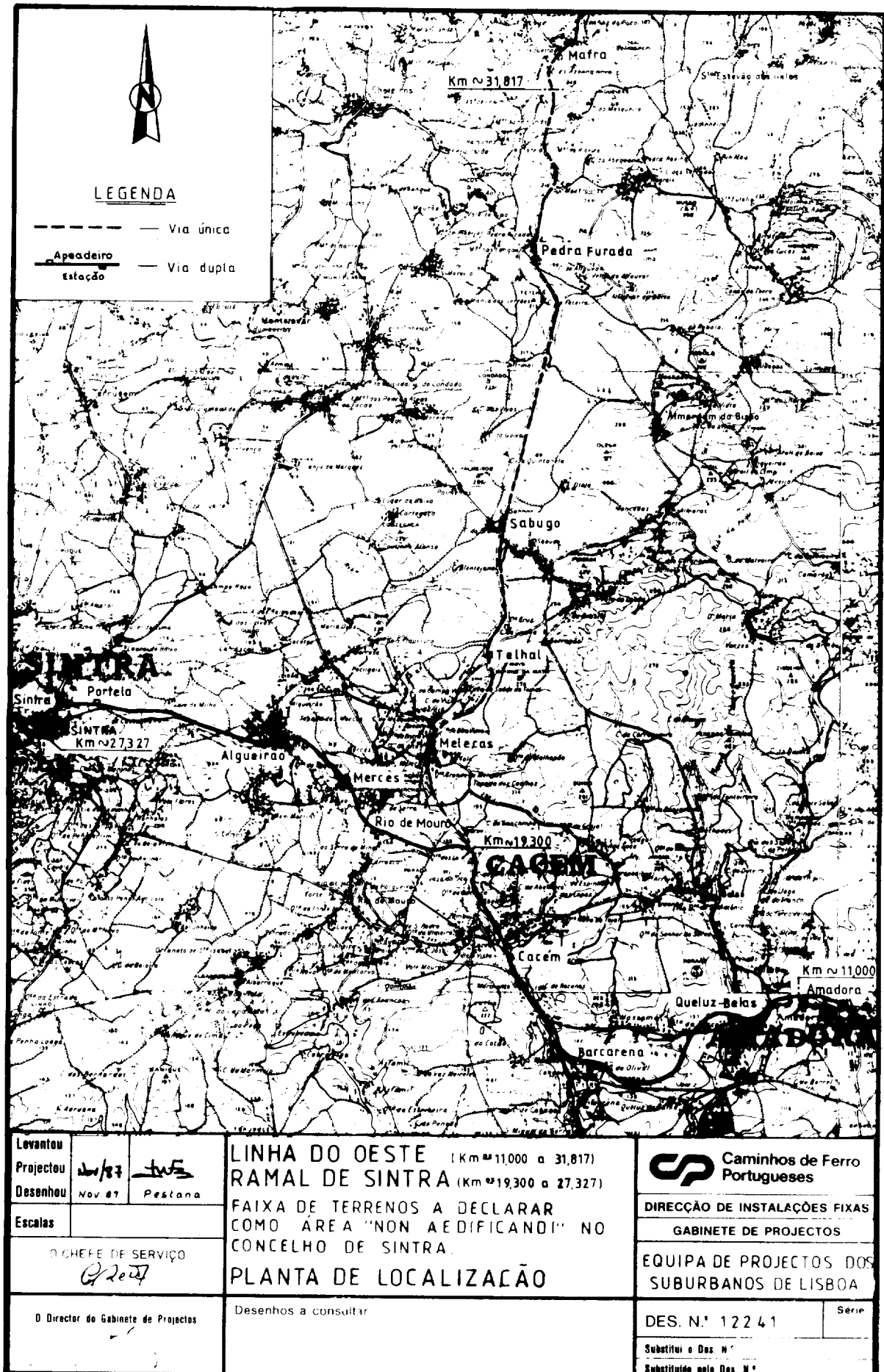












Levantou
 Projectou
 Desenhou
 Escalas

CHEFE DE SERVIÇO
[Assinatura]

O Director do Gabinete de Projectos

LINHA DO OESTE (Km ~11,000 a 31,817)
RAMAL DE SINTRA (Km ~19,300 a 27,327)
FAIXA DE TERRENOS A DECLARAR
COMO ÁREA "NON AEDIFICANDI" NO
CONCELHO DE SINTRA.
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

Desenhos a consultar



**Caminhos de Ferro
 Portugueses**

**DIRECÇÃO DE INSTALAÇÕES FIXAS
 GABINETE DE PROJECTOS**

**EQUIPA DE PROJECTOS DOS
 SUBURBANOS DE LISBOA**

DES. N.º 122 41

Série

Substitui o Des. N.º

Substituído pelo Des. N.º

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000

1 — Justificação e antecedentes

Uma nova visão estratégica do ambiente e do ordenamento constitui uma das prioridades políticas da acção do Governo. Justifica-se, assim, inteiramente, a adopção de medidas excepcionais em matéria de requalificação urbana e de valorização ambiental das cidades portuguesas.

Essas medidas têm como elemento essencial a criação do Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, que, com base nas disponibilidades financeiras do III Quadro Comunitário de Apoio, se propõe desempenhar um papel mobilizador e potenciador de iniciativas que visem a qualificação urbanística e ambiental das cidades.

Para um número crescente de portugueses o «ambiente» é hoje, em larga medida, o «ambiente nas cidades». A vida urbana tornou-se, assim, a fonte de alguns dos principais problemas ambientais sentidos directamente pela população, especialmente no que diz respeito à ausência de espaços públicos de qualidade, à carência de zonas de lazer e ao aumento dos problemas de congestionamento de trânsito com a correspondente degradação da qualidade do ar e o aumento dos níveis de ruído.

Deve ser reconhecido, também, que nas últimas décadas foram cometidos erros urbanísticos que, por um lado, conduziram à desvirtuação e pulverização dos centros históricos tradicionais e à pulverização das suas várias funcionalidades e, por outro, levaram à criação de bairros «dormitórios» nas periferias das áreas metropolitanas onde a qualidade de vida é manifestamente insuficiente. O Programa Polis não pode resolver todos estes problemas, mas pretende mostrar com intervenções exemplares e demonstrativas que não se deve desistir e que é possível intervir e criar espaços de qualidade onde só tem havido abandono e degradação.

Apesar dos problemas e das dificuldades sentidos por todos, muitos cidadãos gostam, e precisam, de viver em aglomerados urbanos que, para além de todos os inconvenientes, propiciam também, em muitos aspectos da vida quotidiana, elevados níveis de conforto e constituem, inquestionavelmente, pólos de atracção e lazer.

Numa sociedade crescente globalizada, e em que o sector terciário da economia está ainda em franca expansão, as cidades devem ser pólos essenciais do processo de desenvolvimento económico e social. Essa função de «alavanca de desenvolvimento» não pode ser desempenhada pelas cidades que não tenham um ambiente de qualidade e níveis elevados de atractividade.

As cidades e as regiões metropolitanas são hoje as principais responsáveis por atrair investimento e constituem verdadeiras alavancas de um processo de desenvolvimento global. Esta situação é ainda mais preponderante nas regiões da Europa com menores índices de desenvolvimento. Assim, a requalificação urbana é relevante, não apenas para as próprias cidades, para os seus habitantes e para os seus «utentes», mas também como trave mestra de um modelo de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Estas preocupações estão consagradas no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES). Um dos eixos de intervenção preconizados

nesse Plano é o da «protecção e valorização ambiental do território», em que o ambiente urbano desempenha um papel relevante. Com efeito, refere-se nesse documento estratégico que, «no que respeita à melhoria do ambiente urbano, pressupõem-se, naturalmente, intervenções integradas, pois essa melhoria incide numa diversidade de questões sectoriais (urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde, telecomunicações) e exige participações públicas e privadas; mas sem prejuízo da integração das acções, justificam-se acções prioritárias dirigidas ao controlo da qualidade do ar e do ambiente acústico, à promoção da biodiversidade nos espaços urbanos e nas periferias através da implementação de corredores ecológicos, à melhoria da qualidade ambiental e social dos espaços urbanos e periferias e à sensibilização e educação ambiental».

O PNDES defende também que deve ser dado grande relevo à capacidade de o Estado (administração central) assumir um papel de demonstração, de apoio e de mobilização de parecerias com as autarquias e agentes locais. Estas disposições do PNDES constituem a base do Programa Polis e reflectem algumas das suas opções fundamentais.

A importância de concretizar uma política audaciosa e promover uma concertação de esforços para requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes está assim plenamente reconhecida e assumida.

2 — Especificidades da situação portuguesa

Portugal passou nas últimas duas ou três décadas por transformações muito profundas na estrutura da ocupação do seu território continental. Essas transformações reflectem necessariamente as profundas mudanças da estrutura económica e social e são acompanhadas de fluxos migratórios muito significativos que têm obrigado a uma reflexão sobre a importância estratégica e as funções dos vários aglomerados urbanos.

Assim, os problemas de requalificação urbana no País não se limitam à necessidade de uma gestão sustentável das cidades, mas têm também uma dimensão estratégica que consiste em «reinventar» as cidades, isto é, redefinir o seu papel numa nova organização do território. Se ambiente e ordenamento são indissociáveis em qualquer lugar do mundo, em Portugal essa relação ainda é mais estreita porque muitas cidades buscam, ainda, desígnios estratégicos e factores de diferenciação e competitividade em que a qualidade do ambiente urbano pode desempenhar um papel decisivo.

As câmaras municipais estão hoje fortemente motivadas para intervenções nas cidades que ultrapassem a mera construção de infra-estruturas básicas, tais como as que se relacionam com a água, os esgotos e os resíduos, que têm assumido, naturalmente, um carácter prioritário. É hoje claro que a qualidade da vida urbana não se limita à disponibilidade desses serviços básicos e que os cidadãos se tornaram mais exigentes. Assim, um programa desta índole não pode deixar de dar resposta a uma nova geração de questões que, em si mesmo, reflectem uma nova cultura de exigência e de ambição. Um programa de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades não deve deixar de assumir, também, uma vertente correctora e pedagógica relativamente a erros urbanísticos cometidos no passado.

A experiência da EXPO 98 teve um impacto muito significativo em todo o País e veio contribuir para esta-

belecer um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e de valorização das suas componentes ambientais. Esta é também, inquestionavelmente, uma das especificidades da realidade portuguesa face à temática da requalificação urbana. Importa tirar partido desta atitude, promovendo intervenções que disseminem à escala de cada aglomerado urbano as virtudes daquela intervenção.

A experiência adquirida com a EXPO 98 não se limita aos aspectos da qualidade urbanística e da criação de espaços de cultura e lazer. É importante igualmente a experiência nos planos jurídico e institucional, nomeadamente no que diz respeito à realização de parcerias entre o Governo e as autarquias locais e à utilização de novos instrumentos de intervenção urbanística. Esses instrumentos revelaram-se muito eficazes e permitiram uma articulação harmoniosa entre os desígnios assumidos pelo Governo, a nível nacional, e as competências autárquicas que, obviamente, não podem ser limitadas. Assim, o Programa Polis procura disseminar no País a experiência urbanística e organizacional que foi desenvolvida com reconhecido êxito na EXPO 98.

3 — Objectivos e princípios orientadores

O principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre o Governo e as câmaras municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais. Complementarmente serão apoiadas outras iniciativas locais com mérito, de um ponto de vista urbanístico e ambiental.

As iniciativas a apoiar pelo Programa centram-se em torno de quatro desígnios estratégicos e emblemáticos: Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeracionais.

Por Cidades Verdes entendem-se as cidades que, para além de resolverem os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica, ousam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito e da criação de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de «âncoras» ambientais, como linhas de água ou frentes de mar.

Das Cidades Verdes exige-se também que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade que minimize aquilo que hoje se designa por «pegada ecológica».

Por Cidades Digitais entendem-se as cidades que não dispõem apenas de bons serviços de comunicação digital, mas em que se fomenta também a cultura da sua utilização para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos e de participação cívica. Abre-se, assim, caminho para favorecer a sua inserção, e a inserção dos seus cidadãos, num espaço mais «des-territorializado», em que as periferias se tornam menos gravosas e que seja mais consentâneo com os novos desafios das sociedades contemporâneas.

Por Cidades do Conhecimento e do Entretenimento entendem-se as cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de apren-

dizagem artística, de infra-estruturas de diversão, para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural das cidades portuguesas. O conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma nova economia em que as cidades portuguesas se têm de posicionar como pólos de criação e aglutinação.

Por Cidades Intergeracionais entendem-se as cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recen- trando a vida da urbe, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos «cascos históricos» de forma a reabrir-los às novas gerações. A riqueza e diversidade da vida urbana precisa basear-se no «interclassismo», no «interculturalismo» e na «intergeracionalidade», de forma a promover a coexistência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.

4 — Componentes e linhas de intervenção

O Programa Polis, pela presente resolução aprovado pelo Governo, é estruturado de acordo com as seguintes componentes e linhas de intervenção:

Componente 1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental:

Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar;

Linha 2 — Outras intervenções a identificar;

Componente 2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial;

Componente 3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento;

Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades:

Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano;

Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental;

Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino;

Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano;

Linha 5 — Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana.

Os objectivos, as modalidades de financiamento, as condições de acesso e os instrumentos para a execução do Programa Polis são os que constam do relatório elaborado pelo grupo de trabalho nomeado para o efeito pelo despacho n.º 47/MAOT/99, do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, aprovado nas suas disposições gerais pela presente resolução.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades, nos termos em que é proposto no relatório anexo à presente resolução e que dela faz parte integrante.

2 — Independentemente da atempada publicação em suporte de papel, o relatório referido no n.º 1 poderá ser consultado na Internet na página do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território (<http://www.min-amb.pt/>) a partir da data de publicação da presente resolução.

3 — Considerar que a execução do Programa representa um investimento da ordem dos 160 milhões de contos, incluindo 92 milhões de fundos comunitários, cuja origem é identificada no relatório do grupo de trabalho acima referido.

4 — Determinar que em torno de cada intervenção, para além da participação do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território em pareceria com as câmaras municipais, os outros ministérios articular-se-ão, na esfera das respectivas áreas de intervenção, no sentido de darem a sua contribuição para potenciar os resultados da intervenção.

5 — Determinar a imediata promoção de todas as medidas consideradas necessárias à implementação do Programa, nomeadamente as de natureza legislativa e regulamentar.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Abril de 2000. — O Primeiro-Ministro, em exercício, *Jaime José Matos da Gama*.

Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

1 — Introdução

A requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades constitui uma das áreas prioritárias da intervenção do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, de acordo com o que tem sido reiteradamente afirmado pelo ministro da tutela. Esta é, aliás, uma prioridade consagrada no Programa do XIV Governo Constitucional, onde se afirma que uma visão estratégica renovada do ambiente e do ordenamento, com especial destaque para a política de cidades, constitui uma das novas prioridades da acção governativa (PCM 1999).

A relevância deste tema está já consagrada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (MEPAT 1998) e no Plano de Desenvolvimento Regional para o período de 2000-2006 (MEPAT 1999a), que elege a requalificação dos meios urbanos como um dos principais objectivos que se revestem de importância estratégica para o desenvolvimento do País. A constituição, pela primeira vez em Portugal, de um ministério dedicado exclusivamente ao ambiente e ao ordenamento veio criar condições especialmente propícias à prossecução deste objectivo.

Existem, assim, condições para lançar um grande Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades que tire partido das disponibilidades financeiras do III Quadro Comunitário de Apoio e que desempenhe um papel mobilizador e potenciador das iniciativas que tenham por objectivo a qualificação dos meios urbanos.

Para preparar o lançamento deste Programa, a que foi dada a designação abreviada de Programa Polis, o Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território

criou, pelo despacho n.º 47/A/MAOT/99, de 18 de Novembro, um grupo de trabalho a quem foi atribuída a responsabilidade de, até 31 de Março de 2000, realizar as seguintes actividades:

Estabelecer as linhas mestras de um programa nacional de requalificação urbana e valorização ambiental das cidades;

Caracterizar as condições de acesso e de participação para os diferentes tipos de projecto, incluindo iniciativas estruturantes ou de efeito demonstrativo;

Analisar os instrumentos necessários para a viabilização do Programa, nomeadamente origens de financiamento, aspectos jurídicos e urbanísticos, formas de contratualização com as autarquias locais e potencialidades do recurso a soluções empresariais.

No presente documento apresentam-se os resultados da actividade desenvolvida pelo grupo de trabalho. Para além das tarefas acima referidas, que lhe foram cometidas pelo despacho ministerial, o grupo de trabalho procedeu ainda à análise preliminar de um conjunto de projectos de requalificação urbana, em curso ou previstos no País, que foram considerados relevantes ou demonstrativos do tipo de intervenção que se pretende apoiar no âmbito do Programa Polis.

Assim, no capítulo 2, apresentam-se sumariamente os antecedentes do Programa e a sua justificação nos quadros comunitário e nacional. No capítulo 3 estabelecem-se aqueles que se entende deverem ser os objectivos e princípios orientadores do Programa. No capítulo 4 propõe-se a estrutura do Programa, isto é, as componentes e linhas de intervenção que o constituem. No capítulo 5 sistematizam-se as várias fontes de financiamento do Programa e discutem-se as modalidades de participação. No capítulo 6 apresentam-se os critérios de selecção e indicam-se as tipologias de projectos para as várias componentes do Programa. No capítulo 7 apresentam-se considerações e propostas sobre os vários instrumentos que permitirão executar o Programa. São abordados os instrumentos de intervenção urbanística, são discutidas as soluções empresariais para a execução do Programa, são feitas propostas nos planos jurídicos e de protocolarização com os municípios e são discutidas alternativas relativamente às estruturas de gestão do Programa. No capítulo 8 são apresentados de forma sumária os projectos de requalificação urbana que foram analisados pelo grupo de trabalho. Finalmente, no capítulo 9, são apresentadas conclusões e recomendações para a boa execução do Programa Polis.

2 — Justificação e antecedentes

2.1 — Considerações preliminares

Para um número crescente de portugueses o «ambiente» é hoje, em larga medida, o «ambiente nas cidades». A vida urbana tornou-se a fonte de alguns dos principais problemas ambientais, tanto nos seus aspectos mais graves, ligados à saúde pública, como no que se refere às múltiplas disfunções e incomodidades, tais como o ruído ou o congestionamento.

Todavia, os cidadãos gostam, e precisam, de viver em aglomerados urbanos que, para além de todos os inconvenientes, propiciam também, em muitos aspectos da vida quotidiana, elevados níveis de conforto e constituem, inquestionavelmente, pólos de atracção e lazer.

Nos meios urbanos as questões ambientais, em sentido estrito, não podem ser dissociadas de outras questões que contribuem decisivamente para a qualidade da vida urbana. A qualidade urbanística e arquitectónica dos espaços públicos, a qualidade das suas várias funcionalidades e a garantia de níveis de segurança elevados são apenas alguns dos aspectos que contribuem para a qualidade do ambiente urbano, entendido em sentido lato.

Numa sociedade crescentemente globalizada, e em que o sector terciário da economia está ainda em franca expansão, as cidades devem ser também pólos essenciais do processo de desenvolvimento económico e social. Essa função de «alavanca de desenvolvimento» não pode ser desempenhada pelas cidades que não tenham um ambiente de qualidade e não tenham níveis elevados de atractividade.

A busca desses níveis elevados não pode ser vista tecnocraticamente como uma mera questão de melhoria de parâmetros ambientais. Há uma identidade e um «carisma» em muitas cidades que é preciso valorizar, porque é precisamente aí que reside a diferenciação e a atractividade. Assim, ambiente e requalificação urbanística são indissociáveis se se pretende ultrapassar a escala dos «pequenos problemas» e promover uma verdadeira acção de desenvolvimento sócio-económico e de melhoria da qualidade de vida dos Portugueses.

As cidades e as regiões metropolitanas são hoje as principais responsáveis por atrair investimentos e constituem hoje verdadeiras alavancas de um processo de desenvolvimento global. Esta situação é ainda mais preponderante nas regiões da Europa com menores índices de desenvolvimento. Pode, por isso, afirmar-se que a competitividade se concentra nas cidades enquanto se dilui nos Estados membros (Constâncio 2000). Assim, esta temática é relevante não apenas para as próprias cidades, para os seus habitantes e para os seus «utentes», mas também como trave mestra de um modelo de desenvolvimento da sociedade como um todo.

Estes factos constituem justificação bastante para a oportunidade e pertinência de executar em Portugal, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio, um grande Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis). Importa sublinhar, contudo, que este Programa resulta da reflexão e do amadurecimento de ideias que têm vindo a tomar forma na última década em Portugal e no quadro da União Europeia.

2.2 — Antecedentes a nível comunitário

A nível comunitário, a primeira iniciativa digna de registo é a publicação pela Comissão Europeia, em 1990, do Livro Verde sobre o Ambiente Urbano (CCE 1990), que constitui uma comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu. Este documento, que é ainda hoje uma referência essencial, faz um primeiro diagnóstico dos problemas ambientais com que se confrontam as cidades europeias, ausculta as suas origens e propõe orientações para a política a seguir relativamente a essas matérias.

Na sequência desta iniciativa, o 5.º Programa de Ambiente da Comunidade Europeia (CCE 1993), aprovado em Fevereiro de 1993, dedica pela primeira vez atenção aos problemas urbanos que são incluídos entre os «Temas e metas do Programa», embora com uma

abordagem muito limitada e com ênfase na temática do ruído. Com o objectivo de concretizar alguns dos desígnios propostos, a Comissão Europeia lançou em 1994 a iniciativa comunitária URBAN, cuja primeira fase tem em 2000 o seu último ano de execução. Por solicitação do Parlamento Europeu, vai ter lugar até 2006 uma nova iniciativa URBAN no quadro da Agenda 2000.

Na sequência, também, do Livro Verde, foi estabelecido em 1991 um grupo de peritos em ambiente urbano que veio a apresentar um importante relatório em 1996 dedicado ao tema «Cidades europeias sustentáveis» (CE 1996). Neste relatório propõem-se quatro princípios essenciais que devem ser usados no estabelecimento de metas e na medição e acompanhamento dos progressos em direcção à sustentabilidade das zonas urbanas, designadamente os princípios da gestão urbana, da integração política, da reflexão ecossistémica e da cooperação e parceria. Este relatório permitiu pôr em evidência a grande complexidade das questões ligadas à sustentabilidade das cidades, que resulta de nelas se cruzarem todas as áreas de política, quer verticais, quer horizontais.

Em 1998, a Comissão Europeia apresentou uma nova comunicação ao Conselho e ao Parlamento intitulada «Desenvolvimento urbano sustentável na União Europeia: um quadro de acção» (CE 1998) e, em finais de 1999, uma proposta de decisão do Parlamento e do Conselho relativa a um «Quadro comunitário de cooperação para o desenvolvimento urbano sustentável» (CE 1999).

Existe um considerável contraste entre estes dois documentos. O primeiro resulta de uma análise muito pormenorizada das incidências urbanas de várias políticas comunitárias. Assim, o seu âmbito é muito vasto e atribui considerável importância às questões da economia, do emprego, da igualdade e da inclusão social. O segundo documento é bastante restritivo e destina-se basicamente a criar um quadro de apoios às cidades que se pretendam envolver em acções de sensibilização, cooperação e avaliação e controlo. Este quadro de apoio é primordialmente destinado às cidades que participam na Campanha Europeia das Cidades Sustentáveis.

As actividades referidas foram impulsionadas essencialmente pela Direcção-Geral do Ambiente da Comissão Europeia. Concomitantemente, a Direcção-Geral da Política Regional tem vindo a desenvolver um interesse crescente pela temática das cidades, incluindo a sua componente ambiental, e, de uma forma mais geral, pela temática do ordenamento do território.

Deve ser sublinhado que a capacidade de a Comissão Europeia se envolver directamente em questões de ordenamento do território está muito limitada pelos tratados, sendo estas questões habitualmente remetidas para a competência exclusiva dos Estados membros. Com efeito, o artigo 3.º do Tratado da União Europeia (Tratado de Maastricht), de 1992, estabelece as várias áreas em que se exerce a acção da Comunidade, entre as quais se inclui uma política no domínio do ambiente, não sendo feita qualquer referência relativamente ao planeamento territorial (AR 1992). Aliás, quaisquer medidas relativas ao ordenamento do território precisam ser adoptadas por unanimidade do Conselho nos termos do artigo 130.º-S daquele Tratado. O Tratado de Amesterdão, assinado em 1997, não introduz qualquer alteração relativamente a estas matérias (Bär, Kraemer e Smith 1998).

Apesar das limitações políticas e jurídicas que se colocam à acção comunitária no domínio do planeamento territorial, torna-se evidente que é inevitável algum grau de intervenção, quanto mais não seja como resultado da aplicação de outras políticas que tenham incidência territorial. É o caso, desde logo, das políticas de ambiente — têm quase sempre uma forte expressão territorial, o mesmo acontecendo com as políticas de transportes. Esta situação ocorre com maior ou menor relevância em todas as áreas de intervenção e, de uma forma particularmente acentuada, em todos os domínios ligados ao desenvolvimento regional. Os resultados da utilização do Fundo de Coesão e do FEDER são suficientes para tornar evidentes as incidências territoriais das várias políticas comunitárias. Estas incidências colocam-se em todo o espaço da União, embora assumam um papel especialmente relevante nos países que atravessam períodos de desenvolvimento acentuado, tal como acontece nos países da coesão.

Estas considerações levaram a Comunidade Europeia a encetar em 1989 um longo processo de reflexão dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território que, segundo a deliberação de Corfu, em 1994, pretendia ser «concertado, selectivo, progressivo, contínuo, flexível e transparente». Este longo processo de reflexão consubstanciou-se no Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), que tem por objectivo assegurar o desenvolvimento sustentável e a competitividade equilibrada do território europeu, num quadro de coesão económica e social (CE 1997).

De entre as muitas vertentes consideradas neste importante exercício de reflexão, sobressai, como seria de esperar, a grande importância atribuída às cidades. Com efeito, quando se apontam os «objectivos e opções de política para o território europeu» (parte III), refere-se em primeiro lugar a necessidade de um «sistema mais equilibrado e policêntrico de cidades e de uma nova relação entre as cidades e o mundo rural» (III.A). Este objectivo geral desdobra-se em vários objectivos específicos, dos quais se destacam a necessidade de «cidades dinâmicas, atractivas e competitivas» (III.A.2) e de um «desenvolvimento sustentável das cidades» (III.A.3).

No que se refere a iniciativas das instâncias comunitárias no domínio do ambiente urbano, é necessário mencionar o interesse crescente por parte da Agência Europeia do Ambiente (AEA) relativamente a estas matérias. Esta Agência estabeleceu em 1999 um programa de trabalho (AEA 1999a) que procura evitar sobreposições com as iniciativas de outras entidades. As cinco principais linhas de orientação da AEA podem ser sintetizadas da seguinte forma:

- Considerar o ambiente urbano como um nível específico de integração da informação ambiental;
- Fazer reflectir ao nível das instituições locais as actividades da Agência em matéria de caracterização do estado do ambiente;
- Estabelecer conjuntos de indicadores de ambiente urbano aceites regionalmente;
- Articular, ligar em rede e coordenar iniciativas de troca de informação e experiência;
- Posicionar-se no cruzamento de iniciativas *top down*, *bottom up* e transectoriais.

A atenção dedicada pela AEA aos problemas de ambiente urbano remontam já ao primeiro relatório sobre o estado do ambiente na Europa publicado por

aquela Agência em 1995 (AEA 1995). Naquele relatório é incluído um capítulo sobre «ambiente urbano» e o «*stress* urbano» está considerado entre os principais problemas ambientais da Comunidade. Esta temática é tratada ainda com maior profundidade no segundo relatório do estado do ambiente (AEA 1998) e num documento em que se faz a avaliação dos grandes problemas ambientais da União Europeia no virar do século (AEA 1999b). É interessante referir que nestas duas publicações são já abordadas de uma forma clara as estreitas relações entre ambiente e ordenamento do território e as implicações que estas relações têm ao nível das cidades.

Para além das múltiplas iniciativas empreendidas pelas instâncias comunitárias, é fundamental referir também as actividades desenvolvidas ao nível dos poderes locais. Estas iniciativas têm como motivação original a aplicação da Agenda Local 21, aprovada em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (IPAMB 1993). Em alguns países, como no Reino Unido, Holanda (Tjallingii 1995) e Dinamarca, a Agenda Local 21 tem tido um papel muito importante na assunção por parte das autarquias locais de responsabilidades significativas em matéria de ambiente. Um exemplo de preocupações deste tipo em Portugal é apresentado por Craveiro (1999).

Em 1993 foi formado um movimento intitulado «Projecto de cidades europeias sustentáveis», que deu origem, em 1994, à «Campanha das cidades sustentáveis». Este movimento envolve já 540 autoridades locais empenhadas no desenvolvimento de políticas e acções locais que contribuem para a sustentabilidade. Os princípios orientadores estão consagrados na Carta de Aalborg, aprovada naquela cidade dinamarquesa em Maio de 1994, e no Plano de Acção de Lisboa, aprovado na capital portuguesa em Outubro de 1996.

Embora estas iniciativas sejam muito relevantes numa perspectiva de gestão local, elas reflectem uma natureza estritamente ambiental e denotam a sua origem claramente local. Isto é, devem ser entendidas como processos *bottom up* que têm muito mérito no que se refere a uma gestão municipal baseada em princípios ambientais, mas são muito escassas no que se refere a uma reflexão sobre a relação entre o ordenamento do território e o ambiente ou a uma visão estratégica sobre a importância do planeamento territorial. Em relação à abordagem destas matérias, que são de importância crucial para o nosso país, o EDEC parece ser inquestionavelmente a iniciativa comunitária que mais contributos veio trazer para a reflexão e amadurecimento dos conceitos a nível europeu.

2.3 — Antecedentes em Portugal

A temática da requalificação urbana e valorização ambiental de cidades tem vindo a merecer uma atenção crescente nos últimos anos em Portugal, se bem que, com a excepção da EXPO 98, a generalidade das intervenções tem tido uma dimensão relativamente modesta.

No primeiro Plano de Desenvolvimento Regional (PDR), relativo ao período de 1989-1993 (MPAT 1988), esta questão ainda não era referida. Esse Plano e o correspondente Quadro Comunitário de Apoio (QCA) permitiram a realização de numerosas infra-estruturas,

especialmente nos domínios do saneamento básico e das acessibilidades, que deram um contributo importante para a qualidade de vida das populações, mas estas intervenções eram alheias a uma qualquer estratégia global de requalificação urbana ou de valorização ambiental.

O segundo PDR (MPAT 1993), relativo ao período de 1994-1999, trouxe a esta área, e de uma forma geral a todas as intervenções no domínio do ambiente, um avanço conceptual muito significativo. O eixo 3 deste PDR consiste em «promover a qualidade de vida e a coesão social» e este eixo dá origem, pela primeira vez, a uma intervenção operacional dedicada ao «Ambiente e Revitalização Urbana», onde se integram acções como «Melhoria da qualidade ambiental nas grandes concentrações urbanas» ou «Reabilitação de zonas degradadas». Este avanço conceptual nem sempre foi plenamente concretizado no terreno, entre outras razões pela complexidade das tutelas e jurisdições que se exercem sobre os espaços urbanos, desde logo envolvendo os sectores do ambiente, do ordenamento do território e as autarquias locais.

Em 1992 foi preparado e discutido um plano de intervenção em «Ambiente Urbano», a ser realizado no âmbito do II QCA (MARN 1992). Esta iniciativa precursora não chegou a ser concretizada por razões a que não é alheio o facto de o ambiente estar, então, dissociado do ordenamento do território em termos de orgânica governamental. Esse plano previa medidas em cinco áreas, designadamente: «Qualidade do ambiente nas áreas metropolitanas»; «Espaços públicos em zonas urbanas degradadas»; «Valorização ambiental dos equipamentos escolares»; «Educação ambiental e mobilização dos cidadãos» e «I&D e serviços de apoio à gestão urbana».

Em 1994 foi lançado o PROSIURB (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e Apoio à Execução dos PDM), que vigorou até ao final de 1999 (despachos MPAT n.ºs 6/94 e 7/94, in *Diário da República*, 2.ª série, de 26 de Janeiro de 1994). Este Programa tinha por objectivo a «valorização das cidades médias» e a «valorização dos centros urbanos da rede complementar». Para aceder aos fundos disponibilizados pelo Programa as cidades médias tinham de elaborar um «plano estratégico», o que acabou por conduzir, provavelmente, ao principal legado do PROSIURB. Com efeito, um número considerável de cidades foram levadas a realizar uma importante reflexão estratégica sobre a sua inserção e o seu papel a nível regional e no todo nacional. Esta reflexão foi amplamente participada a nível local, tendo-se criado em alguns casos gabinetes de cidades com os principais protagonistas, e contribuiu para uma melhor definição das estratégias de desenvolvimento das cidades envolvidas. No que diz respeito a realizações concretas, para além da actividade de planeamento, elas foram fortemente limitadas pelo carácter complementar que o PROSIURB assumidamente adoptou e que se traduziu por taxas de comparticipação de apenas 15 % para acções co-financiadas pelos fundos estruturais e 50 % para outras acções.

Em 1995, o Plano Nacional da Política de Ambiente (PNPA) vem consagrar a necessidade de uma política pública em matéria de ambiente urbano (MARN 1995). Este Plano dedica um capítulo à «qualidade ambiental das zonas urbanas», em que se preconizam quatro áreas

de actuação, designadamente: «promoção da qualidade ambiental das zonas urbanas», «informação e educação ambiental no espaço urbano e mobilização dos cidadãos», «valorização ambiental dos equipamentos escolares» e «monitorização da qualidade do ambiente urbano e apoio à realização de infra-estruturas ambientais».

O Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES) veio trazer um valor acrescentado muito significativo à reflexão sobre o papel das cidades no processo de desenvolvimento em Portugal. Com efeito, uma das «cinco ideias fundamentais» apresentadas no documento «Uma visão estratégica para vencer o século XXI» (MEPAT 1998) é a de que «os sistemas urbanos territoriais devem ser assumidos com o elemento estratégico do desenvolvimento, enquanto forma de organizar a concentração, de promover economias de aglomeração, de consolidar factores (avanzados) de competitividade e de mobilizar os espaços de influência das cidades».

Um dos eixos de intervenção preconizados no PNDES é o da «protecção e valorização ambiental do território», em que o ambiente urbano desempenha um papel relevante. Com efeito, refere-se neste documento estratégico que, «no que respeita à melhoria do ambiente urbano, pressupõem-se, naturalmente, intervenções integradas, pois essa melhoria incide numa diversidade de questões sectoriais (urbanismo, transportes, energia, habitação, acção social, saúde, telecomunicações) e exige participações públicas e privadas; mas sem prejuízo da integração das acções, justificam-se acções prioritárias dirigidas ao controlo da qualidade do ar e do ambiente acústico, à promoção da biodiversidade nos espaços urbanos e nas periferias através da implementação de corredores ecológicos, à melhoria da qualidade ambiental e social dos espaços urbanos e periferias e à sensibilização e educação ambiental».

O PNDES defende ainda que deve ser dado grande relevo à capacidade de o Estado (administração central) assumir um papel de demonstração, de apoio e de mobilização de parcerias com as autarquias e os agentes locais.

Estas reflexões do PNDES exprimem aquilo que pode ser considerado a matriz primordial do Programa Polis e espelham algumas das suas opções fundamentais.

O terceiro PDR (MEPAT 1999), relativo ao período de 2000-2006, vem consagrar estas orientações e criar condições para realizar um programa ambicioso em matéria de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades. Estas condições são potenciadas pelo facto de estarem reunidas pela primeira vez num mesmo ministério, de forma exclusiva, as competências em matéria de ambiente e de ordenamento do território.

Assim, entre as orientações estratégicas deste PDR, no que respeita ao ordenamento do território e ao ambiente, constam, entre outras, as seguintes:

Criação de novas centralidades urbanas no interior das áreas metropolitanas;

Reconstrução e requalificação urbanas, bem como qualificação ambiental dos espaços urbanos e valorização de factores geradores de novas identidades;

Reforço e consolidação de um sistema urbano equilibrado em termos nacionais, baseado na rede das cidades de média dimensão, que assegure qualidade de vida e condições ambientais.

Em consonância com estas orientações a problemática urbana é abordada em diversas instâncias do PDR, nomeadamente na Intervenção Operacional do Ambiente, em que a «melhoria do ambiente urbano» constitui um dos eixos da valorização do território, nas intervenções operacionais regionais do continente, especialmente nas acções integradas de base territorial, em que a «qualificação e competitividade das cidades médias» constitui uma das principais orientações estratégicas, ou nas intervenções desconcentradas regionalmente, em que a temática da requalificação urbana está também presente.

A temática das cidades é suficientemente ampla e complexa para não se esgotar nas intervenções que a referem de forma explícita. Com efeito, muitas intervenções de índole sectorial são relevantes para os processos de requalificação urbana ou são susceptíveis de gerar sinergias com esses processos. É o caso da Intervenção Operacional de Acessibilidades e Transportes, em que se torna claro o papel destas políticas sectoriais para o «reforço do sistema urbano e sua capacidade atractiva e competitiva» e para a «melhoria da qualidade de vida nas zonas urbanas», ou das muitas iniciativas na área da economia, com especial destaque para o comércio, ou da cultura, onde as políticas relativas a museus e salas de espectáculo e as intervenções de valorização do património histórico em meio urbano são especialmente relevantes.

A importância de concretizar uma política audaz e promover uma concertação de esforços para requalificar as cidades, melhorar a sua competitividade, reforçar o seu papel na organização do território e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes está assim plenamente reconhecida e assumida. Uma das recomendações de um importante estudo sobre o sistema urbano nacional (DGOTDU 1997), promovido pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, é a de que «é preciso passar além da fase da experimentação em matéria de políticas urbanas e consagrá-las como pilares das novas políticas regionais e de ordenamento do território». Este é o principal objectivo do Programa Polis, agora proposto. Naturalmente que este Programa não permitirá resolver todas as questões que se colocam em matéria de estruturação do sistema urbano nacional e desenvolvimento sustentável das cidades. Espera-se, contudo, que ele permita dar um contributo significativo e fortemente ancorado em preocupações ambientais.

2.4 — Especificidades da realidade portuguesa

Referindo os antecedentes do Programa Polis a nível nacional e comunitário, julga-se ser útil apontar algumas diferenças significativas entre as abordagens que este tema suscita em Portugal e por parte das instâncias comunitárias. Com efeito, embora a realidade portuguesa faça parte da realidade comunitária, e muitos dos problemas que ocorrem no nosso país sejam sentidos, também, noutros Estados ou regiões da Europa, a verdade é que, em problemas desta natureza, não podem deixar de se fazer sentir especificidades muito próprias que reflectem as características de cada sociedade e a história do seu desenvolvimento urbano.

Em primeiro lugar, Portugal passou nas últimas duas ou três décadas por transformações muito profundas na estrutura da ocupação do seu território continental.

Essas transformações reflectem, necessariamente, as profundas mudanças da estrutura económica e social e são acompanhadas de fluxos migratórios muito significativos que obrigam a um redesenho da importância e das funções dos vários aglomerados urbanos. Autores como Gaspar (1993), Fonseca (1995), Barreto (1997) e DGOTDU (1997), entre outros, documentam abundantemente estes processos de transformação da estrutura económica e dos seus reflexos na organização do território.

Assim, em Portugal, os problemas urbanos não são de uma mera gestão sustentável das cidades, tema que constitui a tónica das abordagens comunitárias, mas têm indissociavelmente uma dimensão estratégica que consiste em «reinventar» as cidades, isto é, redefinir o seu papel numa nova organização do território. Se ambiente e ordenamento são indissociáveis em qualquer lugar do mundo, em Portugal essa relação ainda é mais estreita porque muitas cidades buscam, ainda, desígnios estratégicos das cidades em que intervêm.

Em segundo lugar, existe em Portugal uma consciência crescente de que foram cometidos no passado erros urbanísticos graves que seria bom, tanto quanto possível, corrigir, fazendo dessa forma pedagogia e prevenindo a sua repetição no futuro. Esses erros têm precisamente a ver com os processos, já referidos, de transformação muito acelerada que ocorreu no território nas últimas duas ou três décadas. Esta transformação muito acelerada criou situações diversas de degradação das cidades, tais como o crescimento explosivo das regiões metropolitanas e dos seus subúrbios, degradados, a desqualificação e o abandono de centros históricos com a pulverização das suas funções sociais tradicionais, a degradação dos elementos naturais inseridos no tecido urbano, levando ao abandono de margens de rios e frentes de mar, ou a adopção de paradigmas de «progresso» e «desenvolvimento» associados a uma densificação da malha urbana, e a uma construção em altura sem qualquer preocupação pelas cêrceas. Todas estas situações foram acompanhadas sempre de uma presença crescente, e crescentemente intrusiva, de automóveis.

Nestas circunstâncias, um plano de requalificação urbana e valorização ambiental de cidades não deve deixar de assumir, em Portugal, uma vertente correctora e pedagógica relativamente a erros urbanísticos cometidos no passado. Esta vertente tem muito a ver com as especificidades da gestão urbana e do urbanismo praticados nas últimas décadas no nosso país, embora possam ocorrer, naturalmente, problemas semelhantes noutras regiões da Europa.

Em terceiro lugar, as câmaras municipais estão hoje fortemente motivadas para intervenção nas cidades que ultrapassem a mera construção de infra-estruturas básicas, tais como as de abastecimento de água ou de recolha e tratamento de esgotos. Têm sido feitos investimentos muito significativos nestes sectores que, obviamente, têm assumido um carácter altamente prioritário. Todavia, é hoje claro que a qualidade da vida urbana não se limita à disponibilidade desses serviços básicos. Os cidadãos são hoje mais exigentes e a qualidade de vida nas cidades depende, em larga medida, da qualidade dos espaços públicos e da valorização das suas componentes ambientais.

Assim, um programa desta índole em Portugal não pode deixar de dar resposta a esta nova geração de questões que, em si mesmo, reflectem uma nova cultura de exigência e de ambição.

Em quarto lugar, deve ser referido que a experiência da EXPO 98 teve um impacto muito significativo em todo o País e veio contribuir para estabelecer um novo paradigma de qualidade do espaço urbano e de valorização das suas componentes ambientais. Esta é também, inquestionavelmente, uma das especificidades da realidade portuguesa face à temática da requalificação urbana. Importa tirar partido desta atitude, promovendo intervenções que reproduzam, tanto quanto possível e à escala de cada aglomerado urbano, as virtudes da EXPO 98 em termos de requalificação do espaço público com uma forte componente de valorização ambiental.

Finalmente, em quinto lugar, existem experiências recentes e muito bem sucedidas de parcerias entre o Governo e autarquias locais que não podem deixar de se reflectir na estruturação de um programa de requalificação das cidades em Portugal. Uma dessas experiências é precisamente a da EXPO 98, em que foram gizados novos instrumentos de intervenção urbanística que se revelaram muito eficazes e que permitiram uma articulação harmoniosa entre os desígnios assumidos pelo Governo a nível nacional e as competências autárquicas, que, obviamente, não podem ser cerceadas. Uma outra experiência de parceria bem sucedida entre o Governo e as câmaras municipais é a das empresas multimunicipais para o abastecimento de água, tratamento de esgotos e destino final de resíduos sólidos urbanos. As empresas de capitais públicos que foram criadas em ambos os casos devem servir de inspiração ao modelo organizativo a que devem ser atribuídas as responsabilidades da realização das principais intervenções do Programa Polis.

Em suma, enquanto na generalidade das reflexões e das propostas comunitárias prevalecem a problemática de uma gestão urbana realizada em termos ambientais e a problemática da cidade enquanto espaço onde se reflectem as outras políticas da comunidade, nomeadamente as políticas sociais, em Portugal estas questões são igualmente pertinentes, mas não pode deixar de se dar grande relevância ao papel estratégico que as cidades assumem na reorganização do território e à importância que a qualidade do ambiente e a correcção de erros urbanísticos tem para a afirmação desse papel estratégico.

3 — Objectivos e princípios orientadores

O principal objectivo do Programa Polis consiste em melhorar a qualidade de vida nas cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional. O Programa Polis pretende desenvolver um conjunto de intervenções consideradas exemplares, com base em parcerias, especialmente entre o Governo e as câmaras municipais, que possam servir de referência para outras acções a desenvolver pelas autarquias locais.

Assim, o Programa Polis tem por principais objectivos específicos:

Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;

Desenvolver acções que contribuam para a requalificação e revitalização de centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem;

Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa;

Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

Os principais problemas das nossas cidades são bem conhecidos. As questões urbanísticas e ambientais entrecruzam-se de uma forma quase indissociável. Muitos desses problemas estão ligados ao que pode ser caracterizado como um «urbanismo expansivo» que tem prevalecido no País. Reproduz-se a seguir uma síntese muito incisiva desses problemas apresentada por Félix Ribeiro (1999):

Esvaziamento da função residencial dos centros históricos, que atravessam em muitos casos processos paralelos de «terciarização», de desertificação, de abandono e degradação;

Processo acelerado de degradação de património edificado, em vastas zonas do «casco» urbano, nas periferias mais antigas e nos bairros sociais associado à inexistência de estímulos de mercado à reabilitação urbana (v. impacte das opções tomadas há décadas quanto ao regime de arrendamento urbano, sem acautelar medidas de conservação dos imóveis);

Intensificação das extensões suburbanas, muitas vezes realizadas de modo caótico, desprovidas, ou com deficiência, de infra-estruturas técnicas e sociais e com fracas condições de vivência urbana;

Segmentação etária do espaço da Grande Lisboa e do Grande Porto, com os «centros» destas grandes áreas urbanas a envelhecerem acentuadamente, e as novas gerações a serem deslocadas para «coroas suburbanas» cada vez mais distantes;

Crescente congestionamento do trânsito, associado, pelo menos em parte, ao crescimento dos movimentos pendulares habitação-emprego;

Degradação acelerada da paisagem urbana, com destaque para a escassez de espaços verdes e de espaços públicos, atrofiados pela dinâmica de construção compacta, ou desvirtuados pelo uso crescente do transporte privado.

O documento referido centra os grandes desafios a que é necessário fazer face em torno de quatro grandes desígnios emblemáticos: Cidades Verdes, Cidades Digitais, Cidades do Conhecimento e do Entretenimento e Cidades Intergeracionais.

Por Cidades Verdes entendem-se as cidades que não apenas resolveram os seus problemas de infra-estruturação ambiental básica (água, esgotos, resíduos), mas que também ousam atribuir ao ambiente um papel essencial no processo de requalificação urbana, nomeadamente através do reordenamento do trânsito da cria-

ção de novas formas de mobilidade, da criação de espaços públicos de qualidade, da valorização de «âncoras» ambientais, como linhas de água ou frentes de mar. Das Cidades Verdes exige-se também que caminhem no sentido de uma gestão ambiental exemplar, inserida numa estratégia de sustentabilidade e que minimize aquilo que hoje se designa por «pegada ecológica».

Por Cidades Digitais entendem-se as cidades que não dispõem apenas de bons serviços de comunicação digital, mas em que se fomenta também a cultura da sua utilização para todos os fins, nomeadamente comerciais, escolares, culturais, lúdicos e de participação cívica. Abre-se assim caminho para favorecer a sua inserção e a inserção dos seus cidadãos num espaço mais «des-territorializado» e mais consentâneo com os novos desafios das sociedades contemporâneas.

Por Cidades do Conhecimento e do Entretenimento entendem-se cidades dotadas de infra-estruturas científicas e tecnológicas, de espaços culturais e de aprendizagem artística, de infra-estruturas de diversão para além de estabelecimentos de ensino a todos os níveis capazes de atrair, formar e fixar uma população jovem e apetrechada para dar um novo fôlego à vida económica e cultural das cidades portuguesas. O conhecimento e o entretenimento estão nas fronteiras de uma nova economia em que as cidades portuguesas se têm de posicionar como pólos de criação e aglutinação.

Por Cidades Intergeracionais entendem-se as cidades que têm a preocupação de evitar a segmentação espacial do tecido urbano por grupos etários ou sociais, recentrando a vida da urbe, atribuindo novas funcionalidades aos centros históricos e promovendo a requalificação urbana e a reabilitação habitacional dos «cascos históricos» de forma a reabri-los às novas gerações. A riqueza e diversidade da vida urbana precisa basear-se no «interclassismo», no «interculturalismo» e na «intergeracionalidade» de forma a promover a co-existência e o entrosamento de diferentes estilos de vida no espaço urbano.

Por razões óbvias o Programa Polis não permitirá concretizar sempre a totalidade destes desígnios nem resolver todos os problemas que foram enunciados. A resolução de muitos desses problemas extravasa o âmbito do Programa e remete para uma grande diversidade de políticas sectoriais ou prende-se com aspectos da gestão autárquica. Julga-se, contudo, que o Programa Polis poderá dar um contributo para a solução de alguns desses problemas, quer pelas acções que se propõe desenvolver, quer pela importância demonstrativa e paradigmática de muitas dessas acções.

Neste quadro de referência, formulam-se a seguir alguns princípios orientadores para a estruturação e desenvolvimento do Programa:

O Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades deve começar por fazer um esforço de afirmação em torno de um número limitado de intervenções exemplares (10 a 15) que tenham uma escala significativa e possam ter um efeito demonstrativo no País;

Estes casos demonstrativos podem ser encarados em termos de uma «tipologia» de intervenções. Exemplos dessa tipologia:

- Requalificação de zonas industriais deprimidas;
- Criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;

- Valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;

- Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;

- Requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica, mas com uma vida urbana de pouca qualidade;

- Valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional;

Nas intervenções a realizar deve estar presente a preocupação de «ancorar» os projectos de requalificação urbana em torno de um elemento ambiental marcante e específico de cada cidade, que possa ser valorizado e reapropriado por essa cidade. As linhas de água ou as frentes de mar constituem exemplos desse tipo de elemento;

A preocupação de «recentrar» as cidades, promovendo a revitalização dos centros históricos e das suas múltiplas valências, nomeadamente a cultural e turística, de forma a evitar a desertificação e declínio desses centros, deve estar sempre presente nas intervenções a realizar;

Para além das preocupações estritamente urbanísticas e ambientais, deve-se promover uma dinâmica de conhecimento, de cultura e de lazer, fazendo com que essas componentes se integrem na exemplaridade das acções a desenvolver;

Em alguns casos será útil apostar em intervenções que estão já em condições de serem concretizadas, tirando partido de agentes locais motivados e de projectos já elaborados. Noutros casos deverá o próprio programa suscitar iniciativas e desencadear projectos, pondo em evidência a sua importância e oportunidade;

Para além destas intervenções exemplares, com efeitos de demonstração, poderão ser apoiadas outras candidaturas que se revistam de interesse e contribuam para o objectivo geral do Programa. Será útil formular alguns indicadores e critérios que permitam fundamentar as decisões;

As cidades que têm o estatuto de património mundial, concedido pela UNESCO, são cidades com um especial valor emblemático que não devem ser esquecidas por este Programa. Essas cidades constituem em si mesmas paradigmas de requalificação urbana baseada em «âncoras» patrimoniais de grande importância e defrontam-se com desafios e exigências que o Programa Polis deve ajudar a enfrentar;

O Estado tem apoiado a realização de numerosas acções de realojamento e a construção de bairros sociais, em que, frequentemente, os espaços públicos são descurados. O Programa Polis não pode deixar de incluir também esta componente de grande alcance social, contribuindo assim para cidades mais equitativas e interclassistas;

Deverão ser consideradas também algumas acções de menor dimensão destinadas a complementar ou valorizar projectos já realizados ou a melhorar aspectos muito específicos da qualidade do ambiente urbano, tais como, a título de exemplo, medidas para desviar o trânsito do centro das cidades, instalação de redes de monitorização ambiental, intervenções de valorização urbanística ou ambiental junto de estabelecimentos de ensino.

4 — Componentes e linhas de intervenção

4.1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental (componente 1)

A componente mais expressiva do Programa Polis consiste em realizar um número relativamente limitado (10 a 15) de intervenções de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental que tenham uma natureza exemplar e que possam servir de modelo a outras iniciativas que venham a ser realizadas no País. Procurará, assim, estabelecer-se um paradigma e criar uma dinâmica com efeitos multiplicadores, à semelhança do que aconteceu, aliás, com a própria Expo' 98. Aquela exposição alterou decisivamente a forma como são encarados em Portugal os espaços públicos e, sobretudo, a qualidade que se exige para a sua reabilitação e gestão.

Esta componente do Programa Polis desenvolve-se ao longo de duas linhas de acção:

Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar;

Linha 2 — Outras intervenções a identificar.

A primeira diz respeito a intervenções pré-seleccionadas por razões fundamentadas, mas que se relacionam sempre com a relevância e natureza demonstrativa das acções a desenvolver. A segunda destina-se a apoiar candidaturas de grande qualidade que venham a ser apresentadas e que mereçam ser tratadas também como casos exemplares de intervenção.

A existência de uma linha de intervenção fechada, isto é, que contempla projectos pré-seleccionados, tem plena justificação dado que o Programa Polis actua numa área tradicionalmente da competência das autarquias locais mas tem um âmbito nacional. Assim, atribui-se grande importância à natureza demonstrativa e exemplar das acções, pelo que é desejável que um número limitado de intervenções seja identificado *a priori*, sendo, assim, objecto de uma acção afirmativa por parte do Governo. Naturalmente que as escolhas serão fundamentadas e visarão os seguintes objectivos principais:

Assegurar que os desígnios do Programa e a tipologia de situações referidos no capítulo 3 são contemplados com casos exemplares e demonstrativos;

Assegurar que as intervenções a realizar contribuem para a consolidação do sistema urbano nacional e para o reforço do papel mobilizador das cidades nas regiões em que se inserem;

Assegurar que existe uma razoável dispersão de casos no território do continente português;

A limitação ao território continental resulta apenas do facto de o Programa Polis se basear em fundos comunitários destinados a este território. Os programas próprios destinados às Regiões Autónomas poderão contemplar acções semelhantes na medida em que os respectivos Governos Regionais assim o entenderem. A única excepção a esta regra ocorre na componente 2 do Programa, como adiante se explica;

Apesar de ser inteiramente justificado que uma parte do Programa seja fechada, não se deve limitar a possibilidade de apoiar iniciativas para além das que sejam inicialmente consideradas.

Com efeito, admitindo, e tomando mesmo como desejável, que possam vir a apresentar-se outras propostas de grande mérito, julga-se adequado considerar uma linha de acção com características idênticas, mas aberta, isto é, sujeita à apresentação e avaliação de candidaturas;

As actividades a financiar pelas duas linhas de intervenção são todas as que contribuam para acções integradas nos espaços urbanos, visando primordialmente a qualificação dos espaços públicos e tendo sempre presente uma forte componente de valorização ambiental. Nestas actividades incluem-se os estudos necessários à implementação da intervenção, nomeadamente a elaboração de um plano estratégico exigível para cada caso; No quadro n.º 1 apresenta-se uma síntese das principais características das várias componentes e linhas de intervenção do Programa Polis. No capítulo 5 indicam-se os montantes previstos para a concretização destas acções. No capítulo 6 referem-se com maior pormenor os critérios de selecção e a tipologia de projectos.

4.2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial (componente 2)

As cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Sintra e Porto assumem um papel proeminente no panorama das cidades portuguesas pelo facto de os seus centros históricos terem conseguido o estatuto de património mundial da Humanidade concedido pela UNESCO. Qualquer destas cidades desenvolveu intervenções muito significativas de requalificação urbana ancoradas em importantes valores patrimoniais e constitui, assim, exemplo para muitas outras cidades em que o património histórico é relevante e pode constituir, também, a principal âncora de acções de requalificação.

O Programa Polis, que assume uma atitude fortemente empenhada na natureza demonstrativa das intervenções, não pode deixar de contemplar os centros históricos das cidades classificados pela UNESCO como património mundial. As cidades que estão nestas condições beneficiam em muitos aspectos com esse estatuto, mas estão, também, sujeitas a pressões e a níveis de exigência que justificam a sua consideração no Programa Polis.

Nestas circunstâncias, será apoiada uma intervenção em cada uma destas quatro cidades, a acordar entre o Governo e os respectivos municípios, que visem, sobretudo, beneficiar a componente ambiental enquanto elemento estruturante da qualidade da vida urbana. Os estudos preparatórios destas acções poderão ser também contemplados. Para facilitar a criação de incentivos ao envolvimento de privados, especialmente no que se refere à recuperação de edificações em áreas de intervenção, será considerada a possibilidade de conceder apoio à bonificação de juros, se a disciplina das fontes de financiamento o permitirem.

O caso de Angra do Heroísmo requer mecanismos financeiros específicos dado que as linhas de financiamento comunitário que suportam o Programa Polis não são aplicáveis nas Regiões Autónomas que dispõem dos seus próprios fundos. Assim, será estudada a forma de mobilizar recursos nacionais e fundos próprios da Região Autónoma para o financiamento da intervenção naquela cidade.

4.3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento (componente 3)

Nos últimos anos têm sido realizadas com o apoio do Estado, nomeadamente no âmbito do Programa de Erradicação das Barracas (PER), numerosas operações de realojamento de populações com baixos recursos económicos. Os vultosos recursos financeiros absorvidos pela construção das habitações e a urgência de realizar muitas destas operações, a que acrescem as dificuldades sentidas pelas autarquias e pelo Estado na requalificação dos bairros de realojamento realizados no passado, têm conduzido a situações em que os espaços públicos envolventes destas áreas de realojamento são frequentemente descurados.

Importa desenvolver uma acção afirmativa de qualificação urbanística e ambiental destas zonas, com benefícios evidentes para o bem-estar das populações e para criar condições de salubridade e segurança nas áreas envolventes. Assim, a valorização urbanística e ambiental em áreas de realojamento constitui a terceira componente do Programa Polis. Para além da requalificação do espaço público e da instalação de mobiliário urbano, serão apoiados os encargos com a realização dos necessários estudos e projectos.

4.4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades (componente 4)

Esta componente contempla um conjunto diversificado de iniciativas que podem dar um contributo significativo para melhorar as condições urbanísticas e ambientais da vida urbana. No caso desta componente, a contribuição do Programa Polis é manifestamente supletiva. Assim, trata-se de apoiar acções propostas pelos municípios e em que o empenhamento destes se traduz em níveis de participação mais significativos. Em todas as acções são apoiados também os estudos, projectos ou outras actividades preparatórias que sejam necessários para a sua implementação.

As iniciativas a desenvolver no âmbito desta componente agrupam-se nas cinco linhas de intervenção seguintes:

- Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano;
- Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental;
- Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino;
- Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano;
- Linha 5 — Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana.

Apresentam-se a seguir os principais objectivos destas cinco linhas de intervenção:

Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano

A problemática dos transportes em espaço urbano é complexa e merece intervenções que, com ousadia, devolvam os centros urbanos aos peões e fomentem novas formas de mobilidade menos intrusivas e menos poluentes.

Assim, o Programa Polis empenhar-se-á no apoio a iniciativas dos municípios que visem retirar os automóveis dos centros das cidades, ou restringir severamente a sua circulação, e fomentar novos meios de circulação

e acesso, tais como vias pedonais e ciclovias, transportes não poluentes em zonas históricas, melhores condições de utilização de transportes colectivos para acesso aos centros e todas as outras soluções que contribuam para a atractividade das cidades e melhorem a qualidade do ambiente urbano.

Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental

Existe em Portugal um défice de informação sobre a qualidade do ambiente urbano. O Programa Polis dará um contributo para superar esta carência, apoiando medidas que visem caracterizar as variáveis ambientais no espaço da cidade, nomeadamente no que se refere à qualidade da água e do ar e aos níveis de ruído. Serão especialmente objecto de atenção os sistemas de monitorização que se integrem em acções de gestão ambiental.

Outras acções relevantes para uma melhor gestão do ambiente urbano serão igualmente apoiadas. Sistemas de recolha selectiva de resíduos, sistemas de reutilização de água e outras medidas para uma utilização racional dos recursos naturais são exemplos dessas medidas.

Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino

No quadro da requalificação urbanística promovida pelo Programa Polis, julga-se importante realizar um esforço direccionado para a valorização das zonas envolventes dos estabelecimentos de ensino. A vivência dos jovens nas escolas é essencial para a sua formação e muitas das acções de educação ambiental são realizadas nesse espaço. Assim, torna-se chocante que a qualidade do espaço urbano seja deplorável em redor de muitos estabelecimentos de ensino. Não faz sentido que o Estado se empenhe na sensibilização dos jovens para a problemática ambiental e não encare a escola como um espaço privilegiado para a promoção da qualidade do ambiente.

Naturalmente que outras iniciativas, sob outras tutelas e em parceria com o poder local, têm desenvolvido e poderão continuar a desenvolver acções de qualificação dentro dos estabelecimentos de ensino. No quadro do Programa Polis, contudo, parece indispensável realizar um esforço afirmativo e voluntarista para a requalificação do espaço urbano envolvente das escolas, contribuindo assim para desenvolver nos estudantes padrões de exigência que contribuam para a sua formação.

Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano

Um programa com a envergadura do Programa Polis não pode prescindir de uma componente de sensibilização e educação ambiental que permita aumentar a consciência dos cidadãos relativamente à problemática do ambiente urbano e apelar à sua disponibilidade para participar nas iniciativas de requalificação e valorização empreendidas pelo Programa.

Se é verdade que para um elevado número de cidadãos as questões ambientais são, em primeiro lugar, as questões do seu ambiente urbano, então a educação ambiental em meio urbano constitui uma área fértil para promover novas atitudes e novos comportamentos.

Nestas circunstâncias, o Programa Polis apoiará acções de educação ambiental promovidas por entidades públicas ou particulares que permitam compreender melhor a realidade urbana nas suas múltiplas facetas relevantes para o ambiente.

Linha 5 — Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana

A grande diversidade e complexidade da temática do ambiente urbano torna difícil sistematizar de forma exaustiva todos os tipos de intervenção que possam ter um impacte positivo na qualidade da vida urbana.

Com o objectivo de não excluir possíveis iniciativas que se revistam de mérito, entendeu-se considerar uma linha de tema aberto, onde se poderão incluir todas

as acções que, pela sua natureza ou dimensão, não estejam enquadradas nas outras componentes e linhas de intervenção do Programa.

As iniciativas que têm vindo a ser apoiadas pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) no âmbito do PRAUD (componente «Obras») constituem exemplos das acções a apoiar, que são agora extensíveis também a iniciativas de natureza ambiental.

QUADRO N.º 1

Síntese das principais características das componentes e linhas de intervenção do Programa Polis

Componentes	Linhas de intervenção	Projectos a financiar	Forma de selecção
Componente 1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental.	Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar.	Intervenções integradas e multifacetadas, com uma escala significativa, que contribuam para a revitalização de cidades com importância estratégica no sistema urbano nacional, ou para a valorização de novas polaridades em áreas metropolitanas. Exige-se que sejam contempladas algumas ou todas as vertentes das Cidades Verdes, Digitais, do Conhecimento e do Entretenimento e Intergeracionais (cf. capítulo 3). Estas intervenções serão identificadas e negociadas entre o Governo e as autarquias locais e serão realizadas em parceria.	Fechada.
	Linha 2 — Outras intervenções a identificar.	Projectos idênticos aos da linha 1, a seleccionar com base em candidaturas a apresentar pelos municípios.	Aberta.
Componente 2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial.		Intervenções a realizar nas áreas classificadas pela UNESCO nas cidades de Angra do Heroísmo, Évora, Sintra e Porto. Serão negociadas entre o Governo e as autarquias locais e visarão melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas.	Fechada.
Componente 3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento.		Intervenções nos espaços públicos envolventes de habitações construídas no âmbito de processos de realojamento realizados com o apoio da administração central.	Aberta.
Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.	Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano.	Iniciativas que visem retirar os automóveis dos centros urbanos, restringir a circulação, estimular a utilização de transportes colectivos e promover novos meios de acesso e circulação, nomeadamente vias pedonais e ciclovias.	Aberta.
	Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental.	Projectos que contribuam para uma melhor caracterização e gestão do ambiente urbano, nomeadamente monitorização de variáveis ambientais, sistemas de recolha selectiva de resíduos, reutilização da água e medidas para a utilização racional de recursos naturais.	Aberta.
	Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino.	Intervenções de requalificação ambiental e urbanística do espaço público envolvente de estabelecimentos de ensino.	Aberta.
	Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano.	Promoção da consciência ambiental dos cidadãos e aumento da sua participação na vida da cidade, com destaque para as questões do ambiente urbano, em geral associada à realização de iniciativas de requalificação.	Aberta.

Componentes	Linhas de intervenção	Projectos a financiar	Forma de selecção
Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.	Linha 5 — Apoio a outras acções com impacto positivo na qualidade da vida urbana.	Acções que pela sua natureza ou dimensão não se enquadrem nas componentes e linhas anteriores, mas que visem melhorar a qualidade da vida urbana, especialmente nas suas vertentes urbanística e ambiental.	Aberta.

5 — Financiamento e modalidades de participação

Um dos grandes desafios a que o próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) se propõe dar resposta consiste na consolidação do sistema urbano português, com base nos princípios da sustentabilidade, da complementaridade, da solidariedade e da competitividade, visando a melhoria das condições de vida nas cidades e contribuindo, assim, para a afirmação da identidade de Portugal no seio da União Europeia.

Neste sentido, o Programa Polis constitui um quadro de referência importante para assegurar uma coordenação e um propósito comum para as acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano, a apoiar no âmbito do QCA III. As principais fontes de financiamento do Programa têm origem em fundos comunitários através das diversas intervenções operacionais, nomeadamente da medida «Melhoria do ambiente urbano» da intervenção operacional ambiente e das acções integradas de qualificação das cidades e de requalificação metropolitana das intervenções operacionais regionais. A iniciativa comunitária INTER-REG deverá dar também um contributo financeiro significativo.

Acrescendo às referidas medidas e tendo em vista, especialmente, potenciar os efeitos e incrementar a eficácia das operações integradas de requalificação urbana previstas na componente 1 do Programa Polis (cf. quadro n.º 1 do capítulo 4), considera-se essencial o contributo de outras medidas do QCA III, através do co-financiamento de projectos de investimento nos respectivos domínios específicos. Procedeu-se à identificação das principais linhas de financiamento comunitário que financiam as acções de todo o Programa Polis ou que podem, supletivamente, potenciar os seus resultados. Essa identificação é necessária para a execução do Programa, embora não se justifique a sua inclusão neste documento.

As operações integradas da componente 1 do Programa, pela sua escala e natureza multifacetada, deverão ser baseadas num plano estratégico, elaborado pelos promotores, que referencie todas as acções a executar, identifique para cada uma as respectivas fontes de financiamento e tenha em consideração o quadro de elegibilidades de cada medida do QCA III e o seu potencial para gerar receitas próprias. Após aprovação pelo Programa Polis desse plano estratégico e da respectiva engenharia financeira, o promotor submete candidaturas individuais a cada medida. O plano estratégico é apresentado em conjunto com a candidatura a cada uma dessas medidas, não sendo permitida a duplicação de comparticipação financeira comunitária para uma mesma acção.

Para além das operações integradas da componente 1, acima referidas, poderão ser apoiadas acções que se insiram nas componentes 2, 3 e 4 do Programa Polis,

descritas no capítulo 4. Estas acções devem revestir-se de interesse para a melhoria de aspectos específicos da qualidade do ambiente urbano ou da sua gestão, podendo, em alguns casos, destinar-se a complementar ou valorizar projectos já realizados ou em curso. As acções das componentes 2, 3 e 4 poderão ser apoiadas de acordo com as elegibilidades e as disponibilidades das respectivas linhas de financiamento, tenham ou não co-financiamento comunitário.

Os procedimentos a seguir para a apresentação e aprovação das candidaturas às várias componentes e linhas do Programa são apresentadas, de forma sumária, no capítulo 7.6 e serão objecto de regulamento próprio.

As fichas para aquilo que se designa por «complementos de programação» das várias intervenções operacionais que contribuem directamente para o Programa Polis contêm elementos importantes para a definição das regras de cada uma das fontes de financiamento. Foram propostas fichas que reflectem os objectivos do Programa e que os promotores de candidaturas poderão vir a consultar.

Uma avaliação indicativa das necessidades de investimento em cada uma das componentes do Programa Polis é apresentada no quadro n.º 2. De acordo com este quadro, o investimento total a realizar no âmbito do Programa é da ordem dos 160 milhões de contos. Não deve causar surpresa o facto de a componente 1 absorver uma componente significativa dos recursos a mobilizar. Com efeito, trata-se da componente verdadeiramente nuclear e a sua natureza integrada e multifacetada inclui sempre uma importante parcela de obras visando a requalificação dos espaços públicos.

Para além dos fundos comunitários, constituirão fontes de financiamento para as acções a desenvolver pelo Programa Polis o financiamento autárquico e da administração central e ainda o financiamento empresarial público ou privado, referido adiante como autofinanciamento. As várias fontes de financiamento a utilizar pelo Programa constam do quadro n.º 3.

Pode ser observado neste quadro que os fundos comunitários terão uma comparticipação global de cerca de 58 %. As comparticipações globais da administração central e das autarquias locais serão de 28 %. Estes valores variam para as diferentes componentes, pelo que constituem meros valores indicativos globais. Uma percentagem relativamente elevada da comparticipação dos fundos comunitários e da administração central pode ser explicada pela natureza demonstrativa que se pretende atribuir às acções do Programa. Isto é, a sua filosofia não consiste em simplesmente financiar projectos de iniciativa autárquica, mas antes promover acções consideradas exemplares. O valor relativamente pequeno de autofinanciamento (10 %) fica a dever-se ao facto de as acções previstas incidirem principalmente nos espaços públicos menos apropriados para esse tipo de financiamento. Contudo, serão avaliadas as capacidades de autofinanciamento de cada intervenção e será exigido que os promotores recorram a esta fonte de financia-

mento desde que não sejam desvirtuados os propósitos de intervenção prioritária nos espaços públicos do Programa Polis.

Os níveis de comparticipação para cada componente do Programa, com possíveis intervalos de variação e a título indicativo, são apresentados no quadro n.º 4.

QUADRO N.º 2

Indicativo das necessidades de investimento do Programa Polis

Componentes do Programa Polis		Investimento a realizar (milhões de contos)
Componente 1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental.	Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar.	125
	Linha 2 — Outras intervenções a identificar	
Componente 2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		4
Componente 3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		10
Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.	Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano	21
	Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental.	
	Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino.	
	Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano	
	Linha 5 — Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana.	
<i>Investimento total</i>		160

QUADRO N.º 3

Indicativo das fontes de financiamento do Programa Polis

Fontes de financiamento	Milhões de contos
Fundos comunitários	92
Autarquias	26
Administração central	26
Autofinanciamento	16
<i>Total</i>	160

QUADRO N.º 4

Valores indicativos dos níveis de comparticipação para as componentes do Programa Polis

Componentes	Linhas de intervenção	Níveis de comparticipação
Componente 1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental.	Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar.	Autarquias: 10-20 %. Governo: 0-15 %. Fundos comunitários: 60-75 %.
	Linha 2 — Outras intervenções a identificar	
Componente 2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial		Autarquias: 20-25 %. Governo: 15-20 %. Fundos comunitários: 50-75 %.

Componentes	Linhas de intervenção	Níveis de comparticipação
Componente 3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento		Autarquias: 0-25 %. Governo: 0-25 %. Fundos comunitários: 50-75 %.
Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.	Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano.	Autarquias: 25-50 %. Governo: 0-50 %. Fundos comunitários: 0-50 %.
	Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental.	
	Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino.	
	Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano.	
	Linha 5 — Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana.	

Tal como foi referido, as principais fontes de financiamento do Programa Polis são a «Melhoria do ambiente urbano» (medida 2.1) da Intervenção Operacional Ambiente, a sua componente desconcentrada nas intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 3), suportadas pelo FEDER, e as acções integradas de qualificação das cidades e de requalificação metropolitana das intervenções operacionais regionais (eixo prioritário 2), suportadas pelo FEDER e pelo FSE. Os valores indicativos das disponibilidades financeiras de cada uma destas fontes de financiamento são apresentados nos quadros n.ºs 5, 6 e 7. O quadro n.º 5 diz respeito às componentes nacional e desconcentrada da medida 2.1 (FEDER) da Intervenção Operacional Ambiente. Os quadros n.ºs 6 e 7 são relativos aos montantes do FEDER e do FSE, respectivamente, em cada uma das intervenções operacionais regionais.

Para além das linhas de financiamento afectas ao Programa Polis, que são identificadas nos quadros n.ºs 5 a 7, prevê-se ainda que sejam mobilizados cerca de 10 milhões de contos de outras medidas do QCA III relevantes para a problemática urbana e de iniciativas comunitárias, especialmente o INTERREG. O desenvolvimento urbano, integrado na promoção do desenvolvimento urbano, rural e costeiro, constitui um domínio prioritário do INTERREG que considera, também, como prioridade o estabelecimento de «estratégias de desenvolvimento do espaço territorial, incluindo a cooperação entre cidades e entre zonas rurais e urbanas, destinada a fomentar um desenvolvimento policêntrico sustentável».

A forma como as fontes de financiamento comunitário são utilizadas para financiar as várias componentes e linhas do Programa Polis depende das acções a realizar e será estabelecida em cada caso de forma a assegurar a compatibilidade com as regras de utilização de cada uma dessas fontes. Contudo, é previsível que aquelas fontes sejam utilizadas de acordo com as prioridades referidas no quadro n.º 8.

QUADRO N.º 5

Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) na medida 2.1 da IO Ambiente para investimentos no âmbito do Programa Polis.

(Em milhões de contos)

IO Ambiente — medida 2.1	FEDER	Comparticipação nacional (*)	Investimento total
Nacional	21,7	7,2	28,9
Desconcentrado	8,3	2,8	11,1
<i>Total</i>	30,0	10,0	40,0

(*) A comparticipação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação.

QUADRO N.º 6

Indicativo das disponibilidades financeiras (FEDER) no eixo prioritário 2 das intervenções operacionais regionais para investimentos no âmbito do Programa Polis.

Intervenções operacionais regionais	FEDER	Comparticipação nacional (*)	Investimento total
Norte	13,5	4,5	18,0
Centro	10,6	3,5	14,2
LVT	16,2	5,4	21,6
Alentejo	3,5	1,2	4,7
Algarve	3,4	1,1	4,6
<i>Total</i>	47,3	15,8	63,0

(*) A comparticipação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação.

QUADRO N.º 7

Indicativo das disponibilidades financeiras (FSE) no eixo prioritário 2 das intervenções operacionais regionais para investimentos no âmbito do Programa Polis.

Intervenções operacionais regionais	FSE	Comparticipação nacional (*)	Investimento total
Norte	1,3	0,4	1,7
Centro	1,0	0,3	1,4
LVT	1,6	0,5	2,1
Alentejo	0,3	0,1	0,5
Algarve	0,3	0,1	0,4
<i>Total</i>	4,6	1,5	6,1

(*) A comparticipação nacional inclui investimento da administração central, autárquico ou outro; o montante dependerá da taxa de comparticipação.

QUADRO N.º 8

Indicativo das fontes de financiamento das componentes e linhas de intervenção do Programa Polis com base no QCA III

Programa Polis		Fontes de financiamento do QCA III		
Componentes	Linhas de intervenção	IO Ambiente — Nacional	IO Ambiente — Desconcentrado	IO Regional (cidades)
Componente 1 — Operações Integradas de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental.	Linha 1 — Intervenções identificadas pela sua relevância e natureza exemplar.			
	Linha 2 — Outras intervenções a identificar . . .			
Componente 2 — Intervenções em Cidades com Áreas Classificadas como Património Mundial (*)				
Componente 3 — Valorização Urbanística e Ambiental em Áreas de Realojamento				
Componente 4 — Medidas Complementares para Melhorar as Condições Urbanísticas e Ambientais das Cidades.	Linha 1 — Apoio a novas formas de mobilidade no espaço urbano.			
	Linha 2 — Apoio à instalação de sistemas de monitorização e gestão ambiental.			
	Linha 3 — Apoio à valorização urbanística e ambiental na envolvente de estabelecimentos de ensino.			
	Linha 4 — Apoio a acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano.			
	Linha 5 — Apoio a outras acções com impacte positivo na qualidade da vida urbana.			

(*) As fontes de financiamento referidas apenas são aplicáveis no território continental português. Para a cidade de Angra do Heroísmo será necessário identificar outras fontes de financiamento.

Legenda:

	1.ª prioridade		2.ª prioridade		3.ª prioridade
---	----------------	---	----------------	---	----------------

6 — Acesso, selecção e tipologia de projectos**6.1 — Considerações preliminares**

Conforme está referido no capítulo 5 («Financiamento e modalidades de participação»), o Programa Polis procura constituir um quadro de referência importante para as acções de requalificação e valorização ambiental no espaço urbano que venham a ser apoiadas pelo QCA III. Conforme também está bem expresso nesse capítulo, o financiamento das acções a incluir no Programa têm origem em fundos comunitários de diversas intervenções operacionais, bem como nos orçamentos próprios da administração central e das autarquias.

Por sua vez, no capítulo 4 («Componentes e linhas de intervenção») faz-se referência às diversas componentes e linhas de intervenção que compõem o Programa Polis, na perspectiva de este se constituir como um programa de âmbito nacional, numa área tradicional de intervenção das autarquias, devido à sua especificidade de procurar enquadrar projectos de natureza demonstrativa e exemplar de diversas tipologias de intervenção.

Justifica-se, portanto, definir os critérios de acesso e de selecção que as acções a incluir no Programa Polis devem respeitar, independentemente daqueles que estão definidos pelos diversos instrumentos financeiros que serão usados, bem como as tipologias de projectos que poderão ser elegíveis para o Programa.

6.2 — Critérios de acesso e de selecção

Independentemente dos critérios de acesso previstos pelos regulamentos das diversas intervenções operacionais torna-se importante que os projectos candidatos ao Programa Polis respeitem os seguintes critérios de acesso:

- Cumprir toda a legislação e procedimentos obrigatórios que se apliquem à intervenção em causa;
- Demonstrar viabilidade técnica, económica e financeira adequada à sua dimensão e complexidade, nomeadamente:

Diagnóstico da situação ambiental, económica e social da área de intervenção e justificação da necessidade do investimento que candidata;

Plano de gestão e de viabilidade económica após a execução do projecto;

Plano de monitorização ambiental antes, durante e após a execução da acção;

- Comprovar poder-se inserir numa das componentes e linhas do Programa Polis definidas no capítulo 4.

Especificamente para cada uma das componentes e linhas do Programa Polis, os promotores deverão respeitar as condições específicas de acesso que se apresentam a seguir.

Para a componente 1, em qualquer das suas linhas:

Os projectos dizem respeito a operações integradas em espaços urbanos, visando essencialmente a qualificação dos espaços públicos, com uma forte componente de valorização ambiental;

Deve ser apresentado um plano estratégico de toda a intervenção, inserindo-se numa das tipologias referidas no capítulo 3, designadamente:

Requalificação de zonas industriais deprimidas;

Criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;

Valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;

Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;

Requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade;

Valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional;

Devem ser identificados os planos de urbanização ou planos de pormenor e projectos de execução que sejam necessários elaborar, ou apresentados esses planos e projectos, caso estejam já elaborados;

Deve ser apresentado um plano de engenharia financeira em que seja claro quais são as diversas componentes em que se divide o plano estratégico, e que constituirão a base das candidaturas necessárias a cada uma das linhas de financiamento previstas.

Para a componente 2:

Os projectos dizem respeito a intervenções nas áreas classificadas pela UNESCO como património mundial da Humanidade, visando melhorar a qualidade do ambiente urbano dessas áreas;

Deve ser apresentado um plano global da intervenção proposta e respectivo plano financeiro;

Devem ser identificados os planos de pormenor e projectos de execução que sejam necessários elaborar, ou apresentados esses planos e projectos, caso estejam já elaborados.

Para a componente 3:

Os projectos apresentados constituem acções de qualificação urbanística e ambiental de áreas de realojamento;

Deve ser apresentado um plano global da intervenção proposta e respectivo plano financeiro;

Devem ser identificados os projectos de execução que sejam necessários elaborar no contexto de qualificação dos bairros, ou apresentados esses projectos, caso estejam já elaborados.

Para a componente 4, em qualquer das suas linhas:

Os projectos apresentados constituem acções para melhorar as condições urbanísticas e ambientais das cidades;

Deve ser apresentado por parte do promotor o plano de intervenção e o plano de financiamento previsto para a realização do projecto;

Devem ser identificados os planos de pormenor e projectos de execução que sejam necessários elaborar, ou apresentados esses planos e projectos, caso estejam já elaborados.

Para a linha 1:

Constituir um projecto para promover novas formas de mobilidade no espaço urbano.

Para a linha 2:

Constituir um projecto para a instalação de sistemas de monitorização ou de gestão ambiental.

Para a linha 3:

Constituir um projecto para a valorização urbanística e ambiental na envolvente dos estabelecimentos de ensino.

Para a linha 4:

Constituir um projecto para a realização de acções de sensibilização e educação ambiental no espaço urbano.

Para a linha 5:

Constituir um projecto para a realização de acções de mérito reconhecido na prossecução dos objectivos do Programa e que não se insiram nas componentes e linhas anteriores.

Independentemente dos critérios de acesso, os projectos deverão ser apreciados por outros méritos próprios que, não sendo motivo de exclusão da candidatura, constituem valor acrescentado fundamental para a sua avaliação. Como critérios de selecção de projectos deverão ser considerados:

a) No âmbito estratégico:

Demonstrar o seu enquadramento no plano estratégico da cidade;

Possuir carácter demonstrativo;

b) No âmbito dos objectivos a alcançar:

Identificar os efeitos esperados e os objectivos a atingir;

Estimar a população beneficiada pela acção;

c) No âmbito da qualificação ambiental:

Dar contributo para a melhoria da qualidade dos diversos descritores ambientais;

Contributo para a redução do consumo de recursos naturais;

Previsão das medidas de minimização do impacto negativo da execução das obras;

Previsão dos sistemas de monitorização e gestão ambiental da área de intervenção;

d) No âmbito dos impactes esperados:

Contributo para a consolidação da malha urbana em que se insere e do sistema urbano nacional;

Contributo para a implementação da legislação ambiental e urbanística;
Contributo para a melhoria do desempenho das actividades económicas locais;
Sinergias com outros investimentos;

e) No âmbito da gestão do projecto:

Parcerias que o projecto congrega e que potencia para acções subsequentes;
Modelos de gestão na fase de execução e na fase de exploração;
Sustentabilidade económica na fase de execução e na fase de exploração;
Adopção de estratégia de comunicação e educação ambiental associada ao projecto.

Reforça-se a ideia que estes critérios de selecção, não sendo motivo de exclusão das candidaturas, são, no entanto, o reflexo da filosofia que presidiu à concepção do Programa Polis, sendo desejável que os projectos os tenham em consideração.

Reconhece-se, contudo, que os projectos que podem ser candidatados nas diversas componentes e linhas de intervenção poderão ter natureza e características muito diversas, pelo que se admite que, em alguns casos, os referidos critérios possam não ser aplicáveis pelo menos na totalidade.

Para além dos critérios já referidos, consideram-se como recomendáveis, e constituirão factor de priorização, a adopção das seguintes medidas ou a prossecução dos seguintes objectivos:

Para a componente 1, em qualquer das suas linhas:

Incluir no seu planeamento critérios que visem a sua certificação pelo sistema ISO ou EMAS;
Constituir-se como consequência de outras acções já em desenvolvimento ou induzir acções no futuro;

Para a componente 2:

Potenciar as características de identidade histórica, cultural e ambiental dos locais;

Para a componente 3:

Contribuir para minorar a falta de condições existentes para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas;

Para a componente 4, linha 1:

Aumentar significativamente as áreas pedonais e ciclovias;
Aumentar as áreas de estacionamento com efeitos dissuasores da circulação automóvel;
Incentivar os transportes públicos;
Restringir a circulação automóvel;

Para a componente 4, linha 2:

Incluir acções de sensibilização e de educação ambiental associadas aos sistemas de informação e gestão que permitam aos cidadãos compreender melhor a importância dessas acções e da informação disponibilizada;

Melhorar os sistemas de informação que os municípios utilizam para a gestão ambiental, nomeadamente com a utilização de Sistemas de Informação Geográfica;

Para a componente 4, linha 3:

Incluir acções de sensibilização e de educação ambiental que potenciem o efeito das acções a desenvolver;
Envolver os estabelecimentos de ensino no desenvolvimento dos projectos;

Para a componente 4, linha 4:

Indicar as parcerias que serão envolvidas no desenvolvimento das acções;

Para a componente 4, linha 5:

Justificar a sua inclusão no Programa Polis.

6.3 — Tipologia de projectos

Tal como referido no capítulo 4, o Programa Polis divide-se em quatro componentes, algumas das quais com subdivisões em linhas de actuação. Estas subdivisões procuram atender a algumas especificidades de situações reais, embora com o propósito único de promover a requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades.

Não parece assim ser possível conceber uma lista exhaustiva de todos os tipos de projectos susceptíveis de serem enquadrados pelo Programa. De qualquer modo, torna-se importante apresentar um quadro de referência dos vários tipos de iniciativas que, em cada componente e linha, poderão ser objecto de financiamento.

Será necessário ter em conta, também, a problemática da regulamentação própria dos instrumentos de financiamento comunitário que suportam o Programa Polis.

Apresenta-se a seguir uma lista indicativa da tipologia de projectos que poderão ser incluídos em cada componente e linha do Programa Polis:

QUADRO N.º 9

Tipologia indicativa de projectos elegíveis na componente 1

Tipologia de projectos elegíveis — componente 1 — linhas 1 e 2

Recuperação e valorização de estruturas ecológicas inseridas na malha urbana.

Recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio ou cujas funções foram desactivadas.

Projectos que concorram para o incremento da área verde urbana, preferencialmente em condições de continuidade territorial.

Projectos que promovam a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público.

Recuperação e valorização de edifícios com interesse patrimonial ou funcional.

Projectos que promovam a utilização dos modos de transporte colectivo, ou modos de transporte urbano favoráveis ao ambiente.

Projectos que contribuam para a restrição à circulação automóvel nos centros urbanos, em particular dos veículos de utilização individual, nomeadamente através da criação de áreas de estacionamento ou de alterações da rede viária, dissuasores da sua penetração nos centros.

Projectos que visem a redução dos consumos de água e a reutilização desse recurso, especialmente em zonas com carências hídricas.

Projectos que visem a redução da produção de resíduos e projectos que promovam a sua valorização.
 Estudos que contribuam para a caracterização e gestão do ambiente urbano.
 Projectos que promovam a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade.
 Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano.
 Projectos de âmbito nacional, regional ou local que promovam acções de sensibilização e de informação tendo em vista uma melhor compreensão da problemática do ambiente urbano.
 Realização de eventos que concorram para os objectivos da intervenção.
 Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para o cumprimento dos objectivos da intervenção.

QUADRO N.º 10

Tipologia indicativa de projectos elegíveis na componente 2**Tipologia de projectos elegíveis — componente 2**

Recuperação e valorização de edifícios com interesse patrimonial ou funcional.
 Projectos que promovam a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público.
 Projectos de recuperação ambiental e urbanística de áreas urbanas em declínio e cujas funções foram desactivadas.
 Projectos de recuperação e valorização de estruturas ecológicas inseridas na malha urbana.
 Projectos que concorram para o incremento da área verde urbana, preferencialmente em condições de continuidade territorial.
 Projectos que promovam a utilização dos modos de transporte colectivo ou promovam modos de transporte urbano favoráveis ao ambiente.
 Projectos que contribuam para a restrição à circulação automóvel nos centros urbanos, em particular dos veículos de utilização individual, nomeadamente através da criação de áreas de estacionamento ou de alterações da rede viária, dissuasores da sua penetração nos centros.
 Projectos que visem a redução dos consumos de água e a reutilização desse recurso, especialmente em zonas com carências hídricas.
 Projectos que visem a redução da produção de resíduos e projectos que promovam a sua valorização.
 Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano e histórico.
 Projectos que favoreçam a promoção de acções de carácter cultural.
 Projectos que promovam acções de sensibilização e de informação tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano e a sua valorização cultural.
 Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para o cumprimento dos objectivos da intervenção.

QUADRO N.º 11

Tipologia indicativa de projectos elegíveis na componente 3**Tipologia de projectos elegíveis — componente 3**

Projectos de valorização ambiental de espaços exteriores e de qualificação de espaços públicos, incluindo equipamento, em áreas de realojamento.

Projectos que concorram para o incremento da área verde urbana, preferencialmente em condições de continuidade territorial.
 Projectos que visem a redução dos consumos de água e a reutilização desse recurso, especialmente em zonas com carências hídricas.
 Projectos que visem a redução da produção de resíduos e projectos que promovam a sua valorização.
 Projectos de âmbito local que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano e a inserção social da população.
 Projectos de equipamentos de proximidade, de gestão e integração social da população residente e projectos que visem o apoio à infância, aos idosos ou a populações em risco.
 Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos da intervenção.

QUADRO N.º 12

Tipologia indicativa de projectos elegíveis na componente 4**Tipologia de projectos elegíveis — componente 4 — linha 1**

Projectos que promovam modos de transporte urbano favoráveis ao ambiente, nomeadamente a utilização dos modos de transporte colectivo.
 Projectos que contribuam para a restrição à circulação automóvel nos centros urbanos, em particular dos veículos de utilização individual, nomeadamente através da criação de áreas de estacionamento ou de alterações da rede viária, dissuasores da sua penetração nos centros.
 Projectos que promovam a criação de sistemas de gestão de dados relativos aos transportes colectivos e de informação ao público, visando o incremento da sua eficiência e atractividade.
 Projectos relativos a sistemas de monitorização, de tratamento e de processamento de dados ambientais urbanos para apoio à decisão e ou para divulgação ao público.
 Projectos de âmbito local ou regional que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos alvo tendo em vista um melhor conhecimento das relações transportes-ambiente.
 Estudos que contribuam para a caracterização e gestão do ambiente urbano tendo em atenção o sector dos transportes.
 Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos da intervenção.

Tipologia de projectos elegíveis — componente 4 — linha 2

Projectos relativos a sistemas de monitorização, de tratamento e de processamento de dados ambientais urbanos para apoio à decisão e para divulgação ao público.
 Projectos que contribuam para a caracterização e gestão do ambiente urbano visando a produção cartográfica de base digital e a utilização das novas tecnologias de informação, nomeadamente os Sistemas de Informação Geográfica.
 Projectos de âmbito nacional, local e regional que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano.

Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos da intervenção.

Tipologia de projectos elegíveis — componente 4 — linha 3

Projectos de recuperação ambiental e urbanística de áreas envolventes de estabelecimentos escolares.

Projectos que promovam a melhoria da qualidade visual da paisagem urbana e a qualificação do espaço público de áreas envolventes de estabelecimentos escolares.

Projectos que concorram para o incremento da área verde urbana, preferencialmente em condições de continuidade territorial de áreas envolventes de estabelecimentos escolares.

Projectos de âmbito local que promovam acções de sensibilização e de informação nos estabelecimentos de ensino, tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução de acções que concorram para os objectivos da intervenção.

Tipologia de projectos elegíveis — componente 4 — linha 4

Projectos de âmbito local ou regional que promovam acções de sensibilização e de informação para diferentes grupos alvo tendo em vista a melhoria da qualidade do ambiente urbano.

Criação de postos de informação ao público no domínio do ambiente urbano.

Estudos que contribuam para a caracterização e gestão do ambiente urbano.

Realização de eventos que concorram para os objectivos do Programa.

Estudos, projectos e assessoria técnica tendo em vista a execução e a gestão de acções que concorram para os objectivos da intervenção.

Tipologia de projectos elegíveis — componente 4 — linha 5

Todas as acções elegíveis que contribuam para a requalificação urbana e melhoria ambiental de áreas urbanas e que não sejam incluídas nas outras linhas.

Relativamente às despesas elegíveis, julga-se que o Programa Polis deve analisar as despesas a serem efectuadas no âmbito das suas intervenções, mas numa perspectiva de que a sua elegibilidade está sujeita às regras impostas pelas várias linhas de financiamento a que cada intervenção se deverá candidatar.

Não parece, assim, ser necessário apresentar uma listagem, mesmo que indicativa, das despesas a contemplar com o Programa Polis.

7 — Instrumentos para a execução do Programa

7.1 — Considerações preliminares

Um programa com as características e dimensões do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (Programa Polis) torna necessária a adopção de instrumentos que garantam a eficácia da sua execução e a coerência dos seus propósitos.

Em especial a componente 1 do Programa requer a adopção de medidas de excepção que assegurem a realização em tempo oportuno das operações integradas que a integram. Estas operações têm uma escala muito

significativa e obrigam a realizar um conjunto de acções que se pretende executar em simultâneo, evitando um arrastamento no tempo que prejudicaria os propósitos do Programa e perturbaria, seguramente, a vida dos cidadãos que vivem ou utilizam as zonas de intervenção.

Pretende-se que as intervenções a realizar, especialmente no âmbito daquela componente, tenham uma natureza demonstrativa e exemplar, pelo que o financiamento concedido pelo Programa não pode ser confundido com um mero apoio financeiro concedido a título supletivo a um plano de obras autárquicas. Antes pelo contrário, trata-se de intervenções que devem ser realizadas em parceria entre as administrações central e local em resultado de um impulso político dado conjuntamente pelo Governo e câmaras municipais.

A realização daquelas intervenções deve marcar a vida das cidades e passar a constituir referência não apenas para o concelho em que se inserem mas para todo o País. Aliás, é importante que as intervenções sejam divulgadas e conhecidas a nível nacional para que, salvaguardada a especificidade de cada uma, possam ser identificadas como parte de uma grande operação de valorização da vida urbana conduzida a nível nacional.

Para alcançar este resultado, é importante dotar o Programa de instrumentos que garantam a capacidade de intervenção dos promotores e permitam agilizar os procedimentos sem prescindir, naturalmente, das exigências que a lei estabelece relativamente a este tipo de intervenções. Se a EXPO 98 constitui, em larga medida, uma fonte inspiradora das operações que agora se pretende promover, é natural que as soluções encontradas para a execução daquele evento sejam também inspiradoras dos instrumentos a adoptar para garantir o êxito do Programa Polis.

Assim, recomenda-se a adopção de instrumentos específicos em cinco áreas, designadamente instrumentos de intervenção urbanística, instrumentos empresariais, instrumentos de protocolarização com os municípios, instrumentos relativos à estrutura de gestão do Programa e aos seus procedimentos e, finalmente, instrumentos jurídicos que têm por objectivo consagrar na lei todos os restantes instrumentos.

7.2 — Instrumentos de intervenção urbanística

O reordenamento urbano decorrente das intervenções previstas no Programa Polis será precedido de um plano estratégico, referido no capítulo 6, e será efectuado através de planos de urbanização, quando a área o justifique, ou de planos de pormenor, a elaborar pela entidade promotora e gestora do projecto.

O plano de urbanização define uma organização espacial que exija uma intervenção integrada de planeamento e estabelece, designadamente:

- a) A definição e caracterização da área de intervenção identificando os valores culturais e naturais a proteger;
- b) A concepção geral da organização urbana, a partir da qualificação do solo, definindo a rede viária estruturante, a localização de equipamentos de uso e interesse colectivo, a estrutura ecológica, bem como o sistema urbano de circulação de transporte público e privado e de estacionamento;
- c) A definição do zonamento para localização das diversas funções urbanas, designadamente habi-

- tacionais, comerciais, turísticas, de serviço e industriais, bem como a identificação das áreas a recuperar ou reconverter;
- d) A adequação do perímetro urbano definido no plano director municipal em função do zonamento e da concepção geral da organização urbana definidos;
- e) Os indicadores e os parâmetros urbanísticos aplicáveis a cada uma das categorias e subcategorias de espaços;
- f) As subunidades operativas de planeamento e gestão que serão desenvolvidas por planos de pormenor.

O plano de urbanização é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de zonamento que representa a organização urbana adoptada;
- c) Planta de condicionantes que identifica as servidões e restrições de utilidade pública em vigor que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento.

O plano de pormenor desenvolve e concretiza propostas de organização espacial, definindo como detalhe a concepção da forma de ocupação e servindo de base aos projectos de execução das infra-estruturas, da arquitectura dos edifícios e dos espaços exteriores.

O plano de pormenor estabelece, nomeadamente:

- a) A caracterização da área de intervenção identificando, quando se justifique, os valores culturais e naturais a proteger;
- b) A situação fundiária da área de intervenção, procedendo, quando necessário, à sua transformação;
- c) O desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, de circulação viária e pedonal, de estacionamento, bem como do respectivo tratamento, alinhamentos, implantações, modelação do terreno, distribuição volumétrica, bem como a localização dos equipamentos e zonas verdes;
- d) A distribuição de funções e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente índices, densidade de fogos, número de pisos e cércas;
- e) As operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes.

O plano de pormenor é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de implantação;
- c) Planta de condicionantes.

O plano de pormenor é acompanhado por um relatório fundamentando as soluções adoptadas e um programa de execução das acções previstas.

Para agilizar a elaboração, aprovação e execução dos planos de urbanização e planos de pormenor, sem prescindir do grau de exigência que a lei impõe a estes instrumentos de planeamento, deverá ser publicada legislação que, a título excepcional, assegure os seguintes mecanismos nas áreas abrangidas pelas operações integradas de requalificação urbana:

A aprovação dos planos de urbanização e de pormenor compete ao Governo ou ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território,

sendo precedida de parecer de uma comissão técnica de acompanhamento constituída por representantes dos ministros competentes em razão da matéria, bem como da câmara municipal da respectiva área, a ser emitido no prazo de 30 dias a contar da recepção da proposta de plano pela comissão;

Para execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, as operações de loteamento e os projectos de obras da iniciativa da entidade promotora do projecto são dispensados de licenciamento nos termos da legislação aplicável; A divisão dos terrenos constante dos planos de pormenor vale, para todos os efeitos, como operação de reparcelamento e loteamento, competindo às entidades promotoras a aprovação das respectivas obras de urbanização;

O plano de pormenor aprovado constituirá título bastante para efeitos de registo predial e de inscrição matricial dos novos prédios assim constituídos.

7.3 — Instrumentos empresariais

As intervenções previstas na componente 1 do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades caracterizar-se-ão por uma grande multidisciplinaridade, requerendo competências em domínios técnicos específicos e, sobretudo, em matérias de coordenação e gestão integrada das operações.

Importa, assim, e desde o início, prever modelos de operacionalização das intervenções que garantam a sua eficácia no terreno. Tendo presente esta perspectiva operacional, considera-se adequado recomendar as seguintes medidas:

1) Criação de uma entidade com autonomia jurídica, constituída com a participação maioritária do Estado o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a participação da(s) autarquia(s) envolvida(s).

Revela-se como fundamental a criação de um aparelho de execução eficaz e dinâmico, compatível com os objectivos fixados para cada intervenção: programa de intervenção, calendário de execução e orçamento de realização. Este modelo é, à luz das experiências anteriores conhecidas, nomeadamente o caso da EXPO 98, a solução que se nos afigura aplicável a empreendimentos desta envergadura.

Assim, a solução proposta para cada um dos casos passa pela constituição de uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, à qual seria cometida a tarefa de dar execução aos objectivos constantes do projecto. A criação da referida sociedade poderá seguir de perto, *mutatis mutandis*, os moldes anteriormente experimentados em situações idênticas (Parque EXPO, COSTAGEST), sendo a execução do plano definido no projecto aprovado para cada zona de intervenção a razão de ser da sua constituição e o seu objecto social. Este tipo de solução permitirá sempre adaptar o modelo de intervenção a cada uma das realidades em concreto.

Tendo presente que a vocação do accionista maioritário não é a gestão de sociedades, poderá este, com vantagem, acordar, após a constituição da sociedade, um contrato de gestão da sua participação social com empresas do sector empresarial do Estado com experiência em intervenções urbanísticas de grande escala. As sociedades Parque EXPO 98, S. A., e Porto 2001, S. A., pela sua experiência e esfera de actuação, são, obviamente, candidatas a desempenhar um papel neste modelo. É desejável também o recurso a empresas pri-

vadas especializadas na gestão de projectos para complementar a capacidade daquelas empresas e estimular o mercado.

2) Uma empresa deste tipo, constituída tendo em vista um desígnio de tamanha dimensão e complexidade, deverá ser dotada de poderes de excepção, nomeadamente no que respeita:

- À possibilidade de agir como entidade expropriante dos imóveis necessários à prossecução dos seus objectos sociais (sem esquecer a respectiva indemnização e realojamento);
- À possibilidade de utilizar e administrar bens do domínio público do Estado que interesse afectar ao exercício das suas actividades;
- À atribuição de poderes excepcionais no âmbito do ordenamento do território e urbanismo; e, ainda;
- À definição de um regime articulado de licenciamento de obras, infra-estruturas e edificações, capaz de dar resposta às necessidades dos projectos em concreto.

(V. Decreto-Lei n.º 354/93.)

Importará ainda, no âmbito do enquadramento a dar a cada intervenção, proceder à verificação e previsão de soluções para os casos em que, em concreto, se revele ser necessário extinguir concessões de bens dominiais e direitos de uso privativo existentes.

Indo mais longe que o regime previsto para a Parque EXPO 98, S. A., mas de interessante consideração futura, poderá ser proposta a consignação de receitas municipais da zona de intervenção do projecto respectivo, desde a fase de lançamento do projecto e por um período futuro a determinar, como forma adicional de financiamento das operações urbanísticas e ambientais.

As restantes componentes do Programa (componentes 2, 3 e 4) são de dimensão e natureza mais convencionais e não se revestem de características tão exigentes de um ponto de vista operacional. Por este motivo, não se justifica prever antecipadamente qualquer solução empresarial para a sua implementação, embora essa possibilidade não esteja excluída se for considerado necessário.

7.4 — Instrumentos de protocolarização com os municípios

Previamente à constituição de cada uma das sociedades, e face à complexidade inerente aos projectos de intervenção e respectivo modelo, afigura-se fundamental a celebração de um protocolo com cada um dos municípios envolvidos na componente 1 do Programa, de modo a consubstanciar num documento único, para cada intervenção, a relação entre as autarquias e o MAOT.

Com efeito, a criação das zonas de intervenção e restantes etapas necessárias ao início dos trabalhos em concreto constitui, no seu todo, um processo complexo, marcado por diferentes fases e sujeitos envolvidos, sendo, por isso, necessário firmar, num documento de referência, quais as obrigações das partes e quais os prazos para o respectivo cumprimento.

A celebração de um protocolo, como referido, permite, assim, clarificar as diferentes etapas do processo de concretização do Programa, identificando os responsáveis e definindo metas, objectivos e calendários.

Como conclusão, realçamos o facto de este documento permitir, dado o carácter prévio da sua celebração, uma melhor adequação de todo o processo à realidade da autarquia envolvida, definindo, desde logo, as particularidades próprias de cada projecto ou inter-

venção. Assim, esses protocolos deverão ter como base uma matriz comum, sendo os termos precisos em cada caso adaptados à situação específica de cada município.

7.5 — Estrutura e procedimentos de gestão

Com a aprovação do Programa Polis, inicia-se a fase da sua execução pelo período correspondente ao Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006.

Como já foi referido no capítulo 5, as intervenções operacionais do QCA III constituem as principais fontes de financiamento das acções a realizar no âmbito deste Programa, admitindo-se que, nos casos mais complexos e de maior dimensão, seja necessário recorrer a mais de uma fonte de financiamento.

Tendo em vista promover a articulação das diferentes fontes de financiamento, por forma a potenciar sinergias e a garantir que os projectos cumpram simultaneamente os objectivos do Programa Polis e das intervenções operacionais do QCA III que as financiam, prevê-se a criação de uma estrutura de dinamização e acompanhamento do Programa Polis, a designar por Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP), sob a tutela directa do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território. Esta estrutura tem ainda um papel importante para garantir que a execução do Programa se mantenha consistente com as directrizes traçadas e para monitorizar e contribuir para divulgar os resultados do Programa.

A articulação deste Gabinete com as entidades responsáveis pela gestão das várias linhas de financiamento comunitário está representada na figura 1. A relação do GCPP com os promotores das operações integradas de requalificação urbana (componente 1 do Programa) está representada na figura 2.

Os promotores deverão apresentar as propostas de Intervenção ao GCPP, o qual, para além de verificar a conformidade com os objectivos do Programa, analisa a engenharia financeira, podendo sugerir alterações sobre as fontes de financiamento, e elabora pareceres destinados a instruir as candidaturas a instrumentos financeiros.

Para além das funções acima referidas, o GCPP, participará no acompanhamento da execução das acções e na avaliação da realização dos objectivos estabelecidos para cada uma das intervenções e para o Programa Polis no seu todo.

Para além da missão genérica de articulação das diversas fontes de financiamento que contribuirão para a realização das acções, o GCPP exercerá as funções de divulgação, dinamização, controlo de qualidade dos projectos e avaliação da execução do Programa Polis.

O GCPP será dirigido por um coordenador, a nomear pelo Governo, com o estatuto de encarregado de missão. O coordenador será apoiado por uma equipa com a natureza de estrutura de projecto, nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro.

Competirá ao GCPP:

- Promover acções de divulgação dos objectivos, das oportunidades e dos resultados do Programa Polis;
- Participar na análise das intenções de investimento enquadráveis no Programa Polis e no aconselhamento dos promotores;
- Estabelecer os contactos com os serviços do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e com os responsáveis pelas intervenções operacionais incluídas no QCA III que sejam

consideradas necessárias para a consecução dos objectivos do Programa Polis e da sua eficácia; Formular pareceres sobre os projectos enquadráveis no Programa Polis e candidatos a financiamento a intervenções operacionais incluídas no QCA III;

Promover a articulação das acções enquadráveis no Programa Polis, dos respectivos financiamentos e das necessárias sinergias;

Apoiar as intervenções operacionais incluídas no QCA III nas acções necessárias à fundamentação das correcções a propor aos órgãos responsáveis pela execução do QCA III, no sentido de melhorar a eficiência na prossecução dos objectivos do Programa Polis;

Recolher e tratar a informação relativa aos indicadores e estatísticas de acompanhamento dos projectos enquadráveis no Programa Polis;

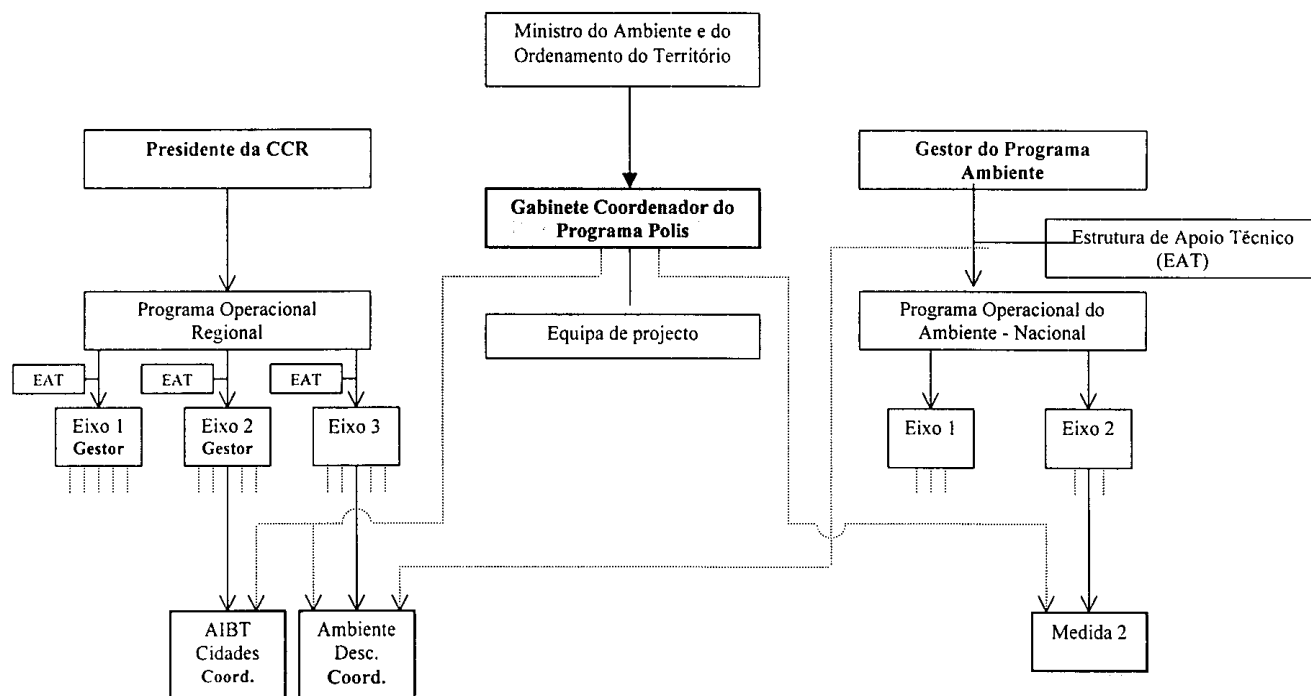


Fig. 1 — Articulação do Gabinete Coordenador do Programa Polis com as entidades responsáveis pela gestão das várias linhas de financiamento comunitário

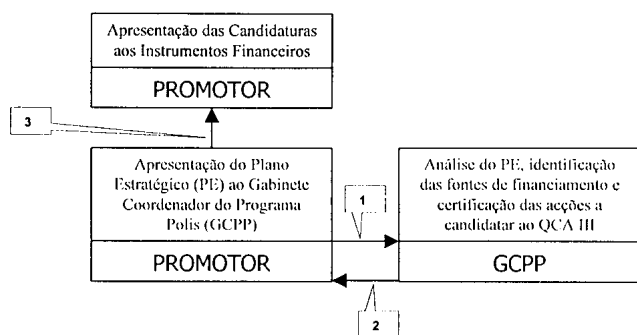


Fig. 2 — Relacionamento do Gabinete Coordenador do Programa Polis com os promotores de projectos no âmbito da componente 1 do Programa

Promover a avaliação dos progressos realizados no âmbito do Programa Polis;

Participar na orientação e na realização de estudos, conferências e outros eventos relativos às cidades.

Apesar da diferença na natureza e complexidade das acções previstas nas componentes e linhas de intervenção apresentadas no capítulo 4, apresenta-se em seguida, a título meramente indicativo, um esquema tipo de procedimento, desde a intenção do promotor para a rea-

lização de uma intervenção enquadrável no Programa Polis até ao acompanhamento por parte do GCPP do progresso realizado.

Estas matérias deverão ser, em tempo oportuno, objecto de regulamentação mais pormenorizada.

Procedimento tipo para uma intervenção no âmbito do Programa Polis:

- O GCPP analisa a intenção de intervenção, em diálogo com o promotor, tendo como enquadramento os objectivos e disposições do Programa Polis;
- O promotor elabora o plano de intervenção, propondo a respectiva engenharia financeira;
- O GCPP analisa o plano de intervenção e recolhe os pareceres das entidades relevantes para o sucesso da intervenção, nomeadamente da DGOTDU;
- O GCPP elabora um parecer, podendo sugerir alterações ou recomendações relativamente ao plano da intervenção e à respectiva engenharia financeira, tendo como base os objectivos e disposições do Programa Polis, os pareceres das entidades convidadas a pronunciarem-se e o quadro de elegibilidades dos diferentes instrumentos de financiamento;
- O promotor realiza as diligências necessárias tendo em vista o financiamento da intervenção, desig-

nadamente apresenta candidaturas aos diferentes instrumentos de financiamento, de acordo com o parecer do GCPP, que será incluído no *dossier* de cada uma das candidaturas. O GCPP apoiará o promotor nas diligências que este venha a efectuar junto das intervenções operacionais do QCA III;

Após o início da intervenção, o promotor elabora um relatório de progresso técnico e financeiro com uma frequência pelo menos anual, que submete ao GCPP, sem prejuízo do cumprimento dos procedimentos específicos de cada instrumento de financiamento;

O GCPP elabora anualmente um relatório de progresso técnico e financeiro do Programa Polis.

7.6 — Instrumentos jurídicos

A implementação do Programa Polis pressupõe a adopção de um conjunto de diplomas que, para além de aprovarem o Programa e criarem as suas estruturas de gestão, consagrem os instrumentos referidos nos capítulos anteriores. Assim, foi preparado um conjunto de propostas de documentos a aprovar pelo Governo a muito curto prazo, designadamente:

Resolução do Conselho de Ministros que aprova o Programa Polis;

Proposta de lei de autorização legislativa relativa à criação de um regime de excepção para a realização de operações integradas de requalificação urbana;

Decreto-lei com a delimitação das zonas de intervenção;

Resolução do Conselho de Ministros que cria o GCPP;

Minuta genérica dos protocolos a estabelecer entre o MAOT e as câmaras municipais envolvidas na componente 1.

Foi preparado, também, um conjunto de propostas legislativas que são necessárias para a boa execução do Programa e que devem ser aprovadas logo que seja possível, isto é, logo que esteja concedida a autorização legislativa e logo que estejam reunidas as condições para criar as sociedades gestoras das intervenções. Essas propostas são as seguintes:

Exemplo de um decreto-lei de constituição de uma sociedade promotora de uma operação integrada de requalificação urbana;

Decreto-lei caracterizando o regime de excepção para a realização de operações integradas de requalificação urbana;

Decreto-lei para a extinção de concessões e direitos de uso, bem como desafectação do domínio público, quando necessário.

Tecem-se a seguir algumas considerações sobre os principais aspectos destes documentos legislativos.

A concretização das intervenções objecto do presente Programa passa, num primeiro momento, pela aprovação do mesmo em Conselho de Ministros. Essa aprovação é feita por uma resolução do Conselho de Ministros que deverá aprovar também desde logo um projecto de diploma de delimitação das áreas objecto de intervenção no âmbito da componente 1 do Programa Polis.

Esta delimitação, para além de permitir uma correcta identificação das zonas de intervenção, possibilita a defi-

nição de um regime preventivo, capaz de prevenir alterações que comprometam ou inviabilizem a execução das intervenções previstas em cada uma das zonas, bem como qualquer tentativa de aproveitamento do Programa para desenvolvimento de actividades não contempladas no espírito do Programa.

Assim, com base no regime previsto no Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro (Lei dos Solos), importa desde logo, para além da aprovação da localização e delimitação das áreas de intervenção, definir um conjunto de medidas preventivas de utilização do solo das zonas a afectar à realização das intervenções, nos termos do previsto no diploma supra-referido, condicionando ou impedindo, por esta via, a realização de obras. O regime assim instituído deverá vigorar, pelo menos, até à concretização das expropriações, se necessárias, evitando-se deste modo operações urbanísticas que, uma vez aprovadas, constituiriam, seguramente, constrangimentos indesejados.

Atendendo à dimensão e complexidade das intervenções previstas, e partindo do princípio orientador — já sustentado e explicado — de submeter a execução de cada uma das intervenções a sociedades especialmente criadas para o efeito (sendo a sua constituição assegurada por decreto-lei), importará, agora, averiguar quais as competências que deverão ser atribuídas a cada uma das sociedades, no âmbito da execução do seu objecto.

Com efeito, em virtude da natureza das intervenções programadas, as quais revestem um carácter inequivocamente urgente, não faria sentido constituir sociedades a fim de agilizar a realização das intervenções, sem atribuir às mesmas meios suficientes para prosseguir os seus objectivos.

De facto, tendo presente os desígnios do Programa Polis e o modelo de intervenção escolhido, torna-se necessário definir um regime excepcional — na sua maioria objecto de uma necessária lei de autorização legislativa — aplicável a todas as sociedades, o qual permita, numa lógica desejada e fundamental de articulação com os municípios envolvidos, uma eficaz concretização dos objectivos a cumprir. Este regime contempla, nomeadamente:

A atribuição de poderes para agir como entidades expropriantes dos imóveis necessários à prossecução dos seus objectos sociais (sem esquecer a respectiva indemnização e realojamento);

A possibilidade de utilizar e administrar bens do domínio público do Estado que interesse afectar ao exercício das suas actividades;

A atribuição de poderes e prerrogativas do Estado quanto à protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos e instalações que lhes estejam afectos, das obras por si executadas ou contratadas, bem como a possibilidade de, nos termos legais, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessitem para estaleiros, depósito de materiais, alojamento de pessoal operário e instalação de escritórios, sem prejuízo do direito a indemnização que houver a pagar;

A definição de um regime especial de aprovação de plano específico de ordenamento para cada uma das zonas de intervenção, constituído pelo plano de urbanização e ou respectivos planos de pormenor, sendo estes sujeitos a aprovação

ministerial, precedida do parecer prévio de uma comissão técnica de acompanhamento a constituir;

A atribuição, às sociedades a constituir, de competência para elaborar o plano de urbanização e os planos de pormenor para as zonas de intervenção, bem como a competência para licenciar as respectivas obras de urbanização;

A dispensa dos licenciamentos de obras realizadas pelas sociedades no âmbito do plano de intervenção e regime especial de licenciamento de obras, infra-estruturas e edificações nos casos em que se verifique a existência de um programa imobiliário;

A declaração de utilidade pública das expropriações dos imóveis, e direitos a eles relativos, localizados nas zonas de intervenção e necessários à realização do objecto social das sociedades, ao projecto de reordenamento urbano das zonas, bem como à disponibilização de solos para alienação — se necessário —, no quadro do plano de urbanização;

O estabelecimento de regras específicas para o processo das expropriações necessárias à realização das intervenções, ao reordenamento urbano daí resultante e à reinstalação e funcionamento de actividades actualmente localizadas na zona de intervenção, designadamente no que respeita à posse administrativa dos bens a expropriar cuja declaração de utilidade pública tenha carácter de urgência à determinação e modo de pagamento das indemnizações e à constituição da comissão arbitral;

A declaração de utilidade pública das expropriações dos terrenos, imóveis e direitos a eles relativos, necessários à reinstalação e funcionamento das actividades actualmente localizadas nas respectivas zonas de intervenção, assim como o direito de constituir as servidões necessárias a esses mesmos fins;

Previsão de um regime de benefícios fiscais a favor das sociedades gestoras dos projectos, concedendo, nomeadamente, isenção de contribuição autárquica, de imposto municipal de sisa e imposto sobre sucessões e doações, imposto do selo e isenção de emolumentos notariais e de registo.

O regime excepcional e respectivos poderes ora definidos carecem, na sua maioria, de aprovação pela Assembleia da República, o que obriga à apresentação de uma proposta de lei de autorização legislativa, a qual deverá contemplar as faculdades supra-referidas, garantindo, assim, a atribuição às sociedades de poderes consentâneos com o seu objecto social.

Uma vez aprovada a proposta de lei de autorização legislativa, tornar-se-á necessário desenvolver e aprofundar a mesma, através do respectivo decreto-lei, o qual estabelecerá e regulará o regime na especialidade.

Por último, e apenas nos casos em que tal se verifique necessário, haverá que proceder — por decreto-lei — à extinção de concessões de bens dominiais e direitos de uso existentes, bem como à respectiva desafectação do domínio público que se afigure necessária. Por esta via se completaria o processo de delimitação das zonas e a atribuição às sociedades dos meios necessários para intervir nas mesmas, garantindo a boa prossecução dos objectivos definidos no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

8 — Análise preliminar de projectos

Procedeu-se à análise preliminar de um conjunto de intervenções, algumas já em fase de projecto de execução, outras ainda em fase de planeamento, e que constituem exemplos paradigmáticos de operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente ambiental. Estas intervenções são candidatas a integrar a componente 1 do Programa Polis, tal como é definida no capítulo 4.

Os casos analisados dizem respeito a projectos de requalificação urbana a realizar nas cidades de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, área metropolitana do Porto, incluindo as cidades de Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia, Aveiro, Coimbra, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco, Leiria, Sintra (Cacém), Almada (Costa da Caparica), Beja e Albufeira.

Uma apresentação sumária destes projectos, que inclui uma descrição sucinta, a identificação dos seus aspectos mais positivos e a referência a algumas questões que importa acautelar é feita nos quadros n.ºs 13 a 30.

Deve ser sublinhado que esta análise foi feita com base nos elementos fornecidos pelas câmaras municipais e, na generalidade dos casos, em uma ou duas visitas aos locais. Há ainda muito trabalho a realizar para definir os contornos exactos de cada projecto e estabelecer o que é financiável no quadro do Programa Polis. De acordo com o que é estabelecido no capítulo 6, cada uma das intervenções realizadas no âmbito da componente 1 deve ser objecto da elaboração de um plano estratégico em que estas questões são definidas de uma forma precisa.

Perante este conjunto de casos, importa analisar até que ponto eles satisfazem os objectivos do Programa e se inserem nas suas linhas de orientação estratégica. Com este objectivo, os casos considerados foram confrontados com vários critérios e os resultados dessa análise são apresentados nos quadros n.ºs 31 a 35, que se comentam a seguir.

A primeira questão que se julga pertinente é a da distribuição territorial destes casos no que se refere às áreas de dinâmica do sistema urbano nacional e ao contributo das intervenções para o reforço desse sistema. Esta questão é de grande importância dado que, tal como é referido no capítulo 2.4, o País atravessa um período de redefinição da ocupação do território e é imprescindível intervir com uma visão estratégica dos problemas que essa redefinição comporta. Estas matérias são tratadas de forma muito completa numa publicação da Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU 1997), da qual é retirada a figura 3 que serve de base a esta análise.

Pode ser verificado no quadro n.º 31 que esta distribuição é bastante razoável com uma maior concentração no Sistema Urbano do Centro, que é largamente explicada pela própria natureza multipolar desse Sistema.

QUADRO N.º 13

Apresentação sumária do projecto de Viana do Castelo

Viana do Castelo

Apresentação sumária:

O mote da intervenção prevista para Viana do Castelo consiste na ligação dos quatro ecossistemas — montanha, mar, rio e cidade — e incidirá em toda a frente de rio até à ponte metálica,

com duas incursões na perpendicular e no sentido do centro: uma no Campo da Agonia, outra na área do mercado;

O projecto prevê, nomeadamente:

- A criação de uma ciclovia com 10 km de extensão, associada a um percurso interpretativo-ambiental e ligando a praia Norte, frente urbana do rio, sapal e monte de Santa Luzia;
- A libertação do centro histórico de todo o trânsito automóvel (área com uma extensão de 1,5 km por 0,5 km);
- A reabilitação da frente ribeirinha, com uma extensão linear de 2,5 km e duas penetrações da cidade (Campo da Agonia e mercado), passando pela criação de um novo centro administrativo e cultural e outros equipamentos, bem como o tratamento do espaço público e a reformulação do sistema de circulação.

Aspectos mais positivos:

- Grande intervenção conjugando os quatro ecossistemas (montanha, rio, mar e cidade) e integrada numa operação mais vasta de requalificação da cidade;
- Requalificação da frente ribeirinha, com reordenamento de actividades para uma melhor fruição pela população;
- Criação de uma importante área pedonal;
- Criação de uma ciclovia com uma extensão significativa, procurando fazer uma ligação estratégica interpretativa e de sensibilização entre os quatro ecossistemas;
- Projecto desenvolvido com base nos pressupostos do plano estratégico e discutido no Gabinete Cidade.

Questões a acautelar:

- Apesar de a maioria do espaço a intervir ser público, deve ser prestada atenção especial a algumas situações a necessitarem de correcção e que envolvem privados, como, por exemplo, desvios notórios da cerca no centro histórico;
- A coordenação de actuação com o porto de Viana do Castelo deve ser cuidada.

QUADRO N.º 14

Apresentação sumária do projecto de Bragança

Bragança

Apresentação sumária:

- Bragança é atravessada pelo rio Fervença, pelo que se pretende promover uma total fruição de ambas as margens do rio, integrando este espaço privilegiado na malha urbana da cidade;
- A intervenção procura facilitar o acesso da população ao rio, pelo que propõe a abertura de três novos acessos da malha urbana às margens, a melhoria da pedonalização ao longo das margens e a construção de três novas pontes;
- Numa das áreas prevê-se uma intervenção mais do tipo praça ou alameda urbana com algum pequeno equipamento (parque infantil, moi-

nho), noutra prevê-se uma zona de desportos radicais, noutra o tratamento e valorização da envolvente de uma capela, e, por fim, uma zona com um tratamento especial com jogos de água.

Aspectos mais positivos:

- Devolver o rio à cidade;
- Criar um novo pólo de lazer;
- Dotar a cidade de algumas infra-estruturas de desporto;
- Alargar a mancha verde da cidade, em contínuo;
- Alargar a área pedonal.

Questões a acautelar:

- Necessidade de assegurar animação urbana para evitar a desertificação da zona;
- Estudar sinergias com outras acções que possam valorizar o projecto.

QUADRO N.º 15

Apresentação sumária do projecto de Vila Real

Vila Real

Apresentação sumária:

- A intervenção procura concretizar a estratégia de ultrapassar alguns problemas existentes, como a barreira física constituída pelo rio Corgo, com a cidade voltada de «costas» e perda de importância das zonas urbanas nas suas margens e a ribeira de Tourinhas espartilhada pela construção;
- Procura-se assim a requalificação das margens, criando condições para a sua plena utilização pela população;
- A reabilitação da antiga zona industrial permitirá o surgimento do parque urbano, que poderá ser desenvolvido, mais tarde, até às margens do rio Corgo, fazendo a ligação da mancha verde com a intervenção nas margens do Corgo, aproveitando o curso da ribeira (onde se poderá proceder à reabilitação de alguns moinhos). O contínuo verde desenvolver-se-á pelas margens do Corgo para montante, fazendo a ligação ao parque florestal, acabando no Parque d'Além Rio;
- Torna-se ainda necessário realizar algumas intervenções no centro histórico, que permitam uma melhor gestão do tráfego, condicionando a circulação e o estacionamento, bem como a eventual construção de um túnel que desvie o tráfego do centro e da superfície e a construção de uma nova central de camionagem. Por outro lado, a criação de transportes públicos será decisiva para melhor cumprir esta estratégia.

Aspectos mais positivos:

- Recriar uma centralidade ambiental;
- Reordenamento do tráfego;
- Existência de planos de pormenor para uma parte significativa dos projectos;
- Existência de população jovem.

Questões a acautelar:

- Desvantagens do ponto de vista orográfico, que dificultam a intervenção e a sua posterior fruição;

Necessidade de elaboração de uma estratégia global que ligue as diversas acções a desenvolver;
Necessidade de criar o contínuo verde e assegurar a sua utilização/fruição.

QUADRO N.º 16

Apresentação sumária do projecto de Vila do Conde

Área metropolitana do Porto

Vila do Conde

Apresentação sumária:

No concelho de Vila do Conde, a proposta prevê duas áreas fundamentais de intervenção, que são:

- Frente marítima, desde a foz do rio Ave até ao limite norte da cidade;
- Zona ribeirinha, que compreende o tratamento das duas margens, desde a estação aquícola até à foz do rio Ave;

Para além destas áreas, encontra-se igualmente previsto na intervenção o parque urbano localizado em zona adjacente às escolas secundária e preparatória, bem como a beneficiação da sua ligação à frente marítima através da Rua de António Pereira Cadeco.

Aspectos mais positivos:

- Operação integrada envolvendo quatro municípios (Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Gaia);
- Revalorização da frente atlântica com reordenamento viário/pedonal, introdução de uma ciclovia e implementação de sistemas de mobilidade alternativos;
- Requalificação ambiental e paisagística das margens do rio Ave com a criação de novos espaços de fruição;
- Criação de área verde de lazer adjacente a equipamentos escolares.

Questões a acautelar:

- Necessidade de se garantir uma compatibilização eficaz de fluxos viários e pedonais nas frentes marítima e ribeirinha;
- Eventual necessidade de aquisição de terrenos.

QUADRO N.º 17

Apresentação sumária do projecto de Matosinhos

Área metropolitana do Porto

Matosinhos

Apresentação sumária:

- A intervenção no concelho de Matosinhos incide na marginal sul, desde o molhe sul do porto de Leixões até à circunvalação (rotunda), e compreende a empreitada relativa à requalificação do espaço público (incluindo o estacionamento por debaixo da avenida) e, na plataforma inferior da marginal, na face exposta ao mar, estão previstos apoios de praia;
- A montante da marginal está prevista a reconversão de uma zona industrial degradada de cerca de

105 ha. O programa para esta área prevê o Centro de Ciências do Mar, o Museu da Arquitectura, áreas de habitação e de serviços.

Aspectos mais positivos:

- Operação integrada envolvendo quatro municípios (Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Gaia);
- Intervenção complementar da intervenção na frente de mar do Porto;
- Revitalização do tecido urbano com novas valências e vivências;
- Revitalização da frente de mar de Matosinhos;
- Extensão do espaço pedonal.

Questões a acautelar:

- Necessidade de considerar a melhoria do desempenho ambiental da unidade industrial situada na marginal.

QUADRO N.º 18

Apresentação sumária do projecto do Porto

Área metropolitana do Porto

Porto

Apresentação sumária:

- Este projecto refere-se à remodelação da frente marítima do parque da cidade do Porto, procurando obter uma continuidade fluida entre o interior do parque e a beira-mar. A solução dada à circulação viária será um elemento importante para que a necessária circulação de veículos na marginal não seja obstáculo a este contacto;
- Tão importante como esta é a continuidade de elementos naturais de vegetação, água e pavimentos do parque e dos itinerários pedonais, que permitem desfrutar da sequência de lugares ao longo da frente da cidade e em continuidade com a de Matosinhos, e também como acesso dos visitantes do parque para a praia;
- As componentes da intervenção serão a remodelação da Praça de Gonçalves Zarco, o novo traçado da Avenida do Rio de Janeiro e remodelação da Praça da Cidade do Salvador, a requalificação da frente do parque e praia e a construção do edifício «transparente».

Aspectos mais positivos:

- Operação integrada envolvendo quatro municípios (Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Gaia);
- Intervenção complementada pela intervenção na frente de mar de Matosinhos;
- Consolidação do parque da cidade com a definição da ocupação da frente oeste;
- Requalificação da frente de mar;
- Originalidade na associação das duas vertentes (parque urbano e praia);
- Âncora do projecto baseada no redesenho da paisagem.

Questões a acautelar:

- Necessidade de assegurar investimento adicional no remate sul da intervenção;

Diferentes estados de desenvolvimento dos projectos que envolvem concessões de espaços (edifício transparente e outros equipamentos);
Eventual necessidade de aquisição de terrenos;
Inclusão de toda a obra do edifício transparente;
Assegurar a estabilidade hidrodinâmica do troço de costa intervencionado.

QUADRO N.º 19

Apresentação sumária do projecto de Vila Nova de Gaia**Área metropolitana do Porto****Vila Nova de Gaia****Apresentação sumária:**

No concelho de Gaia, a intervenção contemplará a requalificação da frente ribeirinha, entre a ponte da Arrábida e o Cabedelo. Prevê a requalificação da aldeia piscatória da Aforada, criação de uma alameda marginal, recuperação de uma antiga fábrica da indústria conserveira, revitalização do Vale de São Paio (área de mais de 100 ha de REN, incluída no POOC);
A intervenção engloba ainda a pedonalização do troço norte da Avenida da República e reformulação da área envolvente, promovendo a articulação entre a serra do Pilar e o Jardim do Morro, integrando a nova estação do metro de superfície. Está também prevista a requalificação do espaço público do centro histórico, na área compreendida entre a Avenida do General Torres e a Avenida da República.

Aspectos mais positivos:

Operação integrada envolvendo quatro municípios (Vila do Conde, Matosinhos, Porto e Gaia);
Elevado potencial paisagístico;
Ligação com a cidade do Porto «à cota baixa»;
Recuperação de arquitectura industrial com grande valor simbólico;
Valorização do Vale do São Paio.

Questões a acautelar:

Corrigir erros urbanísticos (corte de parte de um morro);
Eventual necessidade de aquisição de terrenos;
Garantir maiores áreas pedonais e fortes restrições de circulação automóvel;
Coordenar as diferentes acções com um objectivo estratégico mais amplo (metro de superfície, atravessamento à cota baixa entre margens, acessibilidades à frente ribeirinha, etc.).

QUADRO N.º 20

Apresentação sumária do projecto de Aveiro**Aveiro****Apresentação sumária:**

Na perspectiva de proporcionar um espaço de qualidade para fruição da população da cidade, fazendo uma ligação mais directa da cidade à

ria, foi proposto um programa de intervenção para a área da antiga lota, área adjacente aos limites actuais da malha urbana e a necessitar de uma intervenção urgente de reabilitação devido ao estado de abandono em que se encontra;

Prevê-se assim uma intervenção de completa reabilitação desta península com reabilitação de edificações existentes, mas também com a construção de novas edificações e de infra-estruturas, nomeadamente a reabilitação das ligações existentes ao centro de Aveiro;

O programa de ocupação prevê, nomeadamente, um pólo universitário, uma pousada de juventude, uma unidade museológica, estruturas de apoio à navegação e instalações para os clubes náuticos, um espaço comercial associado a um espaço para restaurantes, cafés e esplanadas, uma unidade hoteleira, instalações cinematográficas, um recinto de espectáculos ao ar livre e outros equipamentos.

Aspectos mais positivos:

Possibilidade de intervenção criteriosa numa área de grande sensibilidade ecológica;
Qualificação de uma área portuária e industrial desactivada e abandonada;
Intervenção potenciadora de um melhor ordenamento de outras acções previstas para áreas envolventes;
Criação de nova centralidade multifuncional, intergeracional, associando o conhecimento e o entretenimento;
Incentivo a novas e reforço das actuais mobilidades urbanas fluviais.

Questões a acautelar:

Necessidade de coordenação entre o município e o Porto de Aveiro;
Consolidação de um programa funcional que assegure a sua plena utilização com respeito pelo ambiente;
Posição confinante com o tecido urbano consolidado, o que requer melhoria de acessos;
Necessidade de melhor articulação com o tecido urbano consolidado.

QUADRO N.º 21

Apresentação sumária do projecto de Coimbra**Coimbra****Apresentação sumária:**

A área de intervenção desta operação integrada situa-se nas duas margens do Mondego, entre a Ponte de Santa Clara e a futura Ponte Europa;
A recente regularização das águas do Mondego veio criar um espelho de água permanente, constituindo um potencial lúdico e desportivo. Desde 1991 persegue-se o objectivo de revitalizar o centro, centrando a cidade no rio. Este facto corresponde:

Ao reforço das ligações entre ambas as margens e ao alargamento do conceito de «área central» à margem esquerda;

À melhoria das acessibilidades ao centro e estabelecimento de uma circular à cidade;
 À instalação de grandes equipamentos que garantam a atractividade;
 À dinamização do sector privado para acções concertadas de urbanização.

Aspectos mais positivos:

Estado de desenvolvimento dos projectos com planos de pormenor;
 Recentrar a cidade no rio;
 Ligar as duas margens do rio;
 Existência de população jovem estudantil potenciando o projecto das cidades digitais;
 Desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos de carácter lúdico/cultural.

Questões a acautelar:

Eventuais pressões urbanísticas nas áreas envolventes do projecto;
 Necessidade de modos de transporte adequados dentro da área de intervenção;
 Acesso aos pontos notáveis, nomeadamente à parte alta da cidade.

QUADRO N.º 22

Apresentação sumária do projecto de Viseu

Viseu

Apresentação sumária:

Esta intervenção pretende intervir na requalificação da zona norte da cidade com ênfase no património histórico, arqueológico e natural;
 Assim, pretende-se intervir na Cava do Viriato, elemento raro do património arqueológico e simbólico de Viseu. Pretende-se estabelecer a relação entre o centro histórico e a Cava do Viriato, designadamente através de um meio de transporte não poluente. Estão previstos dois parques urbanos, o Parque da Aguiçeira e o Parque da Radial de Santiago, que são atravessados pelo rio Pavia, que se constitui também como o seu elemento de ligação, ainda mais com a criação do chamado parque linear ao longo do seu curso;
 A reconversão do recinto da feira permitirá ganhar uma área considerável, na confluência das Avenidas do Capitão Homem Ribeiro e de Emídio Navarro. Propõe-se a reformulação da rotunda existente nesse local e a criação de uma grande praça, com potencialidades para vir a tornar-se numa nova centralidade para a cidade. Existirão condições para a criação de um espaço de lazer e estada, de um complexo comercial e cultural e ainda habitação e estacionamento.

Aspectos mais positivos:

Projecto que abrange uma grande variedade de tipologias de intervenções (arqueológicas, históricas, patrimoniais, ambientais, urbanas, económicas);
 Renaturalização de rio e constituição de um contínuo verde entre os dois parques;
 Requalificação do recinto da feira;

Requalificação do centro histórico;
 Criação de novas centralidades urbanas qualificadas;
 Alargamento das zonas pedonais e reordenamento do tráfego automóvel, com a criação de novas formas de mobilidade urbana;
 Valorização do espaço público e do património cultural.

Questões a acautelar:

Conclusão e aprovação dos planos de pormenor;
 Eventual necessidade de aquisição de terrenos.

QUADRO N.º 23

Apresentação sumária do projecto da Guarda

Guarda

Apresentação sumária:

A Guarda necessita de uma estratégia que promova a melhoria da imagem e das condições de vida da cidade e que seja mobilizadora dos agentes locais para um desenvolvimento competitivo com as restantes cidades médias do sistema urbano regional do Centro e com as cidades espanholas, nomeadamente Salamanca;
 Prosseguindo aquele desiderato, a intervenção prevista localiza-se na envolvente do rio Diz, o qual constitui o elemento focal desta acção de requalificação urbana e ambiental, abrangendo uma área de cerca de 15 ha, que será convertida num parque urbano, sendo contígua a zonas de expansão urbana recente. Salienta-se o facto de a cidade da Guarda não possuir um espaço com características de parque urbano que permita o usufruto pela população;
 Ainda no âmbito da intervenção, está prevista a ligação do parque ao casco urbano mais antigo, através de modos de transporte favoráveis ao ambiente, para além de ciclovias e percursos pedonais. Outra componente da intervenção consiste no tratamento da actual ligação entre a estação de caminho de ferro e a malha urbana da cidade, atravessando o parque urbano;
 Para o parque está prevista a instalação de um conjunto de equipamentos, nalguns casos com reutilização de edifícios, nomeadamente: Centro de Interpretação da História de Portugal; Museu da Água; Jardim da Ciência; circuitos pedonais e de manutenção;
 Nas zonas adjacentes à área de intervenção, o município tem a intenção de promover a reconversão da zona envolvente e a criação de um parque ambiental (zona arborizada com espécies autóctones, integrando circuitos de BTT, de manutenção e áreas de merendas), formando um contínuo verde com o parque urbano do rio Diz.

Aspectos mais positivos:

Requalificação de um troço de linha de água urbano e áreas envolventes para fruição pela população;
 Melhoria da imagem da cidade;
 Efeito catalisador de outras intervenções de qualificação da cidade;

Efeito mobilizador dos agentes locais para um desenvolvimento que proporcione condições de competitividade com outras cidades do interior de Portugal e de Espanha;
Criação de espaços de entretenimento, conhecimento e desporto;
Existência de um elevado número de estudantes e de jovens.

Questões a acautelar:

Necessidade de aprofundamento do conceito geral e de realização de estudos que permitam o desenvolvimento da intervenção;
Eventual necessidade de aquisição de terrenos;
Necessidade de aprofundamento da complementaridade entre as diversas componentes da intervenção e de outras intenções fora da área de intervenção.

QUADRO N.º 24

Apresentação sumária do projecto da Covilhã

Covilhã

Apresentação sumária:

As ribeiras da Goldra e Carpinteira constituem as duas principais linhas de água da cidade da Covilhã, situadas a norte e a sul do aglomerado urbano mais antigo. Ao longo dos seus traçados fixaram-se, no decurso dos anos, numerosas unidades industriais do sector têxtil que utilizavam a água como fonte de produção de energia e como elemento indispensável à lavagem e tingimento de fios e de tecidos;
Para o efeito, pretende-se efectuar a limpeza e o tratamento das margens, mas construindo, previamente, as redes de colectores de águas residuais industriais e domésticas;
Com a intervenção prevista será possível a criação de espaços verdes ao longo das margens nestas zonas de indústrias, de ensino universitário e de habitação.

Aspectos mais positivos:

Intervenção com forte componente ambiental;
Cidade com características únicas com ribeiras em cascata no seu centro;
Potencial recuperação de arquitectura industrial;
Cidade universitária com população jovem a fixar.

Questões a acautelar:

Necessidade de aprofundar projectos para recuperação das vivências urbanas potenciadas pela requalificação ambiental das ribeiras;
Díficeis condições topográficas que dificultam acções de reordenamento e recuperação urbana.

QUADRO N.º 25

Apresentação sumária do projecto de Castelo Branco

Castelo Branco

Apresentação sumária:

Procurando a requalificação e a revitalização do centro cívico, definiu-se uma intervenção potenciada pela presença de uma estrutura estratégica

como é o antigo quartel. Assim, procurou-se um programa de ocupação deste espaço público que faça renascer um novo pólo de atractividade;
O projecto prevê a criação de um contínuo pedonal desde a igreja até à colina do castelo, que permita uma leitura completa da zona histórica de Castelo Branco. Todo o trânsito automóvel no centro da cidade deverá ser reestruturado, prevenindo-se, no entanto, a sua circulação mais restrita em túnel acompanhada de estacionamento também subterrâneo. O rearranjo de toda a praça irá privilegiar a sua fruição pedonal com novos equipamentos, como restaurantes, cafés e esplanadas, jardins e elementos de água;
O espaço do antigo quartel será reaproveitado para espaços lúdicos, culturais e comerciais, quer através de novas construções, quer sobretudo através da recuperação dos edifícios com novas utilizações.

Aspectos mais positivos:

Revitalização do centro tradicional;
Intervenção enquadradora e estratégica de acções já a decorrer, como a recuperação do quartel e do cine-teatro, e o tratamento dos acessos ao centro;
Requalificação urbana e ambiental do centro cívico junto à Câmara Municipal, como elemento estruturante do espaço público e ligação ao centro tradicional;
Libertar o centro cívico do trânsito automóvel à superfície permitindo a constituição de um contínuo pedonal até à zona histórica.

Questões a acautelar:

Possibilidade de extensão da intervenção a áreas adjacentes com valores patrimoniais e históricos interessantes;
Necessidade de estudar os problemas de circulação automóvel no centro, procurando condicioná-la, libertando-o para fruição pedonal.

QUADRO N.º 26

Apresentação sumária do projecto de Leiria

Leiria

Apresentação sumária:

A estratégia global de intervenção para a área da cidade de Leiria designada «Sistema Rio» tem como limites de acção as pontes de São Romão a montante da área consolidada da cidade e o actual IC 2 a jusante;
Na operação integrada a apoiar pelo Programa Polis apenas se considera o troço central;
Reformulação, reparação e limpeza das diversas pontes, assegurando a continuidade do percurso pedonal ao longo do rio;
Arranjo paisagístico das margens do rio, incluindo a criação de percursos pedonais, tratamento das margens e zonas verdes, criando um contínuo verde pontuado com equipamento;
Transformação e readaptação a novos usos de diversos edifícios;
Proposta de recuperação e adaptação a espaço museológico do Moinho de Papel e do Convento de Santo Agostinho;

Projecto global da área do Jardim de Luís de Camões, Praça de Goa, Damão e Diu e Largo de 5 de Outubro, como ligação da zona do rio ao centro histórico, incluindo parques subterrâneos de estacionamento, túneis rodoviários, rede viária e pavimentações.

Aspectos mais positivos:

Rio Lis, como elemento estrutural da cidade;
Restituir o rio à cidade, devolvendo-lhe a sua importância legitimada historicamente como elemento de génese da cidade;
Requalificação urbana e ambiental de uma área central, como elemento estruturante do espaço público e de ligação ao centro histórico;
Recentrar a vivência da cidade no seu centro tradicional;
Criação de uma ciclovía em toda a extensão da zona de intervenção;
Sinergia com a despoluição total do rio.

Questões a acautelar:

Apesar do conceito bem claro da intervenção, necessita de definição mais rigorosa das diversas acções;
Necessidade de coordenação das diversas acções, em estados de desenvolvimento diferentes;
Necessidade de considerar as implicações com o domínio público hídrico.

QUADRO N.º 27

Apresentação sumária do projecto de Sintra (Cacém)

Sintra (Cacém)

Apresentação sumária:

O centro do Cacém é uma zona reconhecidamente degradada e desqualificada em termos ambientais e urbanísticos, tem vindo a sofrer, ao longo dos últimos quarenta anos, uma enorme pressão urbanística, que se expressou na transformação das tipologias e na realização de operações urbanísticas avulsas, não apoiadas em instrumentos de ordenamento, o que levou à sua descaracterização. O crescimento na zona processou-se sem qualquer respeito por um elemento fundamental da paisagem, a ribeira das Jardas;
No sistema viário, e no que diz respeito à circulação rodoviária, são necessárias medidas de racionalização das acessibilidades ao Cacém, através da sua hierarquização e diversificação;
Outra das intenções do plano diz respeito à protecção da circulação de peões no interior do núcleo urbano mais denso do Cacém. Assim, propõe-se a sua pedonalização parcial, mas prioritária, e a intenção de criar um percurso pedonal ao longo da ribeira, integrado na estratégia de um novo canal verde;
No que diz respeito ao *interface* rodo-ferroviário, a intenção desta proposta é a de trazer a presença da estação, enquanto edifício público significativo, para o lado poente da via férrea. O projecto permite, por um lado, libertar o espaço

público do trânsito de pesados de passageiros à superfície e, por outro, uma interligação pedonal óptima entre os dois tipos de transporte;
As novas vias de atravessamento da área central do Cacém, em conjunto com a via férrea, delimitam uma zona onde se situará o novo centro cívico de Agualva-Cacém, que implicará a demolição de edifícios;
A necessidade de estruturar a relação da ribeira com a cidade surge assim como uma das mais imperiosas tarefas deste plano;
Para isso, propõe-se «forçar» a criação de um canal verde ao longo das suas margens, desafogando-as e tratando-as, do ponto de vista paisagístico, em consonância com as características dos espaços que a mesma vai atravessando. Este canal deverá permitir o desenho de um percurso pedonal contínuo Norte/Sul, que visa ligar o parque urbano do Cacém (em construção) ao futuro equipamento de utilização colectiva que, admitimos, venha a ocupar as instalações da actual fábrica MELKA.

Aspectos mais positivos:

Requalificação urbana e ambiental de uma zona da área metropolitana de Lisboa com características suburbanas;
Recuperação e valorização de uma linha de água inserida na malha urbana;
Criação de uma nova centralidade urbana;
Existência de população jovem;
Potencialidades para intervenção demonstrativa na correcção de erros urbanísticos.

Questões a acautelar:

Necessidade de grande coordenação devido às intervenções na mesma área de entidades externas ao programa;
Possibilidade de grande pressão do sector imobiliário;
Faseamento complexo da construção, de forma a garantir o normal funcionamento da cidade;
Necessidade de expropriações.

QUADRO N.º 28

Apresentação sumária do projecto de Almada (Costa da Caparica)

Almada (Costa da Caparica)

Apresentação sumária:

Esta intervenção consiste na requalificação da frente atlântica da Costa da Caparica, praias urbanas e praias naturalizadas e na concretização de infra-estruturas de transportes que permitam a sua fruição pela população da AML. Estas intervenções são essenciais para o desenvolvimento turístico na Costa da Caparica. Acções previstas:

Valorização das praias da Costa da Caparica com a criação de um passeio atlântico, associado a um percurso interpretativo-ambiental lúdico-desportivo, ligando as praias urbanas e as praias naturalizadas, a sul;

Reabilitação ambiental e requalificação urbana de uma vasta área, através da demolição de construções degradadas, do ordenamento das construções junto à praia, da melhoria da qualidade arquitectónica e paisagística e da devolução à cidade de um espaço amplo e animado de convívio directo com as praias;

Reformulação/melhoramento e extensão (para sul) do actual «paredão», por forma a dotá-lo de características que permitam actividades de passeio e lazer (com zonas de repouso/descanso com ensombramento), cicloturismo (ciclovia), patinagem, restauração/bares, apoios de praia, apoios dos pescadores, etc.;

Relocalização dos restaurantes/bares, apoios de praia, apoios dos pescadores, etc., de acordo com plano de pormenor a elaborar para esta zona de intervenção;

Interligação com o «eixo pedonal» (Rua dos Pescadores);

Interligação/*interface* com o «transporte de praia» (TRANSPRAIA);

Criação de uma ciclovia que promova a ligação entre as praias;

Disciplinar a circulação e o estacionamento automóvel;

Ordenamento das construções junto à praia e a melhoria da qualidade arquitectónica e integração paisagística.

Aspectos mais positivos:

Requalificação de uma frente de costa, com reordenamento de actividades para uma melhor fruição pela população;

Requalificação de uma área importante de fruição e de lazer da AML;

Intervenção de reordenamento da ocupação do território, com características exemplares na transição da área urbana para uma área com particular interesse ambiental.

Questões a acautelar:

Assegurar uma razoável continuidade física nas áreas de intervenção;

Mitigar uma filosofia de acessibilidades que privilegie o transporte automóvel;

Necessidade de prever a acessibilidade através do metropolitano;

Necessidade de prever um novo transporte colectivo eléctrico (ou reformular o TRANSPRAIA) ao longo da frente de praia, desde a Trafaria;

Intervenção no domínio público marítimo.

QUADRO N.º 29

Apresentação sumária do projecto de Beja

Beja

Apresentação sumária:

Na sequência de diversos estudos e projectos que a Câmara tem vindo a desenvolver no sentido da reabilitação urbana da zona central de Beja,

foi desenvolvida esta proposta de intervenção integrada com vista à melhoria das acessibilidades em geral e ao estabelecimento de percursos pedonais ligando vários espaços culturais e monumentos, permitindo o usufruto pleno de espaços públicos estruturados e de um ambiente urbano realmente qualificado, na citada zona central de Beja;

Pretende-se assim constituir uma área contínua, desde o Largo de Santo Amaro e da Sé, passando pela Praça da República, até aos Largos dos Duques de Beja e de São João, com um tratamento urbanístico que permita uma completa fruição destes espaços públicos, nomeadamente no Largo de São João, na Praça da República e na rotunda junto à Pousada de São Francisco. Estas acções serão acompanhadas de uma série de intervenções em monumentos e edifícios de interesse marcante. Estas intervenções serão efectuadas na Igreja da Misericórdia, na Igreja da Sé de Beja, na Casa das Artes Jorge Vieira, no Cine-Teatro Pax-Júlia, no Museu de Sítio da Rua do Sembrano, no edifício do Lidador, no edifício do Desportivo de Beja e no edifício da Sociedade Bejense.

Aspectos mais positivos:

Intervenção numa área com valores muito importantes em termos patrimoniais e históricos;

Existência de população jovem;

Ordenamento da circulação viária.

Questões a acautelar:

Necessidade de constituir um contínuo de fruição com uma dimensão mínima, pelo que será necessário desenvolver em mais profundidade algumas das intervenções;

Necessidade de se estudar a circulação viária, por forma a condicionar mais a circulação automóvel no centro da cidade;

Necessidade de alargar ainda mais as zonas pedonais.

QUADRO N.º 30

Apresentação sumária do projecto de Albufeira

Albufeira

Apresentação sumária:

Albufeira é um dos concelhos do Algarve que mais sofreu com a pressão turística, tendo já, no entanto, começado a procurar tomar medidas para a sua requalificação. Esta intervenção procura exactamente inserir-se nesta óptica, com várias acções que contribuem para melhorar a qualidade da cidade como um todo. Acções previstas:

Valorização e revitalização do litoral da cidade. Com a construção do porto de abrigo a poente da cidade, torna-se importante criar uma acessibilidade pedonal e ciclovia que ligue esta nova infra-estrutura

ao centro da cidade (Largo do Turial), prolongando-se até ao INATEL. Esta acção potencia as outras acções que serão desenvolvidas nos espaços urbanos que contactam directamente com esta passagem, como o Largo do Rossio, o Largo do Turial, etc. O apoio que será dado pelos novos parques de estacionamento será também de importância estratégica para o êxito global da intervenção;

Construção de dois novos parques de estacionamento, um à entrada principal de Albufeira, em ligação directa com o acesso proveniente do IP 1, e um outro no Campo de Futebol do INATEL, procurando dar serventia ao trânsito vindo de nascente, mas também com a valência de ser o de mais fácil acesso pedonal ao centro da cidade. Do lado poente, o estacionamento será assegurado pelo apoio ao porto de abrigo. Todo este sistema dissuasor de tráfego no centro é potenciado pela construção do passeio marítimo previsto;

A qualidade de vida de uma cidade precisa de apoios em termos de espaços verdes, o que rareia em Albufeira. Um dos últimos espaços existentes com caracterização mínimas para criar um parque urbano é o vale do Mangude. Nesta área existe a ETAR, que está em processo de remodelação quase

total, que inclui a sua cobertura. Poder-se-á assim dispor de toda a área para ocupação pelo parque, utilizando a água tratada para rega. Com esta acção, poder-se-á criar um contínuo verde até à praia do INATEL, ligando assim ao passeio marítimo;

Remodelação do nó viário de entrada na cidade, que se desenvolve na estratégia de condicionar a circulação de veículos no centro, com a construção do parque de estacionamento e a valorização paisagística da entrada da cidade (paralelamente a uma ribeira).

Aspectos mais positivos:

Intervenção numa frente de costa;
Constituição de uma nova vivência marítima, com a criação do passeio marítimo;
Requalificação de uma ribeira, potenciando a requalificação urbanística da alameda adjacente;
Construção de parques de estacionamento periféricos para limitar a circulação no centro;
Alargamento das áreas pedonais e das áreas verdes.

Questões a acautelar:

Necessidade de aprofundar os estudos para a intervenção;
A construção do passeio marítimo, a necessitar de avaliação muito cuidada em termos ambientais.

QUADRO N.º 31

Análise dos projectos face ao reforço do sistema urbano nacional

Cidades	Áreas de dinâmica do sistema urbano							
	1	2	3	4	5	6	7	8
Viana do Castelo	X							
Vila Real		X						
Bragança		X						
AM do Porto	X							
Aveiro	X							
Coimbra			X					
Viseu				X				
Guarda				X				
Covilhã				X				
Castelo Branco				X				
Leiria					X			
Sintra (Cacém)						X		
Almada (Costa da Caparica)						X		
Beja							X	
Albufeira								X

Legenda:

Áreas de dinâmica do sistema urbano nacional:

- 1 — Sistema Urbano do Norte Litoral;
- 2 — Sistema Urbano do Nordeste;
- 3 — Sistema Urbano do Centro (eixo Coimbra-Figueira e Viseu);
- 4 — Sistema Urbano do Centro (eixo Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco);
- 5 — Sistema Urbano de Lisboa e Vale do Tejo (Subsistema da Alta Estremadura);
- 6 — Sistema Urbano de Lisboa e Vale do Tejo (área metropolitana de Lisboa);
- 7 — Sistema Urbano do Alentejo;
- 8 — Sistema Urbano do Algarve.

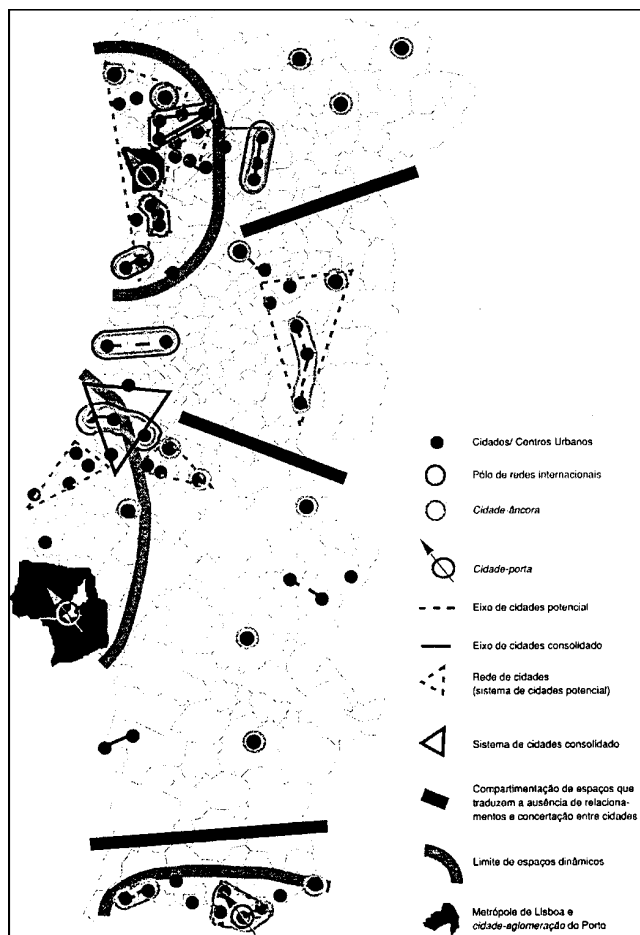


Fig. 3 — Dinâmicas urbanas territoriais do Sistema Urbano Nacional (DGTU 1997)

Um outro aspecto que merece atenção é o de saber até que ponto os projectos considerados se integram nas tipologias de situações que se pretende contemplar, tal como é referido no capítulo 3. Recorda-se que essas tipologias são as seguintes:

Requalificação de zonas industriais deprimidas;
Criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;

Valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;

Valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;

Requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica mas com uma vida urbana de pouca qualidade;

Valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional.

No quadro n.º 32, para cada um dos casos analisados, avalia-se a sua contribuição para aquelas tipologias, considerando-se que essa contribuição pode ser muito significativa, ter alguma relevância ou não trazer qualquer contribuição.

As diversas tipologias são razoavelmente cobertas pelos casos analisados e é interessante verificar que as tipologias 3 e 4 (valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas e valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade) estão presentes em quase todas as intervenções. Está assim satisfeito o objectivo de as intervenções serem realizadas em torno de elementos «âncora» de natureza ambiental ou patrimonial, de forma a contribuir para a reinserção desses elementos na malha e na vida urbana, e reforçando a identidade da respectiva cidade.

Por sua vez, objectivos estratégicos ligados ao ordenamento territorial, que são representados pelas tipologias 5 e 6 (requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica e valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional), estão também bem representados, assegurando assim que o Programa pode contribuir para a fixação de populações nessas regiões.

Finalmente, as tipologias 1 e 2 (requalificação de zonas industriais deprimidas e criação de novas polaridades em áreas metropolitanas), que constituem problemas candentes de requalificação urbana, estão também representadas por casos expressivos e paradigmáticos.

QUADRO N.º 32

Análise dos projectos face à tipologia de intervenções

Casos analisados	Tipologia das intervenções					
	1	2	3	4	5	6
Viana do Castelo	+		+++	+++		+
Vila Real			+	+	+++	+
Bragança			+++	+	+	+++
AM do Porto	+++	+++	+++	+++		
Aveiro	+		+++	+++	+++	
Coimbra			+++	+++	+	
Viseu			+	+++	+++	+
Guarda	+		+++	+++		+++
Covilhã	+++		+++	+		+++
Castelo Branco				+++	+	+++
Leiria			+++	+	+++	
Sintra (Cacém)		+++	+			

Casos analisados	Tipologia das intervenções					
	1	2	3	4	5	6
Almada (Costa da Caparica)		+++	+++	+		
Beja				+++		+++
Albufeira			+++	+	+	

Legenda:

+++ — intervenção muito significativa;

+ — intervenção com alguma relevância;

Tipologia das intervenções:

1 — requalificação de zonas industriais deprimidas;

2 — criação de novas polaridades em áreas metropolitanas;

3 — valorização de frentes de mar ou de zonas ribeirinhas;

4 — valorização de património histórico ou natural e sua reintegração na cidade;

5 — requalificação de cidades de média dimensão com pujança económica;

6 — valorização de cidades do interior ou raianas que podem constituir pólos de desenvolvimento regional.

No quadro n.º 34 apresenta-se a forma como cada um dos casos analisados pode contribuir para a satisfação dos critérios estabelecidos e, desse modo, para a satisfação dos desígnios do Programa. Deve ser sublinhado que as questões relativas às Cidades Verdes e às Cidades Intergeracionais são mais fáceis de avaliar porque têm a ver com medidas concretas, frequentemente infra-estruturais, que os projectos se propõem realizar.

As questões relativas às Cidades Digitais e às Cidades do Conhecimento e do Entretenimento são, por sua vez, mais difíceis de analisar, dado que têm frequentemente a ver com as utilizações que serão dadas, no futuro, aos espaços e às infra-estruturas que vão ser requalificados ou construídos.

Em qualquer caso, estes critérios revestem-se da maior importância porque constituem, em si mesmos, recomendações para a execução final dos projectos e para a posterior utilização dos espaços reabilitados. O critério 1.4 («contribuição para uma gestão ambiental sustentável») é um exemplo daquilo que não é mencionado na maioria dos projectos mas que deve ser enfatizado na fase da elaboração das propostas finais a apresentar pelos promotores.

Finalmente, é da maior importância definir qual o grau de desenvolvimento de cada caso, de forma a identificar a viabilidade da sua execução imediata. Esta análise consta do quadro n.º 35, em que se consideram quatro estádios de desenvolvimento:

Casos ainda em fase de definição do seu conceito geral;

Casos que foram já objecto de um programa base ou equivalente;

Casos em que existem já alguns estudos prévios;

Casos em que existem já alguns projectos de execução.

Com base no quadro n.º 35, pode verificar-se que os casos de Viana do Castelo, área metropolitana do Porto (Matosinhos e Porto), Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Leiria, Sintra (Cacém) e Almada (Costa da Caparica) estão numa fase mais avançada do que os restantes porque têm já elaborado pelo menos um pro-

grama base suficientemente caracterizado. No caso de Bragança, existem já estudos prévios que, contudo, carecem de ser melhor integrados nos objectivos do Programa Polis.

QUADRO N.º 33

Critérios de análise de contribuição para os desígnios do Programa

Cidades Verdes:

- 1.1 — Construção ou valorização de áreas verdes, zonas pedonais ou ciclovias;
- 1.2 — Requalificação de frentes de rio ou costa ou continuidade de corredores ecológicos;
- 1.3 — Restrição ao trânsito automóvel e desenvolvimento de mobilidades alternativas;
- 1.4 — Contribuição para uma gestão ambiental sustentável.

Cidades Digitais:

- 2.1 — Locais e equipamentos que generalizem o contacto e a fruição pela população de novas tecnologias;
- 2.2 — Potenciação da criação de indústrias e serviços ligados às novas tecnologias e produção de conteúdos.

Cidades do Conhecimento e do Entretenimento:

- 3.1 — Existência de pólos universitários e de população escolar em geral;
- 3.2 — Construção ou valorização de equipamentos culturais ou de lazer;
- 3.3 — Construção ou valorização de centros de formação artística ou produção cultural.

Cidades Intergeracionais:

- 4.1 — Revitalização urbana, propiciando a criação de habitação;
- 4.2 — Reforço ou criação de centralidade e desenvolvimento de multifuncionalidade dos centros urbanos;
- 4.3 — Reabilitação de centros históricos, propiciando a atracção de novas gerações.

QUADRO N.º 34

Análise dos projectos face aos desígnios do Programa

Cidades	Cidades Verdes				Cidades Digitais		Cidades do Conhecimento e do Entretenimento			Cidades Intergeracionais		
	1.1	1.2	1.3	1.4	2.1	2.2	3.1	3.2	3.3	4.1	4.2	4.3
Viana do Castelo	+++	+++	+++	+	+++	+	+	+++	+	+++	+++	+++
Vila Real	+++	+	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+++	+
Bragança	+++	+++	+	+	+	+	+	+++	+	+	+	+
AM do Porto	+++	+++	+++	+	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Aveiro	+++	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++	+	+++	+
Coimbra	+++	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++	+	+++	+
Viseu	+++	+	+++	+	+	+	+++	+	+++	+++	+++	+++
Guarda	+++	+++	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+	+
Covilhã	+	+++	+	+	+	+	+++	+	+	+++	+	+
Castelo Branco	+++	+	+++	+	+++	+	+	+++	+++	+++	+++	+++
Leiria	+++	+++	+++	+	+	+++	+	+	+++	+++	+++	+++
Sintra (Cacém)	+++	+	+	+	+++	+	+++	+	+	+++	+++	+
Almada (Costa da Caparica)	+++	+++	+	+	+	+	+++	+	+++	+++	+++	+
Beja	+++	+	+++	+	+++	+	+++	+++	+++	+++	+++	+++
Albufeira	+++	+++	+++	+	+	+	+	+	+++	+++	+++	+

Legenda:

+++ — contribuição muito significativa.

+ — contribuição pouco significativa.

QUADRO N.º 35

Viabilidade de execução imediata das intervenções

Cidades	Possibilidade de execução imediata			
	Projectos de execução	Estudos prévios	Programa base	Conceito geral
Viana do Castelo	X	X		X
Vila Real				(¹) X
Bragança	(²) X		(³) X	
AM do Porto				X
Aveiro				
Coimbra	X	X		
Viseu			X	
Guarda				X
Covilhã				X
Castelo Branco		X	X	
Leiria			X	
Sintra (Cacém)		X		
Almada (Costa da Caparica)			X	
Beja				X
Albufeira				X

⁽¹⁾ Existem estudos prévios que carecem de melhor integração no Programa Polis.⁽²⁾ Casos de Matosinhos e Porto.⁽³⁾ Casos de Vila Nova de Gaia e Vila do Conde.

9 — Conclusões e recomendações

Nos capítulos anteriores estrutura-se um programa que tem por objectivo a requalificação urbana e a valorização ambiental das cidades portuguesas. Esse programa, designado por Programa Polis, afigura-se necessário e urgente para melhorar a qualidade do ambiente das nossas cidades, corrigir de forma exemplar alguns erros urbanísticos cometidos no passado, melhorar a atractividade e competitividade dos pólos urbanos e, dessa forma, contribuir para o reforço do sistema urbano nacional.

Nos capítulos 2, 3 e 4 apresentam-se as motivações, princípios orientadores e estrutura do Programa. Nos capítulos 5, 6 e 7 fazem-se propostas sobre o suporte financeiro, requisitos de funcionamento e instrumentos

necessários para o seu êxito. Finalmente, no capítulo 8, analisa-se um conjunto muito diversificado de projectos que devem ser considerados candidatos a integrar a componente 1 do Programa.

Com base em todo o trabalho desenvolvido, e na análise dos casos considerados, julga-se oportuno formular as seguintes recomendações conclusivas:

O Programa Polis, com as suas quatro componentes e várias linhas de actuação, está estruturado de forma a dar origem a um conjunto equilibrado de intervenções que visam aspectos prioritários e complementares da requalificação e valorização ambiental das cidades. Assim, todas essas componentes e linhas são importantes e devem ser contempladas de forma a assegurar a integridade do Programa;

A componente 1 do Programa assume, inevitavelmente, uma importância emblemática, uma vez que dará origem a grandes intervenções que se pretendem com uma natureza exemplar e demonstrativa. Assim, essa componente deverá ser objecto de uma gestão particularmente eficaz e de uma divulgação pública adequada que reforce a natureza paradigmática das intervenções a realizar;

Entre os 15 casos analisados, foram identificados 8 projectos de grande qualidade que podem avançar de imediato e ser objecto desde já de medidas que permitam o início da sua execução tão depressa quanto possível. É assim urgente a constituição de empresas que desempenhem o papel de promotores e que iniciem de imediato os trabalhos de preparação dos planos estratégicos das intervenções e a preparação das candidaturas;

Os restantes casos, embora se encontrem num estágio menos avançado, têm igualmente mérito e são importantes para assegurar que os vários critérios utilizados na análise são contemplados de

forma equilibrada. Assim, propõe-se que as respectivas câmaras municipais sejam convidadas a dar os passos necessários para que essas intervenções possam ser também consideradas na linha 1 da componente 1 do Programa;

É importante reservar capacidade financeira para permitir o financiamento de projectos que venham a candidatar-se e que tenham manifesto interesse do ponto de vista dos objectivos do Programa. Esses projectos incluem-se na linha 2 da componente 1;

Para além das fontes de financiamento afectas ao Programa, é necessário fazer convergir nele outras iniciativas de âmbito sectorial que possam potenciar as intervenções que se pretende realizar. Fundos disponibilizados por iniciativas comunitárias, especialmente o INTERREG, devem ser também mobilizados para este Programa;

É importante assegurar uma gestão empresarial dos projectos e dotar as empresas de instrumentos operacionais que permitam assegurar o êxito das intervenções;

É necessário promover de imediato a aprovação de instrumentos urbanísticos e jurídicos que permitam realizar com êxito este tipo de intervenções. Sem a adopção desse tipo de instrumentos, referidos no capítulo 7, não se julga possível realizar as intervenções em tempo útil no âmbito do QCA III;

É necessário actuar junto das entidades promotoras com o sentido de reforçar as componentes ambientais dos projectos, especialmente no que se refere a melhorar a gestão ambiental das cidades que habitualmente não é satisfatoriamente contemplada nos projectos;

Importa assegurar que a realização das iniciativas é acompanhada de uma monitorização adequada dos seus efeitos urbanísticos e ambientais e que os projectos contribuem para um melhor conhecimento do ambiente urbano;

É importante criar e transmitir uma imagem conjunta e global do Programa e das suas intervenções ao longo de toda a sua execução de forma a potenciar os resultados do Programa e a reforçar a sua natureza exemplar e demonstrativa;

Importa associar ao Programa iniciativas de educação ambiental, promovendo o envolvimento das populações, e realizar parcerias com entidades públicas e privadas que possam contribuir para o seu êxito.

Referências bibliográficas

- AEA 1995 — *Europe's Environment — The Dobbris Assessment*, Agência Europeia do Ambiente, Copenhaga, ISBN 92-826-5409-5.
- AEA 1998 — *Europe's Environment — The Second Assessment*, Agência Europeia do Ambiente, Copenhaga, ISBN 92-828-3548-0.
- AEA 1999a — *Urban Background Paper and Workprogramme 1999*, Agência Europeia do Ambiente, Copenhaga.

- AEA 1999b — *Environment in the European Union at the Turn of the Century*, Agência Europeia do Ambiente, Copenhaga, ISBN 92-9157-202-0.
- AR 1992 — *Tratado da União Europeia. Apresentação Comparativa do Texto do Tratado Assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992 com o Tratado de Roma de 25 de Março de 1957 Modificado nomeadamente pelo Acto Único Europeu de 17-28 de Fevereiro de 1986*, Assembleia da República, Lisboa, ISBN 972-556-116-3.
- Bä, S.; A. Kraemer; H. N. Smith 1998 — *Amsterdam and the Environment. An Analysis of the Treaty of Amsterdam and its Effects on the Environmental Policy of the European Union and its Member States*, Ecologic — Centre for International and European Environmental Research, Berlim.
- Barreto, A., et al. 1996 — *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, ISBN 972-671-043-X.
- CCE 1990 — *Livro Verde sobre o Ambiente Urbano*, Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CCE 1993 — *Em Direcção a Um Desenvolvimento Sustentável*, programa da Comunidade Europeia de política e acção em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável, Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas.
- CE 1996 — *Cidades Europeias Sustentáveis*, relatório do Grupo de Peritos sobre o Ambiente Urbano, Comissão Europeia, Bruxelas, ISBN 92-828-4202-9.
- CE 1997 — *European Spatial Development Perspective. First Official Draft*. Presented at the informal meeting of Ministers responsible for spatial planning of the Member States of the European Union, DGXVI/F/2 da Comissão Europeia, Bruxelas, ISBN 92-828-1499-8.
- CE 1998 — *Desenvolvimento Urbano Sustentável na União Europeia: Um Quadro de Acção*, comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, COM (1998) 605, Comissão Europeia, Bruxelas.
- CE 1999 — *Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho Relativa a Um Quadro Comunitário de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável*, proposta apresentada pela Comissão, COM (1999) 557 final, Comissão Europeia, Bruxelas.
- Constâncio, M. J., 2000 — *Um Futuro para Lisboa*, suplemento de Economia de 28 de Fevereiro do jornal Público, Lisboa.
- Craveiro, T., 1999 — *Desenvolvimento do Plano Integrado de Qualidade Ambiental de Lisboa — Agenda Local 21*, in *Urbanismo*, ano 1, Verão 99, Associação dos Urbanistas Portugueses, Coimbra.
- DGOTDU 1997 — *Sistema Urbano Nacional — Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Félix Ribeiro, J. M., 1999 — *Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades — Contributo para a Reflexão*, texto elaborado para a Reunião de Reflexão sobre o Programa Polis, realizada em 18 de Dezembro de 1999, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

- Fonseca, M. L., 1995 — *Caracterização Sumária da Ocupação e Organização do Território de Portugal Continental*, anexo II do Plano Nacional da Política de Ambiente, Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa.
- Gaspar, J., 1993 — *Transformações Aceleradas Num Território Tradicionalmente Estável*, in C. Pimenta e J. Joana de Melo 1993, *O Que É a Ecologia*, Difusão Cultural, Lisboa, ISBN 972-709-153-9.
- IPAMB 1993 — *Agenda 21 — Documentos da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Instituto de Promoção Ambiental, Lisboa.
- MARN 1992 — *Ambiente Urbano — Uma Proposta de Metodologia*, Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais, Lisboa.
- MARN 1995 — *Plano Nacional da Política do Ambiente*.
- MEPAT 1998 — *Portugal — Uma Visão Estratégica para Vencer o Século XXI*, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- MEPAT 1999a — *Plano de Desenvolvimento Regional 2000-2006*, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- MEPAT 1999b — *Política de Cidades e Reabilitação Urbana — Ciclo de Encontros Portugal 2000-2006*, Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- MPAT 1998 — *Plano de Desenvolvimento Regional 1989-93*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- MPAT 1993 — *Plano de Desenvolvimento Regional 1994-99*, Ministério do Planeamento e da Administração do Território, Lisboa.
- PCM 1999 — *Programa do XIV Governo Constitucional*, Presidência do Conselho de Ministros, Lisboa.
- Roseta, H., 1999 — *A Cidade Insustentável ou as Quatro Dimensões da Sustentabilidade Urbana*, in *Urbanismo*, ano 1, Verão 99, Associação dos Urbanistas Portugueses, Coimbra.
- Tjallingii, S., 1995 — *ECOPOLIS — Strategies for Ecologically Sound Urban Development*, Backhuys Publishers, Leiden, Holanda, ISBN 90-733348-34-X.
- Valente Pereira, M. L., 1995 — *A Urbanização do Espaço Rural na Periferia Metropolitana. Modelos, Práticas e Perspectivas*, nota técnica GURPLAM 3/95, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, texto distribuído na Reunião de Reflexão sobre o Programa Polis, realizada em 18 de Dezembro de 1999, Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, Lisboa.

Artigo 2.º**Celebração de contratos a termo certo**

Aos novos contratos de trabalho a termo certo a celebrar pelo Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto no Decreto-Lei n.º 68/2000, de 26 de Abril.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *Arnaldo Jorge d'Assunção Silva* — *Alberto de Sousa Martins*.

Promulgado em 19 de Junho de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 21 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**Decreto-Lei n.º 119/2000**

de 4 de Julho

O Governo aprovou, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, o Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades (doravante abreviadamente designado como Programa Polis, ou apenas Programa), tendo considerado que este Programa constitui uma oportunidade única para valorizar as cidades portuguesas e melhorar a qualidade do ambiente urbano.

Uma componente importante desse Programa diz respeito a intervenções de grande significado e que se pretendem exemplares, realizadas em parceria entre o Governo e as autarquias locais.

Contudo, a definição pormenorizada das intervenções a realizar no âmbito do Programa constitui um processo complexo, que ainda não se encontra concluído, sendo que, neste momento, apenas é possível definir as áreas destinadas à realização dessas intervenções.

Assim, com o objectivo de prevenir alterações que comprometam ou inviabilizem a execução do Programa, bem como de contrariar o surgimento de actividades de especulação imobiliária nas respectivas zonas de intervenção, importa delimitar, desde já, o seu âmbito territorial e criar as condições necessárias para o arranque dos trabalhos.

As iniciativas que se prevêem concretizar de imediato abrangem territórios dos municípios de Almada, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Matosinhos, Porto, Sintra, Vila Nova de Gaia, Viseu, Viana do Castelo e Vila do Conde.

Deste modo, o presente diploma, para além de aprovar a localização e delimitação das diferentes áreas de intervenção, procede, em conformidade com os artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, à definição de medidas preventivas de utilização do solo urbano a afectar à realização das intervenções

referidas, evitando-se deste modo operações urbanísticas que, se consentidas, decerto que originariam maiores dificuldades.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º**Objecto**

As zonas reservadas às intervenções previstas pelo Programa Polis correspondem às que se encontram delimitadas nas plantas em anexo ao presente diploma e que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º**Medidas preventivas**

1 — Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, nos terrenos integrados nas zonas definidas nas plantas constantes dos anexos é proibida a realização de quaisquer obras, independentemente dos fins que as justifiquem, que tenham por objecto:

- a) A construção, reconstrução ou ampliação de edifícios ou outras instalações;
- b) A instalação de qualquer tipo de exploração, bem como a ampliação das já existentes;
- c) Alterações importantes, por meio de aterros ou escavações, à configuração actual do terreno.

2 — A Câmara Municipal, mediante parecer fundamentado da sociedade gestora de cada uma das intervenções previstas no Programa Polis, pode conceder autorizações especiais em derrogação do previsto no número anterior.

3 — As medidas preventivas previstas no n.º 1 não prejudicam as licenças e autorizações concedidas antes da sua entrada em vigor.

Artigo 3.º**Elementos topográficos**

Para efeitos de fiscalização da aplicação das medidas preventivas constantes do presente diploma, o Governo fornecerá às respectivas câmaras municipais, no prazo de 15 dias, contado da sua entrada em vigor, os elementos, designadamente topográficos, que permitam a rigorosa identificação das áreas abrangidas.

Artigo 4.º**Fiscalização**

Em caso de violação do disposto no n.º 1 do artigo 2.º, pode o órgão legalmente competente do município onde se situe o imóvel proceder ao imediato embargo das obras e, se for caso disso, à demolição de qualquer construção aí implantada, sendo os respectivos encargos suportados pelo infractor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no presente diploma e demais legislação aplicável.

Artigo 5.º

Medidas de expropriação

Poderão ser objecto de expropriação, nos termos da legislação aplicável, os direitos que incidam sobre as áreas necessárias à execução das obras.

Artigo 6.º

Regime sancionatório

1 — A violação do disposto no artigo 2.º constitui contra-ordenação, punível com coima de 100 000\$ a 750 000\$, tratando-se de pessoa singular, sendo elevado para 9 000 000\$, o limite máximo, no caso de se tratar de pessoa colectiva.

2 — As contra-ordenações podem determinar, quando a gravidade da infracção o justifique, a aplicação das seguintes sanções acessórias:

- a) Perda de objectos pertencentes ao agente que tenham sido utilizados como instrumentos no cometimento da infracção;
- b) Interdição do exercício, até ao máximo de dois anos, da profissão ou actividades cujo exercício dependa de título público ou de autorização ou de homologação de autoridade pública.

3 — A tentativa e negligência são puníveis.

4 — Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, são competentes para a instrução das contra-ordenações e aplicação das respectivas coimas os serviços competentes das câmaras municipais em cuja área for praticada a infracção.

5 — O produto das coimas reverte em 60% para o Estado e em 40% para a entidade que instruir o processo.

Artigo 7.º

Duração das medidas preventivas

O prazo de vigência das medidas preventivas previstas neste diploma é de dois anos, prorrogável por mais um, quando tal se mostre necessário.

Artigo 8.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 13 de Abril de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Fernando Manuel dos Santos Gomes* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *António Luís Santos Costa* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

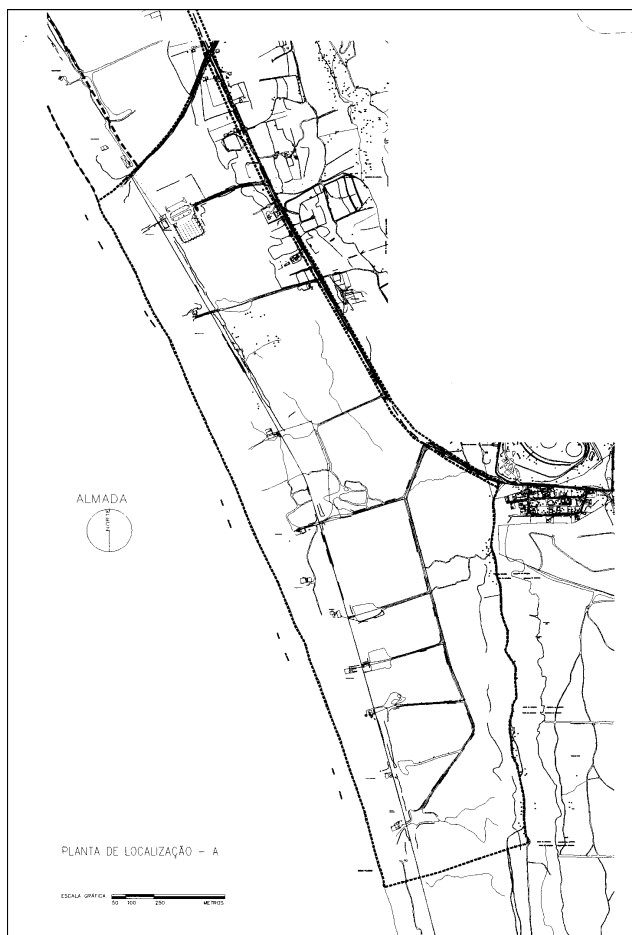
Promulgado em 15 de Junho de 2000.

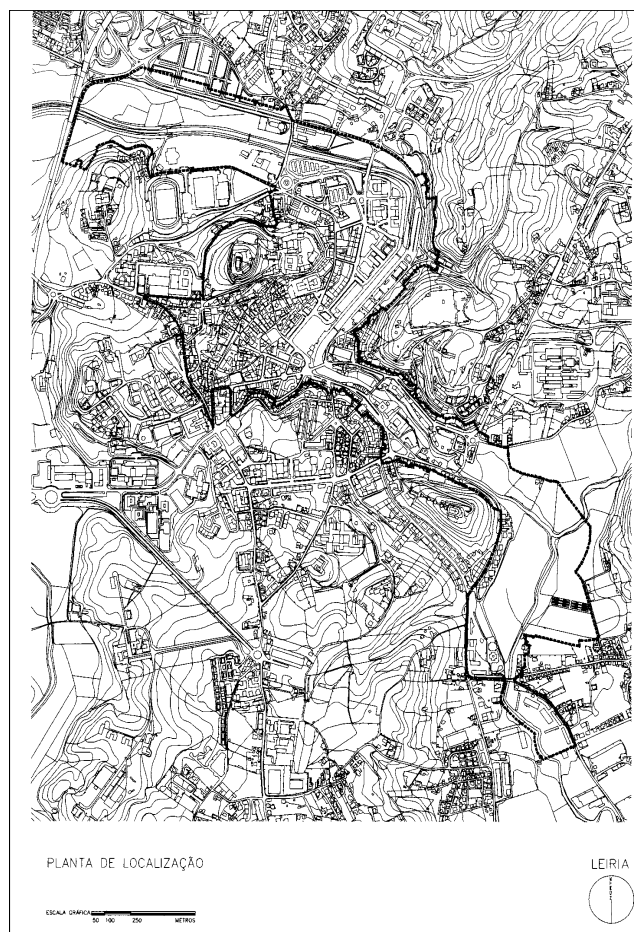
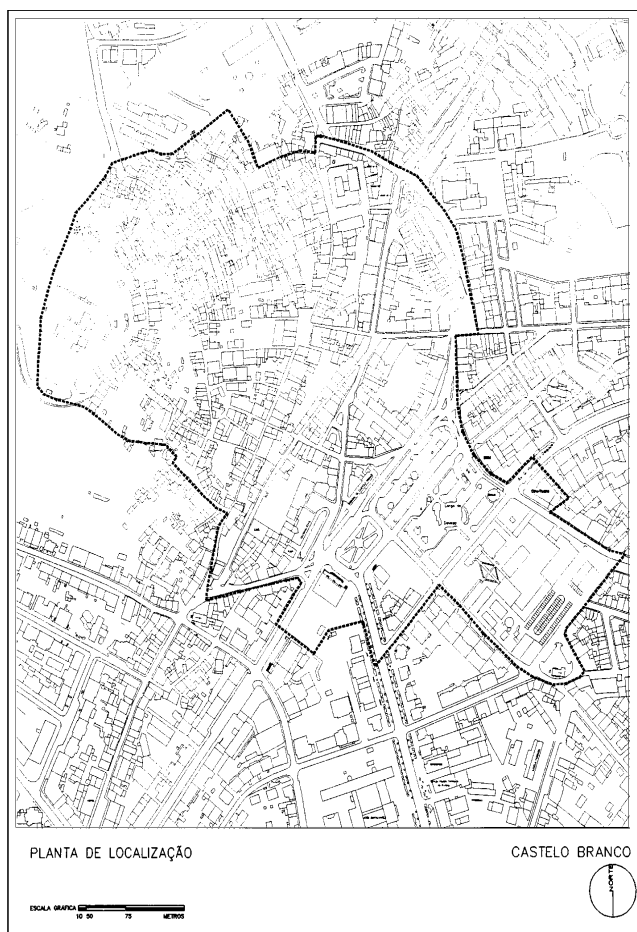
Publique-se.

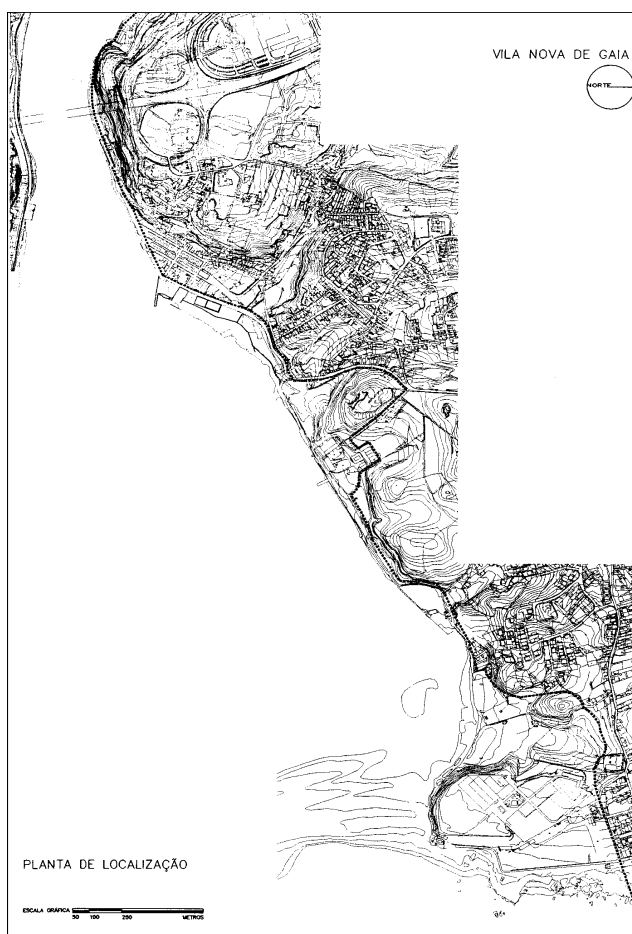
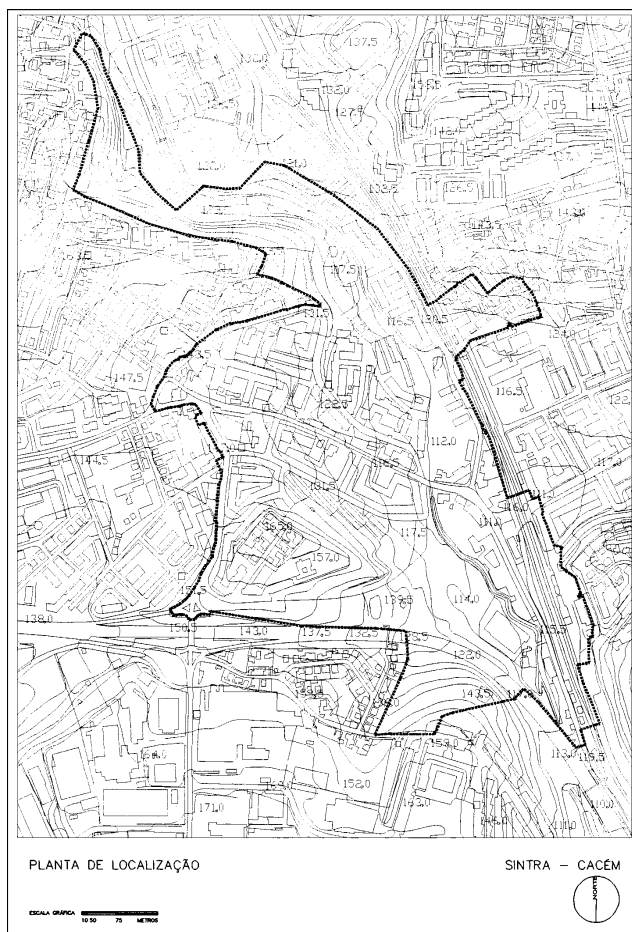
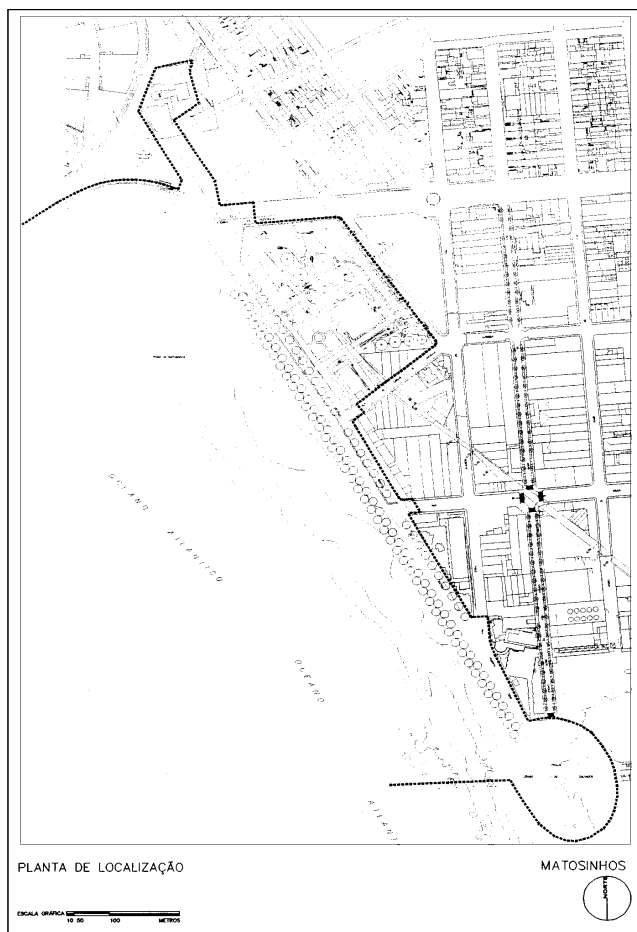
O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

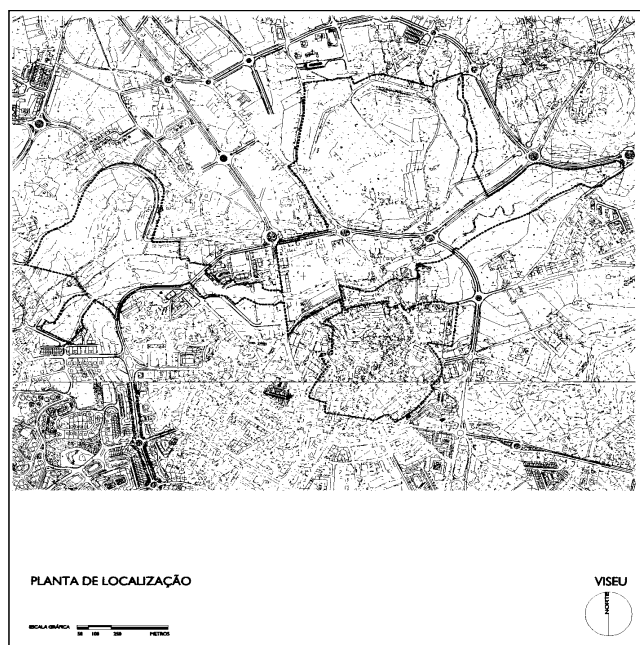
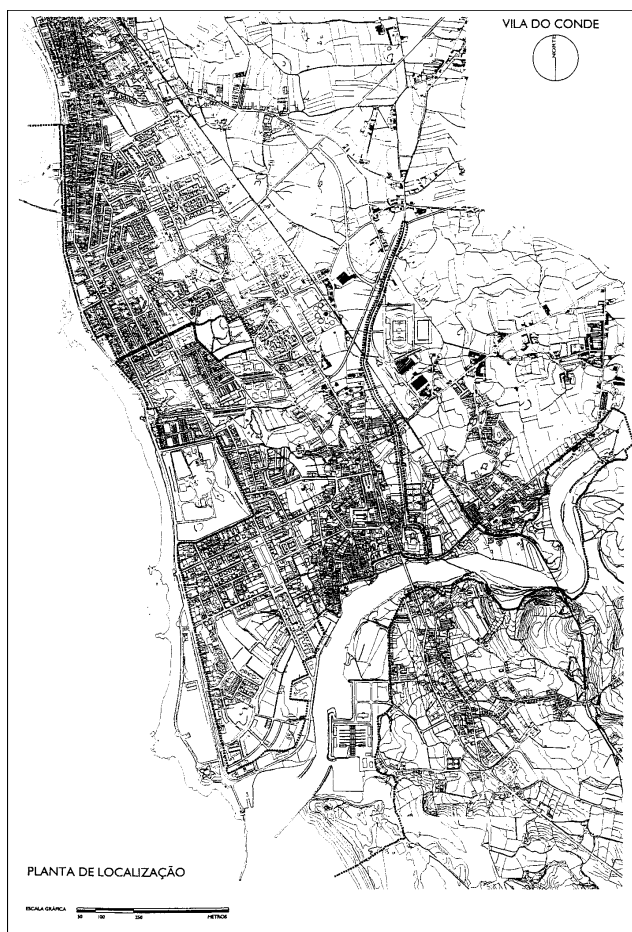
Referendado em 21 de Junho de 2000.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.









Decreto-Lei n.º 120/2000

de 4 de Julho

O Decreto-Lei n.º 474-A/99, de 8 de Novembro, que aprovou a Lei Orgânica do XIV Governo Constitucional, deu expressão a uma opção inovadora, moderna e reclamada desde há muito por todos os que consideram fundamental uma articulação das políticas de ambiente e do ordenamento do território, criando um novo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Mário Cristina de Sousa.

Promulgado em 21 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Novembro de 2000.

Pelo Primeiro-Ministro, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*, Ministro de Estado.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 314/2000

de 2 de Dezembro

Atendendo à natureza das intervenções previstas no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, cujas orientações gerais foram consagradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, bem como a necessidade de se garantir, em virtude da dimensão, complexidade e especificidade das acções a desenvolver, uma execução coordenada, com recurso a uma articulação dos diferentes interesses envolvidos, torna-se necessário dotar as sociedades gestoras de um conjunto de poderes que permitam alcançar os objectivos propostos pelo Programa Polis.

Justifica-se, por isso, a adopção de um conjunto de medidas excepcionais e delimitadas no tempo, quando consideradas imprescindíveis ao êxito da realização deste programa de requalificação urbana.

Estas medidas excepcionais incluem benefícios fiscais, a declaração de interesse público nacional do Programa Polis e um regime especial em matéria de instrumentos de gestão territorial.

A cooperação entre o poder autárquico e administração central implica um conjunto de cedências mútuas a favor das sociedades gestoras das intervenções, patente no regime especial de licenciamento de obras.

De igual modo, a complexidade das situações a solucionar para uma rápida disponibilização dos terrenos justifica plenamente a adopção de regras específicas no que se refere ao processo expropriatório.

Assim:

No uso da autorização legislativa, concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 18/2000, de 10 de Agosto, e nos termos das alíneas *a)* e *b)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Benefícios fiscais

1 — São concedidos os seguintes benefícios fiscais às sociedades gestoras de intervenções, constituídas nos termos e âmbito do Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, conforme qualificação conferida pelos diplomas que constituem e

regulam as referidas sociedades e definem a integração das mesmas no Programa Polis:

- a)* Isenção de contribuição autárquica;
- b)* Isenção do imposto municipal de sisa e do imposto sobre sucessões e doações;
- c)* Isenção do imposto do selo;
- d)* Isenção de emolumentos notariais e de registo.

2 — O disposto no número anterior vigorará relativamente a cada uma das sociedades até à conclusão da execução dos projectos aprovados ao abrigo do Programa Polis de que tenha sido incumbida, com vista à execução destes, e será aplicado sem prejuízo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 42/98, de 3 de Março.

3 — O direito à isenção da contribuição autárquica é de reconhecimento oficioso, sempre que se verifique a inscrição do imóvel na respectiva matriz predial, a favor da sociedade gestora do projecto.

4 — O regime de benefícios fiscais previsto no presente artigo produz efeitos, relativamente a cada sociedade gestora de intervenções, desde a sua constituição.

Artigo 2.º

Interesse público nacional do Programa Polis

A realização das intervenções aprovadas ao abrigo do Programa Polis e projectos de reordenamento urbano daí resultantes reveste-se de relevante interesse público nacional, como instrumentos de reordenamento urbano, valorização urbanística e ambiental de espaços urbanos.

Artigo 3.º

Instrumentos de gestão territorial

1 — Os planos de pormenor e os planos de urbanização de cada uma das zonas de intervenção legalmente definidas no âmbito do Programa Polis serão sujeitos a aprovação pela assembleia municipal, no prazo de 30 dias após a conclusão da fase de discussão pública dos mesmos, e, quando a lei o determine, a ratificação governamental, no prazo de 30 dias após aprovação pela assembleia municipal.

2 — O período de discussão pública a que alude o número anterior será anunciado com a antecedência mínima de 15 dias, relativamente à data em que deva ter início, e terá uma duração não inferior a 30 dias.

3 — A aprovação pela assembleia municipal prevista no n.º 1 do presente artigo será obrigatoriamente precedida de parecer prévio de uma comissão técnica de acompanhamento, a qual será constituída por representantes dos Ministros do Ambiente e do Ordenamento do Território, o qual presidirá a essa comissão, das Finanças, do Equipamento Social e da Cultura, bem como da câmara municipal com atribuições sobre o território em que se situa cada uma das zonas de intervenção consideradas.

4 — O parecer referido no número anterior deve ser emitido no prazo máximo de 10 dias a contar da recepção da proposta de plano.

5 — Os planos de urbanização e, sempre que necessário ou alternativamente, os planos de pormenor das zonas de intervenção serão elaborados pelas sociedades gestoras responsáveis pela execução dos projectos.

6 — Os planos de urbanização poderão ser desenvolvidos por planos de pormenor ou ser estes últimos

criados em substituição dos primeiros, onde as características e dimensão da intervenção o justifiquem.

7 — A aprovação dos planos de pormenor constitui título bastante para efeitos de registo predial e de inscrição matricial dos novos prédios assim constituídos.

8 — Os planos municipais de ordenamento do território supervenientes que abranjam áreas compreendidas nas zonas de intervenção devem articular-se, nessa parte, com os planos a que se refere o presente artigo.

Artigo 4.º

Licenciamentos

1 — Para efeitos de execução dos projectos, os licenciamentos municipais relativos a loteamentos urbanos, a obras de urbanização e a obras particulares necessárias à realização das intervenções aprovadas e a aprovar em cada zona de intervenção, no âmbito do Programa Polis, cuja promoção ou instalação seja, directa ou indirectamente, da responsabilidade das sociedades gestoras serão concedidos num prazo máximo de 30 dias, contados a partir da emissão ou do final do prazo para emissão dos pareceres das entidades consultadas, não podendo tal prazo ser interrompido por períodos de tempo que totalizem mais de 10 dias.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, os licenciamentos municipais seguirão, no mais, o procedimento previsto na lei geral.

Artigo 5.º

Poderes das administrações portuárias

1 — As competências atribuídas às administrações dos portos das cidades onde se devam realizar intervenções aprovadas no âmbito do Programa Polis poderão ser atribuídas às sociedades gestoras da execução das respectivas intervenções quando as intervenções a levar a cabo respeitem a imóveis e direitos a eles relativos localizados nas zonas de jurisdição de tais administrações e nos casos em que tal seja necessário e se justifique.

2 — A atribuição de competências prevista no número anterior depende de despacho conjunto do Ministro do Equipamento Social e do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território que reconheça a necessidade da mesma.

3 — Até à entrada em vigor de plano de urbanização ou de plano de pormenor, a sociedade gestora da intervenção em causa emitirá parecer prévio no prazo de 10 dias contados desde a recepção dos elementos identificadores de quaisquer obras a realizar nas zonas identificadas no n.º 1 deste artigo, o qual será submetido a aprovação do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

Artigo 6.º

Regime especial de expropriação

1 — São consideradas de utilidade pública as expropriações dos imóveis e direitos a eles relativos localizados nas zonas de intervenção legalmente delimitadas no âmbito da execução do Programa Polis, bem como para o reordenamento urbano previsto do artigo 2.º do presente diploma, em execução dos planos de urbanização ou planos de pormenor referidos no artigo 3.º

2 — Os procedimentos previstos nos números anteriores serão aplicados a todos os imóveis e direitos a eles relativos cujas declarações de utilidade pública se

mostrem necessárias à realização das intervenções aprovadas ou a aprovar, à reinstalação e funcionamento das actividades localizadas nas zonas de intervenção, assim como ao direito de constituir as servidões necessárias a estes fins.

3 — Às expropriações referidas no presente artigo é atribuído carácter urgente.

4 — O processo expropriatório, com excepção do disposto no n.º 2 do artigo 14.º do Código das Expropriações, iniciar-se-á com a apresentação, pela sociedade gestora da execução da intervenção em causa, de um requerimento ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território instruído com os seguintes documentos:

- a) Planta do local da situação dos bens a expropriar, com a indicação precisa dos respectivos limites, contendo a escala gráfica utilizada;
- b) Certidão passada pela conservatória do registo predial, das descrições dos prédios e das inscrições em vigor, incluindo as dos direitos, ónus ou encargos que sobre eles se achem registados ou certidão de que os prédios não se encontram descritos;
- c) Certidão da inscrição matricial e do valor patrimonial fiscal dos prédios ou certidão de que os mesmos se encontram omissos.

5 — As certidões referidas nas alíneas b) e c) do número anterior poderão ser juntas até à adjudicação judicial da propriedade dos prédios expropriados.

Artigo 7.º

Posse administrativa

O reconhecimento do carácter urgente das expropriações contido no n.º 4 do artigo 6.º do presente diploma confere às sociedades gestoras da execução dos projectos, enquanto entidades expropriantes, a posse administrativa imediata dos bens a expropriar, nos termos do Código das Expropriações.

Artigo 8.º

Indemnizações

1 — As expropriações realizadas nos termos do artigo 7.º conferem aos expropriados o direito de receber o pagamento contemporâneo de uma justa indemnização, de acordo com os critérios estabelecidos nos artigos 23.º a 32.º do Código das Expropriações.

2 — O valor das indemnizações será determinado de comum acordo entre as partes e, na falta de acordo, por uma comissão arbitral constituída nos termos do artigo seguinte.

3 — A falta de acordo referida no número anterior resulta da falta de resposta ou de interesse da entidade expropriante em relação à contraproposta.

4 — Na determinação do valor das indemnizações não poderá ser tomada em consideração a mais-valia que resultar da própria declaração de utilidade pública da correspondente expropriação, bem como da efectiva realização da execução de projectos ao abrigo do Programa Polis e do plano de urbanização e dos planos de pormenor referidos no artigo 3.º

Artigo 9.º

Comissão arbitral

1 — A comissão arbitral referida no n.º 2 do artigo anterior será constituída por três árbitros, sendo um nomeado pelo expropriado, outro pela entidade expropriante e o terceiro escolhido por aqueles.

2 — O expropriado será notificado, por carta registada com aviso de recepção, quando conhecido, ou por éditos, nos restantes casos, pela entidade expropriante para, no prazo de cinco dias, indicar o seu árbitro, sendo o mesmo nomeado pelo juiz presidente do Tribunal da Relação com jurisdição sobre a área onde se situa o imóvel, nos termos do número seguinte, no caso de não ser indicado pelo expropriado no prazo fixado.

3 — Se a entidade expropriante verificar que não é possível chegar a acordo quanto à escolha do terceiro árbitro, será o mesmo nomeado pelo juiz presidente do Tribunal da Relação com jurisdição sobre a área onde se situa o imóvel, no prazo de cinco dias contados do requerimento nesse sentido subscrito pela entidade expropriante.

4 — As decisões da comissão arbitral serão tomadas por maioria ou, não sendo possível obter uma decisão maioritária quanto a um concreto valor, será este apurado pela média aritmética dos dois montantes indemnizatórios que mais se aproximarem.

5 — Da decisão caberá recurso para os tribunais, nos termos do Código de Expropriações.

Artigo 10.º

Dever de cooperação

1 — Todas as entidades públicas e privadas cuja área de actuação esteja directamente relacionada com a preparação e a realização das intervenções integradas no Programa Polis devem cooperar activa e empenhadamente na prossecução do interesse público a que se refere o artigo 2.º

2 — As sociedades gestoras da execução dos projectos integrados no âmbito do Programa Polis farão permanentemente apelo à cooperação das autarquias locais neles directamente envolvidos, sobretudo no que se refere à coordenação e articulação dos vários planos municipais de ordenamento incidentes ou relacionados com as zonas de intervenção.

Artigo 11.º

Duração dos poderes excepcionais

Os poderes excepcionais das sociedades gestoras da execução das intervenções definidas e a definir ao abrigo do Programa Polis previstos no presente diploma cessarão com a conclusão das respectivas intervenções.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Outubro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres*. — *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *António Luís Santos Costa* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa* — *João Alexandre do Nascimento Baptista*.

Promulgado em 21 de Novembro de 2000.

Publique-se.

O Presidente da República, *Jorge Sampaio*.

Referendado em 23 de Novembro de 2000.

Pelo Primeiro-Ministro, *Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho*, Ministro de Estado.

Decreto-Lei n.º 315/2000

de 2 de Dezembro

A aplicação do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) por todas as autarquias locais e entidades equiparadas ocorreria, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 54-A/99, com a redacção dada pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, a partir de 1 de Janeiro de 2001.

Contudo, prevê-se que só a partir de 2002 seja obrigatória a aplicação do novo classificador económico da receita e da despesa pública, que, com as necessárias adaptações, será igualmente para utilização pelas autarquias locais.

Aliás, a aplicação simultânea de diferentes classificadores em documentos previsionais, de prestação de contas e na execução orçamental seria dificilmente exequível com o início da profunda reforma gerada pelo POCAL, para além de induzir um acréscimo de problemas no plano informático.

Atendendo a estes condicionalismos, entende-se dever prorrogar a data de imperativa entrada em vigor do POCAL para 1 de Janeiro de 2002.

Embora alguns municípios e freguesias já tenham iniciado a aplicação do POCAL em 2000, prevendo-se que, facultativamente, outros o façam a partir de 2001, tal revela-se benéfico, na medida em que se vão criando condições para serem supridas as dificuldades entretanto surgidas.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, bem como a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias e a Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.

Assim, no desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

Os artigos 10.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 10.º

Fases de implementação

1 — Durante um período transitório, que durará até 1 de Janeiro de 2002, as autarquias locais podem optar entre a aplicação do regime contabilístico anterior e o aprovado pelo presente diploma na elaboração das contas e documentos de gestão.

2 — Até à data referida no número anterior devem ser elaborados e aprovados o inventário e respectiva avaliação, bem como o balanço inicial, os documentos previsionais e o sistema de controlo interno.

3 — As autarquias locais que deliberem aplicar desde já o POCAL devem previamente elaborar e aprovar os documentos referidos no número anterior, podendo, durante o período transitório, optar pela elaboração do plano de actividades referido no Decreto-Lei n.º 341/83, de 21 de Julho, ou do plano plurianual de investimentos previsto no POCAL.

4 — A elaboração das contas das autarquias locais segundo o Plano aprovado pelo presente diploma é obrigatória a partir do exercício relativo ao ano de 2002.

2 — A coligação é decidida pelos membros do Governo competentes, com faculdade de delegação.

3 — O processo de execução é instaurado e instruído pelo maior credor.

Artigo 11.º

Apensação de execuções

É permitida a apensação de execuções nos termos do disposto no artigo anterior.

Artigo 12.º

Patrocínio judiciário

Nos tribunais comuns e nos tributários, as instituições do sistema de solidariedade e segurança social são representadas por mandatário judicial, nomeado pela delegação competente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Artigo 13.º

Pagamento em prestações

1 — A competência para autorização de pagamento em prestações das dívidas em processo de execução é do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

2 — Quando o valor da dívida exequenda for inferior a 500 unidades de conta, essa competência é da delegação do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Artigo 14.º

Caução

Caso não se encontre já constituída caução com o pedido de pagamento em prestações, nos termos do artigo anterior, deve o executado prestá-la através de garantia idónea, a qual consiste em fiança ou garantia bancária, seguro-caução ou qualquer outra que assegure os créditos do exequente.

Artigo 15.º

Sigilo

No caso de transmissão de bens imóveis, devidamente comprovada, o interessado pode ser informado da existência de privilégio creditório da segurança social.

Artigo 16.º

Registo das execuções

O registo dos processos de execução é efectuado através de verbetes informáticos e de acordo com os procedimentos a definir pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Artigo 17.º

Processos pendentes

Os processos de execução fiscal por dívidas que a segurança social tenha participado aos órgãos do Ministério das Finanças antes da entrada em vigor do presente diploma continuam a correr por esses órgãos.

Artigo 18.º

Normas de execução

1 — A legislação complementar ao estatuído no presente diploma consta de decreto-lei.

2 — A definição dos procedimentos que se revelem necessários à aplicação do presente diploma é aprovada por despacho do membro do Governo competente na matéria.

Artigo 19.º

Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor 180 dias depois do dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 14 de Dezembro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Joaquim Augusto Nunes Pina Moura — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — António Luís Santos Costa.*

Promulgado em 26 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 1 de Fevereiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Decreto-Lei n.º 43/2001

de 9 de Fevereiro

Atendendo à natureza das intervenções previstas no Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, para a vila de Agualva-Cacém, cujas orientações gerais foram consagradas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, bem como a necessidade de se garantir, em virtude da dimensão, complexidade e especificidade das acções a serem desenvolvidas, uma execução coordenada, com recurso a uma articulação dos diferentes interesses envolvidos, torna-se necessário constituir uma entidade específica para a concretização do projecto.

Recorrendo à experiência bem sucedida que constituiu a iniciativa da Exposição Mundial de Lisboa, Expo 98, no âmbito da qual se procedeu a uma requalificação e reordenação urbana de grande significado na cidade de Lisboa, para a qual muito contribuíram os esforços coordenados da administração central e dos municípios de Lisboa e de Loures e a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos constituída para a gestão e reorganização do espaço urbano, considera-se que modelo semelhante deve ser adoptado para a realização das intervenções programadas ao abrigo do Programa Polis.

Atentas estas razões, pretende-se constituir uma sociedade comercial, com a natureza de sociedade anó-

nima de capitais exclusivamente públicos, em cujo capital social participarão o Estado e o município de Sintra.

Assinalados estes objectivos surge como relevante a possibilidade de contar com a colaboração de entidades com experiência e conhecimento relevantes no âmbito de intervenções de requalificação e reordenamento de espaço urbano, designadamente na elaboração ou concepção dos planos de urbanização e de pormenor subjacentes à intervenção a realizar, ou na designação e coordenação das entidades encarregadas da elaboração dos mesmos, bem como na coordenação de procedimentos e concursos destinados à execução de trabalhos e obras ou prestação de serviços, sem prejuízo da autonomia contratual de que se encontra dotada a Sociedade constituída pelo presente diploma.

A solução contemplada visa potenciar, através do Gabinete Coordenador do Programa Polis, o conhecimento e a experiência reflectidos nas conclusões do Grupo de Trabalho do Programa Polis, com vista à adequação de soluções a adoptar no quadro do presente diploma.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

1 — É constituída a sociedade CACÉMPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, abreviadamente designada por CACÉMPOLIS.

2 — A Sociedade rege-se pelo regime jurídico do sector empresarial do Estado, pelo presente diploma e pelos seus estatutos.

3 — A CACÉMPOLIS tem por objecto a gestão e coordenação do investimento a realizar na zona de intervenção da vila de Aqualva-Cacém, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, promovido pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, bem como o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções, que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

Artigo 2.º

Procedimento

1 — As intervenções a realizar pela CACÉMPOLIS no âmbito de actividades definido pelo artigo anterior estão subordinadas à elaboração de um plano estratégico, a realizar pelo município de Sintra e pela Parque Expo 98, S. A., sob proposta do Gabinete Coordenador do Programa Polis e aprovação pelos accionistas.

2 — O plano estratégico define a sequência de actos e especifica as áreas e a natureza das intervenções a realizar ao nível local.

Artigo 3.º

Capital social

1 — A CACÉMPOLIS é constituída com um capital social de 15 625 000 euros, realizado em numerário.

2 — No acto de subscrição o capital social é realizado em 10%, na proporção prevista para as participações dos accionistas, sendo os restantes 90% realizados em seis prestações iguais e com periodicidade semestral, respeitando igualmente a proporção das participações.

3 — Por aumento de capital poderão participar no capital social pessoas colectivas públicas e sociedades exclusivamente ou maioritariamente participadas pelo Estado ou por outras pessoas colectivas públicas de âmbito territorial.

4 — A titularidade de acções representativas de pelo menos 51% do capital social da CACÉMPOLIS deve ser detida por entes públicos, sendo nulas as transmissões efectuadas com violação deste limite.

Artigo 4.º

Exercício de direitos dos accionistas

1 — As acções representativas do capital realizado pelo Estado são detidas pela Direcção-Geral do Tesouro.

2 — Os direitos do Estado como accionista são exercidos por representante designado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e do Ambiente e do Ordenamento do Território.

3 — Os direitos do município de Sintra como accionista são exercidos por representante designado pela respectiva câmara municipal.

4 — A CACÉMPOLIS conferirá mandato à Parque EXPO 98, S. A., para a direcção e coordenação geral da intervenção.

Artigo 5.º

Estatutos

1 — São aprovados os estatutos da CACÉMPOLIS, que figuram em anexo ao presente diploma, do qual fazem parte integrante.

2 — Os estatutos anexos não carecem de redução a escritura pública, sendo título bastante para efeitos constitutivos e registrais a sua publicação no *Diário da República*.

3 — As alterações aos estatutos da CACÉMPOLIS realizam-se nos termos da lei comercial.

4 — Os actos necessários para qualquer registo ou inscrição, nomeadamente a constituição, assim como quaisquer alterações posteriores aos estatutos, estão isentos de quaisquer taxas ou emolumentos notariais, de registo ou de outro tipo.

Artigo 6.º

Deveres especiais de informação

1 — Sem prejuízo do disposto na lei quanto à prestação de informações aos accionistas e do disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, o conselho de administração da CACÉMPOLIS enviará aos Ministros das Finanças e do Ambiente e do Ordenamento do Território e ao presidente da Câmara Municipal de Sintra, com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data de realização da assembleia geral anual, os seguintes documentos destinados a aprovação:

- a) O plano e o programa de actividades e o orçamento da Sociedade para o exercício seguinte;
- b) O relatório de gestão e as contas do exercício, devidamente auditadas;

- c) Outros elementos que o conselho de administração julgue adequados à compreensão integral da situação económica e financeira da sociedade, da eficiência da gestão e das perspectivas da sua evolução.

2 — O conselho de administração da Sociedade, ou quem esta designar, enviará trimestralmente aos Ministros das Finanças e do Ambiente e do Ordenamento do Território e ao presidente da Câmara Municipal de Sintra um relatório sumário contendo a descrição da evolução da actividade face ao programado, os eventuais desvios e os controlos efectuados para sua correcção ou diminuição.

Artigo 7.º

Prerrogativas da Sociedade

1 — Sem prejuízo dos demais poderes que a lei venha a conferir à Sociedade CACÉMPOLIS são atribuídos à mesma, com vista à prossecução dos seus fins:

- a) Os poderes para, de acordo com o previsto no Código das Expropriações, requerer do Governo a declaração de utilidade pública de quaisquer imóveis e direitos constituídos sobre os mesmos que se reputem necessários à prossecução do seu objecto social;
- b) O direito de utilizar, fruir e administrar os bens do domínio público e do domínio privado do Estado que estejam ou venham a estar afectos ao exercício da sua actividade.

2 — À CACÉMPOLIS são conferidos os poderes e as prerrogativas do Estado quanto à protecção, desocupação, demolição e defesa administrativa da posse dos terrenos, instalações que lhe estejam afectas e direitos conexos a uns e outras, bem como das obras por si executadas ou contratadas, podendo ainda, nos termos da lei, ocupar temporariamente os terrenos particulares de que necessite para estaleiros, depósitos de materiais diversos, alojamento de pessoal operário, instalações de escritórios e outras finalidades relativas à execução ou coordenação de obras, sem prejuízo do direito a justa indemnização aos titulares dos direitos.

Artigo 8.º

Assembleia geral

A assembleia geral da CACÉMPOLIS deverá reunir, na sua sede social, até ao 30.º dia útil após a publicação do presente diploma, para a eleição dos titulares dos cargos sociais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Novembro de 2000. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Joaquim Augusto Nunes Pina Moura* — *António Luís Santos Costa* — *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Promulgado em 18 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 25 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO

Estatutos da sociedade CACÉMPOLIS, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S. A.

Artigo 1.º

Forma e denominação

A sociedade adopta a forma de sociedade anónima e a denominação de CACÉMPOLIS, S. A., Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S. A.

Artigo 2.º

Sede

1 — A sede social é em Sintra, sendo a sede provisória nos Paços do Concelho.

2 — O conselho de administração pode deslocar a sede social para outro local dentro do mesmo município.

Artigo 3.º

Duração

A duração da Sociedade fica condicionada à realização completa do seu objecto contratual, não podendo prolongar-se para além de 31 de Dezembro de 2006.

Artigo 4.º

Objecto

1 — A Sociedade tem por objecto social o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas, culturais, desportivas ou outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

2 — A Sociedade poderá adquirir, a título originário ou derivado, participações no capital de sociedades cujo objecto social esteja, directa ou indirectamente, relacionado com o seu, bem como, por qualquer forma, alienar ou onerar as que estejam integradas no seu património.

Artigo 5.º

Capital

1 — O capital social é de 15 625 000 euros, subscrito na proporção de 60 % pelo Estado e de 40 % pelo município de Sintra, encontrando-se realizado, na mesma proporção, em 1 565 500 euros, devendo o remanescente ser realizado em seis prestações semestrais de igual montante, na mesma proporção.

2 — O capital social poderá ser aumentado por subscrição a realizar em dinheiro ou em espécie, por uma ou mais vezes, mediante deliberação dos accionistas a tomar em assembleia geral a convocar para o efeito, podendo delegar no conselho de administração a definição dos termos precisos em que a mesma deva ocorrer.

Artigo 6.º

Acções e obrigações

1 — As acções são nominativas, com o valor de 1000 euros cada.

2 — Haverá títulos representativos de 1, 5, 50, 1000 e 10 000 acções.

3 — A Sociedade poderá emitir obrigações convertíveis em acções, obrigações com direito de subscrição

de acções, *warrants* autónomos e acções preferenciais sem direito a voto, conferindo direito a um dividendo prioritário e susceptível de remição, dentro dos limites legais e nas condições que vierem a ser fixadas pela assembleia geral.

4 — A Sociedade pode igualmente emitir outros tipos de obrigações e demais valores mobiliários, em qualquer modalidade e forma legalmente admissível.

Artigo 7.º

Direito de preferência

1 — Os accionistas terão direito de preferência na alienação de acções a título oneroso.

2 — Para efeito de exercício do direito de preferência, os accionistas serão avisados pelo conselho de administração, por carta registada, com a antecedência mínima de 30 dias, precedendo comunicação escrita do alienante àquele conselho, indicando o objecto da alienação, o preço, as condições de pagamento e as demais circunstâncias relevantes do negócio.

3 — O conselho de administração notificará o alienante e os preferentes para comparecerem em prazo certo na sede social, munidos dos respectivos títulos ou equivalentes, distribuindo-se as acções por acordo entre os preferentes ou, na falta de acordo, por licitação.

Artigo 8.º

Órgãos sociais

São órgãos da Sociedade:

- a) A assembleia geral;
- b) O conselho de administração;
- c) O fiscal único.

Artigo 9.º

Assembleia geral

1 — A assembleia geral é formada pelos accionistas com direito a, pelo menos, um voto.

2 — A cada 100 acções corresponde um voto.

3 — Nas reuniões da assembleia devem participar os membros do conselho de administração e o fiscal único.

4 — Qualquer accionista pode fazer-se representar na assembleia geral mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa, cabendo a esta apreciar a autenticidade da mesma.

5 — Os accionistas que assumam a natureza de pessoa colectiva indicam, através de carta dirigida ao presidente da mesa, quem os representa na assembleia geral.

Artigo 10.º

Competência da assembleia geral

1 — Compete à assembleia geral:

- a) Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício;
- b) Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
- c) Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade;
- d) Eleger os titulares dos órgãos sociais;
- e) Deliberar sobre as alterações aos estatutos;
- f) Deliberar sobre as remunerações dos membros dos corpos sociais;

g) Deliberar sobre qualquer outro assunto para que tenha sido convocada.

2 — As deliberações são tomadas por maioria de votos expressos em assembleia geral, com excepção das deliberações para as quais a lei exija maioria qualificada.

Artigo 11.º

Mesa da assembleia geral

1 — A mesa da assembleia geral é constituída por um presidente e por um secretário, eleitos por esta, para um mandato de três anos.

2 — O mandato dos membros da mesa da assembleia geral é renovável, mantendo-se estes em efectividade de funções até à posse dos membros que os venham a substituir.

Artigo 12.º

Reuniões da assembleia geral

A assembleia geral reunir-se-á, pelo menos, uma vez por ano e sempre que for convocada, nos termos da lei ou a requerimento do conselho de administração, do conselho fiscal ou de accionistas que representem, pelo menos, 5 % do capital social.

Artigo 13.º

Composição do conselho de administração

1 — O conselho de administração é composto por um presidente e dois vogais.

2 — Nas deliberações do conselho o presidente tem voto de qualidade.

3 — O presidente do conselho de administração é escolhido pela assembleia geral de entre os vogais eleitos.

4 — O mandato dos membros do conselho de administração tem a duração de três anos e é renovável.

Artigo 14.º

Competência do conselho de administração

1 — Compete ao conselho de administração assegurar a gestão dos negócios da Sociedade, sendo-lhe atribuídos os mais amplos poderes e cabendo-lhe, designadamente:

- a) Aprovar o plano de actividades, anual e plurianual;
- b) Aprovar o orçamento e acompanhar a sua execução;
- c) Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos relativos ao objecto social que não caibam na competência de outro órgão da Sociedade;
- d) Adquirir, alienar ou onerar participações no capital de outras sociedades, bem como obrigações e outros títulos semelhantes;
- e) Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, propor e acompanhar acções, confessar, desistir, transigir e aceitar compromissos arbitrais;
- f) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis;
- g) Deliberar sobre a emissão de empréstimos obrigacionistas e contrair outros empréstimos no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
- h) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;

- i) Decidir sobre a administração de pessoal e sua remuneração;
- j) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
- l) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei.

2 — O conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos seus poderes, definindo em acta os limites e condições de tal delegação.

3 — Incumbe especialmente ao presidente do conselho de administração:

- a) Representar o conselho em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a actividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
- c) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração.

Artigo 15.º

Reuniões do conselho de administração

1 — O conselho de administração reúne mensalmente e ainda sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de quaisquer administradores.

2 — O conselho de administração pode deliberar validamente quando estiver presente ou representada a maioria dos seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados, dispondo o presidente, em caso de empate na votação, de voto de qualidade.

3 — Os membros do conselho de administração podem fazer-se representar nas reuniões por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente.

Artigo 16.º

Representação

1 — A Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de dois administradores;
- c) Pela assinatura de um administrador, nos termos da respectiva delegação de poderes;
- d) Pela assinatura de um membro do conselho de administração e de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes;
- e) Pela assinatura de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes.

2 — Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um dos vogais executivos do conselho de administração.

Artigo 17.º

Fiscal único

1 — A fiscalização da actividade social é exercida por um fiscal único, eleito em assembleia geral, que também elege o suplente.

2 — O fiscal único e o seu suplente são revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Artigo 18.º

Competência do fiscal único

Além das competências constantes da lei, cabe especialmente ao conselho fiscal:

- a) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço, do inventário e das contas anuais;
- b) Alertar o conselho de administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

Artigo 19.º

Dissolução e liquidação

A Sociedade dissolve-se nos termos da lei.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Jurisprudência n.º 3/2001

Revista Ampliada n.º 994/98 — 2.ª Secção

Acordam no Supremo Tribunal de Justiça, em plenário das secções cíveis:

E & E — Engenharia, L.^{da}, propôs acção declarativa ordinária contra Eugénio Manuel Cabrita Vieira, João Miguel de Sousa Vieira, Eugénio Manuel de Sousa Vieira e André Filipe Santos Vieira, tendo pedido que fosse julgada «anulada a transmissão da fracção objecto da doação feita pelo 1.º R aos 2.º, 3.º e 4.º RR, com restituição do bem ao património daquele, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 616.º do Código Civil» e «ordenado o cancelamento do registo efectuado a favor dos 2.º, 3.º e 4.º RR, relativo à fracção em causa».

Por sentença proferida no Tribunal de Círculo de Portimão foi julgada em parte procedente a acção e declarada a ineficácia em relação à A da doação efectuada pelo 1.º R a favor dos 2.º, 3.º e 4.º RR e titulada pela escritura pública de 19 de Março de 1997, lavrada no Cartório Notarial de Olhão, a fl. 62 v.º do livro B-194 de notas de escrituras diversas, relativa à fracção C do prédio urbano constituído em propriedade horizontal, sito na Torre da Medronheira, freguesia e concelho de Albufeira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Albufeira sob o n.º 8991, a fl. 77 do livro B-24, inscrito na matriz sob o artigo 5191, podendo a A executar tal bem no património dos 2.º, 3.º e 4.º RR até 1 200 000 contos.

Recorreram os 1.º e 4.º e também os 2.º e 3.º RR para o Tribunal da Relação de Évora, que confirmou a sentença.

Irresignados, esses mesmos RR interpuseram recursos de revista, tendo concluído assim as respectivas alegações:

Os 2.º e 3.º RR:

«1.ª A autora não só pediu a anulação como ainda a restituição do bem ao património do doador.

2.ª Porém o douto acórdão recorrido ‘convolou’ tal pedido para o de ineficácia da doação relativamente à autora, mais habilitando esta a executar tal bem no património dos três donatários até ao limite de 1 200 000 contos.

Lei n.º 18-C/2001**de 3 de Julho****Criação das freguesias de Agualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos, no concelho de Sintra**

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

São criadas, no município de Sintra, as freguesias de Agualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos.

Artigo 2.º

As quatro freguesias são constituídas pelo fraccionamento da actual freguesia de Agualva-Cacém.

Artigo 3.º

As sedes de cada uma das novas freguesias serão denominadas, respectivamente, de Agualva, Cacém, Mira-Sintra e São Marcos.

Artigo 4.º

Os limites territoriais das freguesias a criar, cuja representação cartográfica se anexa, são os seguintes:

1) Freguesia de Mira-Sintra:

Norte — pelos actuais limites da freguesia de Agualva-Cacém;

Nascente e sul — inicia na estrada nacional n.º 250-1, segue pela Rua do Alto do Grajal, caminho público até à Rua de Matias Aires, intercepção com a Avenida dos Bombeiros Voluntários (lado norte), seguindo em linha recta pelo Caminho do Penedo até à entrada da Quinta dos Loios junto à antiga ponte medieval;

Poente — pela ribeira da Jarda até aos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém;

2) Freguesia de Agualva:

Norte — pelos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém com início na estrada nacional n.º 250-1, segue pela Rua do Alto do Grajal, caminho público até à Rua de Matias Aires, intercepção com a Avenida dos Bombeiros Voluntários (lado norte), seguindo em linha recta pelo Caminho do Penedo até à entrada da Quinta dos Loios junto à antiga ponte medieval;

Sul — pelos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém;

Nascente — pelos actuais limites da freguesia de Agualva-Cacém;

Poente — pelos actuais limites da freguesia de Agualva-Cacém até à ribeira da Jarda e pela ribeira da Jarda até à antiga ponte medieval;

3) Freguesia do Cacém:

Norte e poente — pelos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém;

Sul — pelo itinerário complementar n.º 19 (IC 19) até à estrada nacional n.º 249-3 e por esta até aos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém;

Nascente — pela ribeira da Jarda;

4) Freguesia de São Marcos:

Norte — pelo itinerário complementar n.º 19 (IC 19);

Sul — pelos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém;

Nascente — pelos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém até ao itinerário complementar n.º 19 (IC 19);

Poente — pela estrada nacional n.º 249-3 até aos actuais limites administrativos da freguesia de Agualva-Cacém.

Artigo 5.º

A Câmara Municipal de Sintra nomeará, de acordo com o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, as comissões instaladoras.

Artigo 6.º

1 — A comissão instaladora da freguesia de Agualva será constituída, nos termos e no prazo previstos no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, por:

Um representante da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém;

Um representante da Assembleia Municipal de Sintra;

Um representante da Câmara Municipal de Sintra;

Um representante da Assembleia de Freguesia de Agualva-Cacém;

Cinco cidadãos eleitores da nova freguesia.

2 — A comissão instaladora da freguesia do Cacém será constituída, nos termos e no prazo previstos no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, por:

Um representante da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém;

Um representante da Assembleia Municipal de Sintra;

Um representante da Câmara Municipal de Sintra;

Um representante da Assembleia de Freguesia de Agualva-Cacém;

Cinco cidadãos eleitores da nova freguesia.

3 — A comissão instaladora da freguesia de Mira-Sintra será constituída, nos termos e no prazo previstos no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, por:

Um representante da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém;

Um representante da Assembleia Municipal de Sintra;
Um representante da Câmara Municipal de Sintra;
Um representante da Assembleia de Freguesia de Aqualva-Cacém;
Cinco cidadãos eleitores da nova freguesia.

4 — A comissão instaladora da freguesia de São Marcos será constituída, nos termos e no prazo previstos no artigo 9.º da Lei n.º 8/93, de 5 de Março, por:

Um representante da Junta de Freguesia de Aqualva-Cacém;
Um representante da Assembleia Municipal de Sintra;
Um representante da Câmara Municipal de Sintra;
Um representante da Assembleia de Freguesia de Aqualva-Cacém;
Cinco cidadãos eleitores da nova freguesia.

Artigo 7.º

As comissões instaladoras exercerão as suas funções até à tomada de posse dos órgãos autárquicos das freguesias.

Aprovada em 19 de Abril de 2001.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

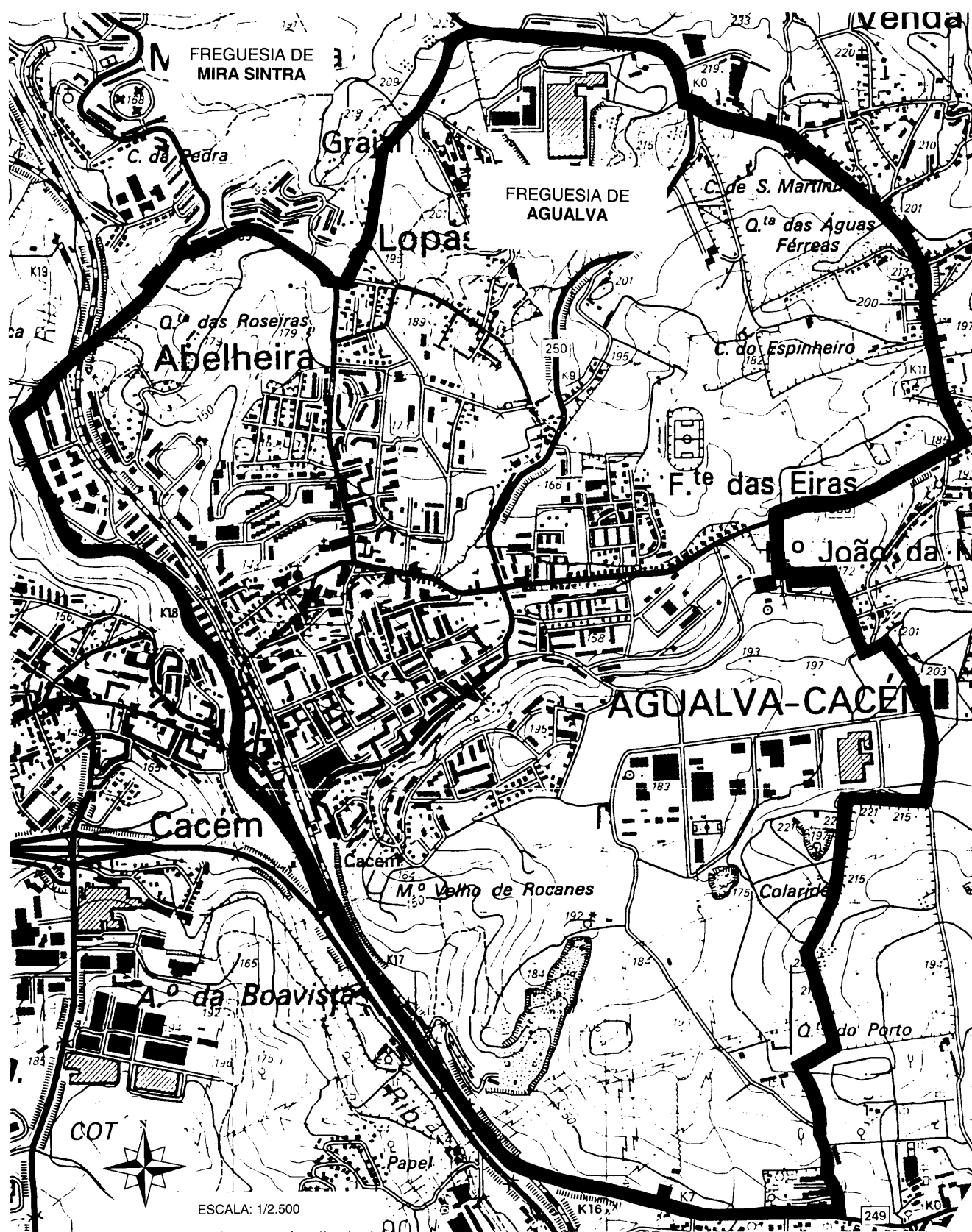
Promulgada em 7 de Junho de 2001.

Publique-se.

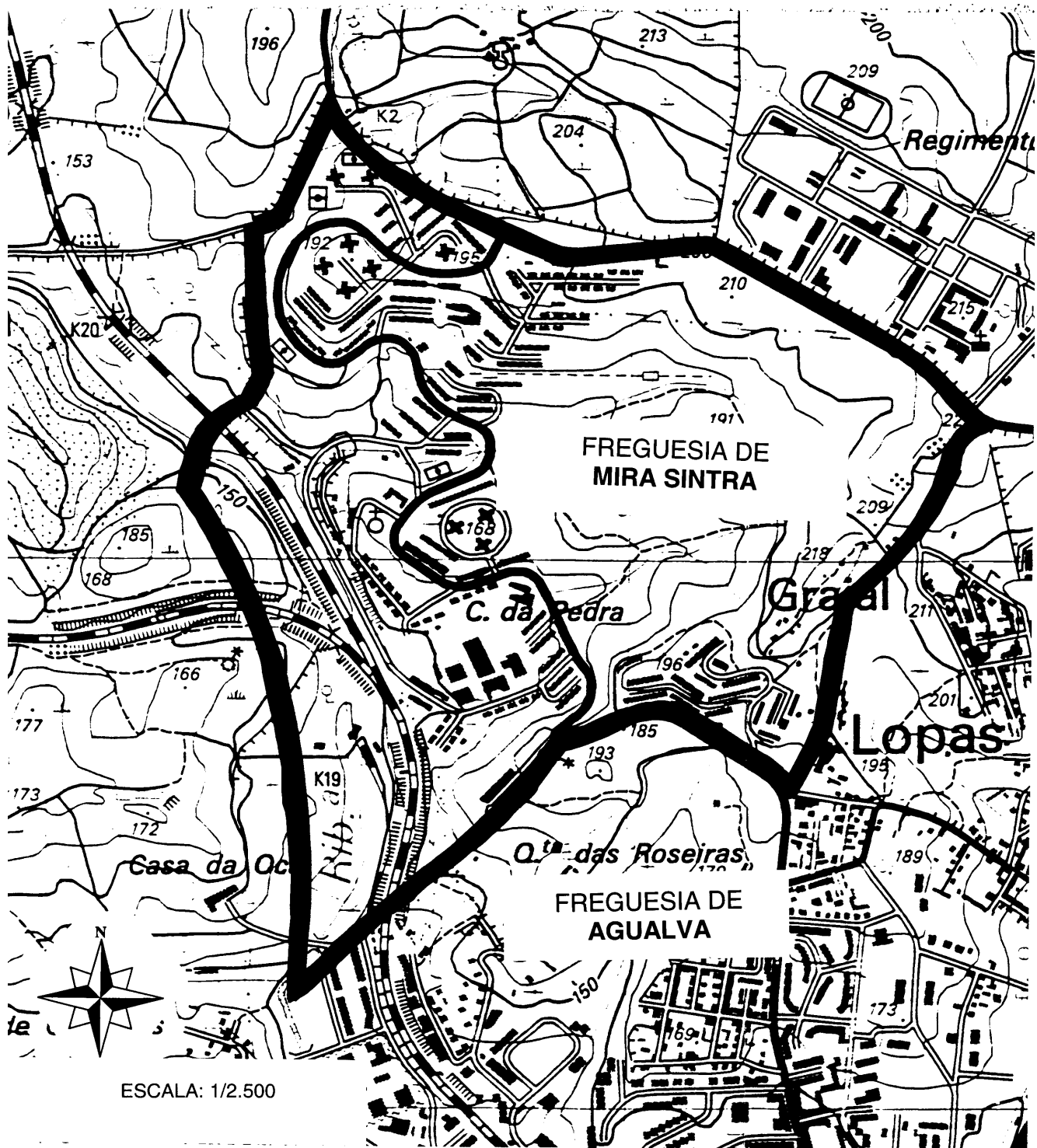
O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

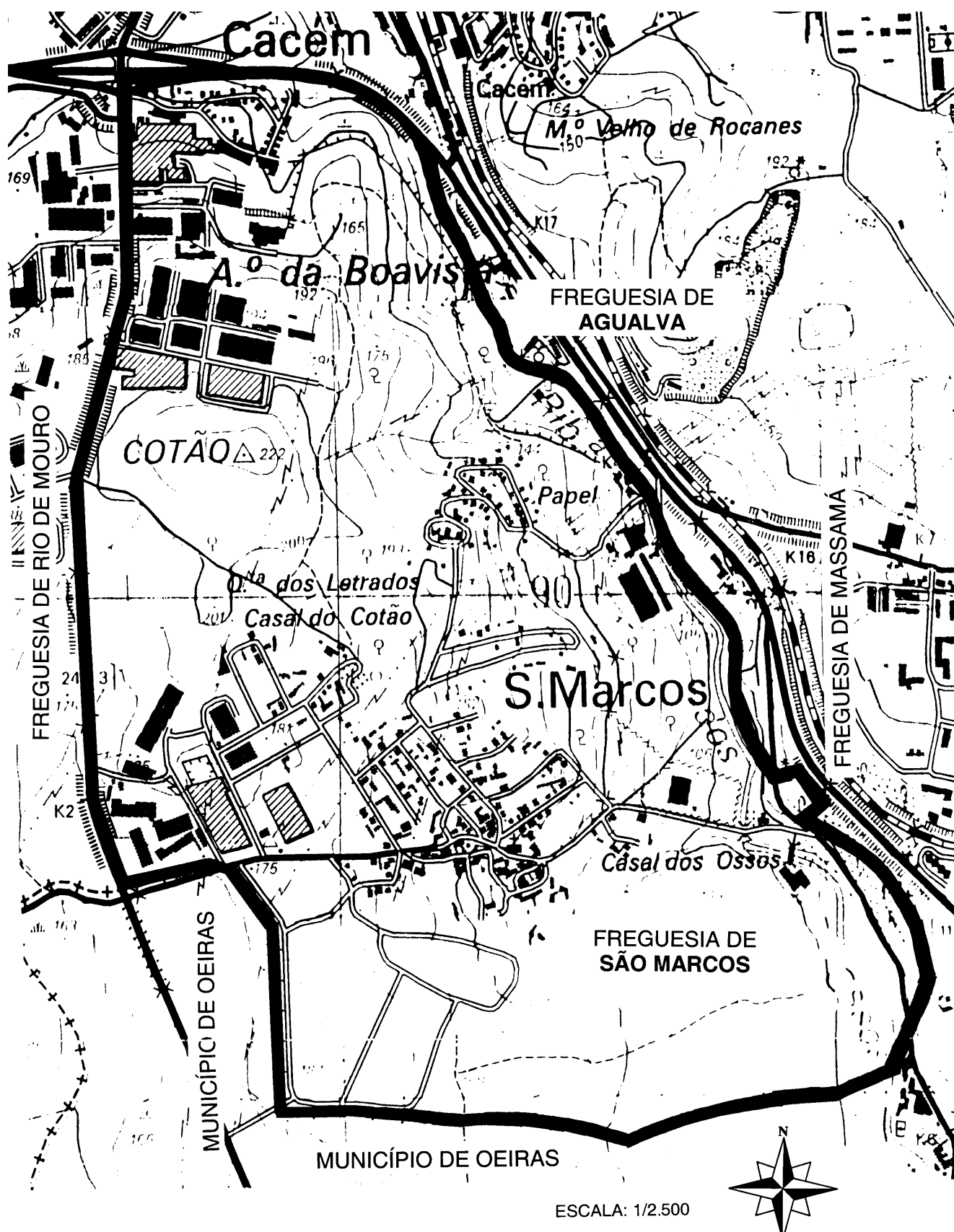
Referendada em 29 de Junho de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.









- g) Deliberar sobre a emissão de empréstimos obrigacionistas e contrair outros empréstimos no mercado financeiro, ressalvados os limites legais;
- h) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade;
- i) Decidir sobre a administração de pessoal e sua remuneração;
- j) Constituir procuradores e mandatários da Sociedade, nos termos que julgue convenientes;
- l) Exercer as demais competências que lhe caibam por lei.

2 — O conselho de administração poderá delegar em algum ou alguns dos seus membros ou em comissões especiais algum ou alguns dos seus poderes, definindo em acta os limites e condições de tal delegação.

3 — Incumbe especialmente ao presidente do conselho de administração:

- a) Representar o conselho, em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a actividade do conselho de administração e convocar e dirigir as respectivas reuniões;
- c) Zelar pela correcta execução das deliberações do conselho de administração.

Artigo 15.º

Reuniões do conselho de administração

1 — O conselho de administração reúne mensalmente e ainda sempre que convocado pelo seu presidente, por sua iniciativa ou a solicitação de quaisquer administradores.

2 — O conselho de administração pode deliberar validamente quando estiver presente ou representada a maioria dos seus membros, sendo as respectivas deliberações tomadas por maioria de votos dos membros presentes ou representados, dispondo o presidente, em caso de empate na votação, de voto de qualidade.

3 — Os membros do conselho de administração podem fazer-se representar nas reuniões por outro administrador, mediante carta dirigida ao presidente.

Artigo 16.º

Representação

1 — A Sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura do presidente do conselho de administração;
- b) Pela assinatura de dois administradores;
- c) Pela assinatura de um administrador, nos termos da respectiva delegação de poderes;
- d) Pela assinatura de um membro do conselho de administração e de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes;
- e) Pela assinatura de um mandatário ou procurador da Sociedade, nos termos dos respectivos poderes.

2 — Em assuntos de mero expediente bastará a assinatura de um dos vogais executivos do conselho de administração.

Artigo 17.º

Fiscal único

1 — A fiscalização da actividade social é exercida por um fiscal único, eleito em assembleia geral, que também elege o suplente.

2 — O fiscal único e o seu suplente são revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.

Artigo 18.º

Competência do fiscal único

Além das competências constantes da lei, cabe especialmente ao conselho fiscal:

- a) Emitir parecer acerca do orçamento, do balanço, do inventário e das contas anuais;
- b) Alertar o conselho de administração para qualquer assunto que deva ser ponderado e pronunciar-se sobre qualquer matéria que lhe seja submetida por aquele órgão.

Artigo 19.º

Dissolução e liquidação

A Sociedade dissolve-se nos termos da lei.

Decreto-Lei n.º 318/2001

de 10 de Dezembro

O Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, procedeu à localização e delimitação de diferentes áreas de intervenção do Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio.

Em conformidade com os artigos 7.º e 8.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, procedeu-se à definição de medidas preventivas de utilização de solo urbano a afectar à realização das intervenções referidas.

A complexidade da intervenção do Programa Polis na cidade de Setúbal prolongou os trabalhos de elaboração do plano estratégico da intervenção. Os vários levantamentos realizados levaram à necessidade de alteração da zona de intervenção inicialmente definida, alargando-a a uma zona intermédia o que se traduz na continuidade territorial da zona de intervenção.

Terminados os trabalhos de levantamento topográfico e em resultado dos diversos contributos recolhidos durante o processo, cumpre alterar o anexo ao Decreto-Lei n.º 119/2000, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 319/2000, de 14 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 203-B/2001, de 24 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de Setembro.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

1 — No anexo do Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 319/2000, de 14 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 203-B/2001, de 24 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de Setembro, é acrescentada a planta relativa à zona de intervenção de Setúbal.

2 — A planta referida no número anterior é publicada em anexo ao presente diploma e dele faz parte integrante.

3 — A aplicação das medidas preventivas previstas no Decreto-Lei n.º 119/2000, de 4 de Julho, às áreas que não tenham sido abrangidas pelas plantas publicadas em anexo ao referido diploma, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 319/2000, de 14 de Dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 203-B/2001, de 24 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 251/2001, de 21 de Setembro, opera com a entrada em vigor do presente diploma.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 4 de Outubro de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Guilherme d'Oliveira Martins — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — António Luís Santos Costa — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.*

Promulgado em 28 de Novembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 29 de Novembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*



Decreto-Lei n.º 319/2001

de 10 de Dezembro

A necessidade de maximizar a eficácia dos investimentos públicos, associada à necessidade de concretizar o Programa do XIV Governo Constitucional de desconcentração administrativa, encontra nos contratos-programa de cooperação técnica e financeira entre a

administração central e administração local uma das suas mais felizes expressões.

A experiência acumulada com a aplicação do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 157/90, de 17 de Maio, recomenda a sua modificação, permitindo que o seu âmbito de aplicação seja alargado às empresas de capitais maioritariamente públicos, nas quais os municípios detenham participações sociais, desde que tais empresas desenvolvam a sua actividade no domínio dos sectores definidos no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro.

Esta alteração não prejudica a revisão do regime da cooperação técnica e financeira que decorre do n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto, com a redacção dada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de Agosto.

Foi ouvida a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo único

O n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 384/87, de 24 de Dezembro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 1.º

[...]

1 — O presente diploma estabelece o regime de celebração de contratos-programa de natureza sectorial ou plurisectorial no âmbito da cooperação técnica e financeira entre a administração central e um ou mais municípios, associações de municípios, empresas concessionárias destes e empresas de capitais maioritariamente públicos em que os municípios tenham participações sociais e que exerçam a sua actividade no domínio dos sectores definidos no artigo 3.º

2 —
3 —
4 —»

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 18 de Outubro de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres — Guilherme d'Oliveira Martins — Henrique Nuno Pires Severiano Teixeira — Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues — Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira — Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus — José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa — Augusto Ernesto Santos Silva — Luís Miguel de Oliveira Fontes.*

Promulgado em 27 de Novembro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 29 de Novembro de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres.*

Anexo 4 – Matriz dos Cursos Científico-humanísticos do Ensino Recorrente							
(carga horária - unidades lectivas de 90 minutos) a)							
Formação							
Componentes de Formação		10º		11º		12º	
		Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal	Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal	Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal
Formação Geral	Português	3	2	3	2	3	2
	Língua Estrangeira I ou II b)	3	1	3	1		
	Filosofia	3	2	3	2		
	Tecnologias de Informação e Comunicação	3	1				
	Subtotal		6		5		2
Formação Específica	Disciplina Trienal c)	3	3	3	3	3	3
	Disciplina Bienal	3	3	3	3		
	Disciplina Bienal	3	3	3	3		
	Opções d)					3	3
	Subtotal		9		9		6
Total	Módulos capitalizáveis/ carga horária	21	15	18	14	9	8

- a) Podendo ser desdobradas em unidades lectivas parciais de 45 minutos.
b) O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
c) Disciplina estruturante da componente de formação específica.
d) O aluno é obrigado a escolher, pelo menos, uma disciplina.

Anexo 5 – Matriz dos Cursos Tecnológicos do Ensino Recorrente								
(carga horária - unidades lectivas de 90 minutos) a)								
Componentes de Formação		10º		11º		12º		
		Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal	Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal	Módulos capitalizáveis	Carga Horária Semanal	
Formação Geral	Português	3	2	3	2	3	2	
	Língua Estrangeira I ou II b)	3	1	3	1			
	Filosofia	3	2	3	2			
	Tecnologias de Informação e Comunicação	3	1					
	Subtotal		6		5		2	
Formação Científica	Disciplina Trienal	3	2	3	2	3	2	
	Disciplina Bienal	3	1	3	2			
	Subtotal		3		4		2	
	Formação Tecnológica	Disciplina Trienal	3	2	3	2	3	2
		Disciplina Trienal	3	2	3	2	3	2
Disciplina Trienal		3	2	3	2	3	2	
Área Tecnológica Integrada		Especificação c):						
		* Especificação 1					3	
		* Especificação 2						5 d)
Projecto Tecnológico e)						3		
Subtotal		6		6		11		
Total	Módulos capitalizáveis / carga horária	27	15	24	15	21	15	

- a) Podendo ser desdobradas em unidades lectivas parciais de 45 minutos.
b) O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.
c) O aluno escolhe uma disciplina de especificação.
d) A gestão da carga horária semanal da disciplina de especificação e do Projecto Tecnológico será da responsabilidade da Escola, salvaguardando que a carga horária total anual da disciplina de especificação seja de 132 unidades lectivas e a do Projecto Tecnológico de 33 unidades lectivas.
e) O Projecto Tecnológico é assegurado pelo docente que lecciona a disciplina de Especificação.

Anexo 6 - Matriz dos Cursos Profissionais	
Componentes de Formação	Total de Horas (a) (Ciclo de Formação)
Componente de Formação Sociocultural	
• Português	320
• Língua Estrangeira I ou II (b)	220
• Área de Integração	220
• Tecnologias da Informação e Comunicação	100
• Educação Física	140
Subtotal	1000
Componente de Formação Científica	
• 2 a 3 disciplinas (c)	500
Componente de Formação Técnica	
• 3 a 4 disciplinas (d)	1180
• Formação em Contexto de Trabalho (e)	420
Total de Horas / Curso	3 100

- (a) – Carga horária global não compartimentada pelos 3 anos do ciclo de formação, a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acatando o equilíbrio da carga horária anual de forma a otimizar a gestão global modular e a formação em contexto de trabalho.
(b) – O aluno deverá dar continuidade a uma das línguas estrangeiras estudadas no ensino básico.
(c) – Disciplinas científicas de base a fixar em regulamentação própria, em função das qualificações profissionais a adquirir.
(d) – Disciplinas de natureza tecnológica, técnica e prática estruturantes da qualificação profissional visada.
(e) – A formação em contexto de trabalho visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional a adquirir e será objecto de regulamentação própria.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE

Decreto n.º 6/2004

de 26 de Março

A área central do núcleo urbano do Cacém, no município de Sintra, tem sido sujeita a grande pressão urbanística, não obstante a desqualificação do desenho urbano, a insuficiência e inadequação das infra-estruturas viárias, a falta de espaços públicos, de áreas verdes e de equipamentos sociais adequados a um centro urbano, bem como a progressiva degradação da qualidade da habitação, salubridade, conforto e estado físico das construções existentes.

A Assembleia Municipal de Sintra aprovou, em 19 de Julho de 2000, a delimitação da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da área central do Cacém, na freguesia de Agualva-Cacém, a qual corresponde à área de intervenção do Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2003, de 26 de Março, e integrado no âmbito do Programa Polis — Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

Assim, tendo em vista a reestruturação das acessibilidades ao Cacém, a requalificação do desenho urbano por forma a melhorar as condições de vivência humana, a requalificação do sistema ambiental criado pela ribeira das Jaldas, em articulação com o parque urbano do Cacém, a programação das infra-estruturas de suporte à área do *interface* rodo-ferroviário e a criação de novos espaços públicos e a valorização dos existentes, a Câmara Municipal de Sintra solicitou ao Governo que a referida área fosse declarada como área crítica de recuperação e reconversão urbanística, o que através do presente diploma se concede.

Por outro lado, prevê-se que o direito de preferência concedido ao município de Sintra, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, vigore sem dependência de prazo até à extinção da referida declaração de área crítica de recuperação e reconversão urbanística, uma vez que o município poderá vir a ter interesse na aquisição de imóveis que sejam transaccionados na zona, de modo a viabilizar a respectiva reabilitação.

Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 27.º e no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro:

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Área crítica de recuperação e reconversão urbanística

É declarada área crítica de recuperação e reconversão urbanística a área central do Cacém, no município de Sintra, delimitada na planta anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Acções de recuperação e reconversão urbanística

Compete à Câmara Municipal de Sintra, em colaboração e articulação com as demais entidades inte-

ressadas, em especial com a sociedade CACÉMPO-LIS, S. A., no que concerne à execução das intervenções previstas no Plano de Pormenor da Área Central do Cacém e integradas no âmbito do Programa Polis, promover as acções e o processo de recuperação e reconversão urbanística na área referida no artigo anterior.

Artigo 3.º

Direito de preferência

1 — É concedido ao município de Sintra, ao abrigo do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, e nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de Novembro, e legislação complementar, o direito de preferência nas transmissões a título oneroso, entre particulares, dos terrenos ou edifícios situados na área delimitada na planta anexa ao presente diploma, que dele faz parte integrante.

2 — O direito de preferência vigora, sem dependência de prazo, até à extinção da declaração de área crítica

de recuperação e reconversão urbanística a que se refere o artigo 1.º

3 — A comunicação a que se refere o artigo 3.º do Decreto n.º 862/76, de 22 de Dezembro, deve ser dirigida ao presidente da Câmara Municipal de Sintra.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Janeiro de 2004. — *José Manuel Durão Barroso* — *António Pedro de Nobre Carmona Rodrigues* — *Amílcar Augusto Contel Martins Theias*.

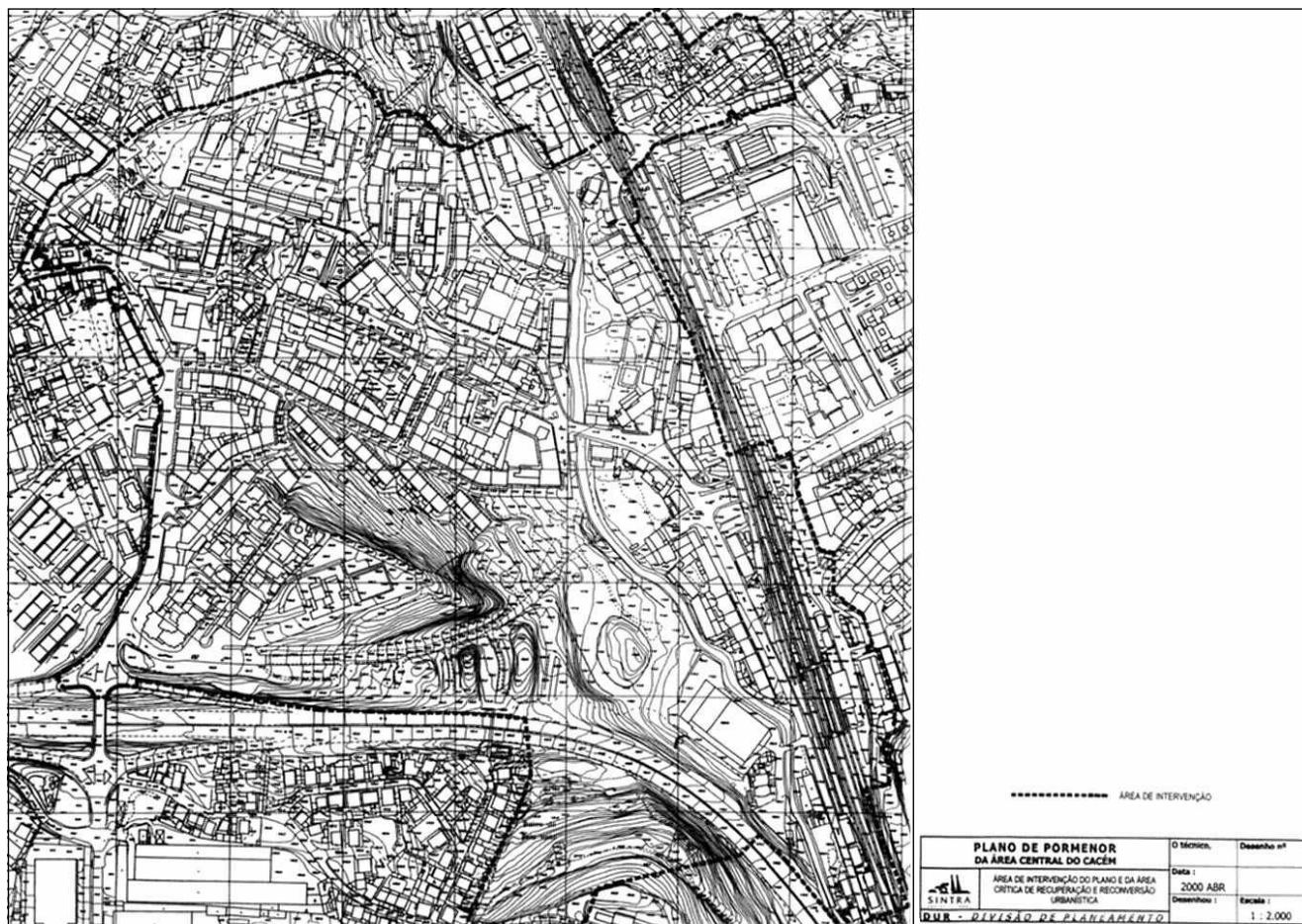
Assinado em 3 de Março de 2004.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 5 de Março de 2004.

O Primeiro-Ministro, *José Manuel Durão Barroso*.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

Assembleia Legislativa Regional

Decreto Legislativo Regional n.º 4/2004/M

Cria o Conselho Consultivo de Emprego da Região Autónoma da Madeira

A política de emprego é essencial para o desenvolvimento harmonioso e equilibrado da Região. A eficácia

de tal política aconselha que se institucionalize a consulta e o diálogo, assegurando-se a participação efectiva e generalizada dos diferentes sectores e áreas envolvidos.

Importa, neste contexto, promover a criação do Conselho Consultivo de Emprego, órgão consultivo do membro do Governo que tutela a área do emprego, de forma a acompanhar, estudar e dar parecer sobre as linhas de orientação da política de emprego.

2 — Materiais:

Os materiais serão entregues de acordo com a calendarização dos trabalhos previstos e de acordo com informação da fiscalização.

3 — Apoios Financeiros:

a) Os apoios financeiros a conceder pela Câmara Municipal de Serpa serão disponibilizados nas seguintes fases e condições:

- i) — 30% no momento do início da obra;
- ii) — 30% decorrido metade do prazo previsto para conclusão;
- iii) — Os restantes 40% até 10 dias após a data de vistoria que confirme que a obra foi executada conforme aprovado.

b) Os beneficiários deverão apresentar os respectivos documentos comprovativos das despesas efectuadas, os quais serão objecto de avaliação pela fiscalização.

c) Os apoios não são acumuláveis com eventuais participações de outros programas de reabilitação de iniciativa pública.

4 — Os apoios à habitação são automaticamente cancelados pela Câmara Municipal de Serpa caso se verifique o incumprimento do acordo e das normas estipuladas entre o beneficiário e a Autarquia, devendo o beneficiário repor o apoio concedido.

Artigo 19.º

Celebração do Contrato

Os apoios são concedidos mediante contrato a celebrar entre a Câmara Municipal de Serpa e o beneficiário, segundo modelo a aprovar pela Autarquia.

Artigo 20.º

Cláusulas Especiais

1 — O imóvel objecto de intervenção não poderá ser alienado no decurso dos 10 anos subsequentes à recepção do apoio, sem prévio conhecimento e autorização da C. M. Serpa, sob pena de o beneficiário ter de devolver os montantes concedidos, acrescidos dos respectivos juros.

2 — Exceptuam-se do disposto no número anterior os prédios que sejam objecto do apoio previsto no artigo 9.º (empréstimo), que ficam sujeitos a hipoteca.

3 — Exceptuam-se ainda os prédios que sejam objecto de contrato de arrendamento, quando as obras a executar não careçam de autorização do senhorio.

4 — O ónus de inalienabilidade e a hipoteca previstos nos números anteriores, estão sujeitos a registo, cuja inscrição deve mencionar o respectivo prazo e o valor do subsídio concedido.

5 — Os actos de registo de inscrição do ónus de inalienabilidade e da hipoteca são requeridos pela Câmara Municipal Serpa, junto da competente conservatória do registo predial, suportando os respectivos custos. Para o efeito, o beneficiário deverá assinar o impresso de registo adequado no momento da assinatura do respectivo contrato.

6 — Poder-se-á, em qualquer altura requerer ou diligenciar comprovativo de veracidade das declarações apresentadas pelos candidatos relativamente às suas reais situações económica e familiar.

7 — A prestação de falsas declarações implica a anulação da candidatura, com reposição das verbas eventualmente recebidas.

8 — Nos prédios que sejam objecto de qualquer um dos apoios constantes no presente regulamento, a Câmara Municipal procederá à colocação de uma placa, pelo período de 10 anos, em material a seleccionar pelos respectivos serviços técnicos, com as dimensões de 21 cm/15 cm, assinalando a concessão do apoio.

III — Disposições Finais

Artigo 21.º

Desconhecimento do Regulamento

O desconhecimento deste Regulamento não poderá ser invocado para justificar o incumprimento das suas disposições.

Artigo 22.º

Dúvidas e Omissões

1 — Em tudo o que seja omissa o presente Regulamento, aplicar-se-á a legislação em vigor em razão da matéria.

2 — Cabe à Câmara Municipal de Serpa resolver, mediante deliberação, todas as dúvidas e lacunas.

Artigo 23.º

Revogação

É revogado o regulamento publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 2 Dezembro de 2005.

Artigo 24.º

Entrada em Vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 30.º dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

300914955

CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**Aviso n.º 28600/2008****Reclassificação profissional**

Para os efeitos previstos no artigo 37.º, n.º 1, alínea a) e 118.º, n.º 4, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, se torna público que, por meu despacho, de 8 de Outubro de 2008, Vera Lúcia Poeiras Martins, foi nomeada definitivamente mediante o procedimento de reclassificação profissional para a categoria de Técnico Superior de 2.ª classe da carreira de Técnico Superior — área de Recursos Humanos, com posicionamento no escalão 1, índice 400, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 2.º, alínea e), 3.º, e 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, 6.º, n.º 1, 1.ª parte, e 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e 4.º, n.º 1, alínea d), do Dec. Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável por remissão do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

Esta nomeação produz efeitos a partir de 1 de Outubro de 2008. Isento de Visto do Tribunal de Contas.

9 de Outubro de 2008. — O Vereador, com competência delegada, *Eusébio Candeias*.

300997665

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA**Aviso n.º 28601/2008****Alteração ao Plano de Pormenor da Área Central do Cacém**

Concluído o período de acompanhamento e concertação da proposta de Alteração ao Plano de Pormenor da Área Central do Cacém, e para cumprimento do disposto no n.º 4, artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, e Declaração de Rectificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro), torna-se público que a Câmara Municipal de Sintra procede à abertura do período de discussão pública, 5 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República* e por um período de 25 dias.

A proposta de alteração ao plano encontra-se disponível na Direcção Municipal de Planeamento e Gestão Urbana, na Praça D. Afonso Henriques, 2710-520 Portela de Sintra, das 9 às 12.00 horas, e entre as 14 e as 17.00 horas. As eventuais reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento deverão ser remetidas à Câmara Municipal de Sintra, dentro do prazo estipulado.

20 de Novembro de 2008. — O Director Municipal do Planeamento e Gestão Urbana, por delegação de competências, *Luís Ferreira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE SOURE**Aviso n.º 28602/2008****Concurso interno de acesso limitado para o provimento de um lugar de assistente administrativo especialista**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 30 de Outubro de 2008, no uso das competências que me foram delegadas por despacho do presidente da Câmara de 4 de Novembro de 2005, foi nomeada, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, conjugado com n.º 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, Elsa Maria Pereira Oliveira Lucena Santos, para o lugar e categoria de assistente administrativo especialista.

